



**I SIMPÓSIO INTERNACIONAL
DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**Crise sanitária e desafios
para a Agenda 2030 da ONU**

ANAIS DO EVENTO

REALIZAÇÃO



EMESCAM

APOIO

FAPES
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Ciência, Tecnologia,
Inovação e Educação Profissional





**SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

15 e 16 de dezembro de 2023

EMESCAM

Comissão de organização

PRESIDENTE DO SIMPÓSIO

Profa. Dra. Italla Maria Pinheiro Bezerra

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO

Prof. Dr. Alan Patrício da Silva

PRESIDENTE DA COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof. Dr. Fernando Rocha Oliveira

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE MARKETING

Prof. Dr. César Albenes de Mendonça Cruz



FINANCIAMENTO



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**
*Secretaria da Ciência, Tecnologia,
Inovação e Educação Profissional*



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DOCENTE

Prof. Dr. Alan Patricio Da Silva

Profa. Dra. Beatriz de Barros Souza

Prof. Dr. César Albenes de Mendonça Cruz

Profa. Dra. Fabiana Rosa Neves Smiderle

Prof. Dr. Fernando Rocha Oliveira

Profa. Dra. Italla Maria Pinheiro Bezerra

Profa. Dra. Janice Gusmão Ferreira de Andrade

Profa. Dra. Luciana Carrupt Machado Sogame

Prof. Dr. Pitiguara de Freitas Coelho

Profa. Dra. Roberta Ribeiro Batista Barbosa

Profa. Dra. Tassiane Cristina Morais

COMISSÃO DE APOIO TÉCNICO**COMISSÃO TÉCNICA:**

Laysla Maria de Oliveira dos Santos

Nátally Ferreira Costa Lampier

Valéria Lopes Costa Ribeiro

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DISCENTE**COMISSÃO DE PROGRAMAÇÃO:**

Carlos Gabriel Arpini

Elaine Pereira da Silva Rodrigues

Esthefany Pereira Estevam

Isadora Pirschner Lopes

Kelven Marcelino Klein

Lucielli Pimenta Bonifacio

Ruth Paganini Rodrigues

COMISSÃO ABERTURA DO EVENTO:

Déborah Ferreira de Carvalho Rodrigues

Jussara de Azevedo Pereira

Luisa Pedrada de Sousa Bambini

Marcela Duarte Chagas

Nathalya das Candeias Pastore Cunha

Nicolly Teixeira de Oliveira

COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO:

Ana Carolina Almeida Meirelles

Dandara Curitiba Oliveira

Kênia Ferreira Laporte

Lorena Silva Corsini

Luisa Pedrada de Sousa Bambini

Maria Gabriella Vasconcelos Gava Santos

Pamela Rodrigues Pereira

COMISSÃO DE APRESENTAÇÃO CIENTÍFICA:

Jussara de Azevedo Pereira

Nathalya das Candeias Pastore Cunha

Sumário

	Título	Página
01-	PERFIL DE MULHERES GRÁVIDAS DIAGNÓSTICADAS COM SÍFILIS NO MUNICÍPIO DE CARIACICA ES NO PERÍODO DE 2017 a 2021 <i>Aline dos Santos Pinheiro, Luciana Carrupt Machado Sogame</i>	01
02-	PREVALÊNCIA DE QUEDAS EM IDOSOS VÍTIMAS DE ACIDENTES E VIOLÊNCIA ATENDIDOS PELO SAMU 192-ES <i>Érika Soares da Silva Andreatti, Caio Duarte Neto, Luciana Carrupt Machado Sogame</i>	07
03-	ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA AGENDA 2030 NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO <i>Luiz Cláudio Souza Freitas, Elaine Pereira da Silva Rodrigues, Emanuely Regina Rosa dos Santos, Priscila Belo de Oliveira, Kelven Marcelino Klein, Cesar Albenes de Mendonça Cruz</i>	13
04-	A EXACERBAÇÃO DA VULNERABILIDADE DO RENAL CRÔNICO DURANTE A PANDEMIA DA COVID ANALISADA PELA HISTÓRIA ORAL <i>Maria Elisa de Mendonça Assbu, Nathalya das Candeias Pastore Cunha, Italla Maria Pinheiro Bezerra</i>	19
05-	PERFIL DOS PACIENTES DO PROJETO TERCEIRA DENTIÇÃO DA CLÍNICA <i>Juliana Dias Grapiuna, Maria Emília Lage, Ana Carolina Ferreira</i>	25
06-	A INFLUÊNCIA DAS ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO PRECOCE APLICADAS PELO FISIOTERAPEUTA EM PACIENTES CRÍTICOS E SUAS IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS DE SAÚDE <i>Richardson Moraes Camilo, Pitiguara de Freitas Coelho, Fernando Rocha Oliveira</i>	31
07-	DETERMINANTES SOCIAIS E ADOECIMENTO MENTAL EM CRIANÇAS: REVISÃO NARRATIVA <i>Elisian Macêdo Fachine da Cruz, Ana Flávia Freire Tavares Lima, Sabrina Alaide Amorim Alves, Italla Maria Pinheiro Bezerra</i>	37
08-	EDUCAÇÃO BÁSICA E ADOECIMENTO MENTAL: REFLEXÕES NA PRÁTICA DO CUIDADO EM SAÚDE <i>Ana Flávia Freire Tavares Lima, Elisian Macêdo Fachine da Cruz, Sabrina Alaide Amorim Alves, Italla Maria Pinheiro Bezerra</i>	43
09-	EFEITOS ADVERSOS DA POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA NA SAÚDE COLETIVA NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA <i>Virgilio Astori, Bruna Veríssimo Lopes, Fellipe Pesente, Lucas Rocha Dalto, Wdmila Maria Uliana, Luciene Lage da Motta</i>	50
10-	A INCORPORAÇÃO DO ESPAÇO TERAPÊUTICO COMO FERRAMENTA PARA ESTIMULAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA CRIANÇA E INCLUSÃO DA FAMÍLIA <i>Maressa da Silva Felici, Sara Moraes Muniz, Ermenilde da Silva Pinto, Letícia Guimarães Peyneau Camilo</i>	56
11-	ANÁLISE DA MORTALIDADE DE CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO <i>Marcone Marques da Rocha, Kelly de Souza Correa, Rayssa Ribeiro da Silva, Sergio Dionízio De Oliveira, Laercio Silva Pavia, Fernando Rocha Oliveira</i>	62
12-	VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA EM CONTEXTO OBSTÉTRICO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	68

	<i>Márcia Meyrilane de Alencar Aquino Onofre, Lucilene Gomes de Almeida Brumatti, Beatriz de Barros Souza</i>	
13-	PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS <i>Daniela Marques Freire, Tassiane Cristina Morais</i>	73
14-	RECUSA VACINAL E O IMPACTO NA SAÚDE PÚBLICA <i>Júlia Mayse Soares Gonçalves, Beatriz Pralon Casteloghe Coutinho, Bruna Santos Bayer, Felipe dos Santos Ramiro da Silva, Julia Matias de Alcântara, Lizandra Argona Pereira, Fabiana Rosa Neves Smiderle</i>	80
15-	RELATO DE EXPERIÊNCIA DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA ECO EDUCADORES DO LABORATÓRIO VIVO NA VISÃO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO <i>Jully Nunes Erlacher, Eduardo Pontes Pereira, Flávia Duarte Ferraz Sampaio, Maria das Graças Ferreira Lobino</i>	88
16-	SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO SERVIÇO NOTURNO: REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA <i>Ilson Vidal de Souza, Tassiane Cristina Morais</i>	93
17-	RASTREAMENTO DE CÂNCER CERVICAL EM TEMPOS DE COVID-19: UMA ANÁLISE ACERCA DA ADESÃO E DOS DESAFIOS INERENTES À PANDEMIA <i>Scheyla Fraga Ferreira Rauta, Kênia Ferreira Laporte, Guilherme Ferreira Rauta, Pitiguara de Freitas Coelho, Alan Patricio da Silva</i>	100
18-	COBERTURA VACINAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19: OS DESAFIOS DA ADESÃO À VACINA CONTRA O HPV <i>Scheyla Fraga Ferreira Rauta, Kênia Ferreira Laporte, Guilherme Ferreira Rauta, Pitiguara de Freitas Coelho, Alan Patricio da Silva</i>	107
19-	CÂNCER DE COLO DO ÚTERO EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19: OS DESAFIOS PARA A REALIZAÇÃO DO TRATAMENTO <i>Scheyla Fraga Ferreira Rauta, Kênia Ferreira Laporte, Guilherme Ferreira Rauta, Alan Patricio da Silva</i>	114
20-	APOIO INSTITUCIONAL COMO PRÁTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA <i>Ana Carolina Abdalla Duarte Calvi, Teresa Cristina Ferreira da Silva</i>	121
21-	A INFLUÊNCIA DO ÁLCOOL SOBRE A VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA <i>Neuziane J. Castro Neris, Sabrina Lamas, Beatriz de Barros Souza</i>	128
22-	OS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) A LUZ DO NOVO MODELO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE MENTAL: REVISÃO INTEGRATIVA <i>Ana Carolina Abdalla Duarte Calvi, Daiane Marcelle Rêis dos Santos Zava, Teresa Cristina Ferreira da Silva</i>	136
23-	SAÚDE MENTAL NO ACOLHIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE <i>Ana Carolina Abdalla Duarte Calvi, Daiane Marcelle Reis dos Santos Zava, Beatriz de Barros Souza</i>	142
24-	A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: DA CARIDADE A SEGURIDADE SOCIAL <i>Ellen Ramalho da Cunha, Marcos Roberto da Gama Cotta, Vanessa de Lima Zanon Gama Cotta, César Albenes de Mendonça Cruz</i>	148

25-	ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) E CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS): O DESAFIO DA INTERSETORIALIDADE NO CUIDADO INTEGRAL E NA PROTEÇÃO SOCIAL <i>Estela Magalhães Cosme, Sandra Delarmelina Andrade Ulyana, Beatriz de Barros Souza</i>	154
26-	AS VIVÊNCIAS DO ASSISTENTE SOCIAL NO PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID-19 – RELATO DE EXPERIÊNCIA NO HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO <i>Cherlia Vieira da Silva, Marilene de Figueiredo Alves, Janice Gusmão Ferreira de Andrade</i>	160
27-	COVID-19: HISTÓRICO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO - UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS NO BRASIL <i>Marcos Roberto da Gama Cotta, Vanessa de Lima Zanon Gama Cotta, Ellen Ramalho da Cunha, César Albenes de Mendonça Cruz</i>	166
28-	O IMPACTO DA PANDEMIA DO COVID-19 NO QUADRO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL <i>Anna Luísa Bolonha Gomes, Dayara Oliveira de Freitas, Cláudia Gomes Rossoni, César Albenes de Mendonça Cruz</i>	171
29-	POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A CAPACITAÇÃO EM CUIDADOS PALIATIVOS PARA OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE <i>Fernanda Ferreira Ramos, Erika Azevedo Gonçalves, Beatriz de Barros Souza</i>	177
30-	A EXPERIÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO DA CANNABIS NA COLÔMBIA, LIÇÕES PARA A CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CANNABIS NO BRASIL <i>Carlos Eduardo Araújo, César Albenes de Mendonça Cruz</i>	182
31-	INCLUSÃO DAS PESSOAS TRANSGENERAS NO MERCADO DE TRABALHO <i>Katty Maribell Gonzales Flores, Marcus Vinicius da Silva Andrade, Leandro Gomes de Farias, Beatriz de Barros Souza</i>	186
32-	USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA “EMPURROTERAPIA” COMO PRÁTICA ILEGAL E CONTROVERSA AO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS <i>Lindomar de Paula Paixão, César Albenes de Mendonça Cruz</i>	191
33-	A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA REDE DE ENSINO NA PREVENÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA <i>Vanessa de Lima Zanon Gama Cotta, Marcos Roberto da Gama Cotta, Ellen Ramalho da Cunha, César Albenes de Mendonça Cruz</i>	197
34-	DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO CONTROLE DA OBESIDADE NO BRASIL: UMA ANÁLISE ABRANGENTE ATRAVÉS DA REVISÃO DE LITERATURA <i>Fernanda Ferreira Ramos, Deborah Ferreira de Carvalho Rodrigues, Laercio Silva Pavia, Fernando Rocha Oliveira</i>	203
35-	PROCESSO HISTÓRICO E POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADOS AOS CUIDADOS PALIATIVOS NO BRASIL: REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA <i>Luísa Pedrada de Sousa Bambini, Roberta Ribeiro Batista Barbosa</i>	208
36-	CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE QUE ATUAM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE SOBRE ATENDIMENTO HUMANIZADO	214

	<i>Daniela Marques Freire, Danielle Grillo Pacheco Lyra, Beatriz de Barros Souza</i>	
37-	A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO DO PACIENTE SUBMETIDO A INTERNAÇÃO INTENSIVA PÓS ALTA HOSPITALAR <i>Anne Lara Ribet Kill, Marcelo Haase da Silva, Maria Eduarda Mendes da Silva, Letícia Guimarães Peyneau Camilo</i>	221
38-	RINDO CONTRA ESTERÍOTIPO E CONQUISTANDO DIREITOS: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA PALHAÇARIA NO BRASIL <i>Norrayne Nascimento Lyrio Pereira, Tassiane Cristina Moraes</i>	226
39-	SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL: UM OLHAR PARA AS IMPLICAÇÕES PARA A CRIANÇA <i>Adriely Azevedo Silva, Tassiane Cristina Moraes</i>	231
40-	A RELAÇÃO ENTRE O USO DAS TELAS E O DESEMPENHO ACADÊMICO DE ESTUDANTES <i>Bianca Suaid Soares, Giovanna Passamani Simões Silva, Joana Degasperi Diniz, Luísa Pirola Santos, Manuela Bastos Marchesi, Caroline Feitosa Dibai de Castro</i>	238
41-	REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS DISCURSIVAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA <i>Sabrina Alaide Amorim Alves, Italla Maria Pinheiro Bezerra, Raimundo Augusto Martins Torres</i>	244
42-	HORTAS URBANAS COMUNITÁRIAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA-ES <i>Henriqueta Tereza do Sacramento, Geneilcimar dos Santos Ferreira, Caroline Rodrigues Thomes, Fabiana Gohring Xavier, Marluce Mechelli de Siqueira</i>	250
43-	SÍFILIS EM GESTANTES E A ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE <i>Ana Paula de Araújo Machado, José Lucas Souza Ramos, Italla Maria Pinheiro Bezerra</i>	256
44-	DESAFIOS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE GINECOLÓGICA DAS MULHERES QUILOMBOLAS <i>Juliana Chaves Cunha, Fabiana Rosa Neves Smiderle, Alan Patricio da Silva</i>	266
45-	PROJETO JARDIM DA SAÚDE DO TERRITÓRIO DO FORTE SÃO JOÃO: PROMOVEDO SAÚDE COM AS PLANTAS MEDICINAIS <i>Adriana Geraldina Vicente da Silva, Maria Marina Pasoline Lours, Letícia Bruns, Ozonildo Oliveira Abreu, Bianca Martins Alves</i>	272
46-	PRINCIPAIS FATORES DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E SUA RELAÇÃO COM A VULNERABILIDADE SOCIAL <i>Júlia Mayse Soares Gonçalves, Beatriz Pralon Casteloghe Coutinho, Bruna Santos Bayer, Felipe dos Santos Ramiro da Silva, Julia Matias de Alcântara, Lizandra Argona Pereira, Fabiana Rosa Neves Smiderle</i>	278



01- PERFIL DE MULHERES GRÁVIDAS DIAGNÓSTICADAS COM SÍFILIS NO MUNICÍPIO DE CARIACICA ES NO PERÍODO DE 2017 a 2021

PROFILE OF PREGNANT WOMEN DIAGNOSED WITH SYPHILIS IN THE MUNICIPALITY OF CARIACICA ES FROM 2017 to 2021

Aline dos Santos Pinheiro¹, Luciana Carrupt Machado Sogame¹

¹Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil.

Autor correspondente: alineenfermagemes@gmail.com

Resumo

Introdução: A sífilis é um sério problema de saúde pública e quando não tratada durante a gestação, pode ocasionar complicações para o bebê. **Objetivo:** descrever o perfil de gestantes com sífilis no período de 2017 a 2021 no município de Cariacica ES. **Método:** Trata-se de um estudo transversal com coleta retrospectiva de dados secundários de casos notificados disponibilizados pelo Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Secretária de Saúde do município de Cariacica. Coletou-se as informações: idade; raça; escolaridade; zona de residência; nível de atenção em saúde; idade gestacional; realização do teste treponêmico e não treponêmico; e realização *Venereal Disease Research Laboratory* (VDRL). Realizou-se análise descritiva dos dados. **Resultados:** No período entre 2017 a 2021, houve 1.258 casos de sífilis gestacional. A faixa etária de 20 a 24 anos (34,1%) e 66,9% autodeclararam negras. Em relação à escolaridade 40,4% tinham o ensino fundamental, 87,8% residiam na zona urbana, 51,4% foram atendidas na atenção primária e 21,2% declararam idade gestacional no primeiro trimestre da gravidez. Dos testes treponêmicos, 72,4% apresentaram resultado reagente, e 46,9% dos testes não treponêmicos também reagentes. Para titulação 46,3% fizeram o exame (VDRL). **Conclusão:** A maioria das mulheres são adultas jovens, negras e não concluíram o ensino fundamental e médio. Conscientizar as gestantes sobre a sífilis, seus riscos e a importância do pré-natal adequado é fundamental. Essas estratégias podem contribuir para melhorar a detecção precoce e o tratamento eficaz da sífilis em gestantes, reduzindo assim os riscos para a mãe e o feto no manejo desses casos.

Palavras-chave: gestante, unidade básica de saúde, sífilis, tratamento.



INTRODUÇÃO

A sífilis é um problema de saúde pública por demonstrar dados efetivos e por evidenciar os impactos causados na saúde do indivíduo contaminado (Brasil, 2022). Nacionalmente, foram publicados no Sistema de Informação de Agravos e Notificação (SINAN), 63.407 mulheres grávidas notificadas por sífilis no ano de 2018, evidenciando números crescentes de infecção (Brasil, 2022). Salienta-se que, no ano de 2022, o Brasil registrou 32,4 casos por 1.000 nascidos vivos referente a detecção de sífilis na gestação, representando um aumento de 15,5% em relação ao ano de 2021 (Brasil, 2023).

Etiologicamente, a sífilis é uma doença causada pelo treponema *pallidum*, evidenciado em 1905 pelo zoologista Fritz Schaudin e pelo dermatologista Paul Erich Hoffman (Souza, 2005). Com característica infecciosa, a doença é crônica pela sua progressão sistêmica, e sanável por ter tratamento (Silva; Gomes, 2020).

Com o objetivo em prevenção e controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), em 2011, o Ministério da saúde lançou o Programa Rede Cegonha e amplificou metas e melhorias com os testes rápidos lançados no Sistema Único de Saúde (SUS), estes são aplicados para diagnosticar a infecção por sífilis o quanto antes nas gestantes, possibilitando o início do tratamento, assegurando o planejamento da reprodução e melhorias na abrangência ao pré-natal (Roncalli *et al.*, 2021). Sendo assim presente pesquisa pretende descrever o perfil de gestantes com sífilis no período de 2017 a 2021 no município de Cariacica ES.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa exploratória de natureza quantitativa e qualitativa caracterizada por um estudo transversal por coleta retrospectiva, com dados secundários de casos notificados disponibilizados pelo Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica de Cariacica da Secretária de Saúde do município de Cariacica (SEMUS). Conforme os dados fornecidos, entre 2017



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

a 2019 as fichas eram digitadas a partir da plataforma do SINAN, que é de responsabilidade da Vigilância Epidemiológica (Vigep), os demais anos (2019 e 2020) foram registrados através da plataforma ESUS-VS sistema que está em vigor até o atual momento. Foram consideradas todas as notificações de mulheres moradoras do Município de Cariacica/ES, com idade de treze anos até de quarenta e cinco anos, de acordo com a coleta de dados notificados entre os anos: 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021. Este estudo considerou a inclusão de idade a partir de 13 anos, estabelecida nos parâmetros da nota informativa nº 2-SEI/2017-DIAHV/SVS/MS. Coletou-se as informações: idade; raça; escolaridade; zona de residência; nível de atenção em saúde; idade gestacional; realização do teste treponêmico e não treponêmico; e realização *Venereal Disease Research Laboratory (VDRL)*. Realizou-se análise descritiva dos dados.

RESULTADOS

Foram registradas 1.305 notificações, entre os critérios de exclusão estão notificações por duplicidade no mesmo ano, totalizando quarenta e seis mulheres excluídas e uma notificação por não ser moradora do município, totalizando 47 notificações excluídas. Destas, apenas 1.258 notificações fizeram parte da pesquisa de coleta retrospectiva. A tabela abaixo apresenta o resultado do perfil demográfico e clínico das gestantes.

Tabela 1 – Perfil dos casos notificados de sífilis em gestantes moradoras do município de Cariacica/ES, considerando os anos de 2017 a 2021/
Características Gerais das Variáveis Estudadas

Variável	População	
	N = 1.258	100%
Características Geral Variáveis Estudadas		
Ano 2017	158 (12,5%)	
Ano 2018	244 (19,4%)	
Ano 2019	260 (20,6%)	
Ano 2020	312 (24,8%)	
Ano 2021	284 (22,6%)	
Idade		
13-19	367 (29,2%)	



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

20-24	429 (34,1%)
25-29	248 (19,7%)
≥30	214 (17%)
<hr/>	
Raça e a cor	
Parda e preta	842 (66,9%)
Branca	140 (11,1%)
Indígena /amarela (outros)	87 (6,9%)
Ignorado	189 (15%)
<hr/>	
Escolaridade	
1º grau completo	121 (9,6%)
1º grau incompleto	324 (25,7%)
2º grau completo	211 (16,7%)
2º grau incompleto	185 (14,7%)
Superior completo	5 (0,4%)
Superior incompleto	3 (0,2%)
Analfabeto	1 (0,07%)
Ignorado	408 (32,4%)
<hr/>	
Zona da residência	
Urbana	1.105 (87,8%)
Rural	12 (0,9%)
Ignorado	141 (11,2%)
<hr/>	
Nível de atenção em saúde	
Atenção Primária	646 (51,4%)
Atenção Secundária	20 (1,6%)
Atenção Terciária	327(26%)
Ignorado	265 (21%)
<hr/>	
Idade gestacional declarada	
1º trimestre	267 (21,2%)
2º trimestre	227 (18%)
3º trimestre	235 (18,7%)
Ignorado	529 (42,1%)
<hr/>	
Classificação Clínica da doença	
Fase primária	123 (9,7%)
Fase secundária	21 (1,6%)
Fase terciária	93 (7,4%)
Fase Latente	226 (17,9%)
Ignorado	795 (63,2%)
<hr/>	
Quantitativo Mulheres com indicação ao tratamento	
Sim	1.094 (87%)
Não	164 (13%)

Legenda: Coleta de dados gestante com Sífilis Notificadas no município de Cariacica-ES entre os anos 2017/2018/2019/2020/2021.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Quanto aos resultados laboratoriais referentes aos testes utilizados para monitoramento, controle ou rastreio de reinfecção por sífilis na gestação dentre os anos 2017 até 2021, tem-se que dos testes treponêmicos 72,4% apresentaram resultado reagente, e 46,9% dos testes não treponêmicos também reagentes. Para titulação 46,3% fizeram o exame *Venereal Disease Research Laboratory*.

DISCUSSÃO

Nossos resultados são semelhantes aos verificados por Morais, et al (2019) que apontam uma predominância dos dados quanto o diagnóstico de sífilis no pré-natal, aspectos comuns entre as grávidas com o perfil de mulheres infectadas pela bactéria do *Treponema pallidum* onde destacam-se pardas ou mulatas, idade variante entre 20 e 29 anos, escolaridade abaixo do 8º ano e solteiras.

Registra-se ainda a incompletude de dados de observada apesar dos esforços em melhorar o controle da sífilis em gestantes por meio da notificação compulsória que é um fator contribuinte na detecção da moléstia (Esteves et al.,2022).

CONCLUSÃO

A maioria das mulheres eram negras, jovens de 20 a 24 anos, com baixa escolaridade, residiam na zona urbana, foram atendidas na atenção primária, com diagnóstico na idade gestacional no primeiro trimestre da gravidez. Ressalta-se que os resultados laboratoriais referentes aos testes utilizados para monitoramento, controle ou rastreio de reinfecção por sífilis não foram realizados em uma parcela das grávidas e que não existiu indicação de tratamento em 13% das mulheres. Tais dados evidenciam a importância em investir em ações voltados aos grupos vulneráveis e estratégias políticas públicas que colaborem com a prevenção e tratamento em sífilis na gestação a luz da Política Nacional de atenção Obstétrica e Neonatal pautadas em políticas públicas.



REFERÊNCIA

BRASIL. Indicadores de Inconsistências de Sífilis nos Municípios Brasileiros: Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis – DCCI SVS NOTAS: MS/SVSA/Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis. NOTAS: (1) Dados até 30/06/2022. 2022.

BRASIL. Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente Ministério da Saúde [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2023.

ESTEVEES, A. P. V Dos S. et al. Sífilis na gestação e sífilis congênita: um estudo do perfil epidemiológico de um hospital escola. Revista da Jopic, v. 7, n. 11, 2022. Disponível em: <https://www.unifeso.edu.br/revista/index.php/jopic/article/view/2883>. Acesso em: 19 jun. 2022.

MORAIS, T. R. de et al. Interseccionalidades em Saúde: Predomínio de Sífilis Gestacional em Mulheres Negras e Pardas no Brasil. ID on line - Revista de psicologia, [S.l.], v. 13, n. 45, p. 670-679, maio 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1772>. Acesso em: 20 ago. 2022.

RONCALLI, A. G. et al. Effect of the coverage of rapid tests for syphilis in primary care on the syphilis in pregnancy in Brazil. Revista de Saúde Pública [online], v. 55, 2021.

SILVA, T. S.; GOMES, E. do N. F. O Perfil epidemiológico da sífilis no município de Vassouras-RJ: Estratégias e desafios dos enfermeiros da atenção básica para promoção e prevenção da sífilis. Revista Pró-UniverSUS, v. 11, n. 1, p. 46-54, 2020.

RONCALLI, A. G. et al. Effect of the coverage of rapid tests for syphilis in primary care on the syphilis in pregnancy in Brazil. Revista de Saúde Pública [online], v. 55, 2021.

SOUZA, E. M. de. Há 100 anos, a descoberta do *Treponema pallidum*. Anais Brasileiros de Dermatologia, v. 80, n. 5, p. 547–548, set. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0365-05962005000600017>. Acesso em: 3 nov. 2023.



02- PREVALÊNCIA DE QUEDAS EM IDOSOS VÍTIMAS DE ACIDENTES E VIOLÊNCIA ATENDIDOS PELO SAMU 192-ES

PREVALENCE OF FALLS IN ELDERLY PEOPLE VICTIMS OF ACCIDENTS AND VIOLENCE CARE FOR BY SAMU 192-ES

Érika Soares da Silva Andreatti¹, Caio Duarte Neto², Luciana Carrupt Machado Sogame¹

¹Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil.

²Professores da Escola Superior de Ciência da Santa Casa de Misericórdia de Vitória-EMESCAM. Vitória- ES. Brasil.

Autor correspondente: e_rikass@yahoo.com.br

Resumo

Introdução: A população brasileira nos últimos anos teve aumento do número de idosos, isso acarreta alterações do sistema músculo esquelético, deixando-o mais suscetível à queda. **Objetivo:** Verificar a prevalência e tipos de quedas em idosos vítimas de acidentes e violência atendidos pelo SAMU 192-ES entre 2020 e 2021. **Método:** Trata-se pesquisa transversal retrospectiva de dados do Sistema de Regulação Médica do SAMU 192, do estado do Espírito Santo, com amostra de conveniência de 6.174 idosos vítimas de acidentes e violência atendidos pelo SAMU 192/ES entre 2020 a 2021. Foram considerados os seguintes dados: ciclo de vida, sexo e município de ocorrência. Quanto ao atendimento, foi considerado: período da semana, turno da solicitação, origem do chamado, gravidade presumida, tipo de recurso enviado, tipo da queda e destino. Os dados foram analisados de forma descritiva. **Resultados:** A prevalência de queda foi de 88,1%. A maioria idosos eram sexo feminino (50,1%), entre 60 e 79 anos (64,8%), o município com mais chamados foi Vila Velha (23,3%). A maioria dos casos ocorreu durante a semana (70,8%), no turno vespertino (39,9%), origem do chamado domiciliar (75,5%), com envio da Unidade de Suporte Básico (88,4%); gravidade presumida amarela (77,5%). A ocorrência de queda mais frequente foi a queda da própria altura (79%). Quanto ao destino, 80,4% foram transportados para um serviço de saúde, sendo hospitais públicos (73,1%). **Conclusão:** Concluimos que a prevalência de queda em idosos vítimas de acidentes e violência é elevada e se faz necessário ações de prevenção.

Palavras-chave: política pública, queda, idosos, SAMU.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

O século XXI tem sido marcado por profundas transformações na estrutura populacional em diversos países, inclusive o Brasil, resultado de conquistas sociais e da incorporação de novas tecnologias de cuidados com a saúde, sendo o envelhecimento populacional um dos principais acontecimentos desse período (Chaimowicz; Chaimowicz, 2022). Esse envelhecimento populacional é resultado das políticas públicas e incentivos na área da saúde, que proporcionaram a redução da mortalidade precoce em virtude da melhoria das condições de vida, tais como a urbanização, a moradia segura, o saneamento básico e o melhor acesso a alimentos (Harris; Helgertz, 2019).

Segundo a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), o aumento da longevidade e da conseqüente proporção de idosos na população brasileira determina a preocupação a respeito de eventos incapacitantes nessa faixa etária, sendo um deles a ocorrência de quedas, algo bastante comum e temido pela maioria da população idosa (SBGG, 2021).

Segundo *Madeiras et al.* (2019), a queda é um grave problema na saúde pública, sendo classificada como uma das principais causas de lesões e de morte entre os idosos e gera uma grande preocupação para a saúde pública. É estimado que 30% das pessoas com idade superior a 65 anos caem todos os anos, o que é responsável por aproximadamente 5% das internações de idosos (*Madeiras et al.*, 2019). A queda pode acarretar traumas graves em pessoas idosas, colaborando para o declínio da capacidade funcional e da autonomia, institucionalização e aumento da mortalidade (*Cruz et al.*, 2012).

Por isso a importância de um socorro ágil e eficiente em caso de emergência, que pode proporcionar um melhor prognóstico, evitando danos secundários, reduzindo assim, as sequelas e a taxa de mortalidade (*Santos et al.*, 2019; *Boone et al.*, 2018). Atualmente este socorro às vítimas de acidentes e violência é realizado pelo Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192). O Objetivo deste texto é verificar a prevalência e os tipos de quedas em



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

idosos vítimas de acidentes e violência atendidos pelo SAMU 192-ES nos anos de 2020 e 2021.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa transversal com coleta retrospectiva de dados a partir do Sistema de Regulação Médica do SAMU 192, do estado do Espírito Santo, nos anos de 2020 e 2021. Foram incluídos uma amostra de conveniência de 6.174 idosos vítimas de acidentes e violência atendidos pelo SAMU 192/ES nos anos de 2020 e 2021.

Para identificar o perfil dos idosos, foram considerados os dados de interesse para a presente proposta de pesquisa: ciclo de vida (60 a 79 anos), sexo (masculino e feminino), e município de ocorrência. Quanto ao atendimento, foi considerado o período da semana (matutino, vespertino, noturno e madrugada), o turno da solicitação (matutino, vespertino, noturno e madrugada), a origem do chamado (domiciliar e extradomiciliar), a gravidade presumida (azul, verde, amarelo e vermelho), o tipo de recurso enviado (Suporte Básico, Suporte Avançado ou Suporte Integrado), tipo de queda (da própria altura, de altura menor que seis metros ou maior que seis metros) e destino (sim ou não), local do encaminhamento (PA/UPA, hospital), motivo do não encaminhamento (liberado no local ou recusa no transporte). Os dados foram analisados de forma descritiva.

RESULTADOS

O SAMU 192/ES prestou assistência a 6.174 idosos vítimas de acidente e violência no período de 2020 a 2021. De acordo com os dados levantados, 5.443 apresentaram quedas, o que equivale a uma prevalência de 88,1% da população estudada, sendo a queda da própria altura a ocorrência mais comum verificada em 79% dos idosos vítimas de quedas. A seguir, na Tabela 1 apresentam-se o perfil demográfico e do atendimento dos idosos assistidos pelo SAMU 192/ES vítimas de acidente e violência nos anos 2020 e 2022.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Tabela 1 - Perfil de idosos vítimas de acidente e violência assistidas pelo SAMU 192/ES e características do atendimento nos anos de 2020 e 2021

Variável	População	
	N = 6174	100%
Idade		
60 a 79 anos	4000	64,8%
> = 80 anos	2174	35,2%
Sexo		
Masculino	3081	49,9%
Feminino	3093	50,1%
Municípios		
Cariacica	1125	18,2%
Guarapari	346	5,6%
Serra	1102	17,8%
Vila Velha	1438	23,3%
Vitória	1123	18,2%
Outros	1040	16,7%
Período da Semana		
Segunda a Sexta	4369	70,8%
Sábado e Domingo	1805	29,2%
Período de Solicitação		
Matutino	1967	31,9%
Vespertino	2462	39,9%
Noturno	1006	16,3%
Madrugada	739	12,0%
Origem do Chamado		
Domiciliar	4664	75,5%
Extra domiciliar	1510	24,5%
Gravidade Presumida		
Azul/Verde	525	8,5%
Amarelo	4751	77,0%
Vermelho	898	14,5%
Recurso		
USB	5456	88,4%
USA	571	9,2%
USI	147	2,4%
Transferência		
Sim	4963	80,4%
Não	1211	19,6%

Legenda: USB unidade suporte básica; USA unidade de suporte avançado; USI unidade de suporte integrada. Fonte: Elaborada pela autora (2023).



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A maioria dos idosos foram encaminhados para hospitais (86,3%) a característica administrativa do serviço de saúde foi público (73,1%).

DISCUSSÃO

No presente estudo, a prevalência de quedas em idosos vítimas de acidentes e violência atendidos pelo SAMU 192/ES foi 88,1%, com destaque para quedas da própria altura. Quanto ao tipo de queda os achados deste estudo corroboram com os dados na literatura, sendo semelhantes aos estudos de (Esteves et al., 2021 e o estudo (Silva et al., 2021). Entre as causas de queda da população idosa, tem-se as alterações fisiológicas do envelhecimento como a redução da acuidade visual, perda auditiva, distúrbios vestibulares, que levam à diminuição da estabilidade postural e aumento do tempo de reação em situações de perigo (Rocha; Mondelli 2016; Brasil, 2006).

O SAMU 192/ES é de suma importância, para a sociedade em geral, a medida que ao fornecer os primeiros socorros, pode determinar o melhor prognóstico da vítima, além de reduzir o tempo de internação, gerando um aumento de giro de leitos, diminuição de sequelas e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida do idoso.

CONCLUSÃO

Concluimos que a prevalência de queda em idosos foi de 88,1%, tendo com destaque a queda da própria alta 79% seguida de queda de alta menor que seis metros 20.5%. Por fim, concluimos que é fundamental o contínuo debate sobre o tema deste estudo, pois a prevalência de queda em idosos vítimas de acidentes e violência são elevados e precisam de políticas públicas que colaborem com prevenção para reduzir esses dados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

BOONE, D. L. *et al.* Serviço de atendimento móvel de urgência: perfil dos atendimentos por causas externas. *Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica*, [S.l.], v. 16, n. 3, p. 134- 139, abr-jun 2018.

CHAIMOWICZ, F.; CHAIMOWICZ, G. O envelhecimento populacional brasileiro. *Pista: periódico interdisciplinar [Sociedade Tecnologia Ambiente]*, Belo Horizonte, v.4, n.2, p. 6-26, ago. /nov. 2022.

CRUZ, D. T. *et al.* Prevalência de quedas e fatores associados em idosos. *Revista de Saúde Pública, Minas Gerais*, v.46, n.1, p. 138-46, 2012.

ESTEVES, B.B *et al.* Incidência de Acidentes com idosos atendidos pelo SAMU em Juiz de Fora- MG. *Brazilian, Curitiba*, v. 4, n.2, p. 8725-8743, mar.2021.

HARRIS, B.; HELGERTZ, J. Urban sanitation and the decline of mortality. *The History of the Family, UK*, v. 24, n. 2, p. 207-226, 2019.

MADEIRAS, J. G. *et al.* Determinantes socioeconômicos e demográficos na assistência à fratura de fêmur em idosos. *Ciência Saúde coletiva, Rio de Janeiro*, v.24, n.1, p. 97-103, 2019.

ROCHA A. V.; MONDELLI M. F. C. G. sound generator associated with the counseling in the treatment of tinnitus: evaluation of the effectiveness. *Braz J Otorhinolaryngol.*, v. 83, p. 249-55, 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA – SBGG. Dia Mundial de Prevenção de Quedas. 2021. Disponível em: <https://sbgg.org.br/dia-mundial-de-prevencao-de-quedas/#:~:text=O%20aumento%20da%20longevidade%20e,suas%20consequ%C3%A2ncias%2C%20especialmente%20as%20fraturas.Acesso> em : 04 jan.2022

SANTOS, G. M. *et al.* Atendimentos do componente móvel da rede de atenção às urgências e emergências. *Revista Cuidarte, Bucaramanga, Colômbia*, v. 10, n. 3, p. 1-14, 2019.

SILVA, T. K. *et al.* Fatores associados a quedas em idosos socorridos pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192. *JBMEDE - Jornal Brasileiro de Medicina de Emergência*, v. 1, n. 3, p. e21021, 19 jan. 2021.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

03- ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA AGENDA 2030 NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

FOLLOW-UP AND MONITORING OF THE 2030 AGENDA IN THE STATE OF ESPÍRITO SANTO

Luiz Cláudio Souza Freitas¹, Elaine Pereira da Silva Rodrigues¹, Emanuely Regina Rosa dos Santos¹, Priscila Belo de Oliveira¹, Kelven Marcelino Klein¹, Cesar Albenes de Mendonça Cruz²

¹Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória

²Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil.

Autor correspondente: cesar.cruz@emescam.br

Resumo

Introdução: Este artigo é fruto de um grupo de pesquisa, a respeito da implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Estado do Espírito Santo. A Agenda 2030, da Organizações das Nações Unidas é um mapa norteador para as políticas públicas no Brasil e no Mundo. **Método:** Foi realizada pesquisa de natureza básica, de abordagem quantitativa de caráter descritivo e exploratório e pesquisa bibliográfica, através de livros, artigos, revistas e documentos públicos. **Resultados:** identificou-se que o Estado do Espírito Santo possui um pacto pelo Cumprimento da Agenda 2030 no Estado do Espírito Santo. Discussão: Observa-se que ainda o movimento do Poder Público é embrionário. **CONCLUSÃO:** Necessita-se de investimentos e participação da sociedade no processo para que se alcance as metas propostas.

Palavras-chave: Agenda 2030, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Organização das Nações Unidas (ONU).



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 da ONU, com seus 17 ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) é um tipo mapa orientador sobre políticas públicas que, se seguido, garantirá ao Brasil um lugar no mundo. Ela foi elaborada depois de intensos debates na ONU e assinada por 193 Estados membros. Ela foi criada para orientar não apenas os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mas também o setor privado e a sociedade civil sobre como melhor cuidar das pessoas e do planeta. A Agenda 2030 também define metas específicas para erradicar a pobreza extrema e fome, enfrentar desigualdades e injustiças e, como garantir o progresso sem deixar ninguém fora dele, sem deixar ninguém para trás.

No contexto político nacional, a Agenda 2030 se torna mais do que nunca o melhor plano de trabalho para qualquer gestão executiva, parlamento ou sistema judiciário, minimamente séria e comprometida em corrigir erros. Mas devido aos grandes problemas nacionais que foram agravados pelo período da Covid 19, ainda estamos muito longe de seguir os 17 ODS.

A Agenda 2030 é importante não somente porque foi acordada na ONU mas, principalmente, porque faz todo o sentido para o Brasil, especialmente neste momento pós-pandemia. Precisamos encontrar soluções para sairmos do caminho da insustentabilidade e de tantos retrocessos que tivemos nos últimos anos.

Os dados atuais indicam um imenso distanciamento das metas acordadas, como mostram as análises produzidas pelo “Relatório Luz” de 2022. Nossas relações sociais ficaram destroçadas pelo ódio, o abismo entre ricos e pobres se aprofundou, agravaram-se os ataques contra as unidades de conservação e contra a legislação ambiental, enquanto se intensifica a exclusão histórica baseada em questões étnico-raciais, identidade de gênero e orientação sexual.

Para o Brasil, país de dimensões continentais, a Agenda 2030 é aquela luz no fim do túnel da qual não abriremos mão: ela mostra que há meios de fazer diferente, e nos instiga a seguir cobrando as ações necessárias para colocar o



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

país no rumo do real desenvolvimento sustentável. O que queremos do Estado não só é possível, como também é nosso direito: instituições democráticas, financiamento adequado de políticas públicas efetivas, planejadas para curto, médio e longo prazos, fundamentadas em evidências científicas, na ética, no respeito aos bens comuns e ao planeta e que tenham o bem-estar de todas as pessoas e a ética da sua execução como indicadores centrais. Enfim, a Agenda 2030, é um caminho que pode-se construir juntos para o Brasil se tornar um país justo, próspero e melhor para nós e para as gerações futuras.

MÉTODO

A pesquisa realizada foi de natureza básica, de abordagem quantitativa de caráter descritivo e exploratório e pesquisa bibliográfica, através de livros, artigos, revistas e documentos públicos. Para além, será consultada a Agenda 2030 da ONU, uma Plataforma para a implantação e implementação de políticas públicas que melhorem a vida das pessoas, por isso é de grande relevância para a execução de políticas públicas efetivas.

RESULTADOS

A pesquisa identificou alguns mecanismos e esforços para o cumprimento no Estado do Espírito Santo. O **“Pacto pela Implementação da Agenda 2030/17 ODS no Estado do Espírito Santo”** protagonizado pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas e que conta com o Governo do Estado, e a ALES (Assembleia Legislativa do Espírito Santo). O pacto é assinado também pela AMUNES (Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo) e a ASCAMVES (Associação das Câmaras e Vereadores do Espírito Santo; além de outras instituições públicas, da iniciativa privada, da sociedade civil e da academia.

O Estado do Espírito Santo foi o primeiro Estado no Brasil a criar um “Pacto Estadual” para o cumprimento da Agenda 2030 com seus 17 ODS da ONU. e tem inspirado os demais Estados brasileiros a também fazer o mesmo. Um dos lemas da Agenda 2030 é “Não Deixar Ninguém Para Trás”, e é isso que se tem feito.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No “**Pacto Estadual pelo Cumprimento da Agenda 2030 no Estado do Espírito Santo**” estão previstas as seguintes as ações:

I- internalizar, difundir e auxiliar o processo de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, subscrita pela República Federativa do Brasil;

II — fundamentar, no que couber, o Planejamento Estratégico do Pactuantes;

III - promover a articulação entre os pactuantes. com vistas à realização das ações objeto deste Pacto;

IV - subsidiar o gerenciamento, a aplicação e o monitoramento do alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por órgãos e entidades públicas imbuídas da disseminação e implementação dos ODS;

V - sensibilizar e capacitar os operadores de Direito, servidores e equipes técnicas, nos princípios, diretrizes e estratégias representadas pela Agenda 2030;

VI - realizar eventos de sensibilização, debate e intercâmbio de estudos e experiências nas temáticas relacionadas à Agenda 2030;

VII - identificar, disseminar e compartilhar boas práticas destinadas ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

VIII- Incentivar pesquisas junto à Fapes (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Espírito Santo) sobre os indicadores dos 17 ODS no Estado do Espírito Santo;

IX – Produzir materiais, como folder, cartilhas, cartazes e outros materiais impressos e virtuais para divulgar e envolver a sociedade capixaba na implementação dos ODS;

X- Elaborar e divulgar ao final de cada ano um relatório das ações desenvolvidas por esta Pacto, no sentido de acompanhamento, monitoramento e avaliação das atividades realizadas; visando aprimorar o trabalho do ano seguinte.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DISCUSSÃO

Assim, observa-se que no Estado do Espírito Santo tem-se instituições públicas fortes que estão preocupadas com o cumprimento da Agenda 2030, e que procuraram envolver diversos setores da sociedade para avançarmos no cumprimento das metas e melhoria dos indicadores dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU no Estado do Espírito Santo.

CONCLUSÃO

É preciso que cada brasileiro e cada brasileira que hoje buscam soluções para seus problemas, conheçam o resultado do que foi a mais complexa – e também a mais participativa – negociação global ocorrida nas Nações Unidas. Sua vitória foi exatamente alinhar temas diversos nas áreas social, econômica e ambiental e, mesmo longe de ser a agenda ideal que sonhamos, seu resultado consensuado em 17 grandes objetivos e 169 metas, é o que chamamos de “piso mínimo necessário” para diminuir as grandes tragédias que ainda solavancar nosso processo civilizatório no Brasil e no mundo.

REFERÊNCIAS

CNM. Confederação Nacional de Municípios. Guia para localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros. O que os gestores municipais precisam saber. Disponível em: https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ODS-Objetivos_de_Developmento_Sustentavel_nos_Municipios_Brasileiros.pdf Acesso em: 10 de novembro de 2021.

CNM. Confederação Nacional de Municípios. Guia para localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros. O que os gestores municipais precisam saber. Disponível em: https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ODS-Objetivos_de_Developmento_Sustentavel_nos_Municipios_Brasileiros.pdf Acesso em: 10 de novembro de 2021.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração do Milênio. Nova Iorque, 2000. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/declaracao-do-milenio.html> Acesso em: 10 de novembro de 2021.

NAÇÕES UNIDAS. O futuro que queremos. Rio +20 – Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/index.html> Acesso em: 10 de novembro de 2021.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

NAÇÕES UNIDAS. Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2015. Disponível em: <https://www.undp.org/publications/millennium-development-goals-report-2015> Acesso em: 10 de novembro de 2021.

NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova Iorque, 2016. Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf> Acesso em: 10 de novembro de 2021.

PNUD. Cartilha de Perguntas e Respostas sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/cartilha-de-perguntas-e-respostas-dos-ods.html> Acesso em: 10 de novembro de 2021.

PNUD, CNM. Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/index.php/biblioteca/exibe/2855> Acesso em: 10 de novembro de 2021.

PNUD. Coletânea Territorialização dos ODS – Guia de Elaboração de Diagnósticos Situacionais Municipais de Indicadores ODS. Brasília, DF: PNUD, 2021. Disponível em: https://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/guias/ColetaneaODS_livro_2_PROVA%20FINAL_V2.pdf Acesso em: 24 de novembro de 2021.

IPEA. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/> Acesso em: 10 de novembro de 2021.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

04- A EXACERBAÇÃO DA VULNERABILIDADE DO RENAL CRÔNICO DURANTE A PANDEMIA DA COVID ANALISADA PELA HISTÓRIA ORAL

THE EXACERBATION OF THE VULNERABILITY OF CHRONIC KIDNEY DISEASE PATIENTS DURING THE COVID PANDEMIC ANALYZED BY ORAL HISTORY

Maria Elisa de Mendonça Assbu¹, Nathalya das Candeias Pastore Cunha²,
Italla Maria Pinheiro Bezerra²

¹Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil.

²Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM

Autor correspondente: me.assbu@gmail.com

RESUMO

Introdução: No cenário de pandemia, o portador de Doença Renal Crônica (DRC) correspondeu a uma população de risco para a Covid-19, mas que não pode fazer isolamento social. Ao contrário, teve que transitar pelas ruas, em transporte públicos e permanecer em ambiente hospitalar com frequência, uma vez que a sobrevivência dessas pessoas é atribuída e esse tipo de terapia renal substitutiva (TRS) e a ausência da manutenção deste tratamento pode ocasionar a morte. **Objetivo:** Analisar como a pandemia da Covid-19 promoveu a exacerbação da vulnerabilidade dos portadores de DRC. **Método:** Estudo histórico social de abordagem qualitativa que utilizará a história oral para interpretar os depoimentos. **Resultados:** Os pacientes abordados no estudo não apresentaram impactos negativos no tratamento essencialmente hemodialítico. Eles enfrentaram situações de medo no transporte, redução de renda associada ao desemprego, problemas interpessoais dentro e fora das clínicas e, mesmo assim, seguiram com o tratamento independentemente dos entraves mencionados. **CONCLUSÃO:** A reflexão sobre a DRC na esfera social está relacionada aos determinantes sociais e ao processo de saúde e doença, o que torna evidente o grande desafio para a elaboração de estratégias no sentido de ações integradas, principalmente na prevenção e contemplando essas pessoas com atendimento digno diante de tanto desgaste físico e emocional, uma vez que os aspectos psicológicos e motivacionais ocupam um papel de destaque na adesão ao tratamento.

Palavras-chave: pandemias, COVID-19, isolamento social, doença renal crônica, hemodiálise.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

No cenário de pandemia, o aprofundamento neste tema é de suma importância, já que o portador de Doença Renal Crônica (DRC) faz parte de uma população considerada de risco para a Covid-19, porém, não pode fazer isolamento social. Ao contrário, teve que transitar pelas ruas, usar transportes públicos e permanecer em ambiente hospitalar com frequência, uma vez que a sobrevivência desses portadores é absolutamente atrelada à terapia renal substitutiva (TRS) e a ausência da manutenção deste tratamento pode ocasionar a morte.

A Covid-19 foi caracterizada como pandemia pela OMS, já que havia disseminação mundial desta nova doença causada pelo Coronavírus e a aplicabilidade deste termo se dá quando uma epidemia se alastra por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa (Lanna *et al.*, 2020).

A questão social da doença renal crônica (DRC) e o enfrentamento da pandemia de COVID-19 representam um grande desafio para os sistemas de saúde e as comunidades em todo o mundo. A DRC já é uma preocupação global de saúde pública devido à sua prevalência crescente e às implicações socioeconômicas associadas (Porto, 2017) e a emergência da pandemia de COVID-19 intensificou as disparidades existentes e exacerbou a vulnerabilidade dessa população (Senhoras e Nascimento, 2020).

Assim, ao explorar a vivência desses pacientes enfatizando o período pandêmico, é possível refletir que há uma necessidade de um novo olhar no cuidado. É indiscutível que os impactos da pandemia na vida desses indivíduos não estão associados apenas ao tratamento da patologia em si, mas também estão ligados à saúde e à qualidade de vida.

Este estudo busca analisar de que maneira os pacientes com DRC foram impactados de forma acentuada, considerando fatores como acesso a tratamentos, interrupções nos serviços de saúde, e os desafios adicionais que surgiram devido às medidas de distanciamento social. A compreensão desses efeitos é crucial para desenvolver estratégias de mitigação e promover a



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

resiliência desses pacientes em meio a crises de saúde global, garantindo assim uma abordagem mais holística e eficaz no cuidado da saúde renal durante situações pandêmicas. Sendo assim, tem-se como objetivo deste trabalho analisar como a pandemia da Covid-19 promoveu a exacerbação da vulnerabilidade dos portadores de Doença Renal Crônica.

MÉTODO

Estudo histórico social de abordagem qualitativa, segundo o método da História Oral (HO). A análise qualitativa destaca aspectos relacionados às dinâmicas humanas que não captadas muitas vezes pelo método quantitativo (Minayo, 2004). O método da história oral temática viabiliza a compreensão do passado através da coleta, organização e interpretação de eventos ligados a uma temática específica, com o compromisso de esclarecer ou capturar a perspectiva do entrevistado (Meihy, 2005).

Participaram do estudo oito colaboradores portadores de doença renal crônica em tratamento dialítico, maiores de 18 anos e portadores de doença renal crônica em hemodiálise

RESULTADOS

Foram profundas e longas entrevistas diante do tema, com perguntas norteadoras a esse momento tão oportuno de confidências.

Todas as fases foram fundamentais para a compreensão das informações encontradas nas entrevistas e para serem inseridas em um contexto maior, a fim de dar um dimensionamento ao que a pandemia refletiu para os portadores de doença renal crônica em hemodiálise.

Todos os desafios vivenciados pelos portadores de DRC foram potencializados diante da pandemia da Covid-19, provocando-nos a pensar sobre as políticas públicas brasileiras associadas ao enfrentamento do vírus em articulação à ideia de que o momento pandêmico no Brasil se associa às desigualdades sociais, produzidas historicamente, as quais oportunizam contrastes entre os diferentes territórios de saúde.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DISCUSSÃO

Durante esse período da Covid-19, pacientes com DRC enfrentaram barreiras e desafios para o acesso à saúde e estavam com riscos maiores dos piores desfechos. Os estudos evidenciaram que a incerteza quanto ao acesso aos cuidados, nesse período, exacerbou a vulnerabilidade, bem como prejudicou e sobrecarregou os pacientes quanto aos seus afazeres por causa do isolamento. Mundialmente, a otimização do uso da telemedicina, envolvendo ainda a educação e os serviços psicossociais podem ter mitigado as piores consequências para essa população (Natale, 2023).

A pandemia potencializou as iniquidades vividas no país e as diferenças associadas aos Determinantes Sociais da Saúde (DSS), atreladas aos movimentos políticos em esferas nacional, estadual e municipal, foram impactantes, principalmente, em territórios de saúde considerados mais vulneráveis (Darcie, 2022).

A exacerbação da vulnerabilidade foi muito marcante, já que a ameaça em contrair o vírus era o maior medo e uma triste realidade. Pacientes e acompanhantes estavam muito preocupados com o elevado risco de contrair o vírus, particularmente nos serviços de saúde

Ao longo dos depoimentos colhidos neste estudo, constatou-se que os pacientes dialíticos se sentiram particularmente vulneráveis por conta das comorbidades e por serem imunocomprometido, necessitando intensificar o isolamento social, mas manter a aderência terapêutica nas unidades de hemodiálise.



Figura 1. Esquema temático do impacto da Covid na DRC.

Fonte: Elaboração dos autores (2023).

CONCLUSÃO

Apesar de não ter, no estudo, impactos negativos quanto à falta de insumos, atrasos ou falta de segurança nas unidades, vale ressaltar que o cuidado para os portadores de DRC vai além da depuração. A escolha da HO permitiu a interação entre o entrevistador e o entrevistado, o que facilitou a imersão em discursos diversos no contexto do tratamento em meio ao caos. A análise final é fruto deste momento mundialmente difícil que atingiu uma população cronicamente fragilizada e limitada, exacerbando a vulnerabilidade e o sofrimento já tão presentes nas vidas dos renais crônicos

REFERÊNCIAS

DARSIE, C. *et al.* A Covid-19, os determinantes sociais da saúde e as iniquidades dos territórios de saúde brasileiros. *SANARE - Revista de Políticas Públicas*, [S. l.], v. 21, n. 2, 2022. DOI: 10.36925/sanare.v21i2.1659.

LANA, R. M. *et al.* Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 1-5, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00019620>.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MEIHY, J. C. S. B. Manual de história oral. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

NATALE, P. *et al.* The Impact of the Covid-19 Pandemic on Patients With CKD: Systematic Review of Qualitative Studies. *American Journal of Kidney Diseases: the Official Journal of the National Kidney Foundation*. 2023 Oct;82(4):395-409.e1. DOI: 10.1053/j.ajkd.2023.04.001. PMID: 37330133; PMCID: PMC10270732.

PORTO, Janaína Rodrigues et al. Avaliação da função renal na doença renal crônica. *RBAC*, v. 49, n. 1, p. 26-35, 2017.

SENHORAS, Elói Martins; NASCIMENTO, Francisleile Lima. COVID-19: Enfoque gerenciais na saúde. EdUFRR, 2020.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

05- PERFIL DOS PACIENTES DO PROJETO TERCEIRA DENTIÇÃO DA CLÍNICA UNIFACIG

PROFILE OF PATIENTS IN THE THIRD DENTITION PROJECT OF CLÍNICA UNIFACIG

Juliana Dias Grapiuna¹, Maria Emília Lage¹, Ana Carolina Ferreira¹

¹Centro Universitário UNIFACIG

Autor correspondente: anacarolina.f096@gmail.com

RESUMO

Introdução: No Brasil, a prática odontológica caracterizava-se como curativa. Atualmente, ela está direcionada à prevenção; porém, a cárie, por ser multifatorial, quando não tratada pode acarretar perdas dentárias levando ao uso de próteses dentárias. **Objetivo:** Descrever o perfil dos pacientes do projeto de extensão Terceira Dentição do Unifacig, caracterizando os pacientes e direcionando a melhorias no atendimento do serviço ofertado. **Método:** Trata-se de um estudo quantitativo, com aplicação de um questionário e análise dos prontuários. **Resultados:** Dos 56 pacientes incluídos na pesquisa, 61% é do sexo feminino, 33,9% tem entre 60-69 anos; 66,1% moram em zona urbana; em relação ao uso de próteses dentárias 42,9% faz uso a mais de 20 anos ou mais; 83,9% necessitam de prótese total superior e 69,5% de prótese parcial removível inferior; 53,6% necessitam de acompanhante; 94,6% avaliou o atendimento como muito bom; 35,7% não souberam responder quem custeava o projeto; 50% indicaram melhorias para o projeto; 48,2% relataram ter recebido orientações sobre higiene bucal pela rede de saúde pública e 82,1% afirmaram que eles mesmos tiveram iniciativa de procurar atendimento em saúde bucal. **Conclusão:** Conclui-se que o projeto atendeu mais mulheres do que homens, idosos, moradores de zona urbana, faziam uso de próteses há mais de 20 anos, sendo a mais utilizada a prótese total removível.

Palavras-chave: odontologia, prótese parcial removível, prótese total removível, saúde bucal.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

A prótese dentária é indicada para pacientes edêntulos total ou parcialmente, pois tem custo acessível, fornece estética e satisfação aos pacientes quando bem confeccionada (BENEVIDES e BRITO, 2020). Ela reestabelece a função mastigatória, equilibra a mordida e proporciona melhor fonética e harmonia facial (MARTINS et al., 2008).

Devido ao grande número de pessoas edêntulas no Brasil, é de grande relevância identificar os aspectos relacionados à utilização de serviços odontológicos para colaborar e direcionar políticas públicas para essa população (MARTINS et al., 2008).

O projeto Terceira Dentição, realizado pelo Centro Universitário Unifacig na disciplina de Prótese Dentária Removível tem como objetivo promover aos alunos de graduação em Odontologia uma extensão acadêmica com atendimento a pacientes do município de Manhuaçu/MG. Ele teve início em julho de 2022 e término em julho de 2023, atendendo pacientes que necessitam de prótese total ou parcial removível. Esse projeto tem o propósito de oferecer um atendimento reabilitador de qualidade aos pacientes que necessitam de próteses bucais. No entanto, é importante conhecer o perfil desses pacientes para aprimorar o atendimento e oferecer um serviço cada vez mais personalizado. Este estudo tem como objetivo proporcionar um banco de dados sobre o perfil dos pacientes atendidos no projeto que poderá servir de base para futuros trabalhos como TCC e artigos científicos e planejamento para atendimentos da clínica.

Justifica-se este estudo para traçar e compreender o perfil dos pacientes que utilizam próteses bucais removíveis na clínica e, assim, oferecer um serviço de qualidade cada vez maior. Com os resultados obtidos, será possível identificar características demográficas, motivos de procura pelo tratamento, tipo de prótese mais utilizada, satisfação com o tratamento, contribuindo para uma melhor assistência odontológica aos pacientes.

MÉTODO

Trata-se de um trabalho descritivo e quantitativo com início em julho 2022 e término em julho de 2023.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os critérios de inclusão dos pacientes selecionados para o tratamento eram pacientes que necessitavam de próteses parciais e totais removíveis. O critério de exclusão eram pacientes dentados que necessitavam de tratamento clínico odontológico prévio, formando uma amostra de 56 pacientes. A pesquisa realizada neste presente estudo foi submetida à avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário Unifacig.

Neste estudo, foi aplicado um questionário próprio no qual eram realizadas perguntas durante o atendimento na clínica e análise de prontuário. As perguntas feitas no questionário, referem-se a nome, idade, residência, uso de prótese e qual sua necessidade, orientações sobre higiene bucal, percepção de si mesmo, opinião sobre a estrutura da clínica e desempenho do projeto.

RESULTADOS

Dos 56 pacientes que participaram do Projeto Terceira Dentição, 34 eram mulheres e 22 homens. Dentre os pacientes pesquisados, (1,8%) possuía entre 30-39 anos, 3 (5,3%) possuía entre 40-49 anos, 17 (30,4%) possuíam entre 50-59 anos, 19 (33,9%) possuíam entre 60 a 69 anos, 15 (26,8%) possuíam entre 70-79 anos e 1 (1,8%) possuía entre 80-89 anos. Com relação a área demográfica, 47 pacientes (66,1%) moravam em zona urbana e 19 (33,9 %) eram de zona rural.

Em relação tempo em que os pacientes já utilizavam próteses removíveis, 15 (26,80 %) pacientes não faziam uso antes de procurarem atendimento, 4 pacientes (7,10%) faziam uso entre 1-5 anos, 6 (10,70%) pacientes faziam uso entre 5-10 anos, 7 (12,50%) pacientes faziam uso entre 10-20 anos e 24 (42,90%) pacientes faziam uso a 20 anos ou mais. Com relação a necessidade protética que os pacientes chegaram a clínica, na arcada superior, 47 pacientes (83,9%) necessitavam de prótese total removível, 15 pacientes (12,5%) necessitavam de prótese parcial removível, e 2 não necessitavam de nenhuma reabilitação protética. Com relação a arcada inferior, 39 pacientes (69,50%) necessitavam de prótese total removível, 15 pacientes (26,90%) necessitavam de prótese parcial removível e 2 pacientes (3,60%) não necessitavam de nenhuma reabilitação protética.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Com relação a necessidade de acompanhante durante o atendimento odontológico, 30 pacientes (53,60%) necessitavam de algum amigo ou familiar acompanhá-lo e 26 pacientes (46,40%) não necessitavam. Quando abordados sobre a questão de mobilidade dentro da clínica, 51 pacientes (91,10%) relataram terem tido fácil mobilidade e 5 pacientes (8,90%) responderam que não.

Em relação a avaliação quanto ao atendimento, 1 paciente, (1,80%) avaliou como ruim, 2 pacientes (3,6%) avaliaram como satisfatório e 53 pacientes (94,6%) avaliaram como muito bom.

Eles foram questionados se sabiam de onde vinham os recursos que custeavam a prótese a ser confeccionada no projeto, 9 pacientes (16,01%) acreditavam ser a própria clínica, 15 (26,7%) acreditavam ser a prefeitura, 12 pacientes (21,5%) acreditavam ser o SUS e 20 pacientes (35,7%) não souberam responder.

Ao terem sido questionados se tinham alguma sugestão de melhoria para o projeto, 23 pacientes (50%) responderam indicarem melhorias, enquanto os outros 23 pacientes (50%) relataram ter sugestões, que o andamento da prótese fosse mais rápido, que o projeto fosse em um lugar de mais fácil acesso, que o projeto abrangesse mais pessoas pois muitos relataram ter mais de 2 anos que deram seus nomes no posto de saúde a procura de confeccionar uma nova prótese.

Quando perguntados a respeito sobre instruções de higiene bucal, 27 pacientes (48,2%) relataram que foram orientados em rede de saúde pública, 4 pacientes (7,1%) relataram que foram orientados em rede de saúde privada, 3 pacientes (5,4%) relataram que foram orientados em rede de saúde pública quanto privada e 22 pacientes (39,3%) relataram que nunca foram orientados por nenhum profissional cirurgião dentista sobre higiene bucal

Entretanto, ainda é alarmante que 39,3% dos entrevistados nunca tenham sido orientados por um profissional de saúde sobre essa questão crucial para manutenção dos tecidos bucais.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em relação a troca e confecção de uma nova prótese, 3 pacientes (7,2%) relataram terem sido incentivados a procurarem atendimento por algum familiar, 46 pacientes, (82,1%) responderam que eles mesmos tiveram a iniciativa de procurar atendimento odontológico e 6 pacientes, (10,7%) responderam que foram incentivados por outros.

DISCUSSÃO

Em uma pesquisa realizada por Dantas (2017), na atenção básica do município de Caicó, com dados coletados nas Estratégias de saúde da família, a predominância era de pacientes do sexo masculino (54,1%) que possuíam ausências dentárias e necessitavam de próteses odontológicas. Esses resultados contrastam com os encontrados em nosso estudo.

Um estudo conduzido por Moimaz (2004) examinou o perfil de utilização de próteses totais em idosos e avaliação da eficácia de sua higienização, onde envolveu uma amostra de 80 pessoas da terceira idade. Entre os participantes do estudo, 72 eram usuários de próteses totais removíveis, e destes, (65,27%) utilizavam próteses totais removíveis há mais de 20 anos. Esses dados indicam que a o edentulismo afeta, principalmente, a população idosa.

Os resultados do presente estudo contrastam com os dados apresentados por um estudo realizado por Mallmann (2010), que avaliou o uso e necessidade de prótese em indivíduos de 50 a 74 anos em Porto Alegre, RS, onde nessa pesquisa, a predominância foi de pacientes que necessitavam de prótese total superior e prótese parcial inferior.

Nuner e Silva (2011), afirmam que é necessário que haja uma união entre Universidade e sociedade afim de que juntas consigam criar e compreender o grande conhecimento adquirido a partir dessa junção, fazendo que as faculdades abram cada vez mais as portas para a realidade social.

Segundo Souza et al. (2016), após avaliar o Inquérito Nacional das Condições de Saúde Bucal da população brasileira (Sb Brasil), foi constatado que, entre os idosos que participaram da pesquisa, cerca de 55% perceberam a necessidade de prótese removível.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CONCLUSÃO

Conclui-se que o projeto atendeu mais mulheres do que homens, idosos, moradores de zona urbana, faziam uso de próteses há mais de 20 anos, sendo a mais utilizada a prótese total removível.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, A. C. V.; BRITO, J. S. G. de. Fatores relacionados à perda dentária e as expectativas de reabilitação oral: revisão de literatura. 2020. 40 f. Tese (Doutorado em Cirurgião-Dentista) – Centro Universitário Fametro, Fortaleza, 2020.

DANTAS, L. R. de O. Perfil e auto percepção de usuários desdentados sobre a relação edentulismo e envelhecimento em Município do interior do nordeste brasileiro. In: Congresso Nacional de Envelhecimento Humano- CIEH, 2017. Anais V CIEH, Campina Grande: Realize editora, 2017

MALLMANN, F. H. Uso e necessidade de prótese em indivíduos de 50-74 anos em Porto Alegre, 2010. 36 f. Trabalho de Conclusão de curso (título de Cirurgião-Dentista) – Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MARTINS, A. M. E. de B. L.; BARRETO, S. M; PORDEUS, I. A. Características associadas ao uso de serviços odontológicos entre idosos dentados e edentados no Sudeste do Brasil: Projeto SB Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 81-92, jan. 2008

MOIMAZ, S. A. S. et al. Perfil de utilização de próteses totais em idosos e avaliação da eficácia de sua higienização. Brazilian Dental Science, Araçatuba/São Paulo, v. 7, n. 3, p. 78, jul. /set. 2004.

NUNES, A. L. de P. F.; SILVA, M. B. da C. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. Mal-Estar e Sociedade, Frutal, v. 4, n. 7, p. 119-133, dez. 2011.

SOUZA, J. G. S. et al. Auto percepção da necessidade de prótese dentária total entre idosos brasileiros desdentados. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v.21, n.11, p. 3407-3415, nov. 2016.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

06- A INFLUÊNCIA DAS ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO PRECOCE APLICADAS PELO FISIOTERAPEUTA EM PACIENTES CRÍTICOS E SUAS IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS DE SAÚDE

THE INFLUENCE OF EARLY MOBILIZATION STRATEGIES APPLIED BY PHYSIOTHERAPISTS IN CRITICAL PATIENTS AND THEIR IMPLICATIONS ON HEALTH POLITICS

Richardson Morais Camilo¹, Pitiguara de Freitas Coelho¹, Fernando Rocha Oliveira¹

¹ Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil.

Resumo

Introdução: A longa permanência na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) traz desafios expressivos para a saúde pública, sendo necessário intervenções para mitigar os custos. A Mobilização Precoce (MP) é uma estratégia para reduzir a perda de força muscular e diminuir o tempo de ventilação mecânica, buscando evitar o declínio funcional que pode levar à dependência funcional, aumentando a demanda por cuidados pós-alta e contribuir para casos de aposentadoria por invalidez. **Objetivo:** Revisar a literatura acerca dos impactos da MP na UTI e avaliar suas repercussões no cuidado aos pacientes destacando a relevância dos resultados para embasar a formulação de políticas públicas destinadas à otimização do atendimento e promoção da saúde nos cuidados intensivos. **Método:** Pesquisa de caráter bibliográfico e de objetivo exploratório nas bases de dados eletrônicas MEDLINE, SciELO e BVS, artigos publicados nos últimos 5 anos. **Resultado:** A internação na UTI pode resultar em complicações pós-alta. A MP tem o objetivo de prevenir disfunções funcionais e melhorar a qualidade de vida pós-internação traumática. As implicações econômicas superam os custos diretos da hospitalização, incluindo perdas de renda e encargos sociais de longo prazo. Destaca-se a urgência de políticas públicas em saúde e assistência social para abordar essa questão. **Conclusão:** é essencial que os fisioterapeutas estejam em constante atualização, adaptando-se a novas abordagens. Isso inclui a promoção da excelência na assistência através da formulação de diretrizes e protocolos de MP, capacitação da equipe, monitoramento e apoio financeiro do Estado para criar condições propícias ao desenvolvimento dessa prática nas UTIs.

Palavras-chave: mobilização precoce, unidade de terapia intensiva, resultados de cuidados críticos, gastos públicos com saúde.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

Os fisioterapeutas desempenham um papel crucial na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), abordando complicações nos sistemas cardíaco, respiratório e neurológico, além de lidarem com alterações motoras e hemodinâmicas devido ao confinamento ao leito. Diversas patologias, especialmente as respiratórias e metabólicas, podem prolongar a estadia na UTI, resultando em aumento no tempo de ventilação mecânica e potencialmente elevando a taxa de mortalidade (Feliciano *et al.*, 2012; Lopes *et al.*, 2008).

O índice de mortalidade na UTI tem apresentado uma redução de cerca de 2% ao ano desde 2000, atribuída às modificações nos cuidados com os pacientes críticos (Hutchings *et al.*, 2009). É importante destacar que a imobilidade prolongada contribui para o aumento desse índice, gerando complicações e prolongando o tempo de internação, o que impacta na vida do paciente após sua alta hospitalar (Gosselink *et al.*, 2008).

A Mobilização Precoce (MP) é uma estratégia eficaz e segura para prevenir complicações decorrentes do repouso prolongado no leito. Envolve atividades terapêuticas, como exercícios motores, sedestação à beira do leito, transferência para a cadeira, ortostatismo e deambulação. Além de evitar complicações físicas e psíquicas, a MP contribui para a prevenção de internações prolongadas e das alterações associadas à imobilização, promovendo a recuperação funcional do paciente (Winkelman *et al.*, 2005; Kress JP, 2009).

Dasta e colaboradores (2005) destacam que os custos relacionados aos cuidados em UTI, que variam de US\$ 3.500 a US\$ 8.000 por dia, são substanciais. Os gastos com ventilação mecânica alcançam US\$ 1.500 por dia. O autor enfatiza a importância de intervenções para reduzir o tempo de permanência na UTI e encurtar o período de ventilação mecânica. Essas medidas têm o potencial de significativa redução de custos, visto que, segundo outro estudo de Dasta e colaboradores (2010), representam 98,5% do custo total da UTI.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Segundo Martinez (2013), a inadequada acessibilidade aos serviços de saúde no Brasil e a alta prevalência de disfunções físico-funcionais destacam a urgência de implementar medidas que aprimorem a qualidade dos serviços de saúde, visando a excelência na assistência. Além disso, Reis e colaboradores (2018) enfatizaram a relevância da qualidade na assistência para a promoção, prevenção e reabilitação da saúde, com o intuito de reduzir a incapacidade laboral e a necessidade de aposentadoria por invalidez. Além disso, a Agenda 2030, no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 3.8, enfatiza a importância do acesso a serviços de saúde de qualidade em todos os níveis de atenção (ONU, 2015).

Assim o objetivo desse estudo foi de revisar a literatura acerca dos impactos da MP na UTI, com o intuito de avaliar suas repercussões no cuidado aos pacientes e destacar a relevância desses resultados para embasar a formulação de políticas públicas destinadas à otimização do atendimento e promoção da saúde nesse contexto específico de cuidados intensivos.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão pesquisa de caráter bibliográfico e de objetivo exploratório nas bases de dados eletrônicas Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), por meio de artigos publicados entre 2018 e 2023. A pesquisa foi realizada nos meses de novembro e dezembro de 2023, com critérios de inclusão que abrangiam artigos na língua portuguesa e inglesa, relacionados aos temas de MP na UTI, a fisioterapia e sua relação com a MP bem como políticas públicas na área da saúde relacionadas a esses tópicos. Os critérios de exclusão foram: textos incompletos e artigos que não tinham acesso liberado. A busca por artigos relevantes foi conduzida utilizando descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH) e incluiu as seguintes palavras-chave em português e em inglês: (“Mobilização precoce”) AND (“Unidade de Terapia Intensiva”) OR (“Resultados de cuidados críticos”) OR (“Gastos públicos com saúde”).



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A mobilização precoce emerge como fator crucial na recuperação de pacientes críticos, desempenhando um papel fundamental na prevenção de complicações associadas à imobilidade prolongada, tais como atrofia muscular, disfunção respiratória e complicações circulatórias. Estudos que destacam a correlação entre a aplicação dessas estratégias pelos fisioterapeutas e benefícios tangíveis, como a redução do tempo de internação e a melhoria na qualidade de vida pós-hospitalização, constituem peças-chave na compreensão do impacto direto dessas práticas na saúde dos pacientes (Martinez *et al*, 2013).

Contudo, a efetiva implementação das estratégias de mobilização precoce enfrenta obstáculos significativos. Limitações de recursos, insuficiência de treinamento especializado e resistência institucional emergem como desafios a serem superados para a adoção generalizada dessas práticas nos cuidados intensivos (Hutchings *et al.*, 2009).

Além disso, uma análise econômica que destaque a potencial economia de recursos associada à mobilização precoce se revela essencial. A redução de complicações e do tempo de internação não apenas beneficia individualmente os pacientes, mas também alinha-se com as metas e prioridades das políticas de saúde pública (Reis *et al* 2018). Esta perspectiva econômica fortalece argumentos convincentes para a ampla adoção dessas estratégias, promovendo uma gestão eficiente dos recursos de saúde e uma abordagem mais sustentável para o cuidado intensivo. Paralelamente, a discussão sobre a necessidade contínua de educação e sensibilização destaca a importância de envolver tanto os profissionais de saúde quanto a comunidade em geral, por meio de campanhas e programas de treinamento, para assegurar uma implementação bem-sucedida e duradoura das estratégias de mobilização precoce nos cuidados intensivos.

CONCLUSÃO

A atuação do fisioterapeuta na terapia intensiva, com ênfase na mobilização precoce em pacientes críticos, emerge como um componente crucial para otimizar a recuperação e reduzir as complicações associadas à



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

imobilidade prolongada. A compreensão da eficácia dessas estratégias é vital para o desenvolvimento de políticas de saúde eficientes, sendo imperativa a busca contínua por atualização e a implementação de abordagens inovadoras.

A promoção da excelência na assistência, por meio de diretrizes e protocolos bem definidos, aliada ao apoio financeiro do Estado, revela-se essencial para mitigar a incapacidade laboral e melhorar a qualidade de vida pós-hospitalização. Em sintonia com as regulamentações do Sistema Único de Saúde (SUS), que reconhece a saúde como um direito fundamental, a incorporação dessas práticas na gestão de saúde pública torna-se crucial, destacando o compromisso com a promoção da saúde, prevenção de doenças e garantia de serviços de qualidade para toda a população.

REFERÊNCIAS

DASTA JF, McLaughlin TP, Mody SH, Piech CT. Daily cost of an intensive care unit day: the contribution of mechanical ventilation. *Crit Care Med.* 2005; 33(6):1266-71.

DASTA JF, Kane-Gill SL, Penciana M, Shehabi Y, Bokesch PM, Wisemandle W, et al. Cost-minimization analysis of dexmedetomidine compared with midazolam for long-term sedation in the intensive care unit. *Crit Care Med.* 2010;38(2):497-503

FELICIANO VA, Albuquerque CG, Andrade FMD, Dantas CM, Lopez A, Ramos FF, et al. A influência da mobilização precoce no tempo de internamento na Unidade de Terapia Intensiva. *Assobrafir Ciência.* 2012;3(2):31-42.

GOSSELINK R, Bott J, Johnson M, Dean E, Nava S, Norrenberg M, et al. Physiotherapy for adult patients with critical illness: recommendations of the European Respiratory Society and European Society of Intensive Care Medicine Task Force on Physiotherapy for Critically ill Patients. *Intensive Care Med.* 2008;34(7):1188-99.

HUTCHINGS A, Durand MA, Grieve R, Harrison D, Rowan K, Green J, et al. Evaluation of modernisation of adult critical care services in England: time series and cost effectiveness analysis. *BMJ.* 2009;339:b4353

KRESS JP. Clinical trials of early mobilization of critically ill patients. *Crit Care Med.* 2009;37(10):442-7.

LOPES CR, Brandao CMA, Nozawa E, Auler Junior JOC. Benefícios da ventilação não-invasiva após extubação no pós-operatório de cirurgia cardíaca. *Rev Bras Cir Cardiovasc.* 2008;23(3):344-50.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MARTINEZ, Bruno Prata et al. Declínio funcional em uma unidade de terapia intensiva (UTI). movimento, v. 5, n. 1, p. 1-5, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Agenda 2030. 2015.

REIS, Geovane Rossone et al. A importância da mobilização precoce na redução de custos e na melhoria da qualidade das Unidades de Terapia Intensiva. Revista de Atenção à Saúde, v. 16, n. 56, p. 94-100, 2018.

WINKELMAN C, Higgins PA, Chen YJK. Activity in the chronically critically ill. Dimens Crit Care Nurs. 2005;24(6):281-90.



**07- DETERMINANTES SOCIAIS E ADOECIMENTO MENTAL EM CRIANÇAS:
REVISÃO NARRATIVA**

***SOCIAL DETERMINANTS AND MENTAL ILLNESS IN CHILDREN:
NARRATIVE REVIEW***

Elisian Macêdo Fechine da Cruz¹, Ana Flávia Freire Tavares Lima¹, Sabrina
Alaide Amorim Alves², Italla Maria Pinheiro Bezerra¹

¹Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil

²Programa de Pós-Graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde, Universidade Estadual do Ceará (UECE). Fortaleza, CE, Brasil

Autor correspondente: elisian_fechine@hotmail.com

Resumo

Introdução: A ampliação do conceito de saúde implicou a necessidade do reconhecimento dos Determinantes Sociais da Saúde. De modo, a compreender saúde em sua dimensão polissêmica. **Objetivo:** Analisar a influência dos Determinantes Sociais da Saúde no adoecimento mental de crianças. **Método:** Estudo de revisão bibliográfica realizada nas seguintes bases de dados: Literatura latino-americana e do caribe em ciências da saúde (LILACS) Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE). **Resultados:** Os determinantes sociais da saúde apresentam-se como mecanismo que provocam iniquidades na saúde infantil, sendo consideradas como desigualdades entre grupos populacionais que, além de sistemáticas e relevantes, são também evitáveis, injustas e desnecessárias. **Conclusão:** Evidencia-se a necessidade de políticas públicas em saúde que possibilitem a redução de iniquidades sociais. De modo, a promover práticas de saúde mental para crianças, como forma de alcance de melhoria da sua condição de saúde.

Palavras-chave: Determinantes Sociais da Saúde; Saúde Mental; Saúde da Criança.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

As concepções sobre saúde e a doença, devem ser ancoradas em prática de saúde, que possa superar os modelos causais clássicos, centrados em ações individuais, que vão além de uma abordagem biológica. Essas práticas direcionadas a mudanças individuais e coletivas de comportamentos, que possam compreender a influência dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS) (MATTIONI, 2023).

Os Determinantes Sociais de Saúde (DSS), por sua vez, representa um conjunto de fatores que caracterizam as particularidades dos indivíduos e refletem sua inserção no tempo-espaço. Eles constituem uma rede complexa de fatores que ameaçam, promovem ou protegem a saúde. Esses fatores se inter-relacionam e condicionam o processo saúde-doença na especificidade do indivíduo e na abrangência do modo de vida coletivo (BUSS, 2020).

A Conferência Mundial sobre os Determinantes Sociais da Saúde realizada em 2011 (CDSS), concentra-se no que produz a sociedade em termos de desigualdades e reduz a margem de compreensão e de denúncia aos fatores mensuráveis e claramente visíveis, esperando que isso, por si só, seja suficiente para reverter o problema. Ou seja, não propõe uma análise compreensiva das relações de poder e dos padrões de exploração, dominação e marginalização que subjazem as hierarquias sociais (GARBOIS, SODRÉ, DALBELLO-ARAUJO, 2017).

A necessidade da identificação dos determinantes sociais da saúde permite examinar a relação que tais condicionantes possuem no que concerne na interferência ao alcance do objeto saúde, destacando maiores sinergias entre a saúde e outros setores, capazes de proporcionar a execução e implementação de políticas voltadas para redução de riscos (SOUZA, 2013).

A pesquisa teve como objetivo analisar a influência dos Determinantes Sociais da Saúde no adoecimento mental de crianças.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada nas seguintes bases de dados: Literatura latino-americana e do caribe em ciências da saúde (LILACS) Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE). Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: pesquisas que tratem diretamente do tema saúde mental e educação básica sem restrição de idiomas. Como critérios de exclusão: artigos indisponíveis na íntegra; artigos duplicados; resumos; cartas ao leitor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ampliação da concepção de saúde introduz a pluralidade sobre a compreensão do contexto social na qual os sujeitos estão inseridos como um poderoso determinante para a condição de saúde. Nessa direção, faz-se necessário, compreender a definição de saúde, de doença, entender as demandas do campo e diferenciar as necessidades individuais daquelas que são intrínsecas ao contexto coletivo.

Logo, evidencia-se a importância de avaliar a necessidade da identificação dos determinantes sociais da saúde permite examinar a relação que tais condicionantes possuem no que concerne na interferência ao alcance do objeto saúde, destacando maiores sinergias entre a saúde e outros setores, capazes de proporcionar a execução e implementação de políticas voltadas para redução de riscos (SOUZA, 2013).

A investigação acerca das diferenças de saúde entre grupos populacionais deve ser compreendida como resultados de hábitos e comportamentos construídos socialmente. Nessa perspectiva, compreender os múltiplos mecanismos que produzem as iniquidades em saúde, permite a implementação de práticas que possam superar os modelos causais clássicos, centrados em ações individuais, que vão além de uma abordagem biológica (SILVA, 2018).

O modelo de Dahlgren e Whitehead dispõe os DSS em camadas concêntricas, em que os indivíduos estão no centro do modelo: camada 1 (determinantes individuais); camada 2 (determinantes proximais:



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

comportamentos e estilos de vida individuais); camada 3 (influência das redes sociais, ou seja, das relações no âmbito social); camada 4 (determinantes intermediários: condições de vida, trabalho, alimentos, acesso a ambientes e serviços essenciais); camada 5 (determinantes distais ou macrodeterminantes: condições econômicas, culturais e ambientais da sociedade) (DAHLGREN, 1991).

O modelo supracitado busca evidenciar a relação entre determinantes sociais e resultados de saúde. Inicialmente, tem-se comportamento pessoal e modos de vida que podem danificar ou melhorar a saúde, sendo influenciados por redes sociais e comunitárias, contextualizados pelas condições de vida e trabalho e acesso a instalações. Em seguida, há as condições econômicas, culturais e ambientais mais amplas de uma sociedade, as quais influenciam todas as outras camadas. A compreensão da interrelação entre os níveis permite a identificação de pontos para intervenções de políticas públicas (HOGAN, 2021).

Ressalta a importância de avaliar os determinantes sociais nos primeiros anos da vida, esses compreendidos como mecanismos que provocam iniquidades na saúde infantil, definidas como desigualdades entre grupos populacionais que, além de sistemáticas e relevantes, são também evitáveis, injustas e desnecessárias. Trata-se de uma complexa e enredada trama de fatores responsáveis pelo crescimento e desenvolvimento infantil que perpassa o período pré-natal, perinatal, pré-escolar e escolar, além de depender de atributos familiares, escolares, comunitários e do contexto sociopolítico em que vive a criança e sua família (ASSIS, 2009).

Crianças oriundas de famílias em desvantagem socioeconômica, tendem a começar suas vidas com "pobre plataforma de saúde". Este fenômeno social e multidimensional varia de acordo com os sistemas políticos, econômicos, sociais e culturais, com forte correlação com o desenvolvimento humano (FOSU, 2007).

Tais efeitos estão intricadamente relacionados a capacidade de gerar avanços sociais e econômicos, resultando em problemas de saúde ao longo da



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

vida, dos quais fazem parte os problemas de comportamento e aquisição de competência social (BORGHI, 2018). Em estudo longitudinal ecológico com crianças acompanhadas do nascimento até quatro anos de idade, concluiu que múltiplos fatores de risco afetam o desenvolvimento emocional infantil. O pior prognóstico foi associado às características das crianças que apresentavam: pais em ocupações profissionais com menor prestígio social; mães com precária educação; pertencentes a grupos minoritários e a famílias grandes e monoparentais; história de muitos eventos estressantes; mães com doença mental, história de ansiedade e precária interação mãe-criança nos primeiros anos; e pais com atitudes muito rígidas (SAMEROFF, 1998).

A necessidade da identificação dos determinantes sociais da saúde permite examinar a relação que tais condicionantes possuem no que concerne na interferência ao alcance do objeto saúde, destacando maiores sinergias entre a saúde e outros setores, capazes de proporcionar a execução e implementação de políticas voltadas para redução de riscos.

CONCLUSÃO

A necessidade da identificação dos determinantes sociais da saúde permite examinar a relação que tais condicionantes possuem no que concerne na interferência ao alcance do objeto saúde, destacando maiores sinergias entre a saúde e outros setores, capazes de proporcionar a execução e implementação de políticas voltadas para redução de riscos.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, S. G.; AVANCI, J. Q.; OLIVEIRA, R. de V. C. de. Desigualdades socioeconômicas e saúde mental infantil. *Revista De Saúde Pública*, 43, 92–100. 2009. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102009000800014>
- BORGHI, C. M. S. DE O.; OLIVEIRA, R. M. de.; Sevalho, G. Determinação ou determinantes sociais da saúde: texto e contexto na américa latina. *Trabalho, Educação E Saúde*, 16(3), 869–897. 2018. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00142>
- BUSS, P. M.; HARTZ, Z. M. A.; PINTO, L. F.; ROCHA, C. M. F. Promoção da saúde e qualidade de vida: uma perspectiva histórica ao longo dos últimos 40 anos (1980-2020). *Cien Saude Colet* 2020; 25(12):4723-4735.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DAHLGREN, G.; WHITEHEAD, M. Policies and strategies to promote social equity in health. Stockholm: IFS; 1991.

FOSU, A. K. Poverty and development. Bull World Health Organ. 2007;85(10):734.

GARBOIS, J. A.; SODRÉ, F.; DALBELLO-ARAUJO, M. From the notion of social determination to one of social determinants of health. Saúde Debate. Rio de Janeiro, V. 41, N. 112, P. 63-76, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201711206>

HOGAN, J. W.; GALAI, N.; DAVIS, W. W. Modeling the Impact of Social Determinants of Health on HIV. AIDS Behav. 2021;25(Suppl 2):215-24.

SAMEROFF, A. J. Environmental risk factors in infancy. Pediatrics. 1998;102(5 Suppl E):1287-92

SILVA, J. P.; GONÇALVES, M. F. C.; ANDRADE, L. S.; MONTEIRO, E. M. L. M.; SILVA, M. A. I. Promoção da saúde na educação básica: percepções dos alunos de licenciatura em enfermagem. Rev Gaúcha Enferm. 39:e2017-0237, 2018.

SOUZA, A. S. R.; AMORIM, M. M. R. Maternal mortality by COVID-19 in Brazil. 2021. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, 21(1), S253- S256. <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/R7MkrnCgdmyMpBcL7x77QZd/?lang=en#>.
<https://doi.org/10.1590/1806-9304202100S100014>



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**08- EDUCAÇÃO BÁSICA E ADOECIMENTO MENTAL: REFLEXÕES NA
PRÁTICA DO CUIDADO EM SAÚDE**

***BASIC EDUCATION AND MENTAL ILLNESS: REFLECTIONS IN THE
PRACTICE OF HEALTH CARE***

Ana Flávia Freire Tavares Lima¹, Elisian Macêdo Fachine da Cruz^{1,2}, Sabrina
Alaide Amorim Alves^{1,2}, Italla Maria Pinheiro Bezerra¹

¹Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil

²Programa de Pós-Graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde, Universidade Estadual do Ceará (UECE). Fortaleza, CE, Brasil

Autor correspondente: ana.flavia.freire@hotmail.com

Resumo

Introdução: Os transtornos mentais tornaram-se cada vez mais frequentes em crianças em idade escolar, causando danos à sua saúde mental, desempenho escolar, relação com familiares e amigos. **Objetivo:** Analisar os impactos do adoecimento mental no contexto da educação básica infantil. **Método:** Estudo de revisão bibliográfica realizada nas seguintes bases de dados: Literatura latino-americana e do caribe em ciências da saúde (LILACS) Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE). **Resultados:** Evidencia-se que crianças com transtorno mentais apresentam com mais frequência rendimento acadêmico inferior, evasão escolar e envolvimento com problemas legais, e a demanda de alunos com algum tipo de problema emocional/comportamental, o que reconhece a importância de práticas educacionais e de promoção à saúde mental infantil. **Conclusão:** Salienta-se a importância de políticas públicas de saúde, como pilar fundamental dos sistemas de proteção social, como forma de compreender e selecionar as pluralidades das refrações sociais de uma coletividade, de modo, a oferecer respostas as demandas existentes no campo da saúde mental no contexto escolar.

Palavras-chave: saúde mental, transtorno de ansiedade, saúde da criança, educação.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

Assiste-se a um aumento cada vez mais frequentes de crianças com transtornos mentais, apresentando-se como fator de potencial incapacitante na sociedade, podendo evoluir a óbito em média de 10 a 20 anos mais cedo (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2022).

População em idade escolar apresenta sintomas relevantes ou sofre de algum Transtorno de Ansiedade (TA) (PINHEIRO, 2018). Pesquisa mostra que a incidência dos transtornos de ansiedade afetava em torno de 1% a 3% da população entre 0 a 17 anos, o que equivale a 8 milhões de crianças e adolescentes (GUANCINO, 2020). Além de causar danos à saúde mental, esse tipo de transtorno afeta o desempenho escolar, a relação com familiares e amigos e muitas vezes impossibilita o contato social dessas crianças (ASBAHR, 2004).

A ansiedade se manifesta como um estado afetivo, sendo um sintoma que está presente em vários transtornos mentais como uma característica clínica essencial. Essa manifestação, possibilita que o indivíduo fique alerta a perigos e tenha atitudes de sobrevivência diante de ameaças e situações desconhecidas. Conhecida também como estado de apreensão ou antecipação de perigos ou eventos desfavoráveis, associado a sentimentos de preocupação, desconforto e tensão causando sofrimento ou prejuízo importante de funções (FROTA, 2022).

A ansiedade caracteriza-se por sintomas subjetivos relacionados ao psicológico, como temor, preocupações emocionais, despersonalização, e os sintomas objetivos ou somáticos, que apresentam náuseas, dores abdominais, vertigens, boca seca e palpitações (FROTA et al., 2022).

O aumento de relatos da ansiedade na infância e de que seus prejuízos podem atingir diretamente a vida escolar, compreender o funcionamento cognitivo envolto no tema auxilia a superação de queixas e minimização de danos. Logo, a compreensão dos fatores relacionados ao TA na infância pode desencadear práticas de cuidados direcionadas para minimizar os danos (SANTOS, 2022).



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A prevalência de crianças com dificuldades em algum domínio acadêmico é alarmante. Um estudo nacional¹ indicou que aproximadamente 55% das crianças brasileiras em idade escolar (1º a 5º do Ensino Fundamental) apresentam desempenho inferior em língua portuguesa e/ou matemática. As duas condições mais prevalentes dentre as crianças com alterações escolares foram o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH e Transtorno de Ansiedade (aproximadamente 55%) superando o número de crianças com transtornos específicos de aprendizagem (BARROS, 2020).

Diante do exposto o estudo teve como objetivo analisar os impactos do adoecimento mental no contexto da educação básica infantil.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada nas seguintes bases de dados: Literatura latino-americana e do caribe em ciências da saúde (LILACS) Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE). Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: pesquisas que tratem diretamente do tema saúde mental e educação básica sem restrição de idiomas. Como critérios de exclusão: artigos indisponíveis na íntegra; artigos duplicados; resumos; cartas ao leitor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mediante a complexidade do fenômeno que corresponde a saúde mental infantil e seus fatores multidimensionais, que envolvem aspectos emocionais, comportamentais e sociais, que produzem déficits quanto ao seu processo de ensino-aprendizagem (PAIN, 1985).

Observa-se que a educação básica apresenta desafios quanto identificação e acompanhamento do adoecimento mental em crianças (FARIAS DE GOES, 2021). Tal perspectiva enfatiza o papel da escola, pois longe de tratar apenas da questão do aprendizado, os professores e a família possuem condição privilegiada, pois desde que se tornou obrigatória para todas as crianças e jovens brasileiros, esse ambiente passou a ser um local privilegiado de grande concentração de estimulação longitudinal e de grande impacto sobre todos os aspectos da vida (GARCIA, 2016).



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Estudos têm demonstrado que crianças e adolescentes em sofrimento psíquico têm maior chance de apresentar dificuldades no contexto escolar, apontando, inclusive, que o desempenho acadêmico está intimamente ligado à situação socioemocional das crianças (D'ABREU, 2010; FLEITLICH & GOODMAN, 2000).

Sabe-se que com a emergência da pandemia da Covid-19, o remanejamento do ensino da modalidade presencial para o virtual trouxe novos fatores contribuintes para a manifestação de transtornos mentais, a exemplo do uso intensivo das tecnologias da informação e comunicação (TICs) (RAD CAMAYD, 2021).

A relação entre questões escolares e saúde mental, embora frequente, não deixa de ser bastante problemática. Estudo apontou desafios quanto a individualização de questões relacionadas a saúde mental no âmbito escolar, produzindo dificuldades quanto a assistência a esse grupo populacional (PATTO, 1999). O próprio encaminhamento de questões escolares à saúde mental pode, muitas vezes, acarretar um conjunto de consequências geradoras de preconceitos que agravam a situação. (BOARINI & BORGES, 1998). Nesse sentido, compreender como chegam as queixas escolares à saúde mental e refletir sobre a temática continua sendo um desafio para aqueles envolvidos com saúde e educação (CARNEIRO, 2015).

Tal fato, impôs a necessidade de ações intersetoriais com vistas a superar a fragmentação do cuidado em saúde mental, a fim de produzir efeitos mais significativos na saúde dos indivíduos e das comunidades (RUMOR, 2022). Na busca por práticas integradas e com abordagens intersetoriais tem sido a estratégia adotada por políticas públicas para o desenvolvimento de ações de promoção à saúde de escolares, considerando que os hábitos, as atitudes e as crenças formados durante a infância têm grandes chances de serem perpetuados até a vida adulta (SILVA, 2014; LOPES, 2018).

Na tentativa de contingenciar as vulnerabilidades às quais o público infantil está exposto, iniciativas direcionadas ao contexto escolar ganharam destaque, especialmente pela educação ser considerada um dos principais



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

determinantes para a saúde, que contribui para o empoderamento dos sujeitos, promovendo seu desenvolvimento pessoal e social e, conseqüentemente, como um instrumento de transformação social (SILVA, 2019).

Nesse contexto, destaca o Programa Saúde nas Escolas (PSE) uma política que tem como objetivo a implementação e desenvolvimento de ações articuladas de saúde e educação, que busque contribuir para inserção de práticas voltadas para promoção da saúde. Acrescenta-se a intersetorialidade como pilar do PSE, como o fortalecimento e enfrentamento das vulnerabilidades em saúde que comprometem o desenvolvimento de ações voltadas para a população adolescente (BRASIL, 2016; BAGGIO, 2018).

O PSE vem reforçar a necessidade de considerar a dimensão escolar e social, bem como o diagnóstico de saúde local do estudante. O programa deve tratar a saúde e a educação integrais como parte de uma formação ampla para a cidadania; permitir a progressiva ampliação das ações executadas pelos sistemas de saúde e educação, em busca da atenção integral de crianças; e promover a articulação de saberes, a participação de estudantes, pais, comunidade escolar e sociedade em geral na construção e controle social da política pública (BRASIL, 2021).

Entretanto, observa-se lacunas quanto às ações de promoção da saúde e prevenção de doenças no contexto do PSE, apontando para práticas de saúde fragmentadas, a exemplo de: saúde reprodutiva, vacinação, nutrição, entre outros. Apontando, para uma perspectiva que requer uma investigação quantos as reais necessidades de saúde dessa população. Embora as ações de promoção da saúde estejam explícitas nas práticas de saúde do PSE, emerge a necessidade pela diversidade de temáticas como saúde mental, permitindo maior reconhecimento quanto as necessidades de saúde (MACHADO, 2015; LOPES, 2018).

A escola torna um espaço privilegiado para ações educativas para produção do conhecimento para promoção da saúde do adolescente destacando a importância de práticas educacionais que favoreçam discussões e reflexões acerca de práticas de cuidado em saúde (MONTEIRO, 2017; PEREIRA, 2020).



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Outras diretrizes são a promoção de uma cultura da paz, visando favorecer a prevenção de agravos à saúde e fortalecer a relação entre as redes públicas de saúde e educação; articular as ações do Sistema Único de Saúde (SUS) às ações da educação pública, de forma a abranger o alcance das ações direcionada aos educandos e suas famílias, otimizando o uso de equipamentos, recursos e espaços disponíveis. Outro foco é o fortalecimento do enfrentamento das vulnerabilidades do campo da saúde que interferem no desenvolvimento escolar (BRASIL, 2011).

Amaral et al. (2020) reforçam a importância de serem implementadas ações de prevenção e promoção de saúde mental na escola, destacando que tais ações devem fazer parte do plano de atividades anuais dos espaços educacionais, devendo estar ancoradas em políticas de saúde mental no âmbito escolar. Consequentemente, os autores argumentam que, a promoção de saúde mental na escola requer a capacitação da comunidade escolar, auxiliando os educadores a criarem uma rede de apoio, de forma a prevenir o sofrimento e adoecimento psíquico dos sujeitos que dela fazem parte, dentre os quais os alunos, aprimorando a identificação precoce e os encaminhamentos que se fizerem necessários em cada caso.

CONCLUSÃO

A assistência à saúde mental infantojuvenil deve estar pautada em práticas de cuidado, construídas por meio de diretrizes da intersetorialidade, de modo a proporcionar uma relação de um ou vários setores, a exemplo, do ambiente escolar, visando o alcance de resultados efetivos, os quais não seriam alcançados em um único equipamento.

REFERÊNCIAS

ASBAHR, F. R. Transtornos ansiosos na infância e adolescência: Aspectos clínicos e neurobiológicos. *Jornal de Pediatria*, 80(2), 28-34. 2004. doi: 10.1590/S0021-75572004000300005

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. *Diário Oficial da União*, de 9 de abril de 2001.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno do gestor do PSE. Brasília, DF: MS; 2015. [acesso em 2021 set 16]. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_gestor_pse.pdf

» https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_gestor_pse.pdf

CARNEIRO, C.; COUTINHO, L. G. Infância e adolescência: como chegam as queixas escolares à saúde mental?. *Educ rev* [Internet]. 2015Apr;(56):181–92. Available from: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.37764>

GARCIA, J. M. Saúde Mental na Escola: O que os Educadores Devem Saber. *Psico-USF* [Internet]. 2016May;21(2):423–5. Available from: <https://doi.org/10.1590/1413-82712016210217>

LOPES, I. E.; NOGUEIRA, J. A. D.; ROCHA, D. G. Eixos de ação do Programa Saúde na Escola e Promoção da Saúde: revisão integrativa. *Saúde debate*. 2018 [acesso em 2023 nov 20]; 42(118):773-89. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/SNsdFnbvBdfdhn76GQYGDtM/abstract/?lang=pt>

»

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/SNsdFnbvBdfdhn76GQYGDtM/abstract/?lang=pt>

MACHADO, M. F. A. S., e cols. Programa saúde na escola: estratégia promotora de saúde na atenção básica no Brasil. *J. Hum. Desenvolvimento de crescimento*, São Paulo, v. 25, n. 3, pág. 307-312, 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822015000300009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 abr. 2023. <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.96709>.

RAD CAMAYD, Y.; ESPINOZA FREIRE, E. E. Covid-19 um desafio para a educação básica. *Conrado, Cienfuegos*, v. 17, n. 78, p. 145-152, feb. 2021. Disponible en <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1990-86442021000100145&lng=es&nrm=iso>. accedido en 16 nov. 2023. Epub 02-Feb-2021.

RUMOR, P. C. F.; et al. Programa Saúde na Escola: potencialidades e limites da articulação intersetorial para promoção da saúde infantil. *Saúde em Debate* [online]. 2022, v. 46, n. spe3 [Acessado 20 Novembro 2023], pp. 116-128. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042022E308>>. Epub 10 Fev 2023. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E308>.

SILVA, M. R. I.; ALMEIDA, A. A.; MACHADO, J. C.; et al. Processo de Acreditação das Escolas Promotoras de Saúde em âmbito mundial: revisão sistemática. *Ciênc. Saúde Colet*. 2019 [acesso em 2023 nov 20]; 24(2):475-86. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/3cNYjLpv4TJ63T979rkzVmC/abstract/?lang=pt>

» <https://www.scielo.br/j/csc/a/3cNYjLpv4TJ63T979rkzVmC/abstract/?lang=pt>



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

09- EFEITOS ADVERSOS DA POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA NA SAÚDE COLETIVA NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

ADVERSE EFFECTS OF ATMOSPHERIC POLLUTION ON PUBLIC HEALTH IN BRAZIL: AN INTEGRATIVE REVIEW

Virgílio Astori¹, Bruna Veríssimo Lopes¹, Fellipe Pesente², Lucas Rocha Dalto², Wdmila Maria Uliana¹, Luciene Lage da Motta¹

¹ Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - EMESCAM. Vitória-ES. Brasil.

² Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Vitória-ES. Brasil.

Autor correspondente: virgilio.astori@edu.emescam.br

Resumo

Introdução: A contaminação atmosférica está fortemente associada a efeitos adversos na saúde pública. Compreender as particularidades do contexto brasileiro é fundamental para a implementação de políticas públicas e promoção de saúde. **Objetivo:** Avaliar os efeitos adversos da poluição atmosférica na saúde coletiva no Brasil. **Método:** Esta revisão foi construída a partir da busca nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (LILACS) e PubMed/Medline com a utilização dos descritores “*Air Pollution*” AND “*Public Health*” AND “*Adverse Effects*” AND Brazil. Foram selecionados artigos escritos em inglês e português, publicados durante o período de 2013 a 2023. A partir da aplicação dos critérios de inclusão supracitados e da exclusão de duplicatas, restaram 10 referências para a elaboração da presente revisão. **Resultados e Discussão:** Existe uma notável correlação entre as doenças respiratórias e a emissão de poluentes atmosféricos, principalmente a liberação de partículas finas em suspensão (PM₁₀), com destaque para o aumento das hospitalizações por doenças respiratórias. A carência de estudos abordando os efeitos dos poluentes em outros sistemas do corpo humano, além do respiratório e cardiovascular, bem como, a escassez de informações sobre diversos poluentes atmosféricos, ressalta a importância de pesquisas adicionais para o preenchimento dessas lacunas. **Conclusão:** Mesmo em níveis atmosféricos considerados aceitáveis, é importante ressaltar que os poluentes ainda apresentam riscos à saúde coletiva. Dessa forma, existe a necessidade de políticas públicas específicas que busquem reduzir as emissões desses gases e promovam a melhoria da qualidade do ar.

Palavras-chave: poluição do ar, saúde, Brasil, efeitos adversos.



INTRODUÇÃO

A qualidade do ar está fortemente associada ao ecossistema local e global, sendo sujeita a fatores como hábitos de consumo e poluição, além da geografia de cada região. O uso de combustíveis fósseis, especialmente para veículos automotores e atividade industrial, são agentes importantes de contaminação atmosférica em todo o mundo e estão relacionados às emissões crescentes de material particulado (PM), monóxido de carbono (CO), ozônio (O₃), óxidos de nitrogênio (NOx) e de enxofre (SOx).

Além do evidente impacto climático associado a essas mudanças na composição do ar, diversos estudos foram realizados para avaliar o impacto na saúde humana, evidenciando incremento de desfechos negativos como mortes prematuras e elevada morbidade por doenças cardiovasculares. Diante disso, diversos esforços foram empregados pela OMS para reduzir a emissão de poluentes atmosféricos, como a implementação de metas e de níveis seguros de partículas que, todavia, obtiveram resultados insatisfatórios. Ainda assim, 99% da população mundial respira um ar que contém níveis de poluentes acima do recomendado pela organização.

A avaliação do impacto na saúde demanda considerar fatores particulares à população e ao local, em se tratando da poluição atmosférica. A mensuração e compreensão dessa realidade é ponto de partida para o desenvolvimento de políticas públicas. Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo avaliar os efeitos adversos da poluição atmosférica na saúde coletiva no Brasil.

MÉTODO

Esta análise foi construída mediante uma extensa pesquisa bibliográfica realizada durante o mês de novembro de 2023. Foram utilizadas, segundo a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), as bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (LILACS) e PubMed/Medline, empregando os descritores “*Air Pollution*” AND Health AND Brazil AND “*Adverse Effects*”, conforme definido pelo Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e Medical Subject Headings (MeSH). Como resultado dessa



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

busca meticulosa, foram identificados 146 artigos que correspondiam aos termos delimitados para a elaboração da pesquisa.

Como critérios de inclusão, foram selecionados os artigos escritos em inglês e português com publicação durante o período de 2013 a 2023 e que tinham enfoque em pesquisas envolvendo seres humanos. Para a seleção final, através da avaliação dos títulos e resumos, foram excluídas as referências que não estavam diretamente relacionadas ao tema principal de nosso estudo.

Ademais, todas as duplicatas foram descartadas. A partir disso e após análise aprofundada dos artigos disponíveis na íntegra, foram selecionadas 10 referências para compor a presente revisão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi identificada uma série de efeitos negativos na saúde da população decorrentes da poluição do ar atmosférico por substâncias como partículas em suspensão (PM₁₀), dióxido de enxofre (SO₂), dióxido de nitrogênio (NO₂) e ozônio (O₃). A incidência de doenças respiratórias destacou-se como o melhor e mais significativo indicador para analisar os efeitos à saúde relacionados à poluição do ar. Essa constatação é confirmada pela observação de um aumento de 1,4% nas hospitalizações totais e nas internações em crianças menores de 5 anos por doenças respiratórias a cada acréscimo de 10 µg/m³ nos níveis de PM₁₀ (GOUVEIA et al, 2017). Outros gases como CO demonstraram um aumento percentual de 8 vezes nas internações totais com a elevação de 1 ppm nos seus níveis, enquanto o SO₂ obteve aumento de 2,6 vezes com o acréscimo de 10 µg/m³ (GOUVEIA et al, 2019). Dessa forma, é possível afirmar que a poluição do ar e a sua repercussão sobre as doenças respiratórias impõem altos custos aos serviços de saúde pública, podendo resultar em gastos adicionais significativos e evitáveis da ordem de 1,9 milhão (MANTOVANI et al, 2016).

Apesar das concentrações de PM₁₀, SO₂, NO₂ e O₃ estarem dentro dos níveis padrões determinados pela legislação brasileira e pela OMS, foi relatada uma associação significativa entre a presença dos poluentes e o aumento do número de atendimentos em emergências ocasionados por doenças respiratórias em crianças entre 0 e 6 anos, o que evidencia a inexistência de



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

indícios de um limiar seguro de concentração para a saúde humana. Entretanto, é crucial considerar que o aumento no número de atendimentos foi relatado entre os meses de março a junho coincidindo com o período de outono e início do inverno. Dessa forma, o aumento observado pode também ser atribuído à relação sazonal e seus efeitos sobre as baixas temperaturas, sobre o aumento da concentração dos poluentes pela inversão térmica e sobre a escassez de chuvas que propiciam o agravamento das infecções respiratórias. Nesse contexto, faz-se necessários mais estudos para um melhor esclarecimento da associação entre sazonalidade e poluição do ar (MATOS et al, 2019).

A poluição atmosférica causada pelos gases veiculares também foi correlacionada ao aumento das doenças respiratórias e de outras morbidades. Evidenciou-se a correlação entre o aumento das emissões de PM₁₀ e o crescimento no número de internações hospitalares por insuficiência cardíaca ao comparar cidades com diferentes níveis de fluxo veicular, sendo a incidência de morbidades mais elevada nas cidades com maior fluxo (PEREIRA-VASSARI, D.; VALVERDE, M. C.; ASMUS, G. F., 2022). Similarmente, os indivíduos residentes nas proximidades de vias de intenso tráfego apresentam-se mais suscetíveis e vulneráveis ao risco de mortalidade por doenças cardíacas. Cabe considerar que, em geral, as regiões de alto fluxo veicular possuem baixo valor no mercado imobiliário, o que pode propiciar sua habitação por populações com menor poder aquisitivo (RODRIGUES et al, 2017). Do mesmo modo, indivíduos com menor renda possuem maior dificuldade em acessar os serviços de saúde, o que pode se tornar um fator de confusão nas pesquisas. Em contraste a esse cenário, no município de São Paulo foi identificada uma relação entre residir em áreas de alta densidade de tráfego e o status socioeconômico mais elevado com um risco aumentado de hospitalização por câncer do aparelho respiratório (RIBEIRO et al, 2019).

É importante notar que a poluição atmosférica e seus efeitos na saúde humana constituem um tema amplo que merece diversas considerações, bem como, necessita de análises abrangentes. No entanto, observou-se uma carência significativa de estudos que abordam os efeitos dos poluentes nos demais sistemas do corpo humano, além do sistema respiratório e



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

cardiovascular. Além disso, destaca-se a escassez de informações sobre os diversos poluentes atmosféricos existentes, o que pode comprometer ou dificultar a interpretação das evidências atuais. Nessa perspectiva, ressalta-se a importância de realizar mais pesquisas acerca do tema para elucidação das lacunas vigentes e para a promoção de uma compreensão mais completa dessa temática tão importante.

CONCLUSÃO

A literatura analisada revelou uma predominância de pesquisas que abordaram diretamente a relação da poluição do ar e os impactos na saúde e, em sua maioria, foram realizadas na região metropolitana de São Paulo. Os resultados evidenciaram que mesmo em níveis atmosféricos recomendados, as substâncias poluentes ainda representam riscos para a saúde coletiva. Ademais, foi constatada uma correlação significativa entre o aumento do número de atendimentos por doenças respiratórias e a emissão de poluentes atmosféricos, especialmente a liberação de PM₁₀.

Diante dos efeitos prejudiciais previamente documentados nos estudos abordados, discutimos a importância do direcionamento desses dados para o desenvolvimento de políticas públicas específicas, visando à redução das emissões de gases poluentes. A avaliação dos efeitos de curto e longo prazo da poluição do ar sobre a saúde coletiva configura uma área de pesquisa em constante evolução, sendo provável que ainda mais estudos sejam publicados nos próximos meses e anos. No que tange aos estudos existentes, revisamos as evidências e identificamos os desafios estatísticos enfrentados pelos pesquisadores ao analisar a relação entre a poluição do ar e as comorbidades do trato respiratório, oferecendo também recomendações para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- FREITAS, C. U. DE et al. Poluição do ar e impactos na saúde em Vitória, Espírito Santo. *Revista de Saúde Pública*, v. 50, n. 0, 2016.
- GOUVEIA, N. et al. Poluição do ar e hospitalizações na maior metrópole brasileira. *Revista de Saúde Pública*, v. 51, p. 117, 4 dez. 2017.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GOUVEIA, N. et al. Poluição do ar e impactos na saúde na Região Metropolitana de Belo Horizonte – Minas Gerais, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 10, p. 3773–3781, out. 2019.

MANTOVANI, K. C. C. et al. Poluentes do ar e internações devido a doenças cardiovasculares em São José do Rio Preto, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 2, p. 509–516, fev. 2016.

MATOS, E. P. et al. Análise espaço-temporal do efeito da poluição do ar na saúde de crianças. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, n. 10, 2019.

NEGRISOLI, J.; NASCIMENTO, L. F. C. Poluentes atmosféricos e internações por pneumonia em crianças. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 31, p. 501–506, 1 dez. 2013.

RIBEIRO, A. G. et al. Influência da densidade de tráfego veicular na internação por câncer do aparelho respiratório no Município de São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, n. 1, 2019.

RODRIGUES, P. C. DE O. et al. Fatores de risco para mortalidade por doenças cardiovasculares associados à alta exposição ao tráfego veicular. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 20, n. 3, p. 423–434, jul. 2017.

SANTOS, U. DE P. et al. Poluição do ar ambiental: efeitos respiratórios. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, v. 47, n. 1, 2021.

VASSARI-PEREIRA, D.; VALVERDE, M. C.; ASMUS, G. F. Impacto das mudanças climáticas e da qualidade do ar em hospitalizações por doenças respiratórias em municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, p. 2023–2034, 4 mai. 2022.



10- A INCORPORAÇÃO DO ESPAÇO TERAPÊUTICO COMO FERRAMENTA PARA ESTIMULAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA CRIANÇA E INCLUSÃO DA FAMÍLIA

THE INCORPORATION OF THE THERAPEUTIC SPACE AS A TOOL TO STIMULATE CHILDREN'S SOCIAL PARTICIPATION AND FAMILY INCLUSION

Maressa da Silva Felici¹, Sara Moraes Muniz¹, Ermenilde da Silva Pinto¹,
Letícia Guimarães Peyneau Camilo¹.

¹Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM).

E-mail para correspondência: maressa.felici@edu.emescam.br

Resumo

Introdução: Atualmente, o tratamento de crianças com deficiência abrange uma equipe multidisciplinar, da qual o fisioterapeuta faz parte, atuando nas disfunções vivenciadas. Os atendimentos fisioterapêuticos geralmente são realizados em clínicas, entretanto, há uma associação crescente da utilização de ambientes alternativos que possibilitem maior interação entre paciente, ambiente e família. **Objetivo:** Apresentar a avaliação realizada pelos estagiários do setor de pediatria da Emescam acerca da estimulação da participação social de crianças atendidas vivenciada no espaço terapêutico e a inclusão da família nos atendimentos. **Método:** Trata-se de um estudo descritivo com dados de origem primária e método misto, contendo perguntas objetivas e abertas. **Resultados:** Observou-se prevalência da percepção por parte dos estagiários de maior interação e participação social das crianças, além disso, o espaço terapêutico tem auxiliado os estagiários de fisioterapia estimulando atendimentos mais interativos e constatou-se que o espaço terapêutico tem fomentado a participação da família. **Discussão:** Os resultados obtidos por este presente estudo estão em concordância com outras pesquisas que evidenciaram os benefícios de o ambiente terapêutico favorecer o brincar, oportunizando experiências e vivências que estimulem o social, o físico e o emocional da criança. **Conclusão:** O espaço terapêutico mostra-se uma importante ferramenta para auxiliar os atendimentos fisioterapêuticos do setor de pediatria da EMESCAM.

Palavras-chave: crianças com deficiência, fisioterapia, ludicidade, política de saúde.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

No Brasil, a portaria nacional da pessoa portadora de deficiência institui acerca da promoção de qualidade de vida e assistência integral de saúde, enfatizando a importância de se assegurar igualdade de oportunidade. Vale ressaltar que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência assegura a esses indivíduos seus direitos fomentando a inclusão social e cidadania. Neste contexto, estimular a participação social de crianças com deficiência é fomentar o cumprimento das leis vigentes promovendo qualidade de vida. Contudo, devido, as barreiras ambientais e a precariedade de espaços inclusivos, crianças com deficiência vivenciam limitações na dimensão social. Posto isso, é fundamental a criação de ambientes inclusivos, adaptados, lúdicos e que favoreçam a socialização.

Atualmente, o tratamento de crianças com deficiência abrange uma equipe multidisciplinar, da qual o fisioterapeuta faz parte, atuando nas disfunções vivenciadas. Os atendimentos fisioterapêuticos geralmente são realizados em clínicas, entretanto, há uma associação crescente da utilização de ambientes alternativos que possibilitem maior interação entre paciente, ambiente e família. Nesta conjuntura, a incorporação de um espaço terapêutico que abranja um jardim sensorial e um parque terapêutico torna-se uma ferramenta benéfica por estimular a criatividade, o desenvolvimento das funções da criança de forma divertida e lúdica, a participação social e acarretar maiores aquisições sensoriomotoras. Além disso, este espaço permite incluir as famílias das crianças possibilitando que os pais e responsáveis experimentem os benefícios do brincar à saúde e ao bem-estar.

Diante do exposto, o objetivo deste estudo é apresentar a avaliação realizada pelos estagiários do setor de pediatria da Emescam acerca da estimulação da participação social de crianças atendidas vivenciada no espaço terapêutico e a inclusão da família nos atendimentos.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo com dados de origem primária e método misto, contendo perguntas objetivas e abertas. Foi enviado aos estagiários um formulário eletrônico através do google forms contendo perguntas referentes a avaliação da participação social das crianças atendidas pelo setor de pediatria da Emescam vivenciada através do espaço terapêutico (Jardim Sensorial + Parque terapêutico), e a inclusão da família nos atendimentos. Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Emescam sob número de parecer 6.022.352. Os dados coletados foram planilhados no excel. Realizou-se uma análise descritivas dos resultados obtidos.

RESULTADOS

Observou-se prevalência da percepção de maior participação social evidenciada no gráfico 1.

Na sua percepção e observação, o espaço terapêutico (Jardim Sensorial + Parque terapêutico) tem proporcionado maior participação social as crianças possibilitando que elas brinquem juntas mesmo apresentando deficiências diferentes?



Gráfico 1 – Referente a primeira pergunta do questionário. Fonte própria.

Notou-se que o espaço terapêutico tem proporcionado maior interação e participação das crianças, conforme observado nos relatos dos estagiários apresentados abaixo:

Justificativa da pergunta 1: **Entrevistado 1:** “No espaço terapêutico as crianças recebem mais estímulos e interagem mais umas com as outras como por exemplo na gangorra (que precisam de estar duas crianças) e nos balanços que são próximos uns dos outros”. **Entrevistado 2:** “Sim, pois é um espaço maior, livre e com estímulos diferentes”. **Entrevistado 3:** “Com toda certeza, é



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

um ambiente de muita interação e participação. Muita dessas crianças não vivenciam isso fora daqui, então quando elas assistem outras crianças brincando, elas querem participar da brincadeira também independente da sua deficiência”. **Entrevistado 4:** “Eles interagem mais entre si, ajudando uns aos outros”. **Entrevistado 5:** “Sim! Pois o ambiente externo proporciona experiências sensoriais únicas que muitas vezes as crianças se encontram privadas na rotina atual que vivem”. **Entrevistado 6:** “Oferece maior contato com as demais crianças em que ela colaboram umas com as outras na realização de uma brincadeira (se ajudam)”.

Constatou-se que o espaço terapêutico tem fomentado a participação da família conforme observado no gráfico 2 e nos relatos dos estagiários apresentados abaixo:

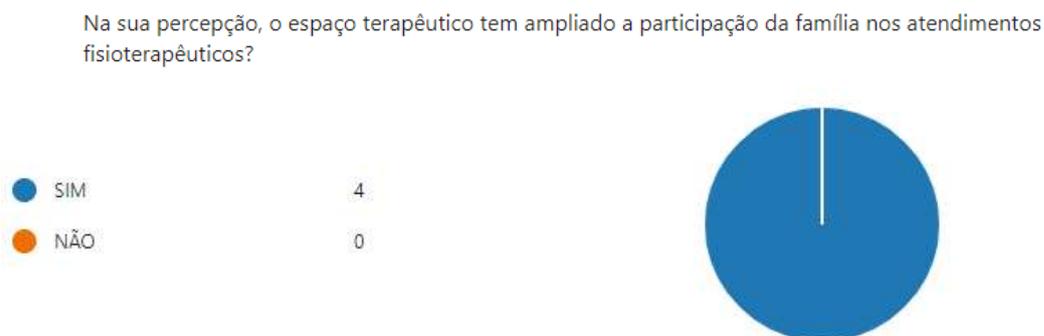


Gráfico 2: Referente a terceira pergunta do formulário. Fonte própria.

Justificativa da pergunta 2: **Entrevistado 1:** “Muitas mães têm participado da terapia no espaço terapêutico tanto com sua criança como com outra, uma vez que as crianças gostam de mostrar para seus tutores aquilo que estão fazendo e muitas vezes pedem para que eles as ajudem em algum brinquedo”. **Entrevistado 2:** “Sim, por ser um espaço lúdico”. **Entrevistado 3:** “Quando estamos lá, a família fica super alegre, querendo brincar com a criança, e até mesmo muitas delas tendo o seu momento de lazer, pois não consegue ter essa participação fora daqui”. **Entrevistado 4:** “Os familiares se sentem mais à vontade para interagir e participar do tratamento”. **Entrevistado 5:** “Sim! Pois os pais se envolvem, também colocam os pés na grama e aproveitam melhor suas crianças”. **Entrevistado 6:** “Proporciona atividades ao ar livre aumentando a



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

experiência sensorial, além de permitir que os pais também interajam no tratamento lúdico”.

DISCUSSÃO

Observou-se através dos dados obtidos que o espaço terapêutico possibilitou as crianças maior participação social por permitir que diferentes crianças com deficiências brinquem juntas, auxiliando umas as outras. Além disso, possibilitou maior participação da família no processo de tratamento da criança.

Os resultados obtidos por este presente estudo estão em concordância com outras pesquisas que evidenciaram os benefícios de o ambiente terapêutico favorecer o brincar, oportunizando experiências e vivências que estimulem o social, o físico e o emocional da criança considerando suas necessidades, habilidades e desejos (MOORE; BOYLE; LYNCH, *et al.*, 2022; BROWN, *et al.*, 2021). Outrossim, estudos atuais expõem que a incorporação do parque terapêutico aos atendimentos faz-se viável por estimular a criatividade e a participação social da criança (PIMENTEL-PONCE. *et al.*, 2021). Nossos achados expõem que a participação da família tem sido promovida através do espaço terapêutico. Neste contexto, BROWN, *et al.*, (2021) mostrou que incluir as famílias das crianças nos atendimentos prestados, possibilita que os pais e responsáveis experimentem os benefícios do brincar à saúde e ao bem-estar da criança. Vale ressaltar que de acordo com a classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde (2001), deve-se descentralizar o olhar da deficiência e focalizar nas limitações vivenciadas na participação social.

Este estudo apresenta limitações referentes ao tamanho amostral e a escassez de estudos que retratem acerca de espaços terapêuticos ou sobre o brincar terapêutico. Faz-se primordial a elaboração de pesquisas com amostra maiores que abordem os temas supracitados.

CONCLUSÃO

O espaço terapêutico mostra-se uma importante ferramenta para auxiliar os atendimentos fisioterapêuticos do setor de pediatria da Emescam, uma vez



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

por ser um ambiente lúdico e interativo possibilita estimular-se a participação social da criança e a inclusão da família nos atendimentos fisioterapêuticos. Além dos benefícios sensorio-motores, as vivências no espaço terapêutico impactam o psicossocial da criança gerando maior inclusão social e dessa forma, fazendo-se cumprir a legislação da pessoa com deficiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_pessoa_d_eficiencia.pdf.

BROWN, Denver M. Y.; ROSS, Timothy; LEO, Jennifer; BULIUNG, Ron N.; SHIRAZIPOUR, Celina H.; LATIMER-CHEUNG, Amy E.; ARBOURNICITOPOULOS, Kelly P. A Scoping Review of Evidence-Informed Recommendations for Designing Inclusive Playgrounds. *Frontiers in Rehabilitation Sciences*, v. 2, mai., 2021. DOI: <https://doi.org/10.3389/fresc.2021.664595>.

MOORE, Alice; BOYLE, Bryan; LYNCH, Helen. Projetando para inclusão em playgrounds públicos: uma revisão de escopo de definições e utilização do design universal. *Disabil Rehabil Assist Technol.*, p. 1-13, Fev, 2022 . DOI: [10.1080/17483107.2021.2022788](https://doi.org/10.1080/17483107.2021.2022788).

PIMENTEL-PONCE, M.; ROMERO-GALISTEO, R. P.; PALOMO-CARRIÓN, R.; PINERO-PINTO, E.; MERCHÁN-BAEZA, J. A.; RUIZ-MUÑOZ, M.; OLIVERPECE, J.; GONZÁLEZ-SÁNCHEZ, M. Gamificação e reabilitação neurológica motora em crianças e adolescentes: uma revisão sistemática. *Neurologia*. v.S0213-4853, n. 21, p.00049-9, Abr, 2021. DOI: [10.1016/j.nrl.2021.02.011](https://doi.org/10.1016/j.nrl.2021.02.011).

WORLD HEALTH ORGANIZATION. The International Classification of Functioning, Disability and Health (ICF). Geneva, WHO, 2001. Disponível em: (<http://www.who.int/classifications/icf/en/>).



11- ANÁLISE DA MORTALIDADE DE CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANALYSIS OF MORTALITY OF CHILDREN UNDER 5 YEARS OF AGE IN THE STATE OF ESPÍRITO SANTO

Marcone Marques da Rocha, Kelly de Souza Correa¹, Rayssa Ribeiro da Silva³, Sergio Dionízio De Oliveira¹, Laercio Silva Pavia², Fernando Rocha Oliveira¹

¹Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil

²Professor Auxiliar da disciplina de bioestatística na Graduação em Fisioterapia do Centro Universitário FMABC.

³Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM.

Autor correspondente: marcone.rocha@edu.emescam.br

Resumo

Introdução: A mortalidade infantil em crianças menores de 5 anos continua sendo um desafio global, refletindo as desigualdades sociais e econômicas. Doenças infecciosas, desnutrição e falta de acesso a saúde adequada são fatores críticos. Apesar dos progressos, ainda existem desafios significativos, especialmente em regiões com recursos limitados e instabilidade política. A compreensão dessas variáveis é essencial para desenvolver estratégias eficazes de intervenção. **Objetivo:** O estudo tem como objetivo analisar a mortalidade de crianças menores de 5 anos no estado do espírito santo, visando compreender a complexidade do problema. **Método:** Este estudo ecológico analisou os dados de óbitos de crianças menores de 5 anos na Região Sudeste e Espírito Santo no período de 2012 a 2020. Foi utilizada a taxa de mortalidade na infância para descrever os dados epidemiológicos ao longo do tempo e por região e unidade de federação, estratificados por sexo. A análise estatística incluiu o uso da regressão de Prais-Winsten para determinar o comportamento temporal da taxa de mortalidade. **Resultados:** Os dados de mortalidade geral de menores de 5 anos na Região Sudeste e no Estado do Espírito Santo mostram uma tendência decrescente no número de óbitos. Também foi observada uma redução na mortalidade de meninos e meninas no Brasil como um todo, assim como em todas as regiões. No entanto, na Região Norte, o sexo feminino apresenta uma redução maior em comparação ao masculino. **Conclusão:** Mortalidade infantil no Espírito Santo e região Sudeste diminuíram de acordo com dados de 2012 a 2021, com fatores específicos entre os sexos. Destaca-se a importância de estratégias para a saúde infantil e abordagem de políticas públicas sensíveis às disparidades de sexo.

Palavras-chave: saúde infantil, epidemiologia, mortalidade infantil.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

A mortalidade em crianças menores de 5 anos é uma realidade preocupante que, apesar dos avanços significativos em saúde global, continua a desafiar comunidades em todo o mundo. Esse fenômeno transcende meramente estatísticas, representando uma dolorosa manifestação das disparidades sociais e econômicas que persistem em muitas regiões.

A complexidade dessa questão exige uma abordagem multifacetada, considerando não apenas os fatores médicos, mas também os sociais, econômicos e culturais que estão intrinsecamente interligados. Doenças infecciosas, desnutrição, falta de acesso a água potável e saneamento básico, além da qualidade dos cuidados de saúde materno-infantil, são todos elementos críticos que contribuem para a mortalidade em tenra idade (Monteiro; Rodrigues, 2020).

Nos últimos anos, a comunidade global tem testemunhado avanços notáveis na redução da mortalidade infantil, graças a iniciativas como a expansão da vacinação, melhoria do acesso a cuidados pré-natais e esforços concentrados para combater doenças específicas que afetam crianças. No entanto, apesar desses progressos, persistem desafios significativos, particularmente em regiões onde recursos limitados e instabilidade política exacerbam as condições adversas (Nascimento; Melo; Poton, 2020).

A saúde infantil é intrinsecamente ligada a uma complexa rede de fatores, que vão desde a nutrição adequada e o acesso a cuidados pré-natais de qualidade até a prevenção e tratamento eficazes de doenças infecciosas. Entender as variáveis que contribuem para a mortalidade infantil, a fim de desenvolver estratégias de intervenção mais precisas e eficazes e de suma importância (Ferreira *et al.*, 2022).

Deste modo o estudo tem como objetivo analisar a mortalidade de crianças menores de 5 anos no estado do espírito santo, visando compreender a complexidade do problema.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MÉTODO

Trata-se de um estudo ecológico, o qual foram coletados dados secundários sobre número de óbitos de crianças menores de 5 anos de idade na Região Sudeste e estado do Espírito Santo. Os dados utilizados foram obtidos a partir do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) e Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) (DATASUS, 2008). Os dados foram coletados por local de ocorrência no período de 2012 a 202. A Taxa de mortalidade na infância foi calculada de acordo com a fórmula.

Na análise estatística foi utilizado a Taxa de mortalidade na infância para descrever os dados epidemiológicos ao longo do tempo e por região e unidade de federação, sendo estratificados por sexo. A análise de regressão de Prais-Winsten foi utilizada para determinar o comportamento temporal da taxa de mortalidade.

RESULTADOS

Na tabela 1 e apresentado os dados de regressão da mortalidade geral de menores de 5 anos por Região Sudeste e Estado Espírito Santo. Foi verificado uma tendência decrescente do número de óbitos na região Sudestes (APC= -30.82; IC95% -42.46;-18.72) e no Estado de Espírito Santo (APC= -30.82; IC95% -49.88;-2.28).

Região/Unidade da Federação	Geral			
	APC (IC 95%)	r ²	P	Tendencia
Região Sudeste	-30.82 (-42.46;-18.72)	0.966	0.001	Decrescente
Espírito Santo	-30.82 (-49.88;-2.28)	0.599	0.031	Decrescente

Na tabela 2 foi verificado a mortalidade estratificada pelo sexo, no cenário nacional, o Brasil como um todo apresenta uma tendência decrescente na mortalidade de menores de 5 anos para sexo masculino (β = -0.24; IC95% -0.31; -0.18) e feminino (β = -0.20; IC95% -0.27; -0.13). Além disso quando verificado por regiões a tendência decrescente permanece para ambos os sexos. Entretanto na Região Norte o sexo feminino apresenta uma redução em mais municípios quando comparado com os sexos masculinos.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Região/Unidade da Federação	Masculino			
	APC (IC 95%)	r ²	P	Tendencia
Região Sudeste	-36.9 (-46.3;-27.56)	0.989	p<0.001	Decrescente
Espírito Santo	-25.87 (-53.23;14.82)	0.352	0.161	Estacionária
		Feminino		
	APC (IC 95%)	r ²	P	Tendencia
Região Sudeste	-24.14 (-38.34;-6.67)	0.556	0.012	Decrescente
Espírito Santo	-32.39 (-52.14;-4.5)	0.347	0.028	Decrescente

DISCUSSÃO

No que se refere aos dados apresentados, observa-se que durante o período em estudo de 2012 a 2021 a taxa de mortalidade geral de menores de 5 anos apresenta-se menor, quando comparado ao Estado do Espírito Santo. Quando comparado os sexos envolvendo a taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos no Espírito Santo, o sexo masculino apresenta-se estável e o sexo feminino apresenta-se em redução.

A taxa de mortalidade infantil é um importante indicador básico de desenvolvimento humano, posto que revela sobre as condições de vida e assistência de saúde da população (Silva *et al.*, 2012). Em escala mundial, o número geral de mortes envolvendo crianças apresenta-se em redução. De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a taxa global de mortalidade de crianças menos de 5 anos reduziu 59%, de 93 mortes por 1000 nascidos vivos em 1990 para 39 por 1000 nascidos vivos em 2018 (UNICEF, 2019).

No Brasil, apesar da existência da legislação que promove a proteção das crianças e adolescentes a taxa de mortalidade na infância de crianças menores de 5 anos permanece sendo um problema de saúde pública, uma vez que está associada aos determinantes sociais (DSS), evidenciados pela falta de saneamento básico, alimentação inadequada, moradia indigna, entre os fatores que afetam diretamente o desenvolvimento infantil (Paz; Almeida; Gunther, 2012).

Apesar das desigualdades presentes no território brasileiro, a implementação da Estratégia Saúde da Família (ESF) na Rede de Atenção



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Primária à Saúde tem desempenhado um papel significativo na redução da mortalidade infantil. A ESF proporciona qualidade no atendimento à saúde das crianças, garantindo acesso a imunizações, orientação pré-natal, aleitamento materno e acompanhamento de puericultura (Malta *et al.*, 2013).

Além disso, todo o território brasileiro tem alcançado o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) referente a redução de óbitos evitáveis nos primeiros 5 anos de vida, definido pela Organização Mundial de Saúde (ONU) até o ano de 2023 (ODS, 2023). Isso se deve aos avanços relacionados a qualidade de vida e acessos a serviços de saúde demonstra-se significativa para redução das taxas por região (Pasklan, *et. al.*, 2021). Entretanto há existência de disparidade regionais, como o acesso a saúde, sendo um fator que impacta na taxa de mortalidade infantil.

CONCLUSÃO

Deste modo, ao examinar os dados entre 2012 e 2021, evidencia-se uma notável diminuição na taxa de mortalidade infantil menor de 5 anos no estado do Espírito Santo e região Sudeste. A estabilidade da taxa do sexo masculino a redução observada nas feminino sugerem a influência de fatores específicos entre o sexo que contribui para os achados. Essa conclusão ressalta a importância de estratégias direcionadas à saúde infantil e sublinha a necessidade de abordagens sensíveis às disparidades de sexo na formulação de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Tainara Lorena dos Santos et al. Análise espacial da mortalidade em crianças menores de cinco anos no Brasil: indicadores sociais e assistenciais de saúde. *Revista Ciência Plural*, v. 8, n. 3, 2022.

SILVA, Vera Lucia Schmidt da et al. Mortalidade infantil na cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, no período 2005-2008: uso da investigação de óbitos na análise das causas evitáveis. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 21, n. 2, p. 265-274, 2012.

INDICADORES BRASILEIROS PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador321> . Acesso em: 28 de novembro de 2023.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Malta DC, Santos MAS, Stopa SR, Vieira JEB, Melo EA, Reis AAC dos. A Cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF) no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Ciênc saúde coletiva* [Internet]. 2016Feb;21(2):327–38. Available from: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015212.23602015>

MONTEIRO, Lidiana; RODRIGUES, Maíra De Souza Rodrigues. Mortalidade infantil no estado do Espírito Santo. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ivc.br/bitstream/handle/123456789/323/TCC%20FINAL%20-%20mortalidade%20infantil.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 nov. 2023.

NASCIMENTO, Luiza Braun Lirio; MELO, Tayná Marquezini de Souza; POTON, Wanêssa Lacerda. Tendência da mortalidade infantil e de seus componentes no estado do Espírito Santo de 2006 a 2016. *Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde/Brazilian Journal of Health Research*, v. 22, n. 1, p. 71-78, 2020.

Paz MGA da, Almeida MF de, Günther WMR. Prevalência de diarreia em crianças e condições de saneamento e moradia em áreas periurbanas de Guarulhos, SP. *Rev bras epidemiol* [Internet]. 2012Mar;15(1):188–97. <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2012000100017>

UNICEF (2019) 'Levels & Trends in Child Mortality: Report 2019-Estimates developed by the UN Inter-Agency Group for Child Mortality Estimation', Unicef/Who/Wb/Un, pp. 1–32. doi: 10.1371/journal.pone.0144443.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

12- VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA EM CONTEXTO OBSTÉTRICO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

PSYCHOLOGICAL VIOLENCE IN AN OBSTETRIC CONTEXT OF SOCIAL VULNERABILITY

Márcia Meyrilane de Alencar Aquino Onofre¹, Lucilene Gomes de Almeida Brumatti, Beatriz de Barros Souza¹

¹Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil

Autor correspondente: beatriz.souza@emescam.br

Resumo

A violência obstétrica apresenta-se como um problema de saúde pública, constituído por iniciativas violentas e desumanas que desrespeitam os direitos humanos e reprodutivos da mulher no parto. A esse respeito, a presente revisão busca analisar evidências científicas sobre suas características e a sua relação com fatores de vulnerabilidade social. Os resultados indicam que o trabalho de parto é percebido como doloroso e angustiante, não apenas pelas suas características fisiológicas, como ainda pelo estado degradante da assistência por vezes ofertada em equipamentos de saúde pública, produzindo práticas assistenciais hostis, degradantes e negligentes. Nota-se a relação da violência obstétrica com a precariedade do acesso ao sistema de saúde e os serviços oferecidos, bem como com práticas desrespeitosas e desumanas na atenção ao cuidado da mulher durante o processo de parto e nascimento. Aponta-se que um dos principais aspectos dessa violência é a prevalência de marcadores raciais e socioeconômicos, barreiras ao atendimento humanizado e ao tratamento adequado para parturientes, sobretudo as negras e de baixa renda. Salienta-se, a título de conclusão, que a violência obstétrica é tema relevante para a política pública de saúde da mulher e da criança, destacando o papel dos serviços de saúde e dos em prover uma assistência humanizada dos envolvidos no processo da gestação, parto e pós-parto, que lhes proporcione maior autonomia na participação de seu próprio ciclo de vida e o enfrentamento a todos os tipos de violência.

Palavras-chave: determinantes sociais da saúde, saúde da mulher, violência obstétrica.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

A violência obstétrica apresenta-se como um problema de saúde pública, constituído por iniciativas violentas e desumanas que desrespeitam os direitos humanos e reprodutivos da mulher no parto, sendo por vezes agravada em razão dos diversos fatores de vulnerabilidade social. Assim, é importante saber o que a literatura na área da saúde indica sobre as formas que essa violência assume em contextos de vulnerabilidade social.

Nesse sentido, o estudo teve como objetivo analisar evidências científicas sobre a violência obstétrica e a sua relação com os principais fatores de vulnerabilidade social. Partindo da hipótese de ser a violência obstétrica um dos resultados da precarização do sistema de saúde pública, que restringe consideravelmente o acesso da população aos serviços que lhes são oferecidos, além de promover práticas desrespeitosas e desumanas na atenção ao cuidado da mulher durante o processo de parto e nascimento.

Notou-se que um dos principais aspectos da violência obstétrica é associado à prevalência de marcadores raciais e socioeconômico, acarretando uma barreira ao atendimento humanizado e ao tratamento adequado para parturientes negras e de baixa renda. Diante deste contexto, torna-se necessário um estudo acerca da assistência prestada aos envolvidos no processo da gestação, parto e pós-parto, sua humanização e promoção da autonomia na participação de seu próprio ciclo de vida

Assim o objetivo desse estudo é analisar evidências científicas sobre violência obstétrica e a relação de fatores de vulnerabilidade social.

MÉTODO

A presente revisão de literatura em saúde sobre violência obstétrica buscou, sem restrição de idiomas por estudos indexados ao tema, de acordo com o vocabulário dos Descritores em Saúde da Ciência (DesCS), a saber: women's rights, obstetric violence, humanizing delivery e violence against women. Foram aplicados os operadores booleanos “AND” e “OR” aos resultados, analisados pelo título e/ou resumo, da seguinte forma: a) LILACS (Obstetric Violence AND Violence Against Women OR Crimes against Women



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AND Humanizing Delivery AND Women's Rights); b) MEDLINE (Obstetric Violence AND Violence Against Women OR Crimes against Women AND Humanizing Delivery)

Quanto à forma, foram contemplados artigos científicos, revisões de literatura e artigos originais sobre o tema, sendo excluídos textos indisponíveis na íntegra, artigos duplicados, resumos e cartas ao leitor. Por se tratar de uma pesquisa com dados secundários, de domínio público e disponíveis na literatura, não houve a necessidade de apreciação ética, desde que respeitados os direitos autorais o empenho na ampliação e consolidação da democracia pela socialização da produção de conhecimento, conforme a Resolução nº 510/16, do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS

A pesquisa identificou 52 estudos potencialmente relevantes, sendo 17 na LILACS e 36 na MEDLINE. Após aplicação dos filtros, documento completo e intervalos de ano de publicação (últimos 5 anos), selecionaram-se 17 documentos para a amostra final dos textos considerados de interesse para o presente estudo por afinidade temática. Dessa amostra, foi realizada uma leitura na íntegra, sendo os principais resultados discutidos a seguir.

CONCLUSÃO

Os resultados sobre violência obstétrica e sua relação com fatores de vulnerabilidade social, evidenciou que o trabalho de parto é percebido como doloroso e angustiante, não apenas pelas características fisiológicas dessa condição, mas também pelo estado degradante da assistência ofertada pelos equipamentos de saúde, produzindo práticas assistenciais hostis, degradantes e negligenciais (BALSARKAR, 2021; AL-KHUSHAYBAN, 2022).

A questão de violência durante o processo de parto, apresenta práticas carregadas de significados culturais estereotipados de desvalorização e submissão da mulher, atravessadas pelas ideologias médica, de gênero e características sociodemográficas, se tornam naturalizadas na cultura institucional. Esses significados favorecem as condições de existência e



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

perpetuação desse tipo de violência que, por sua vez, não deve ser compreendida apenas como reflexo das precárias condições de trabalho dos profissionais (GARCIA; LAVANDEROS, 2021; MOLLA, 2022).

Salienta-se que a violência obstétrica, apresenta-se como tema relevante para a política pública de saúde da mulher e da criança. Nesse cenário, destaca-se o papel dos serviços de saúde e dos trabalhadores no enfrentamento a todos os tipos de violência perpetradas às mulheres.

REFERÊNCIAS

AL-KHUSHAYBAN, F. A.; ALHARBI, M. K.; ALSHEHA, M. A.; BEDAIWI, M. F.; ALOLAYAN, S. S.; ALJASSER, R. I.; ALANAZI, A. M.; BEDAIWI, B. F.; ALMUHAIMEED, F. A.; ALMEATHEM, F. K. A prevalência da violência contra as mulheres durante a gravidez e após o parto na Arábia Saudita: um estudo transversal. *Cureus*. 29 de junho de 2022;14(6):e26417. doi: 10.7759/cureus.26417. PMID: 35915681; PMCID: PMC9337790.

ANUNCIAÇÃO, P. S. D.; LAMY, Z. C.; PEREIRA, M. U. L.; MADEIRA, H. G. R.; LOYOLA, C. D.; GONÇALVES, L. L. M.; LAMY-FILHO, F. “Revés de um parto”: relatos de mulheres que perderam o filho no período neonatal de mulheres que perderam filhos recém-nascidos]. *Cad Saúde Pública*. 20 de dezembro de 2018;34(12):e00190517. Português. doi: 10.1590/0102-311X00190517. PMID: 30570041.

BALSARKAR, G. Resumo de quatro estudos recentes sobre violência contra mulheres que obstetras e ginecologistas deveriam conhecer. *J Obstet Gynaecol Índia*. 2021 dezembro;71(Suplemento 2):64-67. doi: 10.1007/s13224-021-01591-x. Epub 2021, 16 de novembro. PMID: 34803250; PMCID: PMC8592805.

GARCIA, L. M. Análise teórica da justiça social em enfermagem: aplicações à pesquisa sobre violência obstétrica. *Ética da Enfermagem*. 2021 novembro-dezembro;28(7-8):1375-1388. doi: 10.1177/0969733021999767. Epub 2021, 4 de junho. PMID: 34085578.

MOLLA, W.; WUDNEH, A.; TILAHUN, R. Violência obstétrica e fatores associados entre mulheres durante o parto em instalações na Zona Gedeo, Sul da Etiópia. *BMC Gravidez Parto*. 2022, 14 de julho;22(1):565. doi: 10.1186/s12884-022-04895-6. PMID: 35836139; PMCID: PMC9284803.

PEREIRA-RODRÍGUEZ, D.; HERDY-ALVES, V.; CARDOSO-DE-PAULA, C.; VIEIRA, B.; VIDAL-PEREIRA, A.; DIAS-DA-SILVA, S.; TAVARES-PARENTE, A. Os significados da violência obstétrica no processo de parto e nascimento. *Revista Cubana de Enfermagem [Internet]*. 2023 [citado em 7 de novembro de 2023]; 39 (1) Disponível em: <https://revenfermeria.sld.cu/index.php/enf/article/view/5532>



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RODRIGUES, D. P. Os valores dos profissionais de saúde e sua influência no cuidado obstétrico: cotidiano das maternidades. Tese (Doutorado em Ciências do Cuidado em Saúde). Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

SÁNCHEZ, O. D. R.; BONÁS, M. K.; GRIEGER, I.; BAQUETE, A. G. L.; NOGUEIRA VIEIRA, D. A.; CONTIERI BOZZO CAMPOS, B.; GUERAZZI, P. P. C. G.; SURITA, F. G. Violência contra a mulher durante a gravidez e o puerpério: um protocolo de estudo de métodos mistos. *BMJ aberto*. 21 de outubro de 2020;10(10):e037522. doi: 10.1136/bmjopen-2020-037522. PMID: 33087371; PMCID: PMC7580047.

ZANCHETTA, M, S, et al. Reflexão metodológica sobre o trabalho de campo de pesquisa internacional multicêntrica Brasil-Canadá. *Esc. Anna Nery*, v. 2, e20200390, 2021. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2020-0390>>. acessos em 07 nov. 2023. Epub 15 de janeiro de 2021.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

13- PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

INTEGRATIVE AND COMPLEMENTARY PRACTICES: CHALLENGES AND FUTURE PERSPECTIVES

Daniela Marques Freire¹, Tassiane Cristina Morais¹

¹ Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil.

Autor correspondente: daniela.freire@edu.emescam.br

Resumo

Introdução: As Práticas Integrativas e Complementares (PICS) buscam a promoção da saúde, o bem-estar, a prevenção de doenças e a melhoria da qualidade de vida objetivando tratar não apenas os sintomas físicos, mas também aspectos emocionais, mentais e energéticos do indivíduo. **Objetivo:** apresentar o que a literatura científica oferece em relação aos desafios e perspectivas futuras na implementação das PICS nos serviços públicos de saúde. **Método:** O estudo se trata de uma revisão da literatura científica sobre os desafios e as perspectivas futuras para o uso das PICS no Sistema Único de Saúde (SUS). A busca pelos artigos ocorreu nas bases de dados Lilacs e Scielo, sendo obtidos 9 trabalhos. **Resultados:** As PICS apresentam diversos desafios a serem enfrentados para ampliar e fortalecer sua oferta no SUS, no entanto, dispõem de perspectivas futuras promissoras para ampliação do acesso aos usuários e implementação da PNPIC no serviço de Saúde Pública. **Conclusão:** É fundamental que o SUS continue investindo na capacitação de profissionais, bem como na ampliação e estruturação dos serviços que oferecem as PICS. Também é importante o investimento estatal em políticas públicas que favoreçam a implementação dessas terapias nos serviços de saúde.

Palavras-chave: práticas integrativas e complementares, capacitação, PNPIC, saúde pública



INTRODUÇÃO

A importância das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, também conhecidas como PICS, reside na sua capacidade de oferecer opções terapêuticas complementares aos métodos convencionais, ampliando a gama de tratamentos disponíveis para a população. Além disso, essas práticas consideram o paciente em sua totalidade física, mental, social e emocional e buscam prevenir doenças, promover a saúde e o bem-estar dos indivíduos (Nascimento *et al.*, 2018).

No Brasil, as PICS são reconhecidas e incentivadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). A PNPIC foi instituída em 2006 pela Portaria nº 971 do Ministério da Saúde. Isso significa que elas são disponibilizadas de forma gratuita em algumas unidades de saúde do país, ampliando o acesso dessas terapias para a população (Silva *et al.*, 2020).

As PICS estão sendo cada vez mais reconhecidas como alternativas efetivas de cuidados em saúde e as perspectivas futuras dessas práticas para o SUS são de maior valorização, ampliação do acesso, pesquisa científica, qualificação de profissionais e foco na promoção da saúde e prevenção de doenças. No entanto, apesar de trazerem benefícios para a saúde e bem-estar à população, as PICS enfrentam diversos desafios para serem efetivamente integradas ao Sistema público de saúde (Silva *et al.*, 2020).

Dessa forma, o presente trabalho é relevante diante da necessidade de demonstrar os obstáculos enfrentados para reconhecimento e integração das PICS no SUS e a importância da inserção dessas práticas na potencialização do cuidado em saúde.

Assim sendo, o objetivo dessa pesquisa é descrever as evidências científicas disponíveis na literatura sobre os desafios de implementação das terapias complementares e quais as perspectivas futuras no emprego das PICS nos serviços de saúde.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MÉTODO

O presente estudo se trata de uma revisão bibliográfica na qual foram pesquisados trabalhos cujo tema principal são as Práticas Integrativas e Complementares e os desafios e perspectivas futuras para o uso no SUS. A busca pelos artigos ocorreu nas bases de dados Lilacs e Scielo.

Como critério de inclusão foram selecionados artigos em português da área da saúde publicados em até 5 anos e que abordavam o assunto em questão. Dentro dessas especificações, foram excluídos artigos publicados no período anterior a 5 anos, em outra língua que não o português e que não apresentavam como temática o assunto abordado.

Na base Lilacs foram aplicados os descritores “Práticas Integrativas e Complementares”, “Sistema Único de Saúde” e “desafios de implementação”. Nesta pesquisa obtivemos 38 trabalhos dos quais, após aplicação dos critérios de exclusão, permaneceram 8. A busca utilizando os descritores “Práticas Integrativas e Complementares”, “Sistema Único de Saúde”, “desafios de implementação” e “perspectivas futuras” não obteve artigos. Em todas as pesquisas foi utilizado o operador booleano “AND”. Na base de dados Scielo foram galgadas as mesmas etapas de buscas e os artigos obtidos foram os mesmos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mediante leitura e análise dos trabalhos encontrados, foram selecionados dados relevantes os quais foram agrupados em “desafios” e “potencialidades futuras” na tabela a seguir para então serem discutidos adiante.

Quadro 1: Apresentação dos resultados da pesquisa das bases de dados LILACS e SCIELO.

Autores	Desafios	Potencialidades futuras
Silva, <i>et al.</i> , (2020)	Apoio da Gestão insuficiente; Modelo biomédico de cuidado; Ausência de discussão política.	Limitações do modelo biomédico.
Dalmolin, Heidemann	Falta de capacitação profissional; Modelo biomédico de cuidado; Escassez de	Valorização das várias dimensões do processo saúde-doença; Fortalecimento do SUS;



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

e Freitag, (2019)	financiamento indutos; Apoio da Gestão insuficiente; Ausência de discussão política.	Discussão política.
Ferraz <i>et al.</i> , (2020)	Falta de capacitação profissional; Modelo biomédico de cuidado; Escassez de evidências científicas.	Favorece a autonomia; Assistência integral à saúde; Redução da medicalização; Assistência menos onerosa.
Vieira e Filho, (2020)	Modelo biomédico de cuidado; Desconhecimento profissional, dos gestores e dos usuários sobre PICS; Falta de capacitação profissional; Escassez de financiamento indutor.	Valorização das várias dimensões do processo saúde-doença; Limitações do modelo biomédico; Assistência integral à saúde.
Ruela <i>et al.</i> (2019)	Falta de capacitação profissional; Apoio da Gestão insuficiente; Resistência dos profissionais; Escassez de evidências científicas; Modelo biomédico de cuidado.	Assistência integral à saúde; Redução da medicalização; Assistência menos onerosa.
Santos <i>et al.</i> , (2018)	Apoio da Gestão insuficiente; Falta de capacitação profissional; Escassez de financiamento indutos; Divulgação insuficiente das PICS.	Melhora da saúde e bem-estar.
Barros, Spadacio, e Costa, (2018)	Modelo biomédico de cuidado; Falta de capacitação profissional; Escassez de financiamento indutor.	Integração entre os profissionais e profissional-paciente; Assistência integral à saúde; Prevenção e promoção da saúde; Limitações do modelo biomédico.
Habimorad, <i>et al.</i> , (2020)	Falta de capacitação profissional; Modelo biomédico de cuidado. Desconhecimento profissional, dos gestores e usuários sobre PICS.	Assistência integral à saúde; PICS como prática popular; Redução da medicalização; Coparticipação de gestores, usuários e profissionais na implantação das PICS.

Em relação aos desafios enfrentados para implementação das PICS no SUS destaca - se a ausência de investimentos em capacitação profissional, afinal sem o apoio e engajamento dos gestores, é difícil promover a inclusão efetiva das PICS (Dalmolin, Heidemann & Freitag, 2019; Ferraz *et al.*, 2020;



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Habimorad et al., 2020; Nascimento *et al.*, 2018; Ruela *et al.*, 2019; Santos *et al.*, 2018; Vieira & Filho, 2022; Silva *et al.*, 2020).

Outra dificuldade para realização das PICS é a oposição por parte de alguns profissionais de saúde em adotar essas terapias (Ruela *et al.*, 2019). Essa resistência muitas vezes é atribuída à carência de evidências científicas sólidas que comprovem a eficácia e segurança dessas práticas (Ferraz *et al.*, 2020; Ruela *et al.*, 2019).

Outro obstáculo é a falta de conhecimento e informação por parte da população, dos profissionais de saúde e dos gestores. Muitos usuários desconhecem os benefícios e eficácia dessas práticas, o que gera desconfiança e resistência em adotar essas terapias (Habimorad *et al.*, 2020; Vieira & Filho, 2022).

Ademais, a carência de pautas envolvendo a PNPIC no serviço de Saúde Pública em discussões políticas e os investimentos inadequados no setor saúde, tanto de mão de obra quanto de infraestrutura, por parte do poder público também pode ser um empecilho para implementação das PICS de forma efetiva (Dalmolin, Heidemann & Freitag, 2019; Ruela *et al.*, 2019; Vieira & Filho, 2022; Barros, Spadacio, e Costa, 2018; Santos *et al.*, 2018).

Dentre as perspectivas futuras citadas estão os benefícios da assistência integral à saúde que busca a melhora da saúde e do bem-estar, a promoção da saúde e a prevenção de doenças. Além disso, esse tipo de abordagem considera a interação entre o paciente e o terapeuta, criando um ambiente de confiança e colaboração. Tais aspectos, resultam no fortalecimento dos princípios e diretrizes do SUS, outra potencialidade das PICS (Vieira & Filho, 2022; Ruela *et al.*, 2019; Barros, Spadacio, e Costa, 2018; Ferraz *et al.*, 2020).

Outras expectativas envolvem a melhor aceitação das PICS pelos usuários devido a familiaridade e identificação com conceitos e práticas ancestrais presentes na cultura brasileira resultando na valorização da autonomia na escolha das terapias de sua preferência (Ferraz *et al.*, 2020; Habimorad *et al.*, 2020).



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Além do que, os autores citam também a importância da coparticipação dos gestores, profissionais e usuários na busca pela implementação das PICS através das discussões nos Conselhos de Saúde ((Habimorad *et al.*, 2020; Dalmolin, Heidemann & Freitag, 2019).

Outras potencialidades consideram as limitações do modelo biomédico como único meio de cuidado dando espaço para que as terapias atuem conjuntamente. Somado a isso, as PICS são abordagens menos onerosas ao Sistema e podem trazer benefícios na redução da medicalização dos pacientes (Ferraz *et al.*, 2020; Habimorad *et al.*, 2020; Ruela *et al.*, 2019).

CONCLUSÃO

As PICS apresentam benefícios diversos, no entanto, existem desafios a serem enfrentados para ampliar e fortalecer a oferta das Práticas no SUS. O futuro do SUS nessa área é promissor e envolve aspectos políticos, sociais e financeiros que perpassam a área da saúde. Diante dessas perspectivas, é fundamental que o SUS continue investindo na capacitação e formação de profissionais nessas áreas, bem como na ampliação e estruturação dos serviços que oferecem as PICS. Também é importante o investimento estatal em políticas públicas que favoreçam a implementação dessas terapias nos serviços de saúde.

REFERÊNCIAS

BARROS, N. F. de; SPADACIO, C.; COSTA, M. V. da. Trabalho interprofissional e as Práticas Integrativas e Complementares no contexto da Atenção Primária à Saúde: potenciais e desafios. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, V. 42, número especial 1, P. 163-173, set. 2018.

DALMOLIN, I. S.; HEIDEMANN, I. T. S. B.; FREITAG, V. L. Integrative and complementary practices in the unified health system: Unveiling potentials and limitations. *Revista da Escola de Enfermagem*, v. 53, 2019.

FERRAZ, I. S.; CLIMACO, L. C. C.; BOERY, R. N. S. de O.; YARID, S. D.; SENA, E. L. da S.; FILHO, I. E. M. Autonomia do usuário na implementação de práticas integrativas complementares. *Revista Electrónica Enfermería Actual em Costa Rica*. Edición Semestral N°. 39, Julio-Diciembre 2020.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

HABIMORAD, P. H. L. et al. Implementation of brazil's national policy on complementary and integrative practices: Strengths and weaknesses. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 25, n. 2, p. 395–405, 1 fev. 2020.

RUELA, L. DE O. et al. Implementation, access and use of integrative and complementary practices in the unified health system: A literature review. *Ciência e Saúde Coletiva*. Associação Brasileira de Pós - Graduação em Saúde Coletiva, 1 nov. 2019.

SANTOS, M.S.; AMARELLO, M. M.; VIGETA, S. M. G.; HORTA, A. L. M.; TANAKA, L. H.; SOUZA, K. M. J. Práticas integrativas e complementares: avanços e desafios para a promoção da saúde de idosos. *REME – Rev Min Enferm*. 2018.

SILVA, G. K. F. da; SOUSA, I. M. C. de; CABRAL, M. E. G da S.; BEZERRA, A. F. B.; GUIMARÃES, M. B. L. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares: trajetória e desafios em 30 anos do SUS. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, 2020.

VIEIRA, L. de O; FILHO, I. E. M. Secretários de saúde e aspectos relacionados à gestão das Práticas Integrativas e Complementares. *Saúde Soc. São Paulo*, v.31, n.4, 2022.



14- RECUSA VACINAL E O IMPACTO NA SAÚDE PÚBLICA

VACCINE REFUSAL AND THE IMPACT ON PUBLIC HEALTH

Júlia Mayse Soares Gonçalves^{1,2}, Beatriz Pralon Casteloghe Coutinho^{1,2}, Bruna Santos Bayer^{1,2}, Felipe dos Santos Ramiro da Silva^{1,2}, Julia Matias de Alcântara^{1,2}, Lizandra Argona Pereira^{1,2}, Fabiana Rosa Neves Smiderle³.

¹ Escola Superior de Ciência da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM. Vitória/ES. Brasil.

² Laboratório de Escrita Científica da EMESCAM - LABESC.

³ Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil

Autor correspondente: juliamayse7@gmail.com

Resumo

Introdução: Desde a instituição do Programa Nacional de Imunização (PNI) na década de 1970, o Brasil consolidou-se como uma influência global no âmbito da vacinação pública, sendo determinante para a diminuição e eliminação de algumas doenças. Entretanto, de acordo com Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI), as taxas de cobertura vacinal obtiveram uma redução significativa em todas as regiões do país nos últimos cinco anos, sendo a região sudeste com maior diferença, com 79,06% em 2018, para 46,99% em 2023.

Objetivo: Analisar os efeitos da recusa vacinal na saúde pública e as razões que levam os indivíduos a recusarem a imunização. **Método:** Revisão integrativa realizada em dezembro de 2023. Para a seleção dos artigos, efetuou-se uma busca na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) utilizando a estratégia de busca: "Vacinação" AND "Recusa vacinal" AND "Saúde Pública". O critério de inclusão foi texto completo em português, resultando em 261 artigos. Após leitura completa, apenas quatro artigos compuseram a revisão. **Resultados:** Dos artigos analisados, dois abordam a temática fake news e movimentos anti-vacinas como motivo da diminuição da cobertura vacinal no país. Dois retratam a falta de confiança e o desconhecimento como coadjuvantes à hesitação vacinal. **Conclusão:** A recusa vacinal emerge como um fenômeno que acarreta consideráveis desafios para a saúde pública no Brasil como o retorno de doenças imunopreveníveis previamente erradicadas.

Palavras-chave: vacinação, recusa vacinal, Saúde pública.



INTRODUÇÃO

Desde a instituição do Programa Nacional de Imunização (PNI) na década de 1970, o Brasil consolidou-se como uma influência global no âmbito da vacinação pública, sendo determinante para a diminuição e eliminação de algumas doenças. Contudo, diversas limitações foram sendo observadas e persistindo ao passar dos anos, constituindo obstáculos significativos para o pleno êxito do PNI. Entre essas limitações, tem-se como exemplo a veiculação de notícias falsas, o aumento de movimentos anti-vacinas, entre outros (Da Conceição Ramos et al, 2023).

Os movimentos anti-vacinas têm persistido no Brasil desde a implementação dos imunobiológicos, evidenciados, por exemplo, na "Revolta da Vacina", em 1904, em resposta à imposição compulsória da vacina contra a varíola para todos os cidadãos, resultando na revolta da população (Da Conceição Ramos et al, 2023).

Informações extraídas do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI), indicam que as taxas de cobertura vacinal ao longo dos últimos cinco anos experimentaram uma redução significativa em todas as regiões do país, sendo a região sudeste com maior diferença, com 79,06% em 2018, para 46,99% em 2023.

A relevância deste estudo fundamenta-se em analisar um fenômeno de grande impacto para a saúde pública. Por essa razão, este trabalho tem como objetivo principal analisar os efeitos da recusa vacinal na saúde pública, e discutir as razões que levam indivíduos a recusarem a imunização.

MÉTODO

Trata-se de revisão integrativa elaborada a partir das seguintes etapas: estabelecimento da hipótese e objetivos; seleção da amostra através do estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; definição das informações a serem extraídas; análise dos resultados; discussão e apresentação dos resultados; e a apresentação da revisão. Assim, para nortear a revisão, formulou-



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

se o seguinte questionamento: Quais as consequências para a saúde pública a partir da recusa vacinal por parte da população?

Para seleção dos artigos foi realizada uma busca na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), através de descritores baseados no Decs, com a estratégia de busca: “Vacinação” AND “Recusa de Vacinação” AND “Saúde Pública”. Os critérios de inclusão definidos para a presente revisão foram: Artigos com texto completo, e idioma português.

RESULTADOS

Inicialmente, foram encontrados 261 estudos na BVS. No processo de inclusão, restaram 12 artigos, onde, após leitura de título foram selecionados 09 literaturas para leitura criteriosa e completa. Após a leitura, 04 estudos compuseram a escrita final, como descritos abaixo:



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

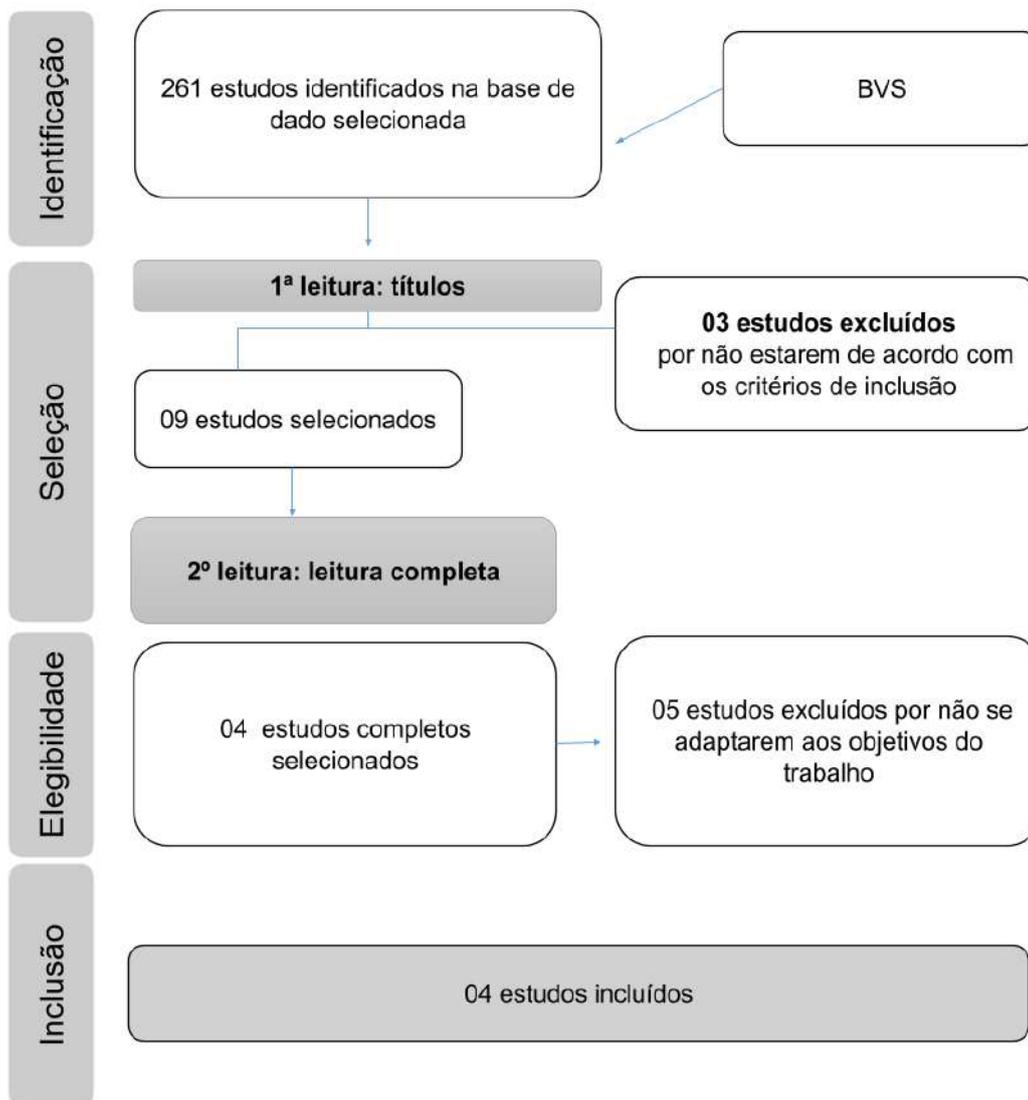


Figura 1. Fluxograma de seleção dos estudos para análise da revisão integrativa.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Quadro 1 - Descrição dos principais estudos encontrados com seus respectivos anos de publicação.

Autores, ano de publicação	Título	Tipo de Estudo	Objetivo	Resultados
Ana Carolina Lima da Conceição Ramos et al., 2023.	Cobertura vacinal e o movimento antivacina: o impacto na saúde pública no Brasil.	Metodologia mista: primeira etapa qualitativa e segunda etapa quantitativa.	Avaliar como o movimento antivacina impacta na saúde pública no Brasil através da diminuição da cobertura vacinal.	Entre 2010 e 2020 houve uma queda das aplicações das vacinas BCG, poliomielite e tríplice viral. Sites anti vacinas apresentam conteúdos com informações sensacionalistas sem cunho científico para manipular o leitor.
Souza, Fernanda de Oliveira et al., 2022.	Hesitação vacinal para influenza entre trabalhadores(as) da saúde, Bahia, Brasil.	Estudo transversal.	Investigar a associação entre confiança, complacência e conveniência com a hesitação vacinal para influenza entre trabalhadores do setor saúde.	Os resultados evidenciam que a menor confiança e a maior complacência estão associadas a maior hesitação vacinal e que esse efeito foi mediado pelo nível de confiança.
Frugoli, Alice Gomes et al., 2021.	Fake news sobre vacinas: uma análise sob o modelo dos 3Cs da Organização Mundial da Saúde.	Pesquisa qualitativa de caráter exploratório.	Analisar as fake news sobre imunobiológicos tomando como referência a hesitação vacinal no modelo dos 3Cs (confiança, complacência e conveniência) da Organização Mundial da Saúde.	As fake news são disseminadas a partir de um conteúdo apelativo, com padrões de discurso, predominância de alarmismo, sites desconhecidos, sem autoria, conteúdo sensacionalista e pedidos de compartilhamento.
Mizuta, Amanda Hayashida et al., 2019.	Percepções Acerca Da Importância Das Vacinas E Da Recusa Vacinal Numa Escola De Medicina.	Estudo transversal.	Identificar a percepção da importância das vacinas e os riscos da recusa vacinal entre alunos de Medicina e médicos.	Dos médicos, 48,7% já atenderam pacientes que se recusaram a receber vacinas. Consideram-se causas de recusa: medo de eventos adversos, razões filosóficas, religiosas e desconhecimento sobre a importância.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DISCUSSÃO

A recusa aos imunizantes, também conhecida comumente como hesitação vacinal, se trata de um fenômeno complexo no qual fatores como a má gestão, limitações físicas, veiculação de notícias falsas e o aumento do movimento anti-vacinas contribuem para que esses indivíduos decidam não receber os imunizantes.

Segundo o Instituto Butantan 2023, a má gestão dentro das instituições de saúde e as limitações físicas refletem na hesitação vacinal. Quando as autoridades de saúde pública não conseguem fornecer informações de forma efetiva ou até mesmo quando ocorre falhas na gestão de crises, as informações fornecidas geram desconfianças nos imunizantes e nas próprias instituições que as recomendam.

Com isso, a propagação de notícias falsas, popularmente conhecidas como *fake-news* interfere de forma significativa, visto que essas notícias frequentemente espalham informações incorretas sobre a segurança e eficácia das vacinas, gerando medo e incerteza, sugerindo que as doenças são inofensivas ou que a imunização não possui benefícios, levando à recusa vacinal (Lopes et al., 2022).

Nesse sentido, atribui-se também a criação dos movimentos que ganharam grande repercussão através das mídias sociais nos últimos anos, denominados “anti-vacinas”. São movimentos que se opõem à prática de imunização, com conteúdos sem validação científica, teorias da conspiração e desconfiança das práticas médicas (Ramos et al., 2023).

Corroborando com isso, a recusa vacinal gera implicações em relação ao cenário público, como o retorno de doenças anteriormente erradicadas. Em 2016, o Brasil conquistou o certificado de eliminação do vírus do sarampo, porém, com a baixa adesão vacinal em 2018 o vírus tornou-se circulante novamente, ainda, segundo o Ministério da Saúde, doenças como poliomielite, rubéola e difteria podem ressurgir devido à baixa cobertura vacinal (Butantan, 2022; Machado et al., 2020).



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CONCLUSÃO

Considerando as informações apresentadas ao longo deste estudo, a recusa vacinal emerge como um fenômeno que acarreta consideráveis desafios para a saúde pública no Brasil. Esta recusa não apenas impacta o indivíduo que optou por não se vacinar, mas também reverbera em toda a população, promovendo o retorno de doenças imunopreveníveis previamente erradicadas.

Nesse contexto, cabe ao PNI assumir o papel no enfrentamento da baixa adesão vacinal por meio de iniciativas de educação em saúde, a fim de restabelecer a eficácia do programa e retornar a um cenário de elevada adesão vacinal. Portanto, a implementação de estratégias eficazes é essencial para superar tais desafios e restaurar a adesão vacinal a patamares anteriormente reconhecidos como ideais.

REFERÊNCIAS

ABUD, Carol de Oliveira; DE SOUZA, Luciano Pereira. A vacinação contra a COVID-19 pode ser compulsória no Brasil? A questão jurídica e a disputa política. 2021.

DA CONCEIÇÃO RAMOS, Ana Carolina Lima et al. Cobertura vacinal e o movimento antivacina: o impacto na saúde pública no Brasil. Revista Baiana de Saúde Pública, v. 47, n. 1, p. 210-226, 2023.

Doenças erradicadas podem voltar: conheça quatro consequências graves da baixa imunização infantil. Instituto Butantan, São Paulo, 11 de junho de 2022.

FRUGOLI, Alice Gomes et al. Fake news sobre vacinas: uma análise sob o modelo dos 3Cs da Organização Mundial da Saúde. Rev. esc. enferm. USP. 2021.

GONÇALVES, Ana Priscila Varino. Conhecimentos e Atitudes dos Pais relativas à Vacinação: Estudo realizado com pais de crianças com idade igual ou inferior a 18 meses ou no último trimestre da gravidez. 2019.

MACHADO, Luís Felipe Barbosa et al.,. Recusa Vacinal e o Impacto no Ressurgimento de Doenças Erradicadas. Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR, 2020. Vol.32,n.1,pp.12-16. 2020 Disponível em:<https://www.mastereditora.com.br/periodico/20200907_164040.pdf>. Acesso em: 07 de dez. 2023;

Problemas estruturais refletem na hesitação vacinal e combatê-los é a chave para retomada das coberturas, dizem especialistas. Instituto Butantan, São Paulo, 30 de outubro de 2023.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SOUZA, Fernanda de Oliveira et al. Hesitação vacinal para influenza entre trabalhadores(as) da saúde, Bahia, Brasil. Cad. Saúde Pública. 2022.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

15- RELATO DE EXPERIÊNCIA DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA ECO EDUCADORES DO LABORATÓRIO VIVO NA VISÃO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

EXPERIENCE REPORT OF THE FORMATION COURSE FOR ECO EDUCATORS FROM THE ALIVE LABORATORY FROM THE VIEW OF INTEGRATED HIGH SCHOOL STUDENTS

Jully Nunes Erlacher¹, Eduardo Pontes Pereira¹, Flávia Duarte Ferraz Sampaio¹,
Maria das Graças Ferreira Lobino¹

¹Instituto Federal de Educação do Espírito Santo, Campus Vila Velha,

Autor correspondente: maria.lobino@ifes.edu.br; flavia.sampaio@ifes.edu.br

Resumo

O relato de experiência apresenta o curso de formação para eco educadores do Laboratório Vivo, na visão de alunos do Ensino Médio integrado. **Objetivo:** oferecer uma metodologia inter/transdisciplinar para um conhecimento inovador e sustentável, pertinente ao século XXI, incentivando a transmissão do aprendizado de forma objetiva e acessível. Ao longo do curso, os alunos, junto aos cursistas, foram expostos a debates e práticas que conectaram teoria e realidade, promovendo reflexões profundas e transformadoras. **Método:** envolveu uma coleta de dados para correlacionar cada oficina temática a um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, seguida pela análise das implicações políticas e legais, à luz dos pressupostos da Educação Ambiental crítica. Explorou-se a dicotomia entre busca por saúde e dependência de medicamentos, propondo a valorização das plantas medicinais e práticas ancestrais. Programas educacionais interdisciplinares, como a oficina "Da Natureza à Farmácia", foram desenvolvidos para disseminar esse conhecimento. **Resultados:** evidenciaram o impacto positivo da formação, visível nas propostas de enraizamento dos participantes. A discussão enfatiza a importância de resgatar a medicina popular, buscando um equilíbrio entre práticas tradicionais e modernas para promover uma saúde consciente. **Conclusão:** que os objetivos propostos foram alcançados, destacando a relevância de programas educacionais interdisciplinares para promover o uso responsável dos recursos naturais na saúde. A integração de conhecimentos ancestrais com práticas contemporâneas abre caminho para futuras investigações e intervenções em saúde e educação, visando uma sociedade mais equilibrada e sustentável.

Palavras-chave: educação ambiental, inovação, práticas interdisciplinares, sustentabilidade.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

O projeto Laboratório Vivo ofereceu um curso para formação de eco educadores, composto por dez Oficinas Temáticas interligadas, explorando áreas diversas do conhecimento e promovendo experiências teórico-práticas. Centralizado na criação de um Laboratório Vivo piloto, incluindo uma horta educativa e um meliponário de abelhas sem ferrão, esse curso utilizou tecnologias digitais em prol da sustentabilidade ambiental.

Esta formação propôs uma metodologia inter/transdisciplinar para gerar conhecimento inovador e sustentável, em consonância com as demandas do século XXI. Alunos do Ensino Médio Integrado puderam relacionar os temas discutidos com suas experiências, comparando debates e enriquecendo suas visões, inclusive lembrando situações de seu Ensino Fundamental sob a perspectiva dos educadores presentes.

As discussões e atividades, orientadas pelos mediadores das Oficinas Temáticas, proporcionaram a aquisição de conhecimento e a elaboração de propostas adaptadas por cada participante. Esse aprendizado não se restringiu ao curso, mas teve um impacto multiplicador. Cada indivíduo, motivado pela experiência, tornou-se um agente de transformação, difundindo o aprendizado em diferentes contextos, como comunidades, escolas e em suas próprias vidas.

Esperou-se contribuir para a consciência ambiental do público beneficiado, ao considerar que a formação esteve imbuída dos princípios e pressupostos da Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (1999) e do Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA (2005), e as ações visaram contribuir para o pacto global quanto aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS para 2030, especificamente, a ODS 3; 4; 11; 12 e 15.5, pois tratam da Saúde e Bem-estar, Educação de Qualidade, Cidades e Comunidades Sustentáveis, Consumo e produção Responsáveis e Vida sobre a Terra.

Dessa forma, o objetivo principal foi apresentar, de forma teórico/prática, o conceito de inovação por meio do Laboratório Vivo, oferecendo uma formação para atender à demanda de um projeto educativo sustentável para o século XXI.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Além disso, buscou-se fomentar a disseminação desse conhecimento de modo objetivo, acessível e didático para um público mais amplo.

MÉTODO

Foi realizada uma coleta de dados que associou os temas das oficinas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), seguida pela identificação de orientações políticas e ações governamentais ligadas a cada tópico dos ODS. Esse levantamento permitiu a análise das metas dos Objetivos em relação ao material encontrado, revelando implicações políticas e paradoxos, especialmente na abordagem da saúde, evidenciando um crescente interesse por hábitos saudáveis versus a tendência à automedicação.

“Hoje está cada vez mais crescente a preocupação das pessoas em levar uma vida mais saudável [...] No Brasil, a medicina popular teve a participação dos índios, dos negros e dos portugueses, cada qual com sua cultura, sendo os primeiros impedidos de manifestar as suas, vista pelos colonizadores como ameaça. Isso contribuiu para que a medicina popular fosse vista como marginal.”. (Lobino, 2004, P.58).

Essa dicotomia ressalta a importância de alternativas, como valorizar plantas medicinais e práticas ancestrais, aprofundar estudos sobre suas propriedades terapêuticas e promover hábitos saudáveis para reduzir a dependência excessiva de medicamentos. Isso impulsionou programas educacionais interdisciplinares, como a oficina "Da Natureza à Farmácia", capacitando a apreciação das plantas medicinais, desafiando preconceitos e incentivando o uso consciente dos recursos naturais para saúde.

RESULTADOS

Na última oficina, cada um apresentou sua proposta de enraizamento. Nós compartilhamos nossa jornada como bolsistas, formulando novas Oficinas Temáticas a partir do aprendizado do curso. Uma delas, "Da Natureza à Farmácia", promoveu debates sobre plantas medicinais e sua recomendação especializada, demonstrando a extração de óleos essenciais. Na 7ª Jornada de Integração do IFES - Campus Vila Velha, a oficina engajou 63 participantes, de



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

várias idades e níveis de ensino, proporcionando uma aprendizagem acessível e didática, em linha com o método do Laboratório Vivo.

DISCUSSÃO

A formação do Laboratório Vivo tinha como objetivo atender à demanda de um projeto educativo sustentável para o século XXI, buscando disseminar o conhecimento de maneira objetiva e acessível. Em consonância, Medina (1998) define a Educação Ambiental como um processo para desenvolver atitudes conscientes e participativas sobre a conservação e o uso adequado dos recursos naturais. Há ressonância entre os resultados do estudo e o contexto histórico de Lobino (2004), destacando a importância de resgatar o conhecimento tradicional das plantas medicinais para uma abordagem mais equilibrada na promoção da saúde.

O Ministério da Educação (2001) enfatiza a transversalidade da EA para garantir melhor qualidade nas atividades. Sugere-se, com base nos resultados, ampliar atividades educacionais interdisciplinares para conscientizar sobre o uso responsável de recursos naturais na promoção da saúde, visando um uso mais consciente desses recursos na sociedade contemporânea.

CONCLUSÃO

O estudo atingiu os objetivos propostos ao apresentar a inovação por meio de um Laboratório Vivo e proporcionar uma formação direcionada a um projeto educativo sustentável. Os resultados ressaltaram a importância das plantas medicinais e das práticas ancestrais, indicando a necessidade de compreender melhor suas propriedades terapêuticas e promover hábitos saudáveis para reduzir a dependência de medicamentos. Concluiu-se que programas educacionais como "Da Natureza à Farmácia" não apenas ensinam, mas capacitam os participantes a usar conscientemente as plantas medicinais, enfatizando a importância de resgatar conhecimentos ancestrais e contemporâneos para uma sociedade mais equilibrada e sustentável.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REFERÊNCIAS

LOBINO, M.G.F. Currículo por Abordagem Temática na Educação Básica: Eixo II – Didática(s) entre diálogos, insurgências e políticas: tensões e perspectivas na relação Currículo e Avaliação. Rio de Janeiro, 2020.

LOBINO, M.G.F. Plantando conhecimento, colhendo cidadania: Plantas Medicinais: uma experiência transdisciplinar. 2ª Edição. Vitória: Bios, 2004.

Órgão Gestor Da Política Nacional De Educação Ambiental. Programa Nacional de Formação de Educadoras(Es) Ambientais: Por um Brasil educado e educando ambientalmente para a Sustentabilidade. Brasília, 2006.

Organização das Nações Unidas no Brasil. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 8 de dez. de 2023.

Panorama da educação ambiental no ensino fundamental. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília : MEC ; SEF, 2001. 149 p. : il.



16- SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO SERVIÇO NOTURNO: REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

MENTAL HEALTH OF NIGHT SERVICE HEALTH PROFESSIONALS: NARRATIVE LITERATURE REVIEW

Ilson Vidal de Souza¹, Tassiane Cristina Morais¹

¹ Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil.

Autor correspondente: ilson.ssouza@edu.emescam.br

RESUMO

Introdução: Os profissionais de saúde que trabalham em turnos desempenham um papel crucial para o cuidado com a sociedade. Entretanto, o trabalho noturno apresenta desafios adicionais para os profissionais da saúde, até mesmo para a saúde mental destes profissionais. Por isso, faz-se necessário abordagens científicas que corroborem para a compreensão da temática e a promoção para o bem-estar mental nesse contexto desafiador. **Objetivo:** Discorrer sobre a saúde mental de profissionais da saúde. **Método:** Foi realizado um estudo do tipo revisão narrativa da literatura científica, com abordagem qualitativa. **Resultados:** Na ação de cuidar em serviço noturno, enfermeiros e técnicos de enfermagem podem ter sua saúde mental vitimizada em função da alteração do ciclo vigília-sono que afetam os aspectos físicos e psicológicos que reflete na qualidade de vida, bem-estar e, potencialmente, na execução das atividades laborais. **Conclusão:** O impacto profissional causado na saúde mental em profissionais de saúde, enfermeiros e técnicos de enfermagem do serviço noturno requer que tenham acesso a recursos e apoio adequados para lidar com o estresse e as pressões inerentes à sua profissão, garantindo assim uma abordagem abrangente para a saúde mental. Assim, observa-se a importância do fortalecimento de Políticas Públicas voltadas para a saúde mental dos profissionais de saúde.

Palavras-chave: saúde mental, trabalho noturno, profissionais de saúde.



INTRODUÇÃO

A saúde mental é a habilidade de um indivíduo em se ajustar às demandas que a vida apresenta, harmonizando os âmbitos profissional, afetivo e social, e respondendo aos desafios que se apresentam ao longo da jornada. Hipotetiza-se que a saúde mental dos profissionais de saúde pode ficar mais exposta a riscos no desempenho noturno, devido a alterações de hábitos, estilos de vida e padrões comportamentais.

A relação saúde mental de profissionais de saúde e trabalho noturno levanta uma série de questionamentos, embora seja uma necessidade na assistência aos pacientes. Desta forma, quais os agravantes do trabalho noturno à saúde dos profissionais de saúde?

Trabalho e assistência à saúde são necessidades do indivíduo. Observar o impacto do trabalho noturno e os danos à saúde mental dos profissionais de saúde é uma temática relevante para contexto social e para a comunidade científica por expor que essa demanda coloca em risco o profissional e a segurança do paciente. Por isso o objetivo deste estudo foi discorrer sobre a saúde mental de profissionais da saúde em serviço noturno.

MÉTODO

Trata-se de um estudo de revisão narrativa da literatura sobre a saúde mental dos profissionais de saúde em serviço noturno, com abordagem qualitativa por incluir análise de pesquisas relevantes que possibilitam sintetizar o conhecimento sobre o tema e suas contribuições à enfermagem (MARTINS, 2015). Os dados coletados reúnem publicações disponibilizados nas bases de dados LILACS, BVS, Scielo, Bireme. Foram utilizados os descritores saúde mental, profissionais de saúde, trabalho noturno.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

TRABALHO NOTURNO EM SERVIÇOS DE SAÚDE

O trabalho tem significativas repercussões na saúde mental dos profissionais de saúde, reflexos no desempenho das funções laborais e sociais. Essa modalidade de atuação profissional é uma prática antiga, desde o processo de organização dos povos em grupos sociais, cidades e estados. Na saúde, a



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

partir desse cenário, atualmente demanda para contemplar as necessidades requer um atendimento de 24 horas (MANHÃES, 2009).

A execução assistencial que pode ser interrompida tornou o trabalho noturno um fator crucial na saúde. Toaldo, Xavier e Perla (2015) alertam que em nome de cuidar e promover a saúde do paciente, os profissionais de saúde – técnicos e enfermeiros – podem ter a própria saúde mental, física e as atividades laborais comprometidas. A atuação em unidades hospitalares deixa esses profissionais expostos a riscos diversos, além de o ambiente ter características insalubres.

A opção pelo trabalho de profissionais de saúde em serviço noturno é apontada por Arruda (2014) pelas possibilidades e facilidades de assumir e desenvolver outras práticas profissionais que auxiliam na composição de renda, atividade em outra área e também maior integração familiar.

Um dos impactos considerado mais grave decorrente do trabalho noturno é a alteração no ciclo vigília–sono, que resulta em dificuldades crônicas do sono, prejuízo no bem-estar, produtividade do trabalhador. Girondi e Genlbke (2011) salienta que o serviço noturno de “profissionais de saúde, enfermeiros e técnicos de enfermagem resultam em implicações sociais, educacionais, assistencial, administrativa, alterações físicas, psicoemocionais, de humor, dificuldade no relacionamento social e familiar, prejuízo de lazer e estudo”.

O trabalho noturno dos profissionais enfermeiros e técnicos de enfermagem requer que durmam e descanse durante o dia para eu possam se adaptar à inversão do ciclo sono-vigília e aos ritmos circadianos, que sincroniza os aspectos fisiológicos e psicológicos o sono, temperatura corporal, secreção hormonal, humor etc. Nesse contexto, há necessidade desses profissionais ter conhecimento de sua capacidade física de modo que a execução de suas atividades não agrida ou afete, potencialmente, sua saúde (REIS; BRAGA, 2015).

SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A literatura brasileira e internacional demonstra, em diferenciados estudos e pesquisas, interesse na área de saúde mental do trabalhador crescimento expressivo de problemas psicológicos, em especial a depressão. Os problemas refletem na produtividade, no desempenho profissional, absenteísmo e presenteísmo, causando danos também à família, sociedade (ARRUDA, 2014).

A saúde mental é descrita por especialistas como dor 'invisível', pois além dos aspectos biológicos, físicos, há dificuldade de identificação dos aspectos psicológicos e mentais. É neste contexto que a psicologia, com olhar atento e compassivo, procura entender as particularidades de cada indivíduo, oferecendo apoio emocional e ferramentas para enfrentar suas dificuldades (BARBOSA, 2020).

A noção geral se tem da saúde mental se mostra equivocada ao creditá-la que seus desafios se relacionam somente a uma parcela reduzida da população. O Conselho Federal de Enfermagem – COFEN (2023) ressalta uma realidade diferenciada, haja vista que também os profissionais de saúde, principalmente, os que atuam em serviço noturno são vitimizados por algum tipo de transtorno mental, como depressão, estresse, entre outros. A natureza subjetiva dos transtornos mentais torna o processo de compreensão e comunicação dessas condições desafiador. Enquanto as lesões físicas ou doenças podem ser facilmente identificadas e quantificadas por meio de exames e avaliações clínicas, as complexidades da saúde mental frequentemente permanecem invisíveis aos olhos externos.

É uma prática crucial para o profissional de saúde enfermeiros e técnicos reservar tempo para si mesmo, pois assim promove seu o bem-estar mental, revitaliza suas energias. Deve ser um descanso verdadeiro, livre de preocupações com os problemas cotidianos, pois a saúde mental desempenha um papel importante oferecendo estratégias para lidar com desafios diários, e prevenir obstáculos que enfrentam no ambiente profissional. No caso dos profissionais de saúde, como os enfermeiros, essa atenção à saúde mental é ainda mais crucial devido às demandas físicas e emocionais de suas funções (CORDEIRO et al., 2016).



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No exercício diário de contemplar indivíduos afligidos por enfermidades em seu cenário laboral pode insuflar sentimentos negativos sobre os profissionais da área saúde, sentimentos que podem potencial de evoluir para um intenso desânimo ou depressão. Pressupõe a habilidade de confrontar o ambiente de forma a amortecer os embates e desafios ele inerentes, assegurando que o estresse e a agressividade do meio não sejam o suficiente para afastar os profissionais de saúde de seus cargos. Ao mesmo tempo, é importante que esses profissionais mantenham intacto seu olhar compassivo em direção aos pacientes, reconheçam tais pacientes sempre como seres humanos (VIDOTTI, et al, 2018).

Da mesma forma que especialistas incentivam os pacientes a adotarem uma vida ativa, repleta de atividades físicas e interações que fomentem benefícios sociais, é enfermeiros e técnicos de enfermagem devem internalizar essas lições que possuem um potencial para mitigar sentimentos adversos. Ao internalizar essas lições, os profissionais da saúde podem enfrentar os desafios com resiliência e nutrir um espaço interno de positividade que reverbera em sua prática profissional (BARBOSA; SILVA, 2023).

A capacidade de se projetar no universo emocional do outro revela-se essencial e só tratar pode resultar em uma abordagem insuficiente. Exercer a enfermagem es profissões correlatas transcende as barreiras dos protocolos e das terapias standardizadas. Enfermeiros e técnicos de enfermagem precisam de habilidade para compreender a situação do paciente, o que significa que o atendimento prestado deve incorporar um enfoque humanizado. A criação de um ambiente sereno assume relevância primordial (VIDOTTI et al., 2018).

A depressão, os traumas e as fobias são reconhecidos como os "males do século XXI", essas aflições têm se tornado prevalentes na sociedade contemporânea, muitas vezes interconectadas em suas manifestações. Manter uma saúde mental sólida é importante para garantir uma vida de qualidade, mente e corpo saudáveis. Os transtornos mentais podem se manifestar de maneiras distintas e, assim, cultivar uma conexão profunda consigo mesmo



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

permite desvendar os mistérios da própria mente e criar um ambiente interno propício para o crescimento pessoal (BARBOSA; SILVA, 2023).

CONCLUSÃO

O processo de trabalho executado de forma desordenada pelos enfermeiros e técnicos de enfermagem em serviço noturno a partir de uma demanda existente no serviço público de saúde é um dos fatores que impacta a saúde mental desses profissionais que tem o ciclo de vigília-sono alterado ocasionando problemas crônicos no bem-estar físico, psicológico e mental. Esses impactos interferem na habilidade profissional e podem refletir na saúde e segurança dos pacientes. Essas questões evidenciam a importância e a necessidade de os profissionais de saúde manterem sua saúde mental saudável para que possam prestar uma assistência mais segura, de qualidade e menores riscos de afetar a segurança do paciente.

REFERÊNCIAS

ARRUDA A T. Trabalho noturno e sofrimento mental em trabalhadores da saúde de dois hospitais em Manaus, AM. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2014.

BARBOSA, MMC; CARVALHO, CR; PAIXÃO, N. Saúde mental do trabalhador no ambiente hospitalar. UniEvangélica,

GIRONDI, J. B. R, GELBCKE, F. L. Percepção do enfermeiro sobre os efeitos do trabalho noturno em sua vida. In: Revista Enfermagem em Foco, 2011; 2(3):191-4.

MANHÃES, VMS. Cronotipo e privação do sono nos trabalhadores do serviço noturno hospitalar de enfermagem [dissertação]. Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2009.

MARTINS, GA. Manual para elaboração de monografias e dissertações. São Paulo: Atlas, 2015.

REIS, F.F.; BRAGA, A. L. S. O trabalho noturno e seus impactos na saúde da equipe de enfermagem: revisão integrativa. Rev. Enferm. UFPE, v.9, n.3 p.7133-7145, 2015.

TOALDO, L. F. D.; XAVIER, L. P. S; FERLA, J. A interferência do ritmo circadiano no desempenho dos profissionais de enfermagem. Revista de enfermagem UFPE on line. Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Enfermagem. Recife, 9 (supl. 2):814-



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

9, fev.

VIDOTTI , V et al. Síndrome de Burnout e trabalho por turnos entre trabalhadores de enfermagem. Rev. Latino-Am. Enfermagem. 2018;26:e3022.



17- RASTREAMENTO DE CÂNCER CERVICAL EM TEMPOS DE COVID-19: UMA ANÁLISE ACERCA DA ADEÇÃO E DOS DESAFIOS INERENTES À PANDEMIA

CERVICAL CANCER SCREENING IN TIMES OF COVID-19: AN ANALYSIS OF ADHERENCE AND CHALLENGES INHERENT TO THE PANDEMIC

Scheyla Fraga Ferreira Rauta¹, Kênia Ferreira Laporte², Guilherme Ferreira Rauta³, Pitiguara de Freitas Coelho¹, Alan Patricio da Silva¹

¹ Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil.

² Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória

³ Universidade de Vila Velha

Autor correspondente: scheylaffrauta@gmail.com

Resumo

Introdução: O câncer de colo do útero apresenta uma taxa de mortalidade de 6,9 por 100.000 mulheres e pode ser prevenido pelo Exame do Papanicolau. No entanto, a realização desse foi impactada pela pandemia de COVID-19. **Objetivo:** Analisar a adesão ao Teste do Papanicolau durante a pandemia de COVID-19. **Método:** Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada a partir de artigos na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e estratégia de busca: (Teste de Papanicolau) AND (Pandemias) AND (Câncer). Aplicou-se os filtros texto completo, idiomas inglês e português e últimos 3 anos, contabilizando 18 artigos, dos quais foram lidos 8 na íntegra e selecionados 5, após correlação com o tema do trabalho. **Resultados:** Evidenciou-se que, em inúmeras partes do mundo, o exame preventivo de câncer de colo do útero apresentou baixa adesão durante o período pandêmico. Tal situação pode ser explicada pelas restrições impostas pelo período, que vão desde a redução de atividades não emergentes nos serviços de saúde, até o medo de infecção por COVID-19 sentido por inúmeras pessoas, especialmente as de idade mais avançada, além da opinião pessoal quanto à relevância do exame para si. **Conclusão:** Observou-se um déficit de adesão ao rastreamento do câncer cervical, o que demonstra que o contexto vivido entre 2020 e 2022 resultaram em problemas de saúde pública que vão além da ação do vírus SARS-CoV-2.

Palavras-chave: teste de Papanicolau, pandemias, câncer.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

Considerada uma neoplasia maligna, o câncer de colo do útero (CCU) advém de uma multiplicação desordenada de células do epitélio que reveste o útero, a qual culmina na formação de um tumor invasivo. Ressalta-se que tal processo ocorre de forma lenta, de modo que o processo invasor pode variar de 10 a 20 anos, e sua ocorrência está associada à infecção pelo Vírus do Papilomavírus Humano (HPV) (VAZ et al., 2020).

Sob esse viés, tem-se que a incidência de câncer cervical é de 13,1 por 100.000 mulheres. Além disso, conforme um levantamento feito em 2018, verificou-se que essa doença apresenta uma taxa de mortalidade de 6,9 por 100.000 mulheres, de forma que essa pode ser ainda maior em países com baixo desenvolvimento socioeconômico (HABILA et al., 2023).

Como estratégia de redução dessas taxas de morbimortalidade, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda a realização do teste de Papanicolau, voltado para mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos e que já mantiveram atividade sexual, o qual busca identificar de maneira precoce o desenvolvimento de lesões nessa região. No Brasil, a repetição desse exame é trienal, após resultados dois anos consecutivos de resultados normais (KAUFMANN, 2023).

Nesse sentido, convém pontuar que a oferta desse exame corrobora como o estabelecido pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Isso porque um de seus objetivos é o de salvaguardar a vida saudável e o bem-estar da população (ONU, 2015). No entanto, com o advento da pandemia da COVID-19, iniciada em 2020, inúmeros serviços interromperam certas atividades, como triagens de rotina e procedimentos eletivos (MARTINS et al., 2023).

Com o cenário pandêmico, estima-se 100.000 brasileiros não tiveram diagnóstico prévio de câncer, o que inclui mulheres com câncer de colo de útero. Isso porque, conforme supramencionado, foi dado maior foco à ação do vírus SARS-CoV-2, bem como houve uma redução da importância dada à medicina preventiva (MARTINS et al., 2023).



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Dessa forma, o presente estudo busca analisar a adesão ao Teste do Papanicolau durante a pandemia de COVID-19, visto que ainda não se sabe acerca de muitos impactos que esse período trouxe para a população, especialmente quando se trata do desenvolvimento de condições crônicas de saúde.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada em 2023, conforme a seguinte metodologia: levantamento bibliográfico; análise dos artigos; análise dos dados e compilação dessas etapas para elaboração do trabalho. A elaboração do tema partiu da seguinte pergunta: a pandemia do COVID-19 trouxe desafios para a adesão do Teste do Papanicolau?

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), onde foram selecionados artigos a partir dos seguintes Descritores em Ciências da Saúde (plataforma DeCs/MeSH) e operadores booleanos (Teste de Papanicolau) AND (Pandemias) AND (Câncer). Aplicou-se os filtros “texto completo”, disponíveis nos idiomas inglês e português, publicados nos últimos 3 anos, contabilizando 15 artigos.

A partir disso, o processo de seleção foi iniciado por meio da leitura dos títulos e resumos de cada artigo, de modo que foram excluídos os artigos de revisão e os que fugiam ao tema principal, totalizando a exclusão de 7 bibliografias. Sequencialmente, a partir de leitura na íntegra dos 8 artigos restantes, os autores responsáveis pela sua seleção chegaram a um consenso de que 5 possuíam, de fato, relação com a temática de discussão do presente trabalho.

RESULTADOS

Dentre as 5 pesquisas selecionadas, 4 foram publicadas em 2023 e 1 em 2021, momento em que a pandemia ainda estava em curso. No que diz respeito à localização geográfica da realização dos estudos, aproximadamente 90% dos estudos foram feitos em países das Américas, sendo 2 nos Estados Unidos da América e 2 no Brasil, e o quinto trabalho foi realizado na Nigéria. De maneira



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

análoga, no que tange ao tipo de estudo, tem-se 2 Estudo Transversal, 1 Estudo Diagnóstico, 1 Estudo Qualitativo Descritivo e 1 Estudo de Coorte.

Em conformidade com o objetivo principal, os artigos envolviam discussão sobre a adesão ao Teste do Papanicolau durante a Pandemia de COVID-19, bem como relataram a importância desse exame para a qualidade de vida das pacientes. Tais produções científicas estão expostas na Tabela 1, a qual relaciona autor, objetivo e principais resultados.

Tabela 1. Artigos selecionados quanto ao objetivo e principais resultados evidenciados

Autor	Objetivo	Principais resultados
BAKOUNY et al.	Avaliar o número de pacientes submetidos a rastreio do cancro durante a pandemia.	Em 2019, 60.344 pacientes realizaram o exame de rastreio em um período de 3 meses. No entanto, nos mesmos meses, porém em 2020, apenas 15.453 compareceram.
HABILA et al.	Descrever a adesão ao rastreio do cancro do colo do útero antes, durante e desde a pandemia de COVID-19 na Nigéria.	Houve uma redução número de mulheres que foram rastreadas entre abril e setembro de 2020. A proporção de anomalias de alto grau detectadas após pandemia foi maior.
JOHNSON et al.	Avaliar o desempenho de uma clínica gratuita nos exames de rastreio do cancro antes, durante e depois da pandemia	A clínica em que o estudo foi aplicado fechou por apenas três meses, de forma que essa também passou a operar a noite. O que garantiu a continuidade dos exames.
KAUFMANN et al.	Compreender a percepção de enfermeiros da atenção primária sobre as repercussões da pandemia na realização do exame citopatológico do colo-uterino.	Houve baixa procura pelo exame preventivo durante a pandemia, desencadeada pelo medo em contrair o COVID-19. Com o fim dessa, houve um retorno de mulheres em busca do exame.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MARTINS et al.	Avaliar a influência da pandemia de COVID-19 no rastreamento do câncer do colo do útero em São Paulo	Aproximadamente 1.835 exames de Papanicolau foram realizados em 2019. Todavia, houve uma redução de 56% em 2020
----------------	--	---

Fonte: Elaborada pelos autores (2023)

DISCUSSÃO

O presente resumo se propôs a analisar a adesão ao rastreamento de câncer cervical durante o período da pandemia de COVID-19, qual trouxe inúmeros desafios que ainda precisam ser abordados.

A partir dos estudos selecionados, evidenciou-se que, em inúmeras partes do mundo, o exame preventivo de câncer de colo do útero apresentou baixa adesão durante o período pandêmico. Tal situação pode ser explicada pelas restrições impostas pelo período, que vão desde a redução de atividades não emergentes nos serviços de saúde, até o medo de infecção por COVID-19 sentido por inúmeras pessoas, especialmente as de idade mais avançada (HABILA et al., 2023; KAUFMANN et al., 2023).

Destaca-se que, no Brasil, o serviço de referência para a realização do rastreamento do câncer cervical é a Atenção Primária, centrada no ambiente físico da Unidade Básica de Saúde. No entanto, com o advento da pandemia, esse também foi um setor que precisou realizar modificações em seu funcionamento prioritário, o que demandou o adiamento de muitos exames, como o que é objeto do presente estudo (AQUINO, 2020).

Deve-se apontar, em contrapartida, que muitas clínicas ginecológicas, que também são autorizadas a realizar esse tipo de procedimento, possibilitaram a continuidade do rastreio. Nesse contexto, Johnson et al. (2023) apontam que, por ter fechado as portas apenas por três meses, a clínica gratuita e composta por trabalho voluntário, a qual foi alvo do estudo dos autores, cooperou para as atividades de prevenção das mulheres.

De mesmo modo, convém pontuar que, somado às barreiras supramencionadas relacionadas à realização do teste, tem-se, ainda, os



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

desafios associados ao pouco cuidado de algumas mulheres com a própria saúde. Em vista disso, um estudo divulgado em 2023, o qual abordou a realização do teste de Papanicolau por jovens adultos nos Estados Unidos da América, demonstrou que inúmeras pacientes deixam de realizar o procedimento por fatores como falta de prioridade, pouco tempo disponível no dia-a-dia e medo (SAPRA et al., 2023).

Por conseguinte, a detecção precoce não tem sido feita como necessário, o que retarda o início do tratamento do câncer e aumenta o risco de morte. Em vista disso, um estudo revelou que, após o período pandêmico, o diagnóstico de anomalias de alto grau a partir da colpocitologia oncótica passou de 10,5% dos casos para 66,3% (HABILA et al., 2023). Tal dado demonstra que o contexto vivido entre 2020 e 2022 resultaram em problemas de saúde pública que vão além da ação do vírus SARS-CoV-2.

CONCLUSÃO

No presente estudo, observou-se um déficit de adesão ao rastreamento do câncer cervical. Tal mazela, consoante às pesquisas realizadas, deve-se a diversos fatores, dentre os quais se destacam o receio de infecção pelo vírus em questão, a limitação de serviços em funcionamento e pouca importância dada a medicina preventiva por parte de inúmeras mulheres. Destaca-se a necessidade de mais estudos, especialmente no Brasil, que demonstrem a realidade da saúde da mulher durante o período pandêmico, para que o objetivo da Agenda 2030 possa ser cumprido e bem-estar desse grupo social seja garantido.

REFERÊNCIAS

AQUINO, R. et al. Experiências e legado da atenção primária em saúde no enfrentamento da pandemia de COVID-19: como seguir em frente? In: BARRETO, M. L. et al. Construção de conhecimento no curso da pandemia de COVID-19: aspectos assistenciais, epidemiológicos e sociais. Salvador: Edufba, 2020. v. 2. DOI: <https://doi.org/10.9771/9786556300757.013>

BAKOUNY, Z. et al. Cancer Screening Tests and Cancer Diagnoses During the COVID-19 Pandemic. *Jama Oncology*, Seattle, v. 7, n. 3, p. 458-460, 1 mar. 2021.

HABILA, M. A. et al. The impact of the COVID-19 pandemic on routine HIV care and cervical cancer screening in North-Central Nigeria. *Bmc Women'S Health*, [S.I.], v. 23, n. 1, 2023.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

JOHNSON, G. et al. Women's Health Maintenance Efforts at a Student-Run Free Clinic in South Florida Exceeded National Trends During the COVID-19 Pandemic. *Journal Of Community Health*, [S.L.], v. 48, n. 3, p. 501-507, 31 jan. 2023.

KAUFMANN, L. C. et al. Repercussões da pandemia de COVID-19 no exame preventivo de câncer de colo uterino: percepção de enfermeiros. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 27, 2023.

MARTINS, T. R. et al. Impact of the COVID-19 Pandemic on Cervical Cancer Screening in São Paulo State, Brazil. *Acta Cytologica*, [S.L.], v. 67, n. 4, p. 388-394, 2023.

ONU BR – NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONU BR. *A Agenda 2030*. 2015.

SAPRA, T. et al. Gaps in Adhering to Pap Testing Recommendations and Related Barriers in a Sample of Young Adults in the US. *Journal Of Cancer Education*, [S.L.], v. 38, n. 6, p. 1845-1852, 13 jul. 2023.

VAZ, G. P. et al. Perfil epidemiológico do câncer de colo de útero na região norte do Brasil no período de 2010 a 2018. *Revista de Patologia do Tocantins*, v. 7, n. 2, p. 114, 2020.



**18- COBERTURA VACINAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19:
OS DESAFIOS DA ADESÃO À VACINA CONTRA O HPV**

***VACCINE COVERAGE IN TIMES OF THE COVID-19 PANDEMIC: THE
CHALLENGES OF ADHERING TO THE QUADRIVALENT VACCINE***

Scheyla Fraga Ferreira Rauta¹, Kênia Ferreira Laporte², Guilherme Ferreira
Rauta³, Pitiguara de Freitas Coelho¹, Alan Patricio da Silva¹

¹Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil.

²Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória

³Universidade de Vila Velha

Autor correspondente: Scheylaffrauta@gmail.com

Resumo

Introdução: O papilomavírus humano tem potencial infeccioso para homens e mulheres e pode ser prevenido por meio da vacinação. Todavia, esse processo foi impactado pela pandemia de COVID-19. **Objetivo:** Analisar a adesão à vacina contra o HPV durante a pandemia de COVID-19. **Método:** Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada a partir de artigos na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e estratégia de busca: (Vacinação) AND (HPV) AND (COVID-19). Aplicou-se os filtros texto completo, idiomas inglês e português e últimos 3 anos, contabilizando 123 artigos, dos quais foram lidos 30 na íntegra e selecionados 11, após correlação com o tema do trabalho. **Resultados:** Evidenciou-se que a cobertura vacinal, especialmente quanto ao vírus HPV, apresentou baixa adesão durante o período pandêmico em várias partes do mundo. Isso porque esse cenário impôs restrições relacionadas ao funcionamento normal dos serviços de saúde, o que impactou na oferta de informação, rastreamento da população e aplicação de vacinas. **Conclusão:** Verificou-se um déficit na adesão à vacina contra o HPV, principalmente no ano de 2020, o que levanta o questionamento quanto às consequências que a pandemia de COVID-19 ainda pode trazer para a população em dias futuros.

Palavras-chave: vacinação, HPV, COVID-19.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

Considerado um patógeno sexualmente transmissível, o papilomavírus humano tem potencial infeccioso para homens e mulheres, de forma que sua infecção pode resultar em doenças como verrugas genitais, câncer cervical, anal, orofaríngeo, peniano, vaginal e vulvar (WAHNER et al., 2023).

Como estratégia de prevenção, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda a vacinação de meninos e meninas com idade entre 9 a 14 anos. No Brasil, usa-se a vacina quadrivalente, a qual previne os tipos 6, 11, 16 e 18 do HPV, e é preconizada pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI) (SILVA et al., 2022).

Sob esse viés, é válido destacar que a oferta dessa vacina corrobora com o estabelecido pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, visto que essa pontua, em seu terceiro objetivo, a necessidade de garantir as vacinas essenciais para toda população (ONU, 2015). Todavia, com o início da pandemia da COVID-19 em 2020, muitos cuidados de saúde foram paralisados, como as imunizações previstas no calendário vacinal (KELLY et al., 2023).

Com o cenário pandêmico, conforme divulgado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), estima-se que 80 milhões de menores de um ano estão em risco. Isso porque os esquemas vacinais foram suspensos em mais de 68 países no período em questão, o que deixou muitos indivíduos expostos a agentes infecciosos (D'AMATO et al., 2022).

Dessa forma, o presente estudo busca analisar a adesão à vacina contra o HPV durante a pandemia de COVID-19, visto que ainda não se sabe acerca de muitos impactos que esse período trouxe para a população, especialmente quando se trata do desenvolvimento de condições crônicas de saúde.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MÉTODO

Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada em 2023, conforme a seguinte metodologia: levantamento bibliográfico; análise dos artigos; análise dos dados e compilação dessas etapas para elaboração do trabalho. A elaboração do tema partiu da seguinte pergunta: a pandemia do COVID-19 trouxe desafios para a vacinação contra o vírus HPV?

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), onde foram selecionados artigos a partir dos seguintes Descritores em Ciências da Saúde (plataforma DeCs/MeSH) e operadores booleanos (Vacinação) AND (HPV) AND (COVID-19). Aplicou-se os filtros “texto completo”, disponíveis nos idiomas inglês e português, publicados entre 2020 e 2023, contabilizando 123 artigos.

A partir disso, o processo de seleção foi iniciado por meio da leitura dos títulos e resumos de cada artigo, de modo que foram excluídos os artigos de revisão e os que fugiam ao tema principal, totalizando a exclusão de 93 bibliografias. Sequencialmente, a partir de leitura na íntegra dos 30 artigos restantes, os autores responsáveis pela sua seleção chegaram a um consenso de que 10 possuíam, de fato, relação com a temática de discussão do presente trabalho.

RESULTADOS

Em conformidade com o objetivo principal, os artigos envolviam discussão sobre a adesão à vacina contra o HPV durante a Pandemia de COVID-19, bem como relataram a importância dessa para a qualidade de vida das pacientes. Tais produções científicas estão expostas na Tabela 1, a qual relaciona autor, objetivo e principais resultados.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Tabela 1. Artigos selecionados quanto ao objetivo e principais resultados evidenciados

Autor	Objetivo	Principais resultados
CHAO et al.	Avaliar as tendências da vacinação contra o HPV entre 03/2019-09/2021	Apenas entre março-maio de 2020 e durante o aumento repentino da COVID no inverno de 2020-2021 houve uma redução da administração da vacina.
CHIDO-AMAJUOYI et al.	Avaliar as mudanças observadas pelos profissionais de saúde em relação à vacinação contra o HPV durante a pandemia.	Observou-se menor adesão à vacina. Dentre as barreiras observadas, tem-se o aumento da desinformação, hesitação, recusa e preocupação com a segurança.
CONTARINO et al.	Avaliar o impacto da pandemia de COVID-19 na cobertura vacinal infantil em Siracusa	Em 2020, a cobertura global de vacina de HPV foi de 41,7% (-4,3% em relação à 2019,) com menos adesão de meninas
D'AMATO et al.	Avaliar o impacto da pandemia de COVID-19 na cobertura vacinal contra o HPV	Em comparação com 2019, em 2020 houve uma redução de 42% vacinas aplicadas, especialmente nos períodos restritivos.
KELLY et al.	Descrever como oportunidades perdidas de três vacinas mudaram em relação à pandemia	Observou-se que, no período estudado, 83% das vacinas de HPV previstas não foram aplicadas.
LAVIE et al.	Investigar as taxas de vacinação contra o HPV em Israel durante a pandemia	A pandemia reduziu a adesão à vacina contra o HPV em Israel apenas nos meses de restrição.
SELL et al.	Avaliar a mudança na cobertura de vacinas escolares em Alberta, Canadá, resultante da pandemia	Em comparação com 2017-2018, houve uma redução de 60,8% nas aplicações de 2019-2020 e 59,9% de 2020-2021.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SILVA et al.	Analisar o número de vacina contra HPV aplicadas no Brasil antes e depois das medidas de distanciamento social	De abril de 2019 a setembro de 2020, foram aplicadas 4.794.787 doses da vacina contra HPV em todo o Brasil, sendo 76,34% em 2019 23,66% em 2020
WAHNER et al.	Descrever a adesão à vacinação em meninos antes e durante a pandemia de COVID-19	Em comparação com o mesmo mês de 2019, o número de primeiras doses diminuiu em 49% (meninas) em 2020 e 71% (meninos) em 2021.
WALKER et al.	Examinar o impacto da pandemia de COVID-19 e as vacinações de rotina	Houve uma redução brusca de vacinados contra HPV em abril e julho de 2020, em comparação com taxas entre 2017 e 2019

Fonte: Elaborada pelos autores (2023)

DISCUSSÃO

O presente resumo se propôs a analisar a adesão à vacina contra o HPV durante o período da pandemia de COVID-19, a qual trouxe inúmeros desafios que ainda não foram explorados com vigor na literatura.

A partir dos artigos analisados, evidenciou-se que, em inúmeras partes do mundo, a vacina contra o HPV apresentou baixa adesão durante o período pandêmico. Dentre as explicações para esse quadro, tem-se as restrições governamentais impostas, que impactaram a continuidade do fluxo de trabalho e resultaram em mudanças nos serviços de saúde, os quais precisaram dar prioridade para a ação do vírus letal (KELLY et al., 2023).

No Brasil, o serviço de referência para a realização da imunização é a Atenção Primária, centrada no ambiente físico da Unidade Básica de Saúde. No entanto, com o advento da pandemia, esse setor que precisou realizar modificações em seu funcionamento prioritário, de forma que, mesmo 6 meses após seu retorno, observou-se uma queda acentuada das doses aplicadas da vacina contra HPV (SILVA et al., 2022).

Entretanto, convém destacar que o problema da adesão vacinal não foi iniciado em 2020. Sob esse viés, conforme apontado por Lavie et al. (2023),



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

inúmeros são os desafios que impactam o funcionamento dos programas nacionais de imunização, como a baixa infraestrutura de determinadas instituições, ineficaz busca ativa por parte dos profissionais e pouca segurança sentida por alguns indivíduos em relação ao funcionamento da vacina.

Dessa forma, nota-se que a aplicação de imunobiológicos recomendados não tem sido feita de maneira adequada. Por conseguinte, espera-se, em médio e longo prazo, que haja um aumento das taxas de morbidade por câncer do colo do útero, além de outras doenças causadas pelo papilomavírus humano e que poderiam ser evitadas por meio da vacinação (SILVA et al., 2022). Assim, entende-se que o contexto vivido entre 2020 e 2022 resultaram, e ainda podem ocasionar, em problemas que vão além da ação do vírus SARS-CoV-2.

CONCLUSÃO

No presente estudo, observou-se uma baixa adesão à vacina contra o HPV durante o período da pandemia. Esse fato, conforme apresentado, deve-se a incontáveis fatores, como o receio do funcionamento da vacina, o adiamento de determinadas ações de saúde e a pouca orientação dada a população. Destaca-se a necessidade de mais estudos, especialmente no Brasil, que demonstrem o impacto da baixa cobertura vacinal durante o contexto pandêmico, para que o objetivo da Agenda 2030 possa ser cumprido e o bem-estar de todo o grupo social seja garantido.

REFERÊNCIAS

CHAO, Chun R. et al. Trends in HPV vaccine administration and HPV vaccine coverage in children by race/ethnicity and socioeconomic status during the COVID-19 pandemic in an integrated health care system in California. *Vaccine*, [S.L.], v. 40, n. 46, p. 6575-6580, 2022.

CHIDO-AMAJUOYI, Onyema Greg et al. HPV Vaccination Uptake, Hesitancy, and Refusal: observations of health-care professionals during the covid-19 pandemic. *Jnci Cancer Spectrum*, [S.L.], v. 6, n. 4, 1 jul. 2022.

CONTARINO, Fabio et al. Childhood immunization coverage during the COVID-19 Pandemic in the Province of Siracusa, Italy. *Journal of Preventive Medicine and Hygiene*, [S.L.], v. 63, n. 4, 3 fev. 2023.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

D'AMATO, S. et al. Impact of the COVID-19 pandemic on HPV vaccination coverage in the general population and in PLWHs. *European Review For Medical And Pharmacological Sciences*, [S.L.], v. 26, n. 19, p. 7285-7289, out. 2022.

KELLY, Mary Kate et al. Missed Opportunities for Adolescent Immunizations at Well-Care Visits During the COVID-19 Pandemic. *Journal Of Adolescent Health*, [S.L.], v. 73, n. 3, p. 595-598, set. 2023.

LAVIE, Michael et al. Impact of COVID-19 Pandemic on Human Papillomavirus Vaccine Uptake in Israel. *Journal Of Lower Genital Tract Disease*, [S.L.], v. 27, n. 2, p. 168-172, 23 fev. 2023.

SELL, Hannah et al. School immunization coverage in adolescents during the COVID-19 pandemic: a retrospective cohort study. *Vaccine*, [S.L.], v. 41, n. 7, p. 1333-1341, fev. 2023.

SILVA, Tércia Moreira Ribeiro da et al. Impact of the COVID-19 Pandemic on Human Papillomavirus Vaccination in Brazil. *International Journal of Public Health*, [S.L.], v. 67, 31 mar. 2022.

WÄHNER, Cornelia et al. Uptake of HPV vaccination among boys after the introduction of gender-neutral HPV vaccination in Germany before and during the COVID-19 pandemic. *Infection*, [S.L.], v. 51, n. 5, p. 1293-1304, 10 fev. 2023.

WALKER, Brigham et al. COVID-19 and Routine Childhood and Adolescent Immunizations: evidence from louisiana medicaid. *Vaccine*, [S.L.], v. 40, n. 6, p. 837-840, fev. 2022.



19- CÂNCER DE COLO DO ÚTERO EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19: OS DESAFIOS PARA A REALIZAÇÃO DO TRATAMENTO

CERVICAL CANCER IN TIMES OF THE COVID-19 PANDEMIC: THE CHALLENGES IN PERFORMING TREATMENT

Scheyla Fraga Ferreira Rauta¹, Kênia Ferreira Laporte², Guilherme Ferreira Rauta³, Alan Patricio da Silva⁴

¹ Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil.

² Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória

³ Universidade de Vila Velha

Autor correspondente: scheylaffrauta@gmail.com

Resumo

Introdução: O câncer de colo do útero apresenta uma taxa de mortalidade, de forma que o seu tratamento envolve quimioterapia, radioterapia e, em alguns casos, procedimento cirúrgico. Todavia, esse processo foi impactado pela pandemia de COVID-19. **Objetivo:** Analisar a realização e continuidade do tratamento do câncer cervical durante a pandemia de COVID-19. **Método:** Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada a partir de artigos na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e estratégia de busca: (Tratamento) AND (Pandemias) AND (Câncer de Colo do Útero). Aplicou-se os filtros texto completo, idiomas inglês e português e últimos 3 anos, contabilizando 31 artigos, dos quais foram lidos 10 na íntegra e selecionados 6, após correlação com o tema do trabalho. **Resultados:** Evidenciou-se que o tratamento para o câncer cervical precisou passar por modificações durante o período pandêmico, em várias partes do mundo. Isso porque, com a alta letalidade do vírus, muitos pacientes foram orientados a não comparecerem nas instituições hospitalares, bem como muitos profissionais foram obrigados a dar maior atenção às internações de pacientes infectados com COVID-19. **Conclusão:** Verificou-se um que as terapêuticas associadas ao câncer de colo de útero precisaram ser adiadas ou iniciaram de forma tardia, principalmente no ano de 2020, o que demonstra que as consequências da pandemia de COVID-19 vão além da ação viral.

Palavras-chave: tratamento, pandemias, câncer de colo do útero.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

Considerada uma neoplasia maligna com prevalência no Brasil de 19 casos para cada 100 mil mulheres, o câncer de colo do útero é resultante da multiplicação desordenada de células do epitélio que reveste o útero, de modo que sua ocorrência está majoritariamente relacionada à infecção pelo Papilomavírus Humano (HPV) (CORREIA et al., 2018).

Como estratégia de tratamento, apresenta-se a radioterapia, especialmente para pacientes que consideram o diagnóstico precoce, a quimioterapia, para casos mais avançados e a cirurgia, que varia conforme o grau de lesão da doença e a necessidade observada pelo profissional médico (CORREIA et al., 2018).

Sob esse viés, é válido destacar que a oferta de tratamentos corrobora com o estabelecido pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, visto que essa pontua, em seu terceiro objetivo, a necessidade de garantir a vida saudável e o bem-estar da população (ONU, 2015). Entretanto, verificou-se que, com o advento da pandemia da COVID-19, iniciada oficialmente em 2020, inúmeros serviços de saúde precisaram adotar diferentes estratégias de atendimento (KEIM-MALPASS et al., 2023)

Nesse sentido, cabe destacar que inúmeros hospitais sofreram com a sobrecarga de pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave. Por isso, procedimentos oncológicos precisaram ser adiados, como os exames de rotina e, especialmente, as terapêuticas associadas ao câncer (DUARTE et al., 2023)

Dessa forma, o presente estudo busca analisar os desafios para a realização do tratamento do câncer de colo de útero durante a pandemia de COVID-19, visto que ainda não se sabe acerca de muitos impactos que esse período trouxe para a população, especialmente quando se trata do desenvolvimento de condições crônicas de saúde.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada em 2023, conforme a seguinte metodologia: levantamento bibliográfico; análise dos artigos; análise



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

dos dados e compilação dessas etapas para elaboração do trabalho. A elaboração do tema partiu da seguinte pergunta: a pandemia do COVID-19 trouxe desafios para o tratamento de câncer cervical?

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), onde foram selecionados artigos a partir dos seguintes Descritores em Ciências da Saúde (plataforma DeCs/MeSH) e operadores booleanos (Tratamento) AND (Pandemias) AND (Câncer de Colo do Útero). Aplicou-se os filtros “texto completo”, disponíveis nos idiomas inglês e português, publicados entre 2020 e 2023, contabilizando 31 artigos.

A partir disso, o processo de seleção foi iniciado por meio da leitura dos títulos e resumos de cada artigo, de modo que foram excluídos os artigos de revisão e os que fugiam ao tema principal, totalizando a exclusão de 21 bibliografias. Sequencialmente, a partir de leitura na íntegra dos 10 artigos restantes, os autores responsáveis pela sua seleção chegaram a um consenso de que 6 possuíam, de fato, relação com a temática de discussão do presente trabalho.

RESULTADOS

Em conformidade com o objetivo principal, os artigos envolviam discussão sobre o início e continuidade de tratamento de câncer cervical durante a Pandemia de COVID-19, bem como relataram a importância desse para a qualidade de vida das pacientes. Tais produções científicas estão expostas na Tabela 1, a qual relaciona autor, objetivo e principais resultados.

Tabela 1. Artigos selecionados quanto ao objetivo e principais resultados evidenciados

Autor	Objetivo	Principais resultados
DUARTE et al.	Avaliar a influência da pandemia nos principais procedimentos de atendimento ao câncer	Em ambientes paliativos, observou-se uma média 32 tratamentos para câncer cervical iniciados por mês antes da pandemia. Após esta, verificou-se um total de 667 pacientes que iniciaram



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

	de mama e colo do útero em São Paulo	tratamento paliativo
JESUS; GUEDES; MARTINS	Determinar o impacto quantitativo gerado no atendimento de pacientes em um serviço de radioterapia	Houve uma redução de 12% dos atendimentos em 2020, bem como um aumento de 115% nos casos de metástase, principalmente câncer de mama, cabeça e pescoço, próstata e colo de útero
KEIM- MALPASS et al.	Relatar os atrasos auto-relatados no tratamento do câncer e serviços de rastreamento preventivo durante a pandemia de COVID-19	19,8% relataram ter que cancelar ou remarcar pelo menos um atendimento médico relacionado ao câncer entre março de 2020 e de 2021. 46,8% também relataram atraso no Exame do Papanicolau.
MATSUO et al.	Associar o tempo de espera da histerectomia e os resultados oncológicos para o câncer cervical em estágio inicial na pandemia	Observou-se maior tempo de espera, e conseqüente risco aumentado de mortalidade, visto que esse passou de 4 semanas de espera para até 12 semanas.
QI et al	Explorar o impacto da pandemia no atendimento hospitalar de pacientes com câncer cervical primário	O atendimento diminuiu 31% entre 2019 e 2020, principalmente de janeiro a junho, bem como houve redução no rastreio, dobro do tempo de espera para tratamento e aumento de pacientes com câncer em estágio III.
RIBEIRO; CORREIA; MIGOWSKI	Analisar os efeitos de curto prazo da pandemia de COVID-19 no rastreamento, investigação diagnóstica e tratamento de câncer no Brasil	Houve redução de quase metade dos exames diagnósticos de câncer cervical, bem como a significativa queda de cirurgias oncológicas e radioterapia. Em contrapartida, verificou-se um aumento de procedimentos de quimioterapia.

Fonte: Elaborada pelos autores (2023)

DISCUSSÃO

O presente resumo se propôs a analisar a realização do tratamento do câncer de colo de útero durante a pandemia de COVID-19, a qual trouxe inúmeros desafios que ainda não foram explorados com vigor na literatura.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A partir dos artigos analisados, evidenciou-se que, em inúmeras partes do mundo, o tratamento para o câncer cervical precisou passar por modificações durante o período pandêmico. Dentre as explicações para esse quadro, tem-se as governamentais recomendações iniciais para o adiamento dos exames de rastreamento e do início dos tratamentos, haja vista a necessidade de se priorizar os pacientes contaminados pelo vírus letal (RIBEIRO; CORREIA; MIGOWSKI, 2022).

No Brasil, tal recomendação foi feita pelo Instituto Nacional de Câncer, de modo que, poucos meses depois, essa foi revogada. Tal acontecimento também foi observado nos Estados Unidos da América, de modo que as cirurgias pacientes com câncer cervical em estágio inicial, tais como a histerectomia, precisaram ser adiadas por um prazo de 6 a 8 semanas (JESUS; GUEDES; MARTINS, 2021; MATSUO et al., 2020)

A redução de pacientes em tratamento também pode ser explicada, para além da necessidade de distanciamento social e contenção viral, pelo medo que muitos indivíduos apresentavam de comparecer aos serviços hospitalares e redução dos diagnósticos feitos nesse período, o que foi demonstrado em muitas pesquisas por meio de estatísticas associadas ao número de procedimentos realizados, especialmente em 2020, no ápice da pandemia (JESUS; GUEDES; MARTINS, 2021).

Por conseguinte, com a demora do diagnóstico e tempo prolongado até o início do tratamento, muitos pacientes têm apresentado piora no quadro de saúde e maior probabilidade de desenvolvimento de tumores malignos. Nesse contexto, um estudo realizado em São Paulo, Brasil, chegou à estimativa de que aproximadamente 667 pacientes entraram em cuidados paliativos após o período de restrições da pandemia, sendo que, em 2019, observava-se uma média de 32 tratamentos paliativos iniciados por mês (DUARTE et al., 2023; KEIM-MALPASS et al., 2023)

Assim, entende-se que o contexto vivido entre 2020 e 2022 resultou em problemas que vão além da ação do vírus SARS-CoV-2, de modo que, nos



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

próximos anos, espera-se identificar inúmeros impasses de saúde pública inerentes a esse período e as ações tomadas durante ele.

CONCLUSÃO

No presente estudo, observou-se uma redução dos tratamentos de câncer de colo de útero durante o período da pandemia. Tal situação, conforme apresentado, deve-se a incontáveis fatores, como o receio de ida ao estabelecimento de saúde, adiamento de determinados procedimentos oncológicos e redução dos diagnósticos precoce realizados. Destaca-se a necessidade de mais estudos, especialmente no Brasil, que demonstrem o impacto da redução terapêutica de pacientes oncológicos durante o contexto pandêmico, para que o objetivo da Agenda 2030 possa ser cumprido e o bem-estar de todo o grupo social seja garantido.

REFERÊNCIAS

CORREIA, R. A. et al. Quality of life after treatment for cervical cancer. *Escola Anna Nery*, v. 22, n. 4, e20180130, 2018.

DUARTE, Mateus B.O. *et al.* Impact of COVID-19 in Cervical and Breast Cancer Screening and Systemic Treatment in São Paulo, Brazil: an interrupted time series analysis. *Jco Global Oncology*, [S.L.], n. 8, jun. 2022.

JESUS, A. S.; GUEDES, T. S.; MARTINS, G. B. Impacto da pandemia de COVID-19 no atendimento do serviço de radioterapia em um hospital público de Salvador/BA. *Revista de Ciências Médicas e Biológicas*, [S.L.], v. 20, n. 3, p. 369-374, 20 dez. 2021.

KEIM-MALPASS, Jessica *et al.* Cancer Screening and Treatment Delays During the COVID-19 Pandemic and the Role of Health Literacy in Care Re-engagement: findings from an nci-designated comprehensive cancer center sample. *Journal Of Cancer Education*, [S.L.], v. 38, n. 5, p. 1405-1412, 18 maio 2023.

MATSUO, Koji *et al.* Effect of delay in surgical therapy for early-stage cervical cancer: an implication in the coronavirus pandemic. *European Journal Of Cancer*, [S.L.], v. 139, p. 173-176, nov. 2020.

ONU BR – NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONU BR. A Agenda 2030. 2015.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

QI, Lei *et al.* Impact of the COVID-19 pandemic on the hospital attendance of patients with primary cervical cancer in Heilongjiang, China. *International Journal Of Cancer*, [S.L.], v. 153, n. 6, p. 1172-1181, jun. 2023.

RIBEIRO, C. M.; CORREA, F. M.; MIGOWSKY, A. Efeitos de curto prazo da pandemia de COVID-19 na realização de procedimentos de rastreamento, investigação diagnóstica e tratamento do câncer no Brasil: estudo descritivo, 2019-2020. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, [S.L.], v. 31, n. 1, jan. 2022.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

20- APOIO INSTITUCIONAL COMO PRÁTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

INSTITUTIONAL SUPPORT AS A PRACTICE OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT OF PRIMARY HEALTH CARE: EXPERIENCE REPORT

Ana Carolina Abdalla Duarte Calvi^{1,2}, Teresa Cristina Ferreira da Silva²

¹ Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM;

² Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde – ICEPi.

Autor correspondente: crisfsilva7@gmail.com, anacalvi1989@gmail.com

Resumo

O Sistema Único de Saúde no âmbito municipal conta com o Apoio Institucional (AI), função gerencial para cogestão, implementado a partir de março de 2022, no Espírito Santo, com foco na Atenção Primária em Saúde (APS). Este estudo descritivo, caracterizado como relato de experiência, objetivou apresentar as ações e desdobramentos do AI no contexto da APS. Foram desenvolvidas ações de AI de março de 2022 a dezembro de 2023, junto aos gestores e profissionais atuantes, no contexto da APS de municípios do Caparaó Capixaba, intencionando o aprimoramento da gestão do cuidado, educação permanente, planejamento, regulação e regionalização da saúde, visando organização e governança da Rede de Atenção e Vigilância em Saúde (RAVS). As experiências vivenciadas oportunizaram ressignificar as práticas profissionais para a transformação da realidade de saúde, através da concretização de ações locais, sobretudo almejando as melhores evidências em cuidados coletivos, que podem efetivamente intervir no escopo da APS, em melhores indicadores de saúde, inclusive contribuindo para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 (três), saúde e bem-estar, pensando na constituição e fortalecimento de políticas públicas

Palavras-chave: atenção básica, gestão em saúde, política de saúde pública, sistemas de apoio às decisões administrativas.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

O Apoio Institucional (AI) foi implementado no Espírito Santo (ES), a partir de março de 2022, por iniciativa da gestão estadual da saúde (Espírito Santo, 2022), por instituição de ciência e tecnologia (ICT), como um dos componentes do programa de qualificação da Atenção Primária em Saúde (APS), com o desafio de aumentar a eficácia e a qualidade dos serviços prestados (ICEPI, 2023). Para tanto, foi concebido como dispositivo de gestão compartilhada propondo aprimoramento da gestão do cuidado, educação permanente, planejamento, regulação e regionalização da saúde, visando organização da Rede de Atenção e Vigilância em Saúde (RAVS) (Espírito Santo, 2022).

A função de cogestão do AI tem reconhecido uso no campo das relações entre serviços, gestores e trabalhadores (Brito, 2022), portanto, tal dispositivo, introduzido como ferramenta de apoio institucional a APS no ES, buscou implementar atividades visando orientar e apoiar os gestores no desenvolvimento de sua governança sob o desafio primordial, de ampliar e melhorar o acesso à saúde da população espírito-santense (ESPÍRITO SANTO, 2022).

Assim, este relato de experiência mostra proximidade com o tema “Crise sanitária e desafios para a Agenda 2030 da ONU”, deste I Simpósio Internacional em Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável, considerando o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 (três), o qual busca garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas (IPEA, 2019), principalmente nos dias de hoje em que é cada vez mais necessário e almejado, serviços públicos que apresentem elevada qualidade, eficácia e eficiência (Oliveira; Passador, 2019), a medida em que se questiona, como agir para alcançar os objetivos propostos para a agenda 2030 (Kastrup *et al.*, 2018).

Diante do exposto o objetivo deste estudo é apresentar as ações e desdobramentos do AI no contexto da APS.

MÉTODO

Este estudo descritivo de natureza qualitativa, trata-se de relato de experiência, entendido como aquele em que os dados da realidade são importantes, e o ambiente e pessoas inseridas nele necessitam ser observados



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

como um todo, sem considerar sua gênese e suas explicações (Chehuen Neto, 2022). Desta forma, foram inseridas vivências a partir de 2022 e reflexões de apoiadoras acerca da capilaridade das funções desenvolvidas como apoio institucional, junto a gestão da APS de municípios da região do Caparaó, no sul do Espírito Santo.

A pesquisa dispensou a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa por se enquadrar como pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, conforme orienta a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510/2016.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades do AI desenvolvidas ao longo de 21 meses de atuação nos municípios do Caparaó do Sul do ES apontam a implementação de práticas sustentáveis ao usuário do Sistema único de Saúde (SUS), bem como a capilaridade dessas ações com vistas a romper com a assistência em saúde pontual e fragmentada, ressaltando a ampliação de práticas voltadas para o acesso aos serviços de saúde que possam de fato atender as suas reais necessidades de saúde, com equidade nos serviços de saúde.

Generalizando a discussão, a atuação das apoiadoras foi fortemente marcada e aliada a proposta do Método Paideia (Campos *et al.*, 2014), no sentido de apoiar gestores no desenvolvimento de sua governança para qualificar as ferramentas de gestão do cuidado e da RAVS, e ampliar e melhorar o acesso à saúde da população espírito-santense. Para tanto, seguiram os objetivos do projeto do AI, quanto a auxiliar na qualificação dos processos de trabalho em parceria com gestores e trabalhadores, bem como desenvolvendo melhorias junto à gestão para organização dos serviços locais e regionais no fortalecimento da governança interfederativa e na promoção e integração da RAVS, ampliando a capacidade de análise situacional para subsidiar intervenções em tempo oportuno.

Assim, todo o itinerário de visitas institucionais e realizações foi precedido de momentos que possibilitaram o exercício de tecnologias de construção de conhecimento, atitudes e práticas para viabilizar o fazer profissional inovador. Na



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

sequência foi proposto para iniciar no território a aproximação com os coordenadores dos municípios, conhecer as Unidades Básicas de Saúde (UBS), aproximar das equipes do município, identificar fragilidades e potencialidades. Estes diagnósticos situacionais resultaram na proposição de frentes de trabalho em cada território, que foram se construindo de acordo com as demandas e pactuações do apoiador com a gestão da APS municipal, elencadas como linhas de capilaridade no quadro I.

Quadro I: Linhas de capilaridade do apoio institucional nos municípios da região do Caparaó do ES

- Propor e favorecer a cogestão, com mudança do padrão hegemônico de gestão da atenção à saúde, quebrando o status de superior/mandatário, para horizontalização das relações, descentralização do poder e quebra da hierarquização da gestão, incutindo o conceito de gestor de micropolítica;
- Aplicação do método da Roda de conversa, inclusive em espaços, propostos, de escuta dos profissionais de saúde, acolhendo as demandas e exercitando o saber ouvir e refletir em grupo, com resgate e estímulo a práticas "simples" e as tecnologias leves disponíveis no território, com comunicação efetiva/assertiva, a liderança, a governabilidade, a gestão de conflitos, a valorização do trabalhador e a disseminação de conhecimento;
- Aumentar a capacidade de reflexão, principalmente dentro do território, indo além de problematizar, experimentar e refletir;
- Avaliação permanente dos percursos cumpridos, identificando potencialidades, problemas reais e de governança;
- Conhecer os processos de trabalho, identificando adoecimentos que minam os processos de trabalho, além de valorizar os profissionais que fazem parte do processo;
- Induzir a produção participativa/coletiva, o olhar para um bem comum, a corresponsabilização do grupo para um ponto (serviço, rede, usuário);



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- Emprego de Metodologia Ativa como forma de inovar, partindo da experiência dos profissionais, do que já existe de conhecimento e experiência, indo além da Educação Continuada;
- Garantir o reconhecimento do Ser alguém a estimular a reflexão, como aquele que penetra no grupo para acioná-lo como dispositivo de mudança ou Processo Potencializador;
- Estimular a governabilidade, empoderar os profissionais dentro de suas governanças; e Resignificar no território a importância da ESF e reforçar o óbvio na APS;
- Desconstruir a imagem de quem quer saber tudo para configurar o ser que busca encontrar caminhos alcançáveis, consolidados e seguros aos municípios para encontrar as respostas;
- Manter o posicionamento de Apoiador Institucional, generalista nas políticas públicas, mas especialista no território;
- Investigar como ajudar os municípios a se organizar/planejar em meio ao excesso de informações, problemas infinitos e demandas, levando a ideia de que “Quem não questiona aliena-se sem perceber”;
- Reconhecer como afetar e como identificar a Pertinência, com estímulo a Prática Colaborativa (todos devem fazer parte do processo, do movimento);
- Seguir a premissa do AI: Cuidar na hora certa, no local certo e com otimização de recursos; uma estratégia para produzir gestão em coletivos - é um método, uma racionalidade, tendo capacidade de análise de contexto (potencialidades, fragilidades, olhar o outro, olhar as interações, as relações das pessoas), lembrando que Deve fazer COM, não CONTRA e nem SOBRE ... se colocar como parte do grupo, do problema a ser analisado e resolvido, construir no coletivo, no entendimento de que o AI deve Olhar para SI / Olhar para o OUTRO / Olhar para o GRUPO;
- Realizar ações de Apoio Matricial; e estimular a reflexão, o empoderamento dos municípios, o aperfeiçoamento do fazer, cíclico, em saúde;



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- Harmonizar as políticas públicas as demandas dos Territórios visando o desdobramento em pactuação de novos compromissos e contratos;
- Fazer o SIMPLES e repetidas vezes questionar: O SIMPLES está sendo feito?

Fonte: os autores (2023)

A implementação de práticas sustentáveis se apresenta como uma ferramenta para se alcançar a promoção da saúde e como uma mudança de paradigma na gestão e oferta de serviços de saúde de qualidade (Kastrup *et al.*, 2018).

Há consenso de que a cultura de avaliação em saúde, no Brasil, além de estar em constante evolução tem o propósito fundamental de avaliar o mérito de intervenções específicas por meio de critérios e referenciais explícitos (Furtado; Gasparini, 2019), contudo os resultados das experiências estão direcionados ao papel do AI integrado, cercado pela prática reflexiva, enquanto agente promotor de mudanças dos modelos de gestão e atenção com intuito de fortalecer a gestão descentralizada e cooperativa do SUS (Brito *et al.*, 2022).

CONCLUSÃO

Apesar do AI ser um método, o caminho não é em TRILHO (linear, desenhado, pré-determinado), é uma TRILHA (dinâmico, com obstáculos e possibilidades) em que o percurso é construído a medida em que os envolvidos buscam entender o cenário e identificar a modelagem, fazem análise de indicadores essenciais, identificam os atores sociais, exercitam a roda de conversa / de discussão e a educação permanente.

As ações se desdobram em novas reflexões e questionamentos de como trazer/implementar políticas públicas para a população/sociedade; fazer COM.... COMO fazer COM? Até O QUE posso fazer? Quais estratégias fazer para incomodar? O que construir de inquietações? Entendendo que é preciso incomodar para transformar. Tais inquietações são capazes de instigar ainda mais os envolvidos e descrevem parte das diversas faces da expectativa da construção de algo novo, como é o AI, desenvolvido em um espaço de reconhecida produção de saúde, como é a APS.



REFERÊNCIAS

BRITO, C. S. SANTOS, H. L. P.; MACIEL, F. B. M.; MARTINS, P. C.; PRADO, N. M. B. L. Apoio institucional na Atenção Primária em Saúde no Brasil: uma revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 4, p. 1377-1388, 2022.

CAMPOS, G. W.S.; FIGUEIREDO, M. D.; PEREIRA JÚNIOR, N.; CASTRO, C. P. Application of Paideia methodology to institutional support, matrix support and expanded clinical practice. *Interface, Botucatu*, v. 18 Supl, n. 1, p. 983-995, 2014.

CHEHUEN NETO, J. A. (Org.). *Metodologia, modelos e estatística aplicados à pesquisa científica na área da saúde*. Juiz de Fora: UFJF, 2022.

ESPÍRITO SANTO. SESA. Disponível em: <https://saude.es.gov.br/Not%C3%ADcia/icepi-inicia-projeto-de-apoio-institucional-para-atuacao-em-parceria-com-municipios>. Acesso em: 07 dez. 2023.

FURTADO, J. P.; GASPARINI, M. F. V. Há diferenças entre avaliar e analisar? *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n.8, p. 2933-2938, 2019.

ICEPI. Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde. Disponível em: <https://icepi.es.gov.br/icepi>. Acesso em: 07 dez. 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, 2019. Brasília: Ministério da Economia, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ods/ods3.html>. Acesso em: 07 dez. 2023.

KASTRUP, E.; RASGA, M.; DUROVANI, B.; BRAGA, A. Percepção de especialistas em saúde sobre a Agenda 2030. *Futuros do Brasil: relatório de pesquisa*, Rio de Janeiro: Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz. Fundação Oswaldo Cruz, n. 1. jul. 2018.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**21- A INFLUÊNCIA DO ÁLCOOL SOBRE A VIOLÊNCIA ENTRE
PARCEIROS ÍNTIMOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA**

***THE INFLUENCE OF ALCOHOL ON VIOLENCE BETWEEN INTIMATE
PARTNERS: NA INTEGRATIVE REVIEW OF THE LITERATURE***

Neuziane José de Castro Neris¹, Sabrina Lamas¹, Beatriz de Barros Souza¹

¹Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil.

Autor correspondente: neuziane.neris@edu.emescam.br

Resumo

Este estudo tem o objetivo de analisar a produção científica sobre a influência do álcool na violência entre os parceiros íntimos. A presente investigação é uma revisão integrativa de literatura, realizada nos meses de outubro e novembro de 2023. Assim utilizou-se da base de dados Google Acadêmico, CAPES, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e PubMed. Foram analisados 9 artigos. Da análise, os artigos que mencionam explicitamente modelos conceituais ou teorias no contexto da relação entre Violência por Parceiros Íntimos (VPI) e uso de álcool; e meta-análises que examinam o uso problemático de álcool como a exposição e a perpetração ou vitimização da VPI como o desfecho de interesse, e vice-versa. Também serão produzidas evidências qualitativas de uma metaetnografia, a fim de fornecer contexto adicional aos achados quantitativos. A análise, também, pode mostrar que o álcool pode afetar homens e mulheres de maneira diferente no contexto da violência entre parceiros íntimos. Conclui-se, com os resultados encontrados, que podem indicar que o álcool muitas vezes exacerba os padrões de poder e controle presentes nas relações abusivas.

Palavras-chave: violência, álcool, parceiros íntimos.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

A presente revisão integrativa da literatura visa lançar luz sobre a complexa relação entre o consumo de álcool e a incidência de violência entre parceiros íntimos. Este é um tema de extrema relevância, uma vez que as dinâmicas interpessoais afetadas pelo álcool podem ter implicações significativas para a segurança e bem-estar dos envolvidos. Ao explorar diversas fontes acadêmicas, esta revisão busca sintetizar e analisar as descobertas existentes, proporcionando uma compreensão abrangente dos mecanismos subjacentes à conexão entre o consumo de álcool e a violência nas relações íntimas.

Ao identificar padrões, lacunas e discrepâncias na literatura, esta revisão contribuirá para a formulação de estratégias mais informadas na prevenção e intervenção, tanto a nível individual quanto social. A compreensão aprofundada dessa relação é crucial para desenvolver abordagens eficazes que promovam relacionamentos saudáveis e contribuam para a construção de comunidades mais seguras.

A literatura disponível na área da saúde, o consumo do álcool entre os parceiros íntimos aponta desafios importantes em relação a violência. Como principal objetivo, este trabalho propõe realizar uma revisão integrativa a fim de analisar a influência do álcool sobre a violência entre os parceiros íntimos.

Este estudo visa realizar uma revisão integrativa a fim de analisar a influência do álcool sobre a violência entre os parceiros íntimos.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura que visa atingir um dos cinco objetivos: (a) revisar, atualizar e criticar a literatura; (b) realizar meta-análise da literatura; (c) revisar, criticar e sintetizar a literatura; (d) reconceptualizar o tema revisado na literatura; e (e) responder questões específicas de pesquisa sobre o tema revisado na literatura (TORRACO, 2016).

A revisão integrativa de literatura se baseará na revisão de: artigos que mencionam explicitamente modelos conceituais ou teorias no contexto da



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

relação entre Violência por Parceiros Íntimos (VPI) e uso de álcool; e meta-análises que examinam o uso problemático de álcool como a exposição e a perpetração ou vitimização da VPI como o desfecho de interesse, e vice-versa. Também serão produzidas evidências qualitativas de uma metaetnografia, a fim de fornecer contexto adicional aos achados quantitativos. Assim como produziremos provas da eficácia (e da relação custo-eficácia) das abordagens que podem ter impacto na relação entre o álcool e a perpetração e vitimização da VPI. Isso será alcançado por meio de uma revisão sistemática.

A estrutura conceitual desenvolvida na primeira etapa da pesquisa será orientar a síntese de evidências e o desenvolvimento de recomendações de políticas e práticas. E, fornecer mais pormenores sobre os métodos utilizados na compilação dos elementos de prova para a presente pesquisa.

RESULTADOS

Para a revisão de literatura, a definição dos instrumentos se refere, aos termos de busca que serão utilizados para o levantamento bibliográfico, bem como os critérios de inclusão e/ou exclusão dos resultados na amostra a ser revista. Dessa forma, por meio de pesquisas nas plataformas on-line: Google Acadêmico, CAPES, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e PubMed, realizou-se seleção dos trabalhos que apresentaram relação com o tema desta para então, iniciar-se a construção (escrita) deste trabalho, de forma que venha colaborar na elucidação das temáticas abordadas. Para a seleção do material, foram utilizados os seguintes descritores com o auxílio do operar booleano AND para a realização da pesquisa: “violência”, “álcool” e “parceiros íntimos”.

Como critérios de inclusão, definiu-se selecionar: a) artigos disponíveis on-line no idioma português; b) estudos que abordaram a violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo no âmbito conjugal (casamento e união estável); c) que apresentaram informações acerca do autor de violência e uso do álcool; d) recorte cronológico dos últimos dez anos: 2018-2023. Dos critérios de exclusão foram: dissertações de mestrado, teses de doutorado, jornais, sites,



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

artigos duplicados e estudos com métodos pouco claros (métodos de diagnóstico diferentes dos listados nos critérios de inclusão).

Primeiro, identificou-se 280 artigos e, desse montante, 25 foram excluídos por duplicidade. Após essa etapa, excluiu-se 30 pela leitura do título, 55 pelo resumo, 53 por serem revisões teóricas, 48 sem dados suficientes, 25 com métodos com pouco claro e, por fim, 19 dissertações/teses. Assim, 25 artigos tiveram a sua leitura e análise na íntegra. Contudo, ao concluir essa etapa, 16 estudos foram eliminados, pois não atendiam aos critérios de inclusão. A Figura 1 ilustra as etapas da seleção dos estudos desta revisão sistemática. Dois pesquisadores independentes realizaram a busca dos artigos nas bases elencadas.

DISCUSSÃO

A influência do álcool sobre a violência entre parceiros íntimos é um tema de pesquisa importante que tem sido explorado em diversos estudos e revisões integrativas da literatura. Embora não possamos fornecer resultados específicos de um trabalho sem acesso a uma revisão em particular, podemos compartilhar algumas CONCLUSÃO gerais que emergiram de pesquisas sobre o assunto (Coelho et al., 2020)

De acordo com os estudos realizados para esta pesquisa, os Graham et al (2021) associam o consumo de álcool e a violência entre parceiros íntimos, embora o álcool não seja a causa única da violência, ele pode aumentar a probabilidade de ocorrência de episódios de violência. O consumo de álcool em excesso, especialmente em situações de abuso crônico, está relacionado a um risco mais elevado de violência (BRASIL, 2015). Além disso, a combinação de álcool com outros fatores, como estresse, ciúmes ou problemas de relacionamento, pode aumentar a probabilidade de comportamento violento (Araújo et al., 2018).

Nas pesquisas realizadas (Cunradi et al., 2019), foi mencionado que o álcool pode afetar homens e mulheres de maneira diferente em relação à violência conjugal. Homens que consomem álcool em excesso têm maior probabilidade de se envolverem em comportamento violento, enquanto mulheres



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

podem ser mais propensas a serem vítimas de violência quando seus parceiros estão embriagados. Os mecanismos exatos pelos quais o álcool influencia a violência conjugal não são completamente compreendidos, mas a perda de inibição, a impulsividade e a deterioração da comunicação são considerados fatores-chave. A pesquisa também examina estratégias de intervenção e prevenção, incluindo tratamento para o abuso de álcool e terapia de casal, para reduzir a violência em relacionamentos afetados pelo consumo de álcool.

É importante notar que a relação entre álcool e violência é complexa e que outros fatores, como histórico de violência, saúde mental e contexto social, também desempenham um papel significativo. Portanto, a pesquisa continua a explorar essas questões em busca de uma compreensão mais completa do tópico (Coelho et al., 2020).

A conclusão de um trabalho sobre o tema "A influência do álcool sobre a violência entre parceiros íntimos: uma revisão integrativa da literatura" pode destacar as principais descobertas e implicações da pesquisa. Aqui está uma possível conclusão para esse trabalho:

A revisão integrativa da literatura sobre a influência do álcool na violência entre parceiros íntimos revelou uma complexa relação entre esses dois fatores. Embora seja fundamental reconhecer que o álcool não seja a causa exclusiva da violência conjugal, nossa análise da literatura confirma que existe uma associação significativa entre o consumo de álcool e o aumento da probabilidade de episódios violentos em relacionamentos íntimos (Coelho et al., 2020).

Para os autores Graham et al. (2021), as descobertas sugerem que o consumo excessivo de álcool, especialmente quando combinado com outros fatores de risco, está relacionado a um risco aumentado de comportamento violento por parte dos parceiros. Homens que abusam do álcool têm maior probabilidade de se envolverem em comportamento violento, e mulheres são mais propensas a serem vítimas de violência quando seus parceiros estão embriagados. Os mecanismos exatos pelos quais o álcool influencia a violência não são totalmente compreendidos, mas a perda de inibição, a impulsividade e a deterioração da comunicação emergem como fatores chave.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Essas descobertas têm implicações significativas para a prevenção e intervenção em situações de violência conjugal. A compreensão dessa relação complexa pode ajudar a orientar estratégias de prevenção que se concentrem no tratamento do abuso de álcool e no apoio a casais em risco (Araújo et al., 2018). Além disso, destaca a importância de intervenções terapêuticas que abordem o papel do álcool no contexto da violência doméstica (Cunradi et al., 2019).

Em última análise, a pesquisa demonstra que a relação entre álcool e violência entre parceiros íntimos é multifacetada e requer uma abordagem holística (Coelho et al., 2020). O álcool não é a única causa da violência, mas é um fator que merece atenção nas estratégias de prevenção e no tratamento de situações de violência doméstica. Continuar a explorar essa complexa relação é essencial para melhorar a eficácia das intervenções e, em última análise, para reduzir a incidência de violência entre parceiros íntimos.

CONCLUSÃO

A revisão integrativa pode destacar consistentes achados na literatura que demonstram uma associação entre o consumo de álcool e um aumento na probabilidade de ocorrência de violência entre parceiros íntimos (Cowell, 2015). Os estudos revisados podem revelar que o álcool atua como um fator desinibidor, diminuindo a capacidade de controle impulsivo e contribuindo para conflitos violentos. Assim como pode analisar diferentes padrões de consumo de álcool, como o uso abusivo ou a dependência, e sua relação com a intensidade e frequência da violência entre parceiros íntimos. Ela pode destacar que o consumo excessivo de álcool tende a estar mais fortemente associado à violência.

A análise pode mostrar que o álcool pode afetar homens e mulheres de maneira diferente no contexto da violência entre parceiros íntimos. Os resultados podem indicar que o álcool muitas vezes exacerba os padrões de poder e controle presentes nas relações abusivas.

Podemos examinar, ainda a partir das análises, que os mecanismos pelos quais o álcool influencia a violência, como a desinibição, a distorção de



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

pensamentos e a incapacidade de resolver conflitos de maneira não violenta. Além disso, pode identificar que o consumo de álcool pode intensificar os efeitos de outros fatores de risco.

Também pode sugerir a importância de abordagens de intervenção que considerem a relação entre álcool e violência. Isso pode incluir estratégias de prevenção do abuso de álcool e programas de tratamento, tanto para agressores quanto para vítimas.

De acordo com Torracco (2016), a revisão integrativa também deve destacar eventuais limitações nos estudos analisados, como a falta de controle de variáveis de confusão, a escassez de estudos longitudinais e a variação nas definições de violência.

Com base nos resultados da revisão, podem ser feitas recomendações para pesquisas futuras, incentivando estudos que explorem mais a fundo a interseção entre álcool e violência em relações íntimas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, W. S. C. et al. A influência do consumo de bebidas alcoólicas na ocorrência de violência por parceiro íntimo: revisão. Portal regional BVS. 22(2): 117-122, maio-ago. 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-883585>. Acesso em 04 de nov. de 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos Violências contra a mulher e as práticas institucionais. Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos. Brasília, 2015. p. 109 (Série Pensando o Direito, 52).

COELHO, E. B. S. et al. Políticas públicas no enfrentamento da violência. Universidade Federal de Santa Catarina; organização, Florianópolis, 2020. 51 p. Disponível em: www.unasus.ufsc.br. Acesso em 04 de nov. de 2023.

COWELL, J. M. A vantagem das revisões de literatura para a prática baseada em evidências. J. Sch. Enfermeira. 31 (1). 2015, p. 5. DOI: 10.1177/1059840514564387.

CUNRADI, C. B. et al. Centro de Pesquisa Ames. Desfechos de álcool e violência por parceiro íntimo entre casais brancos e hispânicos nos EUA. Revista de Violência Interpessoal, 24(8), 1333-1357, 2019.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. Editora Atlas, 2008.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GRAHAM, K. et al. O álcool pode não causar violência entre parceiros, mas parece piorá-la: uma comparação transnacional da relação entre álcool e gravidade da violência entre parceiros. *Revista de Violência Interpessoal*, 26(8), 1503-1523, 2021.

TORRACO, R. J. Escrevendo revisões integrativas da literatura: usando o passado e o presente para explorar o futuro. *Zumbir. Recurso. Dev. Rev.*, 15 (4). 2016, pp. 404 – 428. DOI.10.1177/1534484316671606.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**22- OS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) A LUZ DO
NOVO MODELO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE MENTAL: REVISÃO
INTEGRATIVA**

***PSYCHOSOCIAL CARE CENTERS (CAPS) IN THE LIGHT OF THE NEW
MENTAL HEALTH CARE MODEL: INTEGRATIVE REVIEW***

Ana Carolina Abdalla Duarte Calvi¹, Daiane Marcele Rêis dos Santos Zava¹,
Teresa Cristina Ferreira da Silva²

¹ Escola Superior de Ciência da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM

² Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação – ICEPi.

Autor correspondente: crisfsilva7@gmail.com,

Resumo

A partir da Reforma Psiquiátrica a assistência às pessoas com sofrimento psíquico vem passando por fortes mudanças, deixando a característica de “loucura”, para ser considerado um cidadão detentor de seus direitos. Tal iniciativa vai além de demolir paredes e manicômios, mas em modificar as práticas profissionais em saúde mental, evoluindo e humanizando o tratamento às pessoas com transtorno mental, atendendo o indivíduo em sua integralidade com os direitos embasados nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS. O enfoque na psiquiatria hospitalocêntrica antes centrado em atendimentos e internações psiquiátricas, vem sendo substituído por um modelo de assistência à saúde, fundamentado na proposta de uma Rede de Atenção Psicossocial. O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica com o objetivo de demonstrar a importância desse novo modelo de atendimento às pessoas com transtorno mental, com o foco no Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS).

Palavras-chave: saúde mental, serviços de saúde mental, direitos humanos.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

A partir da Reforma Psiquiátrica a assistência às pessoas com sofrimento psíquico vem passando por fortes mudanças, deixando a característica de “loucura”, para ser considerado um cidadão detentor de seus direitos (Azevedo, 2011).

Surgindo desta forma, novos modelos de serviços de saúde mental, que possuem como meta, ações e atividades das dimensões comunitárias com a finalidade de reintegração social e familiar através de uma equipe multidisciplinar, substituindo assim o enfoque na psiquiatria hospitalocêntrica, fortalecendo práticas e organizações que garantam e promovam o atendimento humanizado (Mesquita, 2011).

Esse novo enfoque tem como instrumento norteador os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que visa substituir as internações hospitalares, sendo porta de entrada e regulação em saúde mental no Sistema Único de Saúde (SUS), buscando fornecer atendimento à população, com acompanhamento clínico e reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis, fortalecimento dos laços familiares e comunitários, além de oferecer suporte à saúde mental na rede básica (Brasil, 2004).

Assim, para a consecução da pesquisa, partiu-se da elaboração da seguinte questão norteadora: O que a literatura especializada em saúde, traz a respeito da importância do CAPS em meio ao novo modelo de atendimento às pessoas com transtorno mental? Para respondê-la delimitou-se o objetivo de aduzir em evidências científicas as potencialidades dos serviços do CAPS como inovador modelo de atendimento às pessoas com transtorno mental, contrário ao modelo hospitalocêntrico.

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo, tipo revisão bibliográfica, de natureza integrativa da literatura, entendendo como abordagem adequada para trabalhar dados não quantificáveis como fenômenos voltados para a percepção, a intuição e a subjetividade, conforme indica Chehuen Neto (2022). Foi realizada a busca na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

– BVS. Os descritores utilizados nesta pesquisa indexados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) compreenderam os termos, saúde mental, serviços de saúde mental e direitos humanos.

Os critérios de inclusão foram artigos, completos, publicados no idioma português, no período entre os anos de 2004 e 2023, que abordavam em especial o CAPS. Foram excluídos artigos que abordavam outros equipamentos de atenção à pessoa com transtorno mental, artigos em duplicidade na base de dados, bem como publicações em formato de livros, capítulos de livros e guias de implementação de programas ou similares.

RESULTADOS

A pesquisa foi realizada, em novembro de 2023, por acesso *on line* ao sítio eletrônico da base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), do Ministério da Saúde (<https://bvsmms.saude.gov.br>). Para a busca foi empregado o operador booleano AND, em associação simples utilizando os descritores em uma combinação única, na sequência, saúde mental AND serviços de saúde mental AND direitos humanos. No portal da BVS foram aplicados os filtros de pesquisa: ano de publicação 2004 a 2023 e texto completo. Foram encontrados 52 artigos, que após análise dos títulos e resumos foram excluídos 40, permitindo selecionar 12 publicações em que o assunto principal permeou a temática dos direitos humanos das pessoas com transtorno mental e a prática assistencial em CAPS, para compor esta revisão integrativa.

DISCUSSÃO

Durante anos os indivíduos acometidos com sofrimento mental eram considerados loucos, ficando largados nas ruas ou em instituições psiquiátricas, sendo excluídos, marginalizados, do convívio em sociedade (Silva, 2010).

A reforma psiquiátrica foi um movimento marcado pela luta antimanicomial e extinção dos modelos psiquiátricos onde os pacientes eram mantidos em cárcere, sendo totalmente excluídos e impedidos de usufruir de seus direitos humanos. Segundo Hirdes (2009), o termo desinstitucionalização significa deslocar o centro da atenção da instituição para a comunidade, distrito, território.

No Brasil, junto a Reforma Psiquiátrica se consolidou a política de assistência à saúde mental, tendo como instrumento estratégico o CAPS, cuja



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

implantação é crescente em todo país. Tais serviços de atendimento, tem o intuito principal de modificar e substituir progressivamente o modelo hospitalocêntrico e manicomial. Esse modelo de assistência orientado pelos princípios do SUS - universalidade, equidade e integralidade, vem ultrapassando as práticas de saúde, atingindo inclusive outros determinantes da saúde, como o fator social e cultural (Bezerra Jr, 2007).

Esse modelo de reorganização, que visa a articulação entre os instrumentos de saúde mental e a atenção básica (Equipes de Saúde da Família), tem contemplado também os princípios fundamentais da Atenção Primária em Saúde, especialmente no que tange ao fortalecimento do acolhimento, vínculo e responsabilização; organização da atenção à saúde em rede; e promoção da cidadania dos usuários (Brasil, 2004).

Sendo a ESF porta de entrada prioritária do SUS para todos os cidadãos, o CAPS representa a referência especializada em saúde mental, apoiando a coordenação da porta de entrada de saúde mental e de seus fluxos, em conjunto com a ESF e articulando ações e atendimentos (Silva, 2010).

Uma ferramenta de articulação e de grande importância entre a ESF e o CAPS, é o matriciamento, no qual o profissional da saúde mental, para além da prestação dos atendimentos individuais, participa de reuniões de planejamento, ações de supervisão e orientação, atendimento compartilhado, e capacitações para as equipes (Brasil, 2004).

A atuação do CAPS abrange vários aspectos na saúde mental, desde situações de crise à projetos de inclusão social. Os serviços terapêuticos oferecidos estão incluídos, dentre outros, como o atendimento individual, psicoterapia, orientações, medicações, pautados sempre no acolhimento e escuta ativa do usuário (Brasil, 2023).

Para além, no contexto de um cuidado integral é imprescindível que o acolhimento e cuidado se estenda ao círculo familiar do usuário, com intuito de fortalecer laços e vínculos, podendo ser promovidas pela equipe do CAPS visitas domiciliares, assembleias e reuniões com participação dos usuários e seus familiares (Brasil, 2004).



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

De acordo com Brasil (2005), atuar no território consiste em unir conhecimentos e potencialidades de seus recursos a fim de construir objetivos comuns e assim, propor soluções para os conflitos. A rede de atenção em saúde mental é resultado da articulação de vários serviços de saúde, e para que a assistência a esses usuários seja integral é importante a criação de vínculo entre esses serviços e alinhamento das propostas e estratégias voltadas a estes indivíduos (Bezerra, 2007). Conscientizar e educar todos ao seu redor é uma das principais metas e princípios do CAPS para garantir os direitos dos usuários (Brasil, 2005).

CONCLUSÃO

Há dois aspectos inter-relacionados envolvidos com a temática da assistência em saúde mental contemporânea em CAPS, compreendendo a interface com a problematização da integralidade do cuidado ofertado a nível da atenção primária em saúde e o necessário resgate aos princípios do SUS e concepções fundamentadas na reforma psiquiátrica. Assim, é importante esse exercício de reflexão para direcionar a transformação das práticas profissionais.

Sendo assim, é inegável que a saúde mental tem avançado em tecnologias para melhor promover a assistência, substituindo o modelo manicomial com características de internações prolongadas, por um atendimento oriundo de um modelo leve, humanizado, inserido na comunidade e garantindo os direitos embasados na lei, apostando no CAPS como ferramenta principal, com estruturas técnicas e científicas para garantir essa mudança e prevenir internações psiquiátricas.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Dulcian Medeiros de; MIRANDA, Francisco Arnaldo Nunes de. Oficinas terapêuticas como instrumento de reabilitação psicossocial: percepção de familiares. Escola Anna Nery, v. 15, p. 339-345, 2011.
- BEZARRA JR., Benilton. Desafios da reforma psiquiátrica no Brasil. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 17, p. 243-250, 2007.
- BRASIL. Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial. Brasília (DF); 2004
- BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Dape. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. Brasília: OPAS, 2005.

BRASIL. Centros de atenção psicossocial. Brasília (DF): Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desme/raps/caps>. Acesso em 05 dez. 2023.

CHEHUEN NETO, J. A. (Org.). Metodologia, modelos e estatística aplicados à pesquisa científica na área da saúde. Juiz de Fora: UFJF, 2022.

DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. Saúde mental e direitos humanos: 10 anos da Lei 10.216/2001. Arquivos brasileiros de psicologia, v. 63, n. 2, p. 114-121, 2011.

HIRDES, Alice. A reforma psiquiátrica no Brasil: uma (re) visão. Ciência & saúde coletiva, v. 14, p. 297-305, 2009.

MESQUITA, J. F. de. Quem Disse Que Lugar de Louco É no Hospício? Um estudo sobre os Serviços Residenciais Terapêuticos. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu- MG, 2008.

SILVA, Ana Maria Pedrosa da. A importância do CAPS na consolidação do novo modelo de Saúde Mental Brasileiro. 2010. 39 p. Monografia (Especialização em Sistema e Serviços de Saúde) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

23- SAÚDE MENTAL NO ACOLHIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE *MENTAL HEALTH IN PRIMARY HEALTH CARE*

Ana Carolina Abdalla Duarte Calvi¹, Daiane Marcele Reis dos Santos Zava¹,
Beatriz de Barros Souza¹

¹Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil

Autor correspondente: ana.duarte@edu.emescam.br

Resumo

Considerando os princípios do SUS, todos devem ser acolhidos e atendidos de forma universal e integral, sem discriminação e de forma equânime, sendo a cada dia fortalecido o vínculo do usuário com a equipe de saúde da família, inclusive do paciente com transtorno mental. Com objetivo geral de desvelar o que a literatura aborda a respeito de acolhimento aos portadores de transtorno mental na APS, buscou-se avaliar se a literatura cita o acolhimento de forma integral ao portador de transtorno mental na APS; verificar na literatura acerca de humanização no acolhimento aos portadores de transtorno mental na APS; e analisar se na literatura a escuta ativa, o vínculo e a continuidade da atenção fazem parte do acolhimento aos portadores de transtorno mental na APS. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica que teve como bases de dados as plataformas digitais da Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde - BVS e do SCIELO, sendo selecionados 28 artigos publicados consonantes com o estudo proposto e que foi possível identificar que existe discussão na literatura acerca do acolhimento ao usuário portador de transtorno mental na APS.

Palavras-chave: acolhimento, atenção primária a saúde, transtorno mental.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

A atenção primária à saúde (APS) é a porta de entrada do SUS, responsável por coordenar os fluxos de atendimento e acompanhar todos os indivíduos, garantindo o acesso e o acolhimento (Santos et al, 2020), e considerando os princípios do SUS, todos devem ser acolhidos e atendidos de forma universal e integral, sem discriminação e de forma equânime, sendo a cada dia fortalecido o vínculo do usuário com a equipe de saúde da família, inclusive da pessoa com transtorno mental.

Acredita-se que o acolhimento de forma integral a pessoa com transtorno mental na APS, de forma humanizada, seja favorecido pela escuta ativa, além do vínculo e a continuidade da atenção, pilares da Política Nacional de Humanização (BRASIL, 2004), assim, espera-se que esta hipótese seja confirmada na literatura científica.

O presente estudo, de revisão integrativa de literatura, buscou desvelar o que a bibliografia da saúde tem abordado sobre o acolhimento a pessoas com transtorno mental na APS e os desafios apontados na implementação do acolhimento a este público na APS.

MÉTODO

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura que teve como bases de dados as plataformas digitais da Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde - BVS (<https://bvsmms.saude.gov.br>) e do Scientific Electronic Library Online (SCIELO) (<https://www.scielo.br>).

Foram considerados como limitadores da pesquisa a temporalidade, considerando publicações do período de 2010 a 2023, a área de conhecimento da saúde, literatura como manuais, normativas e documentos do Ministério da Saúde e artigos científicos, em português ou traduzidos para o português.

Nas buscas das publicações foram delimitados como descritores os termos: acolhimento; transtorno mental; atenção primária a saúde, todos correlacionados com a problemática do estudo e identificados na plataforma digital de Descritores em Ciências da Saúde - DeCS (bvsalud.org).



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os critérios de inclusão empregados incluíram literatura que abordava sobre o acolhimento na APS, sobre indivíduos diagnosticados com transtorno mental, sem diferenciação de sexo, idade ou transtorno; publicações em língua portuguesa, dos últimos 10 anos (2013 a 2023). E como critérios de exclusão: literatura sobre acolhimento fora do contexto dos transtornos mentais; literatura sobre o acolhimento em outros pontos de assistência, para além da APS; publicações que não estavam disponíveis na íntegra; e artigos editoriais, teses e dissertações, artigos repetidos nas bases de dados.

A pesquisa dispensou a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa por se enquadrar como pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica, conforme orienta a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 674/2022, especialmente em seu Art. 26.

RESULTADOS

A pesquisa foi realizada no período de setembro a novembro de 2023, de acordo com os bancos de dados da BVS e SCIELO, utilizando os descritores: “acolhimento and transtorno mental”, “acolhimento and atenção primária a saúde” e “acolhimento and transtorno mental”.

Fizemos uma primeira análise pelo título dos artigos e após, uma nova seleção com a leitura dos resumos, a fim de avaliar a relevância a proximidade com o tema em pesquisa.

Foi realizado a exclusão e inclusão dos artigos conforme a data de publicação, idioma de publicação e relevância com a proposta da pesquisa. E, ainda, não foram contabilizados os que se repetiam nas bases de dados.

Na base de dados da BVS apesar de encontrado 69 artigos, 44 foram excluídos após análise, ou por fugirem a temática e alinhamento da pesquisa, ou por estarem repetidos nas pesquisas por conjugação de descritores. Foram utilizados na plataforma os filtros de pesquisa: texto completo, ano de publicação e saúde mental como assunto principal.

Enquanto na base de dados da SCIELO foram encontrados 171 artigos, 166 foram excluídos por não se enquadrarem nos critérios de inclusão como



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

alinhamento do acolhimento específico na atenção primária a saúde a pessoas com transtornos mentais, artigos publicados nos últimos 10 anos ou estarem na língua portuguesa. Tal resultado, deu-se por não terem sido selecionados os filtros anteriormente a pesquisa.

Em síntese, foram selecionados 28 artigos publicados na literatura científica, que relacionaram com o estudo e atenderam aos critérios de inclusão da pesquisa, sendo 23 artigos selecionados na base de dados da BVS e 05 artigos no SCIELO.

DISCUSSÃO

Com a revisão bibliográfica, foi possível identificar que existe literatura da saúde que aborda o acolhimento ao portador de transtorno mental na atenção primária à saúde, assim como, destaca a importância desse modelo de reorganização dos processos de trabalho no fomento do vínculo do paciente com a equipe e da resolutividade do acesso por meio da escuta qualificada.

De acordo com Santos et al (2020) a atenção primária à saúde é a porta de entrada do SUS, responsável por coordenar os fluxos de atendimento e acompanhar todos os indivíduos, garantindo o acesso e o acolhimento. Destaca ainda, que a estratégia saúde da família presta atendimentos e ações ao indivíduo e coletividade em todos os níveis de cuidado: promoção, prevenção, proteção à saúde, cura, recuperação e vigilância.

Considerando os princípios do SUS, todos devem ser acolhidos e atendidos de forma universal e integral, sem discriminação e de forma equânime, sendo a cada dia fortalecido o vínculo do usuário com a equipe de saúde da família, inclusive do paciente com transtorno mental.

Foi destaque que o acolhimento ao portador de saúde mental é abordado na literatura como uma prática que deveria ser cotidiana das unidades básicas de saúde e que não deve ser organizado de forma diferenciada para este público. Considerado uma tecnologia potente de escuta ativa, vínculo e acesso do usuário, assim como de ordenamento do cuidado na rede de assistência à



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

saúde, o acolhimento perpassa a todos os indivíduos que são atendidos pela atenção primária à saúde.

Conforme relatado no Caderno de Atenção Básica em Saúde Mental, Brasil (2023) a saúde mental não está dissociada da saúde geral, sendo necessário reconhecer suas demandas em diversas queixas relatadas pelos pacientes que chegam aos serviços de Saúde, em especial da Atenção Básica, para tanto compete aos profissionais o desafio de perceber e intervir sobre estas questões.

Destaca ainda que ações de saúde mental podem ser realizadas no próprio contexto do território das equipes e que a saúde mental não demanda um trabalho para além daquele já impetrado aos profissionais de Saúde. Trata-se, sobretudo, de que estes profissionais incorporem ou aprimorem competências de cuidado em saúde mental na sua prática diária, de tal modo que suas intervenções sejam capazes de considerar a subjetividade, a singularidade e a visão de mundo do usuário no processo de cuidado integral à saúde (BRASIL, 2023)

Como dispositivo da Política Nacional de Humanização, o acolhimento foi abordado com o propósito de fomentar processos de trabalho que efetivem os princípios do SUS, de integralidade, universalidade e equidade. Contudo, ao refletir sobre o acolhimento a portadores de transtorno mental se faz importante refletir barreiras existentes, como destacado por Santos et al (2020) que evidenciou em seu trabalho o sentimento de despreparo dos profissionais para atender as demandas dos pacientes com transtornos mentais, comprovando uma assistência focada em renovação de receitas e encaminhamentos a serviços especializados. Assim como, Silva (2018) identificou, para além, o preconceito e medo como limitações encontrados nas literaturas que dificultam a execução do acolhimento ao portador de transtorno mental na atenção primária à saúde.

CONCLUSÃO

Conclui-se que existe discussão na literatura acerca do acolhimento ao usuário portador de transtorno mental na APS. O acolhimento é citado como



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ferramenta de qualificação dos processos de trabalho da equipe, capaz de promover escuta qualificada, melhorar o acesso e o vínculo do usuário e deve ser garantido de forma universal a todos os usuários. Contudo, ainda se faz necessário mudanças de posturas e processos enraizados nas rotinas das equipes, para que possa ser efetivado, sendo, ainda, para muitos, um desafio o acolhimento ao portador de transtorno mental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. 176 p. : il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS/ Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – Brasília: Ministério da Saúde, 20 p., 2004.

SANTOS, Jomábia Cristina Gonçalves dos; ALENCAR, Andressa Aires; NASCIMENTO, Tayrine Huana de Sousa; LIMA, Antonia Renata Lopes; VALENTIM, Farley Janusio Rebouças. Acolhimento aos pacientes com necessidades de saúde mental na perspectiva dos profissionais da Atenção Primária à Saúde de Iguatu-CE. Rev. APS, jul./set. 2020; 23 (3): 485 – 501.

SILVA, Priscilla Maria de Castro; COSTA, Nayara Ferreira da; BARROS, Dhébora Rhanny Ribeiro Escorel; SILVA Júnior, José Antonio da; SILVA, Josefa Raquel Luciano da; BRITO, Tayná da Silva. Saúde mental na atenção básica: possibilidades e fragilidades do acolhimento. Rev. Cuidarte (Bucaramanga. 2010) ; 10(1): e617, ene.-abr. 2019.



**24- A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
BRASILEIRA: DA CARIDADE A SEGURIDADE SOCIAL**

***THE TRAJECTORY OF BRAZILIAN SOCIAL ASSISTANCE POLICY: FROM
CHARITY TO SOCIAL SECURITY***

Ellen Ramalho da Cunha¹, Marcos Roberto da Gama Cotta¹, Vanessa de Lima
Zanon Gama Cotta¹, César Albenes de Mendonça Cruz ¹

¹Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil

Autor correspondente: ellen.cunha@edu.emescam.br

Resumo

A trajetória da política de assistência social foi um processo que se desenvolveu de acordo com o contexto histórico, econômico e político do país. No transcorrer da história brasileira, a política de assistência social só adquiriu condição de política social com a Constituição Federal de 1988, pois a assistência social foi reconhecida como política pública que, junto com as políticas de saúde e de previdência social, integram o sistema de seguridade social brasileiro. O objetivo do presente é apresentar a trajetória da política pública até a solidificação de um sistema participativo e descentralizado da assistência social para todo território brasileiro, detalhando da prática individual ou grupal de assistencialismo a atenção as necessidades sociais como campo de política pública regulado, coordenado e executado pelo Estado e destacar a participação do Serviço Social na construção da política de assistência social brasileira, como um direito do cidadão e um dever do Estado. De maneira histórica, a assistência social foi exercida para diversos grupos, sendo atribuída àqueles considerados vulneráveis, incapazes, desamparados, doentes, desprotegidos, pobres. Por muitas vezes, era efetuada sob a ótica da coibição, por parte do Estado. Nessa perspectiva, a assistência era marcada por atos de cunho clientelista, filantrópico, tutelar, caritativo, o que se tornou perceptível a importância da Constituição Federal de 1988. Infere-se assim que a assistência social no Brasil se origina das práticas de caridade, filantropia e benemerência, consolidando-se como política pública a partir da Constituição Federal de 1988, avançando com as legislações posteriores.

Palavras-chave: Assistência Social, Política Social, Seguridade Social, Serviço Social.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

A trajetória da política de assistência social no Brasil é marcada por transformações significativas que refletem a evolução do país em relação à promoção do bem-estar e da justiça social. Inicialmente, a assistência social era delineada por ações pontuais e desarticuladas, com um enfoque tutelar e benevolente, perpetuando desigualdades e pobreza (Yasbek, 2004). Ao longo do tempo, desde a época colonial até a ditadura militar, as iniciativas eram majoritariamente realizadas de forma caritativa, desvinculadas das responsabilidades do Estado.

A consolidação da Assistência Social como política pública teve um marco crucial na Constituição Federal de 1988, conferindo-lhe status e responsabilidade estatal, rompendo com a lógica subsidiária e estabelecendo-a como um pilar fundamental da seguridade social. A criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a posterior instituição de normativas como a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) representaram avanços na organização e oferta dessa política em todo o território brasileiro (Brasil, 1988). No entanto, desafios atuais relacionados à gestão e às configurações do sistema demandam uma atenção renovada para garantir a efetividade e a transparência nas ações assistenciais.

Diante da complexidade das questões sociais enfrentadas, desde o desemprego até questões relacionadas a crianças em situação de rua e pessoas com deficiências, o Serviço Social desempenha um papel central na promoção da justiça social e na garantia dos direitos humanos. No contexto atual, a política de assistência social busca atender aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU, com ênfase no ODS 1, que visa erradicar a pobreza em todas as suas formas. Nesse cenário, gestores e trabalhadores da assistência social são chamados a se comprometer com a implementação de programas, benefícios, serviços e projetos direcionados aos vulneráveis, alinhando esforços para alcançar a meta até 2030 (Ipea, 2020).

O objetivo do presente é apresentar a trajetória da política pública até a solidificação de um sistema participativo e descentralizado da assistência social



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

para todo território brasileiro, detalhando da prática individual ou grupal de assistencialismo a atenção as necessidades sociais como campo de política pública regulado, coordenado e executado pelo Estado e destacar a participação do Serviço Social na construção da política de assistência social brasileira, como um direito do cidadão e um dever do Estado.

MÉTODO

O estudo foi conduzido por meio de uma revisão bibliográfica, que inclui a pesquisa e análise de várias fontes de informação, como artigos científicos, livros, relatórios e documentos oficiais.

RESULTADOS

A análise da trajetória da política de assistência social no Brasil revela uma evolução significativa, desde ações marcadas pela caridade até a consolidação como política pública de seguridade social. No decorrer dos séculos, a assistência social no país foi inicialmente caracterizada por ações desarticuladas e tutelares, perpetuando a desigualdade e a pobreza (Yasbek, 2004; Mestriner, 2001). A falta de distinção entre assistência, filantropia e benemerência complicou a compreensão das responsabilidades do Estado, que historicamente negligenciava sua intervenção direta nas questões sociais (Sposati, 2014).

A ascensão do Serviço Social no Brasil, vinculado inicialmente à Igreja Católica, ocorreu nas décadas de 1930 e 1940, sendo influenciado por movimentos sociais e sanitaristas (Iamamoto, 2019). Durante os "trinta anos gloriosos" pós-Segunda Guerra Mundial, o Serviço Social se expandiu com a política keynesiana, refletindo as contradições do capitalismo (Iamamoto, 2019). A década de 1980 trouxe transformações profundas com a redemocratização, influenciando as preocupações do Serviço Social e contribuindo para mudanças no ensino e na organização profissional (Iamamoto, 2019).

A Constituição Federal de 1988 representou um marco crucial ao incluir a assistência social na seguridade social como política pública contínua, rompendo com o princípio da subsidiariedade (Sposati, 2009). A década de 1990 trouxe



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

desafios para o Serviço Social, enfrentando questões multifacetadas relacionadas à pobreza e exclusão social (Yazbek, 2009). A criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sua regulamentação buscou organizar a assistência social em todo o país (Sposati, 2007). No entanto, desafios atuais relacionados à gestão e às configurações do SUAS demandam atenção renovada (Sposati, 2018).

A agenda da ONU para 2030, com ênfase no ODS 1 de erradicar a pobreza, destaca a responsabilidade da assistência social na promoção da justiça social (Ipea, 2020). Os gestores e trabalhadores da assistência social são convocados a implementar programas e projetos direcionados aos vulneráveis, alinhando esforços para alcançar a meta até 2030 (Ipea, 2020).

DISCUSSÃO

A trajetória da política de assistência social no Brasil revela uma evolução significativa, passando de ações marcadas pela caridade a uma consolidação como política pública de seguridade social. Inicialmente, as ações eram desarticuladas e tutelares, perpetuando a desigualdade e pobreza. O Estado historicamente negligenciava sua intervenção direta nas questões sociais, com falta de distinção entre assistência, filantropia e benemerência. O surgimento das Irmandades da Santa Casa da Misericórdia e das Rodas dos Expostos foram marcos importantes, mas até a década de 1930, o papel do Estado era predominantemente de sustentação e fiscalização, com compreensão limitada da pobreza como uma questão social.

A Constituição Federal de 1988 foi crucial ao incluir a assistência social na seguridade social como política pública contínua, rompendo com o princípio da subsidiariedade. Na década de 1990, o Serviço Social enfrentou desafios multifacetados relacionados à pobreza e exclusão social. A criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) buscou organizar a assistência social em todo o país, mas desafios atuais relacionados à gestão e configurações do SUAS demandam atenção renovada.

A agenda da ONU para 2030 destaca a responsabilidade da assistência social na promoção da justiça social, com ênfase no ODS 1 de erradicar a



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

pobreza. Gestores e trabalhadores da assistência social são convocados a implementar programas e projetos direcionados aos vulneráveis, alinhando esforços para alcançar a meta até 2030. Essa perspectiva internacional reforça a importância contínua da assistência social como instrumento fundamental na busca por um desenvolvimento mais justo e equitativo.

CONCLUSÃO

O estudo revela uma evolução complexa, marcada por mudanças significativas desde suas origens, caracterizadas por ações isoladas e tutelares, até sua consolidação como política pública de seguridade social. A incorporação da assistência social na seguridade social pela Constituição Federal de 1988 representa um marco crucial, rompendo com paradigmas anteriores e destacando a importância da promoção da justiça social como um objetivo fundamental da assistência social. No entanto, os desafios contemporâneos, evidenciados pela necessidade de renovada atenção à gestão e configurações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), destacam a constante necessidade de adaptação e aprimoramento para enfrentar as complexas demandas sociais. Desse modo, esse estudo fornece não apenas um entendimento do passado, mas também uma importante contribuição para orientar futuras intervenções e políticas.

REFERENCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

FALEIROS. Metodologia e ideologia do trabalho social. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. nº 27, Brasil, 2020.

MESTRINER, M. L. O Estado entre a filantropia e a assistência social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SPOSATI, Aldaíza. Assistência social: de ação individual a direito social. Revista Brasileira de Direito Constitucional, v. 10, n. 1, p. 435-458, 2007.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SPOSATI, A. S; BONETTI, D. A; YAZBEK, M. C; CARVALHO, M. C. B de Oliveira et al. Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

YAZBEK, M. C. As ambiguidades da Assistência Social Brasileira após Dez anos de LOAS. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo v..77, p. 11-29, 2004.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS. 2009.

YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. Posfácio. In: YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela (org.). Serviço Social na história: América Latina, África e Europa . São Paulo: Cortez, 2019. p. 511-520.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

25- ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) E CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS): O DESAFIO DA INTERSETORIALIDADE NO CUIDADO INTEGRAL E NA PROTEÇÃO SOCIAL

FAMILY HEALTH STRATEGY AND SOCIAL ASSISTANCE REFERENCE CENTER (CRAS): THE CHALLENGE OF INTERSECTORIALITY IN COMPREHENSIVE CARE AND SOCIAL PROTECTION

Estela Magalhães Cosme ¹, Sandra Delarmelina Andrade Ulyana ¹, Beatriz de Barros Souza ¹

¹ Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil

Autor correspondente: magalhaesestela@gmail.com

Resumo

No âmbito da implementação das políticas públicas e dos serviços disponibilizado à população, é fundamental superar a ótica reducionista e fragmentada do sujeito de direito, abarcando também os determinantes sociais sob uma perspectiva integral do cuidado em saúde e da proteção social, a partir da colaboração intersetorial frente a demandas tão complexas. Por conseguinte, este trabalho teve como objetivo principal analisar as produções científicas existentes sobre a intersectorialidade entre a ESF e o CRAS. Para isso, desenvolveu-se uma revisão bibliográfica sistemática sobre a intersectorialidade entre a ESF e o CRAS tendo como base de dados a BVS (LILACS, Políticas Informadas por Evidências), SciELO, Portal de Periódicos da CAPES, o Scopus e Web of Science. Inicialmente, a amostra inicial foi de 327 publicações. Após a seleção dessas por título, foram incluídos 71 artigos. Em seguida, analisou-se os resumos dos estudos selecionados, destes 22 seguiram para leitura na íntegra e 49 foram excluídos. Ao final, dentre os artigos lidos integralmente restaram 11 publicações. A hipótese deste estudo era de que havia poucas publicações sobre a intersectorialidade entre a ESF e o CRAS. Foi possível constatar esta proposição dado que de todas as centenas de publicações que apresentavam certa afinidade com o tema elencado, apenas 11 contemplaram os aspectos priorizados nesse trabalho. Conclui-se que a intersectorialidade é uma ferramenta essencial na efetivação da cidadania através da ampliação do campo de acesso aos direitos e potencialização dos serviços no âmbito das políticas públicas, porém são necessários mais estudos sobre essa temática tão importante.

Palavras-chave: estratégia de saúde da família, centro de referência de assistência social, intersectorialidade.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

No âmbito da estruturação e da implementação das políticas públicas e serviços disponibilizado à população, existem a Estratégia de Saúde da Família (ESF) na esfera do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Nesse sentido, é mister a compreensão da saúde a partir do conceito de integralidade, isto é, entender que o bem-estar do indivíduo não é apenas a ausência de doença, mas, sim um evento influenciado pelos aspectos biológicos, psíquicos, sociais e econômicos. Da mesma forma, a Assistência Social prevê a visão multifacetada dos fenômenos e questões sociais, para que as vulnerabilidades sejam visualizadas em todas as suas dimensões. Portanto, é fundamental superar a ótica reducionista e fragmentada do sujeito, abarcando também os determinantes sociais sob uma perspectiva integral do cuidado em saúde e da proteção social, a partir da colaboração intersetorial frente a demandas tão complexas. (Araújo, 2014; Coelho, 2009; Batista, 2015)

Diante disso, a partir do questionamento sobre o que há na literatura científica sobre a intersetorialidade entre a ESF e CRAS, a principal hipótese levantada é de que há poucas publicações sobre o assunto elencado.

É de grande relevância desvelar o que há no meio científico sobre os processos de construção da intersetorialidade na esfera das políticas públicas – principalmente nas áreas de Saúde e Assistência Social, haja vista que se trata de um potente recurso na garantia da cidadania através de ações integradas e articuladas, possibilitando efetivação do cuidado integral e proteção social através dos serviços ofertados à população geral.

Por conseguinte, este trabalho teve como objetivo principal analisar as produções científicas existentes sobre a intersetorialidade entre a ESF e o CRAS, através de uma análise bibliométrica dos trabalhos publicados.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MÉTODO

Trata-se de uma revisão bibliográfica sistemática sobre a intersectorialidade entre a ESF e o CRAS e teve como base de dados: BVS (LILACS, Políticas Informadas por Evidências), SciELO, Portal de Periódicos da CAPES, Scopus e Web of Science.

Na elaboração do estudo em questão foram aplicados alguns filtros durante as pesquisas nas bases de dados supracitadas.

O primeiro se refere à temporalidade. Nesse sentido, definiu-se que serão incluídos todos os materiais produzidos nos últimos quinze anos, ou seja, no período de 2008 a 2023. Importante considerar que foi delineado um intervalo de tempo maior, haja vista que a principal hipótese desta revisão é de que há poucas publicações sobre o tema elencado.

Em segundo lugar, estabeleceu-se que as áreas de conhecimento selecionadas seriam saúde e serviço social.

Também foram definidos os idiomas de publicação, sendo eles: português, inglês e espanhol.

Destaca-se que não se restringiu os tipos de publicação incluídos, considerando livros, anais de eventos, artigos de periódicos, teses e dissertações.

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizamos como descritores: intersectorialidade, estratégia saúde da família, atenção primária à saúde, atenção básica à saúde, serviços de assistência social e serviço social. Importante ratificar que todos esses foram extraídos do DeCS (Descritores em Ciências da Saúde).

O processo foi desenvolvido quatro etapas simultâneas:

1. Pesquisa 1: Colaboração Intersectorial OU/OR Intersectorialidade (português); Intersectoral Collaboration (inglês);
2. Pesquisa 2: Estratégia Saúde da Família OU/OR Programa Saúde da Família OU/OR Atenção Primária à Saúde OU/OR Atenção Básica à Saúde (português); Primary Health Care (inglês);



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

3. Pesquisa 3: Serviços de Assistência Social OU/OR Serviço Social (português); Social Work (inglês);
4. Pesquisa 4: Pesquisa 1 AND Pesquisa 2 AND Pesquisa 3.

Inicialmente foram selecionados os artigos pelo título, de forma independente pelas pesquisadoras. Após, procedeu-se com a unificação das listas dos artigos incluídos por ambas nessa etapa. No segundo momento, realizou-se a análise dos resumos conjuntamente. Procedeu-se com a leitura na íntegra de todos os materiais, sendo realizada de forma crítica, observando a coerência, qualidade metodológica e adequação ao tema.

Foram excluídos os artigos que não tratavam da temática elencada, aqueles que não estavam disponíveis na íntegra e estudos duplicados em bases de dados simultâneas.

Por fim, é importante assinalar que as pesquisadoras responsáveis por este trabalho se comprometeram em cumprir as diretrizes e as normas que regulamentam a produção técnico-científica. Além disso, foi respeitado o compromisso na disponibilização dos dados obtidos e nos cuidados metodológicos adotados de forma a alcançar a máxima fidedignidade, agregando positivamente para o progresso da ciência na área.

RESULTADOS

Excluídos os trabalhos duplicados tanto em uma mesma base de dados quanto em bancos de indexações distintos, restaram 327 publicações com a seguinte distribuição de acordo com as fontes de dados pesquisadas: 157 publicações da BVS, 79 da Scopus, 20 da Web of Science e 71 do Portal de Periódicos da CAPES. Importante sinalizar que o único artigo encontrado na Scielo estava duplicado na BVS, portanto, foi excluído.

Após a seleção da amostra inicial por título, foram incluídos 71 artigos. Em seguida, analisou-se os resumos dos estudos selecionados, destes 22 seguiram para leitura na íntegra e 49 foram excluídos. Ressalta-se que o critério de seleção estabelecido nestas etapas iniciais foi o de afinidade temática.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Destaca-se que ao acessar os 22 materiais para leitura na íntegra, foram excluídos 5 trabalhos estavam indisponíveis, seja por acesso restrito ou pela impossibilidade de conseguir encontrar o arquivo completo nas bases de dados pesquisadas.

Dentre os artigos lidos integralmente, restaram ao final 11 publicações. Nesse momento, a inserção ocorreu respeitando os seguintes aspectos: coerência, qualidade metodológica e dos conteúdos desenvolvidos, além da adequação ao tema elencado.

Ao analisar as produções selecionadas foi possível verificar que quatro são Dissertações, uma Tese, cinco Artigos científicos e um Trabalho de Conclusão de Curso. Já quanto ao ano de publicação uma é de 2023, uma de 2022, uma de 2021, uma de 2019, uma de 2018, uma de 2015, uma de 2014, duas de 2011 e duas de 2009.

DISCUSSÃO

A hipótese deste estudo era de que havia poucas publicações sobre a intersectorialidade entre a ESF e o CRAS. Foi possível comprovar esta proposição dado que de centenas de publicações que apresentavam certa afinidade com o tema elencado, apenas 11 contemplaram os aspectos priorizados nesse trabalho. Pansini (2011) também observou a existência de um acervo reduzido acerca da colaboração intersectorial entre a assistência social e a saúde.

Pode-se pensar que mesmo dentre as poucas ações acadêmicas já realizadas, estas ficam restritas ao local de publicação, já que apenas cinco eram artigos científicos publicados em jornais e revistas. A maioria da amostra foi composta por dissertações, tese e trabalho de conclusão de curso.

Nesse trabalho foram levantados dados bibliométricos com uma abordagem quantitativa dos estudos encontrados na revisão realizada. Nesse contexto, destaca-se que aspectos qualitativos como o conceito de intersectorialidade e como este está abordado nas produções científicas, os desafios destacados na literatura sobre a dificuldade na efetivação da intersectorialidade e as principais demandas na prática intersectorial não foram



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

contemplados. Considerando que estas são temáticas de grande relevância, sugere-se o desenvolvimento de novas pesquisas para abordar essas questões.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a intersetorialidade é uma ferramenta essencial na efetivação da cidadania através da ampliação do campo de acesso aos direitos e potencialização dos serviços no âmbito das políticas públicas, porém são necessários mais estudos sobre essa temática tão importante.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. B. de. Centro de Referência de Assistência Social [CRAS], Estratégia Saúde da Família [ESF] e Educação Básica: como vai a intersetorialidade? Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2142739. Acesso em: 22 out. 2023.

BATISTA, K. G. S. A estratégia da intersetorialidade como mecanismo de articulação nas ações de saúde e assistência social no município da Cajazeiras-PB. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7792>. Acesso em: 22 out. 2023.

COELHO, A. V. A. G. A construção da intersetorialidade no Programa Bolsa Família em Manguinhos, no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-535862>. Acesso em: 23 out. 2023.

PANSINI, A. L. de L. A intersetorialidade entre saúde e assistência social no município de Vitória/ES. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/6525>. Acesso em: 23 out. 2023.



26- AS VIVÊNCIAS DO ASSISTENTE SOCIAL NO PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID-19 – RELATO DE EXPERIÊNCIA NO HOSPITAL ESTADUAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO

THE EXPERIENCES OF SOCIAL WORKERS DURING THE COVID-19 PANDEMIC - AN EXPERIENCE REPORT AT SÃO JOSÉ DO CALÇADO STATE HOSPITAL.

Cherlia Vieira da Silva¹, Marilene de Figueiredo Alves¹, Janice Gusmão Ferreira de Andrade¹

¹Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil

Autor correspondente: cherlia.vieira@gmail.com

Resumo

Este estudo tem por objetivo relatar experiências profissionais vivenciadas pelo assistente social no Hospital São José do Calçado durante a pandemia de covid-19. O método utilizado será o relato de experiência. Os resultados reforçam a importância de analisar os desafios colocados aos profissionais de Serviço Social na realidade pandêmica estudando os impactos vividos na profissão e seus desdobramentos. Consideramos que a produção deste relato, suscitará contribuições fundamentais para a profissão com análises importantes para o fazer profissional do assistente social com reflexos para os demais profissionais da área de saúde.

Palavras-chave: serviço social, pandemia. COVID- 19



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

A experiência profissional do Serviço Social no período da pandemia de covid-19 foi uma realidade até então nunca vivida. O período pandêmico trouxe para os profissionais, conceitos, condutas e métodos sem precedentes, onde o assistente social teve que aprender novas formas de atendimento, de abordagem e de entender um novo fazer profissional. Foi um momento de readequação do universo profissional em uma realidade imposta duramente. E neste universo tão desafiador, chegaram profissionais muitos deles, sem experiência na área, recém-formados e com uma capacidade técnica e emocional aquém às necessidades impostas para trabalhar com esta realidade nunca vista.

No que se refere às condições e relações de trabalho, assistentes sociais, na condição de trabalhadores(as) assalariados(as), são submetidos(as) aos mesmos processos de degradação e violação de direitos que sofre o conjunto da classe trabalhadora, no interior da heterogeneidade que a caracteriza. Dentre esses processos, ao lado do(a) servidor(a) público, estatutário com contrato regido por regime jurídico próprio (profundamente atacado nesse momento), encontramos os mais variados vínculos contratuais, entre os quais: os chamados PJs ou “pejotização” no jargão da área; a terceirização; o trabalho temporário; o trabalho em tempo parcial, por tarefa, por projeto; o trabalho intermitente, entre outros (Raichelis; Arregui, 2021, p. 144).

Esses processos promovem a mais profunda metamorfose no mercado de trabalho profissional, mesmo no espaço estatal das políticas públicas, estimulando a individualização do trabalho, as formas de avaliação de desempenho baseado em metas de produtividade e remuneração diferenciada, promovendo competição entre trabalhadores e desmobilização coletiva (Raichelis; Arregui, 2021, p. 144-145).

O cotidiano profissional é marcado por tensões e desafios, mas é nesse mesmo cotidiano que se apresentam as possibilidades de superação e enfrentamento das requisições impostas, às quais os(as) assistentes sociais não



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

estão obrigados(as) a se submeter, dispondo de autonomia relativa para propor e negociar suas propostas profissionais (Raichelis; Arregui, 2021, p. 150).

Para fazer frente a essa conjuntura desafiadora que interpela trabalhadores(as) e entidades de representação profissional e acadêmica, é fundamental ampliar e multiplicar os fóruns e debates coletivos, mesmo que virtuais, internos e externos ao Serviço Social. E resgatar o sentido de pertencimento de classe e alianças com forças coletivas de resistência (Raichelis; Arregui, 2021, p.150).

Os objetivos do estudo perpassam pela identificação de como a precarização das relações de trabalho teve impacto na realidade profissional na perspectiva do projeto-ético-político do Serviço Social e da análise das tensões e desafios enfrentados na prática profissional diária do Serviço Social durante a pandemia em um ambiente hospitalar.

MÉTODO

Trata-se de uma análise das condições de trabalho, dos desafios enfrentados pelo assistente social e o perfil dos profissionais que executaram suas funções no período da pandemia de covid – 19 no Hospital Estadual São José do Calçado – ES.

DISCUSSÃO

A pandemia de covid-19 trouxe uma necessidade emergente de contratações de profissionais para trabalhar nos mais diversos setores da saúde – médicos, fisioterapeutas, enfermeiros e de maneira particular os assistentes sociais foram contratados para desempenhar um papel de extrema importância nesse cenário.

A covid-19, inflamação respiratória causada pelo vírus sars-cov-2, com alto poder de transmissibilidade e letalidade foi identificado em dezembro de 2019 na China e que rapidamente se espalhou para todo o mundo (PAHO, 2023).

Durante a pandemia de covid-19, os assistentes sociais desempenharam um papel crucial diante da implementação de diversos protocolos de



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

atendimento hospitalares, como atendimento de emergência, internações e visitas hospitalares restritas. Sua importância cresceu na comunicação entre pacientes e famílias, facilitando chamadas de vídeo e promovendo conexão emocional. Além disso, enfrentaram desafios ao mediar relações em um cenário de restrições, defendendo direitos sociais, esclarecendo opções de tratamento e garantindo atendimento de qualidade. Os assistentes sociais estiveram envolvidos em decisões éticas difíceis, como negação de tratamento, altas à revelia, triagem de pacientes e discussões sobre cuidados no final da vida.

As contratações do Hospital Estadual São José do Calçado - HESJC eram realizadas através de processos seletivos da Secretaria Estadual de Saúde do Espírito Santo - SESA. Os profissionais contratados eram em sua maioria, sem ou com pouquíssima, experiência na área de saúde, sem especialização na área e muitos com pouco entendimento e empatia com o momento vivido. Constatamos um profissional muito focado preocupado na remuneração salarial (lembrando que apesar de ainda baixo, o salário era um dos maiores pagos na região), o que gerava uma prática profissional defeituosa e descaracterizada. Outra questão vivenciada foi o afastamento por questões de comorbidades de profissionais mais experientes gerando uma deficiência e entraves na realização dos serviços prestados. Uma questão muito particular do HESJC foi a ingerência por parte da direção administrativa no trabalho do assistente social em função da fragilidade nas relações de trabalho. Este fato gerou questões sérias como a falta de respeito com o profissional no exercício de suas funções e até mesmo em relação ao espaço físico (sala de atendimento) transferidas de local várias vezes neste período.

CONCLUSÃO

É nesse cenário de grande complexidade que o Serviço Social é convocado a atuar no enfrentamento da covid-19 na política de saúde (Soares et al., 2021, p. 123).

A princípio, podem ser elencadas duas grandes ordens de inflexão no trabalho de assistentes sociais na política de saúde nesse contexto: a primeira delas está relacionada diretamente à sua condição de trabalhador; a segunda



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

diz respeito ao seu lugar na política de saúde e às demandas e atribuições requisitadas aos profissionais (Soares et al., 2021, p. 124).

No tocante à condição de trabalhador da saúde, as contratações de assistentes sociais expressam cada vez mais a precarização e a profunda privatização da política de saúde. No bojo das estratégias de enfrentamento da covid-19, a maior parte da expansão dos serviços de saúde se deu via terceirização da gestão em saúde, conforme já discutimos, e, portanto, com contratos precários, inseguros e temporários de trabalho, além da histórica tendência de baixas remunerações (Soares et al., 2021, p. 124).

Em meio ao flanco de contradições da pandemia, o Serviço Social, com seu projeto ético-político-profissional, foi capaz de propor as respostas mais qualificadas às demandas complexas da crise sanitária e das expressões da questão social, a partir de estratégias coletivas de reflexão sobre a realidade e o planejamento, articulações interna e externa aos serviços, inclusive junto aos movimentos sociais, potencializando o tensionamento dos limites da relativa autonomia profissional, na defesa do SUS, da reforma sanitária e de uma sociabilidade emancipada. Enfim, na resistência pela vida de todos(as) e contra a barbárie (Soares et al., 2021, p. 130).

Podemos considerar que o trabalho realizado por parte de alguns assistentes sociais foram muitas das vezes ineficazes e desumanizados contradizendo toda uma realidade que suscitava uma sensibilidade e atenção cada vez maiores para combater a maior crise sanitária vivida no mundo. A formação profissional desqualificada pode ser um dos fatores fundamentais para uma prática incapaz de atender a necessidade social de maneira sólida e efetiva mudando a realidade daqueles que necessitam da intervenção do assistente social para melhorar suas condições de saúde.

REFERÊNCIAS

OPAS, Organização Pan-americana de Saúde. Histórico da Pandemia de Covid 19. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em 10 out. 2023.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RAICHELIS, R.; ARREGUI, C. C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. *Serviço Social & Sociedade*, 140, 134–152, 2021 <https://doi.org/10.1590/0101-6628.242>

SOARES, R. C.; CORREIA, M. V. C.; SANTOS, V. M. dos. Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da covid-19. *Serviço Social & Sociedade*, 140, 118–133, 2021 <https://doi.org/10.1590/0101-6628.241>



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

27- COVID-19: HISTÓRICO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO - UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS NO BRASIL ***COVID-19: HISTORY, CHALLENGES, AND FUTURE PERSPECTIVES - AN ANALYSIS OF SOCIAL, ECONOMIC, AND POLITICAL IMPACTS IN BRAZIL.***

Marcos Roberto da Gama Cotta ¹, Vanessa de Lima Zanon Gama Cotta ¹, Ellen Ramalho da Cunha ¹, César Albenes de Mendonça Cruz ¹.

¹Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil

Autor correspondente: marcos.cotta@edu.emescam.br

Resumo

Este estudo analisa o impacto multifacetado da pandemia de COVID-19 no Brasil, abrangendo os domínios social, econômico e de saúde. Além disso, explora a vulnerabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e examina as políticas públicas implementadas para mitigar os efeitos da pandemia. O objetivo deste estudo é analisar de forma abrangente o impacto da pandemia de COVID-19 no Brasil, avaliando suas implicações na saúde pública, nas desigualdades sociais e econômicas. O estudo busca examinar as políticas públicas implementadas para enfrentar os desafios decorrentes da pandemia. O estudo é uma revisão integrativa de literatura e utiliza uma abordagem qualitativa. A análise revela que a pandemia de COVID-19 exacerbou as desigualdades sociais e econômicas no Brasil, comprometendo seriamente o progresso em direção aos ODS. O estudo destaca a necessidade urgente de políticas integradas que abordem as lacunas no sistema de saúde, promovam o acesso equitativo aos serviços essenciais, combatam a insegurança alimentar e enfrentem o desemprego. O estudo destaca, ainda, que políticas de proteção social robustas são essenciais para apoiar os mais vulneráveis durante crises semelhantes no futuro.

Palavras-chave: COVID-19, política pública, sistema único de saúde.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19, originada em Wuhan, China, em dezembro de 2019, rapidamente se transformou em uma crise global, levando a Organização Mundial de Saúde (OMS) a declarar a COVID-19 uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional em janeiro de 2020. A rápida disseminação do novo coronavírus (Sars-CoV-2) culminou com a declaração oficial de pandemia em 11 de março de 2020 (OMS, 2023).

A dimensão global da pandemia é evidenciada pelos números impactantes de casos e óbitos. A OMS relatou mais de 771 milhões de casos de COVID-19 em todo o mundo, com aproximadamente 7 milhões de mortes desde o início da pandemia. No Brasil, a situação tem sido particularmente desafiadora, com mais de 37 milhões de casos e uma trágica contagem de mais de 700 mil mortes (OMS, 2023).

A pandemia da COVID-19 expôs de maneira contundente os impactos sociais, econômicos e de saúde no Brasil, particularmente no que diz respeito à fome, desemprego e desigualdades. A insegurança alimentar tornou-se mais pronunciada com a redução do poder de compra das famílias e o aumento nos preços dos alimentos, destacando a omissão do Estado na redução das desigualdades. O impacto global da pandemia também refletiu-se no aumento da pobreza, evidenciado pelo Relatório Global de Desenvolvimento Sustentável de 2022, que apontou um significativo aumento no número de pessoas vivendo em extrema pobreza e a perda substancial de educação presencial, especialmente entre crianças (Ribeiro-Silva et al., 2020; ONU, 2022).

O Sistema Único de Saúde (SUS) desempenhou um papel essencial no enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Brasil, abrangendo desde a vigilância epidemiológica até o tratamento de casos graves em unidades de terapia intensiva. No entanto, a crise evidenciou algumas fragilidades do SUS, destacando a questão da distribuição desigual de profissionais de saúde pelo país. Apesar do aumento no número de profissionais de saúde e vagas de trabalho desde a implementação do SUS, a disparidade na distribuição desses profissionais resulta em escassez de especialistas em várias regiões,



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

prejudicando o acesso da população a serviços de saúde especializados. (Massuda et al., 2021).

Outra fragilidade destacada é a governança insuficiente do sistema de saúde, que comprometeu a resposta à epidemia. A falta de coordenação efetiva entre os níveis nacional, estadual e municipal, exacerbada por uma conjuntura política prolongada, impediu a construção de um consenso mínimo para lidar com os desafios sanitários do país. A ausência de governança eficaz dificultou a tomada de decisões unificadas e a implementação de medidas coordenadas para lidar com a pandemia. (Massuda et al., 2021).

O presente estudo tem como objetivo fornecer uma análise abrangente dos impactos sociais, econômicos e políticos da pandemia de COVID-19 no Brasil, assim como explorar os desafios enfrentados e as perspectivas futuras diante dessa crise sem precedentes.

MÉTODO

O estudo é uma revisão integrativa de literatura e utiliza uma abordagem qualitativa. As pesquisas publicadas foram mapeadas em bases de dados renomadas, incluindo Scientific Electronic Library Online (SciELO), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (Medline/PubMed) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS).

RESULTADOS

O aumento significativo de casos de COVID-19 resultou em uma demanda extraordinária nos sistemas de saúde, que já enfrentavam desafios preexistentes. Essa situação colocou em risco a disponibilidade de recursos essenciais, como insumos, tecnologias e profissionais de saúde capacitados, levando a uma sobrecarga que ultrapassou a capacidade de atendimento (Lopes et al., 2022).

Além da crise sanitária, a pandemia trouxe como uma de suas consequências o aumento do desemprego, resultando no crescimento da informalidade no trabalho. Isso afeta especialmente os terceirizados,



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial e o subproletariado (Costa, 2020).

A pandemia evidenciou duas questões preocupantes que dificultam o enfrentamento da doença nas comunidades carentes do Brasil: a falta de acesso ao saneamento básico e a alta densidade populacional por área (Costa, 2020).

A insegurança alimentar, que reflete a perda de renda, cresceu significativamente, afetando 55% das famílias em 2020 durante a pandemia, segundo dados do II VIGISAN (PENSSAN, 2022).

DISCUSSÃO

Investimentos devem ser direcionados para garantir o acesso universal a serviços de saúde de qualidade, aumentar a capacidade de diagnóstico e tratamento, bem como reforçar a infraestrutura de saúde, como hospitais e centros de atendimento.

Para enfrentar os desafios socioeconômicos, é essencial implementar políticas que promovam a recuperação econômica e a geração de empregos. Medidas como programas de apoio financeiro a empresas, estímulo ao empreendedorismo e investimentos em setores estratégicos podem contribuir para a revitalização da economia e a redução do desemprego.

É fundamental que o Brasil aumente seus investimentos em infraestrutura de forma significativa, visando promover o crescimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população.

Os dados do II VIGISAN evidenciam a urgência de políticas públicas efetivas para combater a desigualdade social no país, que foi agravada pela pandemia e também requer atenção especial.

CONCLUSÃO

A análise dos desafios enfrentados pelo SUS e os impactos da pandemia nos ODS sublinha a urgência de ações abrangentes. Corrigir desigualdades na força de trabalho, fortalecer a governança, aumentar o financiamento público e a capacidade de produção nacional são fundamentais para uma resposta eficaz



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

a crises de saúde. Além disso, enfrentar a pandemia deve ser integrado aos esforços globais para alcançar os ODS, requerendo uma abordagem holística e colaborativa. Promover equidade social, investir em infraestrutura e implementar políticas públicas eficazes são cruciais para construir sociedades resilientes capazes de enfrentar os desafios presentes e futuros.

REFERÊNCIAS

COSTA, S. S. Pandemia e desemprego no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 04, p. 969-978, 2020.

LOPES, L. T; BARROS, F. P. C. Gestão de recursos humanos do SUS na pandemia: fragilidades nas iniciativas do Ministério da Saúde. *Saúde em Debate*, v. 46, n. 133, p. 277-289, 2022.

MASSUDA, A; MALIK, A. M; NETO, G. V; TASCA, R; JUNIOR, W. C. F. A resiliência do Sistema Único de Saúde frente à COVID-19. *Cadernos EBAPE*, n.19, p. 735-744, 2021.

OMS. World Health Organization. WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard. Disponível em:<<https://covid19.who.int/>>. Acesso em: 10 nov. de 2023.

PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil. PENSSAN, 2022. Disponível em:<<http://olheparaafome.com.br/>>. Acesso em: 16 jun. de 2023.

RIBEIRO-SILVA, R. C. et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 3421-3430, 2020.



28- O IMPACTO DA PANDEMIA DO COVID-19 NO QUADRO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

THE IMPACT OF THE COVID-19 PANDEMIC ON THE FRAMEWORK OF FOOD AND NUTRICIONAL INSECURITY IN BRAZIL

Anna Luísa Bolonha Gomes¹, Dayara Oliveira de Freitas ¹, Cláudia Gomes Rossoni ¹, César Albenes de Mendonça Cruz³

¹Escola Superior de Ciência da Santa Casa de Misericórdia de Vitória-EMESCAM. Vitória-ES, Brasil.

²Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil

Autor correspondente: annaluisabgomess@gmail.com

Resumo

Introdução: O trabalho tem como objetivo geral abordar o impacto da pandemia de COVID-19 na Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) no Brasil, uma vez que o contexto revela a falta de acesso a alimentos saudáveis, que exacerbou as desigualdades sociais. Para tal fato, será necessário debater sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na realidade brasileira, indicar as legislações, a política, os programas e os projetos referentes e apresentar o contexto da pandemia do COVID-19. **Método:** Trata-se de uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa e de cunho descritivo, que adotou os procedimentos de revisão bibliográfica e pesquisa documental. **Resultados:** A insegurança alimentar é um fenômeno complexo e multifacetado e foi aprofundado durante a pandemia, revelando e agravando as disparidades sociais. Grupos considerados vulneráveis, como mulheres, famílias de baixa renda, populações rurais e minorias raciais enfrentaram riscos sociais ampliados de maneira desproporcional durante a crise. A falta de medidas governamentais efetivas para combater a IAN resultou em 33 milhões de brasileiros convivendo com a fome em 2022, refletindo um contínuo agravamento nas condições de vida no país. **Conclusão:** A história da SAN no Brasil é marcada por avanços significativos, desde a mobilização social até a criação da política e programas. No entanto, mesmo com esses progressos, a crise sanitária exacerbou a IAN. A situação foi agravada devido a desmontes de instituições e as ações governamentais de ajustes e restrições de gastos nas áreas sociais. Logo, torna-se fundamental que o Estado promova políticas equitativas para garantir melhorias significativas na SAN da população.

Palavras-chave: segurança alimentar e nutricional, pandemia, impacto, insegurança alimentar e nutricional.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objeto de estudo o impacto da pandemia do COVID-19 no quadro de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) no Brasil. O recorte temático escolhido foi influenciado pelas experiências de estágio das alunas na área de Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Durante o período de estágio, as estudantes tiveram a oportunidade de conhecer de perto a realidade das comunidades vulneráveis e suas dificuldades de acesso a alimentos saudáveis.

Segundo a Lei nº 11.346/2006, a SAN consiste em garantir a todos o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente (BRASIL, 2006). A IAN, por sua vez, significa a falta de alimentos que atendam às necessidades calóricas e nutricionais, sendo caracterizada por três níveis: IAN leve, moderada e grave.

A discussão da IAN é crucial visto que a pandemia da COVID-19 acentuou as desigualdades sociais no Brasil. Com base no II Inquérito Nacional, elaborado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN), cerca de 33 milhões de brasileiros estão em situação de IAN grave, fazendo com que o Brasil retornasse ao Mapa da Fome (PENSSAN, 2022). Durante esse período, os domicílios brasileiros vivenciaram níveis alarmantes de injustiça social devido à falta de políticas públicas efetivas para garantir o direito humano à alimentação adequada, além da precarização do trabalho, perda de direitos sociais e redução do poder de compra.

Discutir sobre os efeitos da pandemia na IAN é relevante para diversas áreas do conhecimento, como Nutrição, Medicina, Economia, Sociologia, entre outras. Além disso, este estudo é relevante para o Serviço Social, tendo em vista que o objetivo da profissão é atuar em defesa dos direitos sociais, incluindo o acesso a uma alimentação adequada.

Diante do exposto, o objetivo do estudo é identificar os impactos da pandemia do COVID-19 no quadro de IAN no Brasil.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MÉTODO

Levando em consideração a complexidade do objeto, adotou-se o método crítico-dialético com o objetivo de desvendar a realidade para analisar a totalidade. Trata-se de uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa e de cunho descritivo. Quanto aos procedimentos, adotou-se a revisão bibliográfica e a pesquisa documental.

Os documentos analisados referem-se às legislações e política da área específica, bem como o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil produzido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN). Já a pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de artigos publicados entre 2018 a 2023 na plataforma eletrônica Scientific Electronic Library Online (SciELO).

RESULTADOS

A insegurança alimentar é um fenômeno complexo e multifacetado que foi ampliado pela pandemia e expôs as desigualdades sociais e aumentou o risco social de grupos que já eram considerados vulneráveis e que sofreram desproporcionalmente com a crise, como mulheres, famílias de baixa renda, populações rurais e minorias raciais.

A análise de dados do II Inquérito da Rede PENSSAN que utilizou recortes demográficos, como raça/cor, nível de escolaridade e recebimento de benefícios sociais, revelam uma situação alarmante no Brasil no que diz respeito à segurança alimentar. Os números indicam um empobrecimento gradual de uma parcela da população, refletido na precarização da vida devido à ausência de apoio adequado por parte do Estado e os impactos mais severos são sentidos em várias dimensões da sociedade brasileira.

Além disso, o reflexo desta questão também está relacionado com o desmantelamento de instituições e políticas, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). A extinção desse órgão ocasionou supressão da coordenação na formulação da política, do controle social, do monitoramento e avaliação da PNSAN e um enfraquecimento do compromisso



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

com a SAN, prejudicando os esforços para combater a fome e a desnutrição no país.

Os programas e projetos desempenham um papel importante na promoção da SAN, no fortalecimento da agricultura familiar, na inclusão econômica e social e no cumprimento do ODS relacionado à alimentação. O PAA e o PNAE, por exemplo, contribuem para a redução da fome e da pobreza, além de estimular a produção local, desenvolvimento sustentável e a formação de hábitos alimentares saudáveis nas crianças e adolescentes, melhorando a qualidade de vida das pessoas.

Durante a pandemia, esses programas sofreram dificuldades logísticas e operacionais devido a problemas como interrupções nas cadeias de suprimentos, fechamento de escolas e escassez de recursos. Enquanto isso, a população foi impactada diretamente pela perda de empregos, restrições no acesso a benefícios sociais, aumento dos custos, agravamento da insegurança alimentar e nutricional, e consequências na saúde. A resposta governamental, como o Auxílio Brasil, atendeu às demandas emergenciais, mas não conseguiu abordar de forma abrangente as desigualdades socioeconômicas existentes.

DISCUSSÃO

A SAN é fruto de consensos entre organismos internacionais assumidos pelo governo brasileiro que culminou com uma política e seus aparatos legais. O ordenamento jurídico destaca a importância de legislações que garantam a ordem social e a justiça, culminando com a inclusão do direito à alimentação na Constituição Federal, a criação da LOSAN e o SISAN evidenciando o comprometimento do Estado nessa área.

No Brasil, houve vários marcos importantes na evolução do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, como: a "Ação da Cidadania Contra a Fome" que mobilizou a sociedade civil, a criação do CONSEA, a realização da I CNSA, o Programa Fome Zero que fortaleceu a PNSAN, a saída do Brasil do Mapa da Fome e a criação dos ODS pela ONU que destacou a erradicação da fome como um dos principais objetivos.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A fome passou a ser reconhecida como um produto da exclusão e desigualdade social, devido a denúncias e pressões feitas por ativistas de movimentos sociais e atores políticos. Como resultado, o conceito da SAN evoluiu para abranger não apenas a erradicação da fome, mas também a garantia de uma alimentação saudável de qualidade e em quantidade adequada, sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas e respeitando a soberania alimentar.

Para enriquecer o debate em torno da IAN, é imperativo identificar novos focos de pesquisa, os quais devem abranger a proteção social e os direitos humanos, notadamente o direito à alimentação adequada. Além disso, é crucial abordar a necessidade de políticas mais equitativas que desempenhem um papel fundamental na construção de uma sociedade caracterizada pela justiça e igualdade.

Ao explorar essas questões em profundidade pode-se obter uma compreensão mais abrangente dos desafios relacionados à fome, desnutrição e desigualdades sociais, fornecendo, assim, um estudo para a formulação de políticas eficazes e a construção de um futuro mais inclusivo e saudável para todos os brasileiros.

CONCLUSÃO

A privação alimentar e a difícil situação das famílias brasileiras são reflexos das desigualdades profundas enraizadas em processos econômicos e políticos históricos. A redução intencional dessas políticas agravou a situação das famílias de baixa renda, levando a altos níveis de IAN. A falta de ação dos governos e decisões políticas que ampliam a concentração de riqueza contribuem para a pobreza e a fome. A pandemia de COVID-19 no Brasil não se restringiu a uma crise de saúde, mas também se revelou uma crise social e econômica profunda, expondo e aprofundando as expressões da questão social.

Logo, o país deve trabalhar na redução das desigualdades subjacentes e garantir que todos tenham acesso a alimentos adequados, independentemente de sua condição econômica, localização geográfica, gênero ou raça.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REFERÊNCIA

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 18 set. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 02 out. 2022.

II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso: 06.out.2022.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

29- POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A CAPACITAÇÃO EM CUIDADOS PALIATIVOS PARA OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

PUBLIC POLICIES AIMED AT PALLIATIVE CARE TRAINING FOR HEALTH PROFESSIONALS

Fernanda Ferreira Ramos ¹, Erika Azevedo Gonçalves¹, Beatriz de Barros Souza¹

¹Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil

Autor correspondente: fernanda.ramos@edu.emescam.br

Resumo

Introdução: os cuidados paliativos são prestados por uma equipe multidisciplinar e visam aprimorar a qualidade de vida do paciente e de seus familiares diante de uma doença que ameaça a vida. Isso é alcançado através da prevenção e do alívio do sofrimento, por meio da identificação precoce, avaliação precisa e tratamento eficaz da dor e de outros sintomas, abordando as dimensões físicas, sociais, psicológicas e espirituais, **Objetivo:** realizar uma revisão da literatura com base em materiais bibliográficos sobre o tema políticas públicas voltadas para a capacitação em cuidados paliativos para os profissionais de saúde, **Método:** Esta pesquisa constitui-se por uma revisão bibliográfica de caráter descritivo a respeito de políticas públicas voltadas para a capacitação em cuidados paliativos para os profissionais de saúde através de métodos subjetivos de análise, **Resultado:** foram obtidos 2 artigos que foram utilizados para construção do trabalho, porém os mesmos não falavam diretamente de políticas públicas voltadas para capacitação de profissionais de saúde. **Conclusão:** faz-se necessário desenvolver estratégias para ampliar o acesso à educação continuada em Cuidados Paliativos, aumentando o investimento financeiro nos sistemas de saúde pública para capacitar os profissionais de saúde de acordo com os princípios dos cuidados paliativos.

Palavras-chave: cuidados paliativos, política de atenção à saúde, profissional de saúde, políticas de saúde, capacitação profissional.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

De acordo com a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), os cuidados paliativos são prestados por uma equipe multidisciplinar e visam aprimorar a qualidade de vida do paciente e de seus familiares diante de uma doença que ameaça a vida. Isso é alcançado através da prevenção e do alívio do sofrimento, por meio da identificação precoce, avaliação precisa e tratamento eficaz da dor e de outros sintomas, abordando as dimensões físicas, sociais, psicológicas e espirituais (Alves & Oliveira, 2022).

No entanto, embora esse tema seja muito relevante em nosso cenário atual conforme apresentado no estudo de (Nascimento et al., 2023), até o momento foram encontrados poucos trabalhos que discutam esse assunto sob o ponto de vista teórico e contextual, compilando as informações mais importantes sobre ele (Souza et al., 2022 e Pires et al., 2020).

Dessa maneira, se fosse realizada uma revisão da literatura sobre o tema políticas públicas voltadas para a capacitação em cuidados paliativos para os profissionais de saúde, isso contribuiria com a ampliação dos conhecimentos dos leitores sobre essa temática específica, pois as revisões tem a função de preencher as lacunas existentes na literatura através da combinação de diferentes pesquisas bibliográficas (Cordeiro, 2007).

Portanto, o objetivo deste estudo é realizar uma revisão da literatura com base em materiais bibliográficos sobre o tema políticas públicas voltadas para a capacitação em cuidados paliativos para os profissionais de saúde.

MÉTODO

Esta pesquisa constitui-se por uma revisão bibliográfica de caráter descritivo a respeito de políticas públicas voltadas para a capacitação em cuidados paliativos para os profissionais de saúde através de métodos subjetivos de análise. Utilizou-se para a pesquisa as bases de dados “PubMed”, “Scientific Electronic Library Online” (Scielo) e Lilacs.

Foram selecionados artigos científicos sobre os assuntos requeridos, publicados entre 2019 e 2023.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Considerou-se neste estudo, alguns artigos que apresentaram descritores como: cuidados paliativos, (Paliative Care) política de atenção à saúde, (Health care policy), profissional de saúde, (Health Personnel) políticas de saúde (Policy Health), Capacitação Profissional (Professional Training) suas combinações e variantes em inglês. Isso significa que, para as pesquisas não foram limitados os estudos de outros idiomas, na tentativa de obter quantidade relevante de amostra capaz de oferecer um aporte bem fundamentado a respeito da descrição da abordagem aqui exposta para o referencial teórico.

RESULTADOS

O estudo está caracterizado como uma pesquisa de literatura e para sua construção foram realizadas buscas em bases de dados, tais como Lilacs, Scielo e Pub Med. O procedimento de pesquisa foi adaptado para cada base de dados, seguindo os operadores booleanos e os filtros disponíveis, sendo utilizados os descritores em português “Cuidados paliativos and Política de atenção à saúde”, “Cuidados paliativos and Profissional de saúde”, “Cuidados Paliativos and Políticas de saúde” e “Cuidados paliativos and Capacitação Profissional”.

Levando em consideração a relevância para a temática, seguiram-se os seguintes critérios de exclusão: publicação acima de cinco anos, artigos de revisão que não incluam políticas públicas na temática.

Como critérios de inclusão foram selecionadas publicações de até cinco anos, artigos de revisão que incluam políticas públicas na temática. As informações coletadas foram extraídas de artigos de revisão publicados entre os anos de 2019 e 2023.

Em relação a base de dados Lilacs foi encontrado 1 (um) artigo relacionado a temática, o estudo trata de uma revisão narrativa da literatura, que objetiva apresentar um panorama conceitual e histórico dos Cuidados Paliativos, com foco na realidade brasileira e no cenário referente às políticas públicas existentes. Com relação a base de dados Scielo foi selecionado apenas 1 (um) artigo relacionado a políticas públicas e cuidados paliativos, dando ênfase à assistência social. Na base de dados Pub Med foi encontrado 1 (um) resultado



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

que foi excluído por não incluir política pública na temática. Por fim, foram obtidos 2 artigos que foram utilizados para construção do trabalho.

DISCUSSÃO

Foi possível identificar que existe pouca literatura da saúde que políticas públicas voltadas para a capacitação em cuidados paliativos para aborda os profissionais de saúde. Em sua grande maioria os artigos falam sobre o conhecimento de Cuidados Paliativos entre os profissionais de saúde, principalmente nas áreas médica e enfermagem, concluindo que necessitam de educação continuada em CP tanto para melhorar o conhecimento na teoria, quanto na prática.

No entanto, não foram encontrados artigos na Literatura em bases de dados pesquisadas, que abordaram se há políticas de saúde como educação continuada sobre Cuidados Paliativos para os profissionais de saúde.

CONCLUSÃO

Os Cuidados Paliativos têm como objetivo principal proporcionar uma qualidade de vida, através de uma avaliação impecável e abordagem para oferecer conforto e alívio de sintomas dos pacientes que enfrentam doenças bem como ameace a continuidade da vida, os Cuidados Paliativos também se estendem às pessoas envolvidas no cuidado ao paciente, como familiares e cuidadores, Eles são aplicados em diversas condições de saúde, incluindo doenças cardiovasculares, câncer, doenças respiratórias crônicas, esclerose múltipla, demência. Essa abordagem envolve uma equipe interdisciplinar de profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos, fisioterapeutas e nutricionistas, que trabalham juntos para aliviar a dor e outros sintomas que causam sofrimento, além de ajudar os pacientes e suas famílias a entenderem suas doenças e opções de tratamento.

Faz se necessário desenvolver estratégias para ampliar o acesso à educação continuada em Cuidados Paliativos, aumentando o investimento financeiro nos sistemas de saúde pública para capacitar os profissionais de saúde de acordo com os princípios dos Cuidados Paliativos. É necessário que



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

tenha um alinhamento sobre a percepção dos cuidados para o paciente, incluindo a comunicação mais assertiva com os familiares que o acompanham.

REFERÊNCIA

ALVES, R. S. F.; OLIVEIRA, F. F. B. Cuidados Paliativos para Profissionais de Saúde: Avanços e Dificuldades. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 42, 2022.

CORDEIRO, Alexander Magno et al. Systematic review: a narrative review. *Revista do colégio Brasileiro de Cirurgiões*, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007.

NASCIMENTO, J. L. DO. et al. Conhecimento dos profissionais de enfermagem sobre os cuidados paliativos. *Revista Enfermagem em Foco*, n.14, p. 1-7, 2023.

PIRES, I. B. et al. Conforto no final de vida na terapia intensiva: percepção da equipe multiprofissional. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 33, 2020.

SOUZA, N. C. R. DE. et al. Conhecimento dos acadêmicos de Medicina e médicos sobre cuidados paliativos: aplicação do questionário BPW. *Revista brasileira de educação médica*, v. 46, n.4, p. 2-9, 2022.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

30- A EXPERIÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO DA CANNABIS NA COLÔMBIA, LIÇÕES PARA A CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CANNABIS NO BRASIL

THE EXPERIENCE OF CANNABIS REGULATION IN COLOMBIA, LESSONS FOR CREATING PUBLIC POLICIES FOR CANNABIS IN BRAZIL

Carlos Eduardo Araújo¹, César Albenes de Mendonça Cruz²

¹Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil

Autor correspondente: carlos.earaujo@edu.emescam.br, cesar.cruz@emescam.br

Resumo

Introdução: Na última década a evidência científica aponta que a proibição deve ser substituída por modelos regulatórios enfocados em saúde pública e direitos humanos. A análise do processo de policymaking da Colômbia sobre o acesso à Cannabis sativa L. e seus produtos poderá beneficiar a criação de políticas públicas para Cannabis no Brasil. **Objetivo:** Analisar o processo de regulamentação da Cannabis na Colômbia, identificando resultados úteis para a regulação da Cannabis no Brasil. **Método:** Utilizarei o quadro de referência, ferramenta metodológica criada no âmbito da abordagem Direito e Políticas Públicas (DPP) que visa permitir uma análise qualitativa dos principais elementos jurídico-institucionais do processo de regulamentação do acesso à Cannabis na Colômbia. **Resultados:** apesar de contar com uma legislação abrangente, a Colômbia tem falhado em atingir os principais objetivos da regulamentação da Cannabis, pois não garantiu o amplo acesso da população aos tratamentos com cannabis e seus derivados, além de seguir alijando as comunidades tradicionais de maior participação no sistema produtivo farmacêutico. **CONCLUSÃO:** o Brasil pode se beneficiar das lições aprendidas com os êxitos e fracassos da Colômbia, privilegiando a participação de comunidades tradicionais no sistema produtivo e de distribuição da planta e seus derivados.

Palavras-chave: políticas públicas, cannabis, saúde, Brasil, Colômbia.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

“Até um plano ruim é melhor do que a falta de plano”.

A célebre frase atribuída a Mikhail Chigorin pode ser aplicada tanto ao xadrez quanto ao campo das políticas públicas, pois planos e políticas deficientes podem ser avaliados, corrigidos, aperfeiçoados ou extintos, enquanto a ausência de uma política pública provoca, via de regra, a perpetuação do problema público.

No Brasil e na maioria dos países latino-americanos, o proibicionismo marcou a ausência de políticas públicas destinadas ao acesso de suas populações à planta *Cannabis sativa* L. Durante os últimos 80 anos seus resultados na redução da prevalência do uso de drogas foram pífios, mas afetaram de forma desproporcional a jovens, a portadores de transtornos mentais e a minorias étnicas, o que tem justificado uma mudança em direção à adoção de políticas públicas baseadas em evidências que priorizem saúde e direitos humanos (Hall, 2020; Ribeiro, Melcher-Lopes, 2019).

OBJETIVO

Esta pesquisa se dedica à análise das políticas públicas implementadas pela Colômbia para a regulamentação do acesso à planta *Cannabis sativa* L. e seus subprodutos. Assumo a premissa de que Brasil e Colômbia possuem desafios e objetivos (históricos, econômicos, sociais e de saúde pública) comparáveis, razão pela qual os resultados da pesquisa poderão contribuir para a construção de um modelo regulatório de acesso seguro à *Cannabis* para o Brasil.

MÉTODO

Trata-se de análise qualitativa que lança mão do quadro de referência, ferramenta metodológica que visa explicitar os principais elementos da política pública, em resumo: a) a organização do programa de ação; b) os papéis institucionais (quem faz o quê) e c) a finalidade pretendida no sentido político e social (Bucci, 2015).



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico pretendo desenvolver o quadro de referência do processo de regulamentação do acesso à Cannabis na Colômbia. Os principais elementos do quadro de referência são: 1) Nome oficial do programa de ação; 2) Gestão governamental; 3) Base normativa; 4) Desenho jurídico-institucional; 5) Agentes governamentais; 6) Agentes não governamentais; 8) Escala e público-alvo; 9) Dimensão econômico-financeira do programa; 10) Estratégia de implantação; 11) Funcionamento efetivo do programa; 12) Aspectos críticos do desenho jurídico-institucional.

Os resultados preliminares indicam que as políticas implementadas pela Colômbia visaram, num primeiro momento, a superação da guerra às drogas, a substituição de cultivos ilegais pelo mercado regulado, o tratamento adequado de usuários problemáticos e a redução da estigmatização de minorias étnicas (Zuleta et al., 2021).

CONCLUSÃO

Neste tópico pretendo propor diretrizes jurídico-institucionais para a criação de uma política pública para o acesso seguro à Cannabis sativa L. no Brasil, pautada pela proteção de direitos e promoção da saúde de populações vulneráveis a este mercado, segundo a estrutura temática do quadro de referência construído com base na análise da política pública colombiana para a Cannabis.

REFERÊNCIAS

BUCCI, Maria Paula Dallari. Quadro de referência de uma política pública: primeiras linhas de uma visão jurídico-institucional. O direito na fronteira das políticas públicas. São Paulo: Páginas & Letras, 2015.

CONGRESSO DA COLÔMBIA. Ley 1787 de 2016. Por meio da qual se regula e se permite o acesso seguro e informado ao uso médico e científico da Cannabis.

CONGRESSO DA COLÔMBIA. Decreto 613 de 2017. Por meio do qual se regulamentou a Ley 1787 de 2016.

HALL, W. The costs and benefits of cannabis control policies. *Dialogues in Clinical Neuroscience*, v. 22, n. 3, p. 281–287, 30 set. 2020.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RIBEIRO, S. MELCHER-LOPES, R. Maconha, cérebro e saúde. 2. ed. São Paulo: Editora Yagé, 2019.

SECCHI, Leonardo. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo. Cengage Learning. 2022.

ZULETA et al. Serie Cannabis Legal: Evolución de la normativa mundial. Universidad de los Andes. 2021. Disponível em:<
<https://cesed.uniandes.edu.co/serie-cannabis-legal-evolucion-normativa-de-la-industria-para-usos-medicos-y-cientificos-en-colombia/>>. Acesso em 10 dez. 2023



31- INCLUSÃO DAS PESSOAS TRANSGÊNERAS NO MERCADO DE TRABALHO

INCLUSION OF TRANSGENDER PEOPLE IN THE LABOR MARKET

Katty Maribell Gonzales Flores¹, Marcus Vinicius da Silva Andrade¹, Leandro Gomes de Farias¹, Beatriz de Barros Souza¹

¹Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil

Autor correspondente: katty.flores@edu.emescam.br

Resumo

A inclusão das pessoas transgêneras no mercado de trabalho se torna um assunto de relevância devido as dificuldades que estas apresentam na sua inserção ao mercado de trabalho, desde sua infância acabam se submetendo a discriminação e estigma por parte da sociedade não sendo diferente quando a procura de uma colocação no mercado de trabalho. Ficando muitas vezes reféns da informalidade. **Objetivo:** identificar o que as literaturas apontam sobre as dificuldades que as pessoas transgêneras encontram para terem acesso e se manter no mercado de trabalho. **Método:** revisão de literatura, com a busca de artigos escritos no período de 2019 a 2023 referentes ao tema em estudo. **Resultados:** A grande maioria das literaturas apontam a dificuldade que as pessoas transgêneras enfrentam quando procura uma colocação no mercado de trabalho seja por desconhecimento do empregador, preconceito, estigma e quando conseguem uma colocação acabam desistindo do emprego devido à discriminação que enfrentam. **Conclusão:** O tema da transgeneridade é de suma importância, pois aponta questões de sexualidade e de gênero, observamos pouca pesquisa de literatura a respeito do tema, pelo qual se torna necessário maior atenção a essa população, garantindo seus direitos fundamentais.

Palavras-chave: transgêneros, discriminação, mercado de trabalho, estigma social.



INTRODUÇÃO

A pessoa transgênera e sua busca de inclusão no mercado de trabalho ainda precisa de maior atenção pela sociedade no geral, sabemos que o acesso ao trabalho é um direito inerente do indivíduo para satisfação das suas necessidades básicas tais como moradia, alimentação, lazer entre outros o qual deve ser garantido pelo estado, neste sentido precisamos afirmar também que estes direitos são inegáveis à população independentes de raça, ideologia, gênero, opção sexual, direitos que a constituição assegura, devem ser respeitadas as particularidades de cada indivíduo, neste sentido trazemos o tema da transgeneridade que denomina a pessoa cuja identidade pessoal e de gênero não corresponde ao gênero que lhe foi atribuído em consonância com seu sexo ao nascer. Sabemos que as transgêneras sofrem com as desigualdades as que causam transtornos nas suas vidas desde a infância, desde muito cedo sofrem preconceito de familiares e da escola e que se evidencia também quando a procurar um emprego, acabam enfrentando discriminação por parte da sociedade e dos empregadores, pelo que surge a necessidade de saber as dificuldades que estes enfrentam no cotidiano e que os conduzem a informalidade.

Se torna necessário a escrita de maior literatura científica que aponte as dificuldades que as pessoas transgêneras encontram para terem acesso e se manter no mercado de trabalho e a criação de políticas públicas no Brasil com um olhar direcionados ao tema em discussão para poder garantir seus direitos, somente dessa forma eles poderão ocupar seu lugar na sociedade e ser respeitados como indivíduos na igualdade.

METODO

Esta pesquisa consiste numa revisão de literatura de artigos com o tema: “Inclusão de pessoas transgêneras no mercado de trabalho”, foram utilizadas como base de dados para a pesquisa as plataformas: SciElo, Lilacs e Capes. Apontamos que a busca foi delimitada ao período de 2019 até 2023, e a área de conhecimento para a busca foi das ciências humanas e sociais.



RESULTADOS

Foram encontrados na totalidade 119 artigos do tema, porém selecionados 8 artigos. Foi adotado como fatores de inclusão os artigos relacionados as pessoas transgêneras, mercado de trabalho, discriminação e estigmas sociais. Fatores de exclusão que estiveram relação ao acesso a saúde, fatores psicológicos afins, discriminação não relacionados a inserção ao mercado de trabalho.

Relação as bases de dados, as buscas resultavam no SiElo com 14 artigos encontrados, aplicando-se ao trabalho apenas 1, no Capes selecionados 6 de 9 no total, e finalmente na fonte Lilacs onde encontramos maior números arquivos totalizando 77 sendo aplicado ao tema 12 artigos. Nestas fontes, alguns artigos se repetiam, o que refletiu no número final de 8 artigos, citado no parágrafo acima.

DISCUSSÃO

A revisão de literatura traz a real dificuldade que enfrentam as pessoas transgêneras, quando a procura para se inserir no mercado de trabalho vemos que as pesquisas se complementam e coincidem que para estas pessoas existe ainda o estigma e preconceito quando buscam oportunidade de emprego, sendo rara sua inserção no mercado de trabalho. (Ferreira et al., 2022; Villani, Ribeiro, 2019; Mello et al., 2022). Somando também a dificuldade que tem de acesso à educação, desde cedo iniciam a sofrer o preconceito, resultando que muitos abandonam a escola não concluindo o ensino básico. (De Souza et al., 2020; Xavier, Vianna, 2023).

Cabe ressaltar o desconhecimento, despreparo e preconceito dos recrutadores no que se refere ao tema, entendendo que os transgêneros não se encaixam nos trabalhos direcionados a um determinado gênero (masculino ou feminino). (Costa et al., 2020; Spinelli et al., 2020). Os que conseguem emprego estão sempre a mercê da discriminação de colegas e chefes, o que faz estes com frequência desistir do cargo que desempenham, ficando muitas das vezes na informalidade. (Mello et al., 2022). Autores coincidem que ainda é necessário que sejam criadas políticas públicas eficientes, uma vez que não existe leis



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

específicas para poder garantir os direitos destas pessoas. (Ferraz, Addor, Villatorre, 2020).

CONCLUSÃO

A revisão literária mostra-se um hiato de material relacionados ao tema, visto que encontramos esse assunto em artigos mais atuais e com escassez de recursos. Estes dados encontrados refletem a proporcionalidade de preconceito do tema com relevância. A sociedade civil, ainda trata assuntos com muito conservadorismo e oras até a sociedade científica estuda com menos ênfase o tema, comparando com demais assuntos similares. Concluindo, que existe necessidade de executar estudos mais amplos, gerando resultados que gerem políticas públicas relacionadas, trazendo mais inclusão a população transgênera ao acesso e permanência no mercado de trabalho, quebrando as barreiras discriminatórias e estigmáticas.

REFERÊNCIAS

COSTA, Angelo B; BRUM, Gabriel M; ZOLTOWSKI, Ana P.C; THOMÉ, Luciana D; LOBATO, Maria I. R; NARDI, Henrique C; KOLLER, Silvis H. Experiências de discriminação e inserção de pessoas transgênero brasileiras no mercado de trabalho. Revista Psicologia: Organizações & trabalho. 2020.

DE SOUZA, Heloisa A; DA SILVA, Gustavo R. de A; DA SILVA, Rômulo L; DA SILVA, Carlos H. F. Pessoas transgêneras e o mundo do trabalho: desafios e reflexões sobre o compromisso ético e político da Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Campinas – Campinas, SP, Brasil – 2020.

FERRAZ, Miriam O. K; ADDOR, Nicolas; VILLATORRE, Marco A. C. O trabalho da pessoa transgênera: Políticas públicas de igualdade laboral alcances e possibilidade. Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas. Santo Ângelo RS - Brasil 2020.

FERREIRA, Fabricio F; RIBEIRO, Thais M. S; BRITO, Worney F. Percepção das pessoas trans acerca do acesso ao mercado de trabalho – Bahia. Revista de Psicologia, Diversidade e saúde, 11, e 3946.- 2022.

MELLO, Maria F. da S; OLIVEIRA, Mayara B. A; SILVA, Talita A.F; PEREIRA, Cristina E.C; CHIARETO, Joice. Diversidade no ambiente organizacional: A inclusão e permanência de transgêneros no mercado de trabalho brasileiro. Faculdade das Américas (FAM). Caderno de Administração CAdm. 2022.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SPINELLI, Renan de P; COZZA, Joicimar C; COSTA, Ederson R; JUSTI, Mirella M. Transgêneros: Transcendendo o mercado de trabalho. Uni Salesiano. Brasil. 2020.

VILLANI, Fabiana B; RIBEIRO, Luiz. Binarismo de gênero, identidade, trabalho e prostituição: um estudo qualitativo sobre a população transgênera de Belo Horizonte. Revista de Psicologia, Diversidade e Saúde. 2019.

XAVIER, Thais P. de O; VIANNA, Claudia. A educação das pessoas Trans: relatos de exclusão, abjeção e luta. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – Brasil. 2023.



32- USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA “EMPURROTERAPIA” COMO PRÁTICA ILEGAL E CONTROVERSA AO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS

RATIONAL USE OF MEDICINES IN BRAZIL: NA ANALYSIS OF “EMPURROTHERAPY” AS NA ILLEGAL AND CONTROVERSIAL PRACTICE TO THE RATIONAL USE OF MEDICINES.

Lindomar de Paula Paixão¹, César Albenes de Mendonça Cruz²

¹Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil

Autor correspondente: cesar.cruz@emescam.br

Resumo

O tema principal deste trabalho é o uso racional de medicamentos no Brasil, com foco na análise da prática ilegal e controversa conhecida como “empurroterapia”, que compromete o uso adequado de medicamentos. A pesquisa tem como objetivo principal analisar como essa prática compromete a prática farmacêutica e o uso racional de medicamentos no país. Para o desenvolvimento do artigo, primeiramente será feita uma explanação de como a prática farmacêutica mudou durante os últimos anos, exibindo as leis que foram fundamentais para que o processo ocorresse no Brasil. Posteriormente, será feita uma análise do conceito de “empurroterapia”, visando, por último, analisar a assistência farmacêutica e o uso racional de medicamentos. A metodologia utilizada será a pesquisa de revisão bibliográfica, procurando utilizar artigos sobre o tema e estudos sobre a legislação pertinente. Os resultados serão divulgados a partir da publicação da dissertação e publicação de artigos em revistas indexadas e afins.

Palavras-chave: empurroterapia, uso racional de medicamentos, assistência farmacêutica.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

Na abordagem sobre a recuperação e manutenção das condições de saúde, os medicamentos emergem como a principal ferramenta terapêutica (Vieira, 2017). Dentro desse contexto se tem revelado a controversa prática “empurroterapia”, que tem sido associada ao surgimento de eventos adversos com impactos significativos na saúde. Atualmente, essa prática de “empurroterapia” representa uma simbiose de poderes, incorporando os interesses econômicos e políticos do Estado, com o consumidor frequentemente se encontrando em posição vulnerável (Reis, 2013). É notório que a pandemia de Covid-19 intensificou ainda mais a prática da “empurroterapia” e a negligência em relação à ciência (Gonçalves, 2023; Laurell, 2002; Nascimento 2003; Santiago, 2021; Vieira, 2007).

A delimitação do tema focou no uso racional de medicamentos diante do desafio representado pela prática da “empurroterapia”. O problema de pesquisa consiste em investigar como essa prática pode afetar o uso adequado de medicamentos, considerando a complexidade das relações entre poder econômico, política e saúde do consumidor.

A relevância deste trabalho reside na necessidade urgente de compreender e abordar as complexidades envolvidas na prática da “empurroterapia”. Espera-se que os benefícios sejam significativos para a sociedade e a comunidade científica. É importante salientar que a pesquisa não apresenta riscos, uma vez que se baseia em dados secundários disponíveis em sites oficiais do Governo e em plataformas de acesso público.

Por fim, tem-se como objetivo principal analisar como essa prática compromete a prática farmacêutica e o uso racional de medicamentos no país.

MÉTODO

O método empregado para abordar o tema consistiu em realizar uma revisão bibliográfica extensiva. A busca por referências relevantes foi conduzida em artigos e livros, com o intuito de contribuir para a discussão e estabelecer um repertório sólido para a pesquisa. A revisão bibliográfica, conforme definida por



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Gil (2002), caracteriza-se como um tipo específico de estudo acadêmico que visa analisar e resumir o conhecimento existente sobre um tema, com base em fontes bibliográficas.

Iniciou-se, então, com uma pré-análise organizacional da pesquisa, delineando a hipótese, os objetivos e a escolha dos escritos a serem consultados. O levantamento de artigos foi realizado em plataformas como o Google Acadêmico, a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

Após a seleção do material, realizou-se a exploração dos assuntos abordados, utilizando leituras e fichamentos para separar as informações relevantes.

RESULTADOS

Até o momento da redação deste documento, os resultados da pesquisa bibliográfica estão em estágio preliminar, sujeitos a alterações à medida que a análise continua. Os achados preliminares indicam que as políticas públicas e as leis não são aplicadas totalmente na prática, o que impulsiona a prática da “empurroterapia”.

Os estudos também apontam para a promoção racional dos medicamentos e a importância da assistência farmacêutica na rotina do profissional farmacêutico, uma vez que os doentes necessitam de informações adequadas e outros aspectos relevantes que possam assegurar o uso eficaz da medicação e proteger a saúde. No entanto, ao se buscar pelo termo “empurroterapia” e analisar o que os autores apresentam, é visto como a prática influencia toda a assistência farmacêutica e a rotina do profissional farmacêutico, mostrando que o medicamento, recurso terapêutico essencial, é utilizado não somente pela sua eficácia, mas também como mercadoria e produto que gera lucro para as farmácias e empresas farmacêuticas. Também é possível discutir como a prática da “empurroterapia” mostra o desigual acesso a bens e serviços de saúde, fruto de uma política pública pouco eficaz, como já mencionado.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No entanto, é crucial ressaltar que esta revisão está em andamentos, e os resultados completos e conclusivos só serão apresentados após a conclusão integral da pesquisa.

DISCUSSÃO

A Assistência Farmacêutica é um conjunto de ações e serviços direcionados para garantir o acesso seguro e racional a medicamentos e produtos de saúde. O objetivo principal é assegurar que a população tenha acesso aos medicamentos necessários, promovendo o uso apropriado, qualidade, segurança e afetividade dos produtos farmacêuticos (Vieira; Zucchi, 2013).

Todos esses objetivos são ordenados e regulamentado pelas políticas e legislações relacionadas à Assistência Farmacêutica (Brasil, 2017), bem como a Política Nacional de Medicamentos (PNM) que promove o acesso e o uso racional de medicamentos pela população (Brasil, 2007).

O profissional adequado para desenvolver a manipulação, produção, dispensação e seleção de medicamentos, além de atuar em outras áreas, como as comerciais, as drogarias, as industriais etc, é o farmacêutico (Costa et al., 2017). Dentro das práticas desse profissional, a Assistência Farmacêutica desempenha um papel crucial na rotina, com a finalidade principal de promoção de saúde e cuidado ao paciente, garantindo o acesso aos medicamentos de qualidade e promovendo o uso racional deles (Brasil, 2017).

No entanto, a prática da “empurroterapia”, entendida como oferecimento e gratificações à farmácia para venda de um medicamento “empurrado” à população nos balcões dos estabelecimentos (Arrais et al. 1997) vai contra tudo que é preconizado pelas leis e políticas, visando apenas o lucro e afetando o uso racional de medicamentos.

Para Lisboa (2000), a prática é um problema crônico no Brasil, onde a população de camadas mais baixas não possui acesso aos serviços públicos e particulares de saúde, não contando com um atendimento médico especializado. Assim, por falta de informação e fiscalização governamental, essa população



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

acaba aceitando a “indicação” de remédios no balcão das farmácias, que, em muitos casos, não são feitas nem pelo profissional farmacêutico.

Dessa forma, além da estratégia agressiva de imposição de vendas e pouca importância com a saúde do consumidor, a prática contribui para uma cultura que abala a reputação do farmacêutico perante a população.

Destaca-se que há poucos estudos que demonstram como a “empurroterapia” afeta as estruturas e componentes da Assistência Farmacêutica, bem como o uso racional de medicamentos preconizados em cada componente.

CONCLUSÃO

Com base nos objetivos estabelecidos para esta pesquisa, a análise preliminar indica que a prática da “empurroterapia” compromete significativamente a prática farmacêutica e o uso racional de medicamentos no país. A revisão bibliográfica abrangeu uma ampla gama de fontes, buscando compreender a extensão do conhecimento existente sobre o tema.

Os achados preliminares demonstram a que a falta de uma aplicação efetiva de políticas públicas e leis contribuem para a persistência da prática da “empurroterapia”. Além disso, os estudos destacam a importância da promoção racional dos medicamentos e da assistência farmacêutica na rotina dos profissionais, sublinhando a necessidade de fornecer informações detalhadas aos pacientes para garantir o uso eficaz dos medicamentos. Destaca-se também que a prática impacta não somente na assistência farmacêutica, mas também transforma o medicamento em uma mercadoria e

produto gerador de lucro, influenciando negativamente a saúde dos pacientes.

Portanto, é fundamental reconhecer que esta revisão está em andamento, e os resultados completos e conclusivos serão apresentados após a conclusão integral da pesquisa.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REFERÊNCIAS

ARRAIS, P.S.D et al. Perfil da automedicação no Brasil. Revista de Saúde Pública, v.31, n.1, p.71-77, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/yMXnDgvKwzmqB7VcyYLJJcT/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 agost.2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência Farmacêutica no SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília. CONASS, 2007. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/colecao_progestores_livro7.pdf Acesso em: 02 mai.2023.

BRASIL. Portaria GM/MS nº 2.001, de 3 de agosto de 2017. Altera a Portaria nº 1.555 GM/MS, de 30 de julho de 2013, que dispõe sobre as normas de financiamento e execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF. Gabinete do Ministro, 2017, 3 agost. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2001_15_08_2017.html Acesso em: 02 mai.2023.

COSTA, K.S.et al. Avanços e desafios da Assistência Farmacêutica na atenção primária no Sistema Único de Saúde. Revista de Saúde Pública, v.51, p. 1-5, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/hgbQJGsKFdyKCgxYwWdSWtr/> Acesso em: 25 jun.2023.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa.4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LISBOA, M. Política Governamental e Regulação do Mercado de Medicamentos. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

VIEIRA, F.S.; ZUCCHI, P. Financiamento da Assistência Farmacêutica no sistema único de saúde. Saúde e Sociedade, v.22, p. 73-84, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/c4MR44RPM4CmNfgdDfdNt5b/> Acesso em: 02 mai. 2023.



**33- A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA REDE DE ENSINO NA
PREVENÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA PRIMEIRA
INFÂNCIA**

***THE ROLE OF EDUCATION PROFESSIONALS IN PREVENTING AND
IDENTIFYING SEXUAL VIOLENCE IN EARLY CHILDHOOD.***

Vanessa de Lima Zanon Gama Cotta¹, Marcos Roberto da Gama Cotta², Ellen Ramalho da Cunha³, César Albenes de Mendonça Cruz⁴

¹Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil

Autor correspondente: vanessa.cotta@edu.emescam.br

Resumo

Este estudo explora a problemática da violência, com foco específico na violência sexual direcionada à primeira infância (0 a 5 anos). O objetivo principal da pesquisa é descrever a abordagem adotada pelos profissionais da rede de ensino na prevenção e identificação da violência sexual nessa faixa etária. A pesquisa, conduzida por meio de revisão bibliográfica, destaca a interconexão entre violência e impactos educacionais, evidenciando sintomas prejudiciais às vítimas. Alarmantes indicadores de violência no país ressaltam a necessidade de ações coordenadas e políticas públicas eficazes. A discussão enfatiza o papel da escola, destacando parcerias familiares e a importância da capacitação de professores. Pesquisas voltadas aos profissionais atuantes no contexto escolar são necessárias, por ser a violência uma realidade que está embutida, entrelaçada de forma velada na comunidade escolar. E é neste contexto propício para o desenvolvimento de ações de enfrentamento a violência contra criança, que muitas vezes, a temática não é tratada com afinco, até mesmo pela ausência de subsídios para os profissionais que atuam nesse espaço. Ao investir em estratégias educativas, parcerias familiares e no fortalecimento de profissionais da educação, é possível criar um ambiente propício para a identificação precoce, o apoio adequado às vítimas e a interrupção do ciclo de violência.

Palavras-chave: defesa da criança e do adolescente, educação infantil, política pública, violência sexual.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

Falar sobre crianças é adentrar um universo repleto de calma, sorrisos, curiosidades e sonhos, onde a infância se revela como uma etapa singular de descobertas e transformações. Em sua jornada inicial, cada ser infantil demanda cuidados, proteção e um ambiente propício ao seu desenvolvimento, sendo a relação com a família um fator crucial nesse processo. Contudo, no contexto contemporâneo, a violência contra a criança emerge como uma problemática desmedida, transformando esses seres em vítimas desprotegidas, incapazes de se defender, muitas vezes vitimizadas por aqueles que deveriam ser seus guardiões (Ferrari, 2002).

A violência, disseminada em nossa sociedade, frequentemente encontra suas raízes de maneira silenciosa no seio familiar. Dentro desse ambiente, o silêncio se torna uma barreira significativa para quebrar o ciclo de violência, transformando o lar, teoricamente um refúgio seguro, em um lugar de medo e opressão (Silva; Vecina, 2002). A denúncia, fundamental para interromper esse ciclo, revela-se problemática, mesmo para os profissionais que lidam diretamente com as crianças em situação de violação de direitos (Silva; Vecina, 2002).

A violência contra a infância representa uma clara violação dos direitos humanos, intimamente ligada à produção e reprodução das condições sociais de existência. Este fenômeno social evidencia a rejeição de valores universalmente concebidos, como igualdade, liberdade e o direito à vida, sendo as crianças as principais vítimas devido à sua vulnerabilidade e dependência (Florentino, 2015). Desmistificar a violência, portanto, requer uma visão abrangente que transcenda as gerações e compreenda as complexas interações que perpetuam esse ciclo (Silva; Vecina, 2002).

Ao compreendermos a interligação de diferentes aspectos desse problema, nesse estudo temos o objetivo de promover uma discussão aprofundada e a conscientização necessária para combater essa grave violação dos direitos infantis.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MÉTODO

O método utilizado para desenvolver este estudo é uma revisão bibliográfica, que envolve a consulta e análise de diversas fontes de informação, como artigos científicos, livros, relatórios e documentos oficiais.

RESULTADOS

Especificamente no contexto educacional, evidencia-se que as vítimas de violência sexual podem apresentar perda de interesse na aprendizagem, dificuldades de atenção, socialização prejudicada, faltas frequentes, rendimento escolar reduzido e falta de concentração (Florentino, 2015).

Os indicadores da violência contra crianças e adolescentes no Brasil são alarmantes, com dados que apontam para um elevado número de mortes e casos de violência sexual. Entre 2016 e 2020, 35 mil crianças e adolescentes foram mortos por violência, e houve um aumento de 27% na violência na primeira infância nesse período (UNICEF, 2022).

O papel das políticas públicas é abordado, ressaltando que somente a partir de 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as crianças passaram a ser consideradas sujeitos de direitos, demandando ações articuladas entre diferentes órgãos e setores da sociedade para enfrentar o problema (Pase et al., 2020).

A escola é apontada como um espaço crucial para a prevenção e enfrentamento da violência. Além disso, ressalta-se a necessidade de uma parceria entre família e escola, com intervenções precoces e orientações que promovam o diálogo sobre métodos de disciplina e educação (Faraj; Scolt; Siqueira, 2020).

Destaca-se a importância dos professores na identificação precoce e no enfrentamento da violência sexual, ressaltando a necessidade de investimento em educação permanente para que possam desempenhar esse papel de maneira eficaz (Viódres Inoue; Ristum, 2008). Reforça-se a ideia de que a escola não é apenas um local de transmissão de conhecimento, mas um espaço



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

essencial para garantir os direitos das crianças e adolescentes (Faraj; Scolt; Siqueira, 2020).

DISCUSSÃO

Os resultados apresentados destacam a profunda interconexão entre a violência sexual contra crianças e adolescentes e seus impactos no contexto educacional. A perda de interesse na aprendizagem, dificuldades de atenção, socialização prejudicada e outros desafios enfrentados pelas vítimas ressaltam a necessidade urgente de abordagens específicas no ambiente escolar para apoiar esses indivíduos em sua recuperação e desenvolvimento acadêmico (Florentino, 2015). Esses sintomas não apenas prejudicam o desempenho educacional imediato, mas também podem ter efeitos a longo prazo, impactando negativamente a trajetória acadêmica e o bem-estar geral dos estudantes.

Os alarmantes indicadores de violência contra crianças e adolescentes no Brasil, com um elevado número de mortes e casos de violência sexual, sublinham a urgência de ações coordenadas e políticas públicas eficazes para enfrentar essa realidade (UNICEF, 2022; BRASIL, 2023). O aumento de 27% na violência na primeira infância entre 2016 e 2020 é particularmente preocupante, destacando a necessidade de estratégias preventivas e intervenções específicas nessa faixa etária para interromper o ciclo de violência desde o início.

A discussão sobre o papel da escola como um espaço crucial para prevenção e enfrentamento da violência, bem como a importância da atuação multidisciplinar e parceria entre família e escola, sublinha a necessidade de abordagens holísticas para combater a violência sexual. O destaque ao papel dos professores e a ênfase na necessidade de investimento em educação permanente reforçam a importância de capacitar os profissionais da educação para identificar precocemente sinais de violência e proporcionar o apoio necessário (Faraj; Scolt; Siqueira, 2020; Viodres Inoue; Ristum, 2008).



CONCLUSÃO

A complexidade e a gravidade da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil demandam uma abordagem abrangente e efetiva. Os resultados discutidos evidenciam a urgência de ações coordenadas entre os setores público e privado, bem como a importância da escola como um agente crucial na prevenção e enfrentamento desse fenômeno. Nesse cenário, a escola não é apenas um local de ensino, mas um ambiente vital para a construção de uma sociedade mais justa e segura para as crianças. Ao investir em estratégias educativas, parcerias familiares e no fortalecimento de profissionais da educação, é possível criar um ambiente propício para a identificação precoce, o apoio adequado às vítimas e a interrupção do ciclo de violência.

REFERÊNCIAS

FARAJ, Suane Pastoriza; SCOTT, Juliano Beck; SIQUEIRA, Aline Cardoso. Escola como um espaço de prevenção da violência: um relato de experiência. *Barbarói*, p. 254-273, 2020.

FERRARI, D. C. A. Visão história da infância e a questão da violência. In: FERRARI, D. C. A; VECINA, T. C. C. (Org). *O fim do silêncio na violência familiar*. São Paulo: Àgora, 2022, p. 330.

FLORENTINO, B. R. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. *Fractal, rev. psicol.* v. 27 , n. 2, p. 139-144, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/fractal/a/dPY6Ztc8bphq9hzdhSKv46x/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 19 mai. de 2023.

PASE, H. L; CUNHA, G. P; BORGES, M. L; PATELLA, A. P. D. O Conselho Tutelar e as políticas públicas para crianças e adolescentes. *Cad. EBAPE.BR*, v. 18,n. 4, p.1000-1010, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/6gPR9V6PJ7vFKWx7jK6jLTg/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso: 10 jun. de 2023.

SILVA, M. A. S; VECINA, T. C. C. Mapeando a violência contra crianças e adolescentes. In: FERRARI, D. C. A; VECINA, T. C. C. (Org). *O fim do silêncio na violência familiar*. São Paulo: Àgora, 2022, p. 330.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Brasil: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em:<<https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal->



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>. Acesso em: 12 jun. de 2023.

VIODRES INOUE, S. R; RISTUM, M. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. *Estud. psicol.* v. 25, n.1, p. 11-21, 2008. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/Ryhzvgk9jn3VK9brXPZLDDp/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 mai. de 2023.



34- DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO CONTROLE DA OBESIDADE NO BRASIL: UMA ANÁLISE ABRANGENTE ATRAVÉS DA REVISÃO DE LITERATURA

CHALLENGES AND PERSPECTIVES IN OBESITY CONTROL IN BRAZIL: A COMPREHENSIVE ANALYSIS THROUGH LITERATURE REVIEW

Fernanda Ferreira Ramos¹, Deborah Ferreira de Carvalho Rodrigues², Laercio Silva Pavia³, Fernando Rocha Oliveira¹

¹Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil

² Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM.

³ Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC- FMABC.

Autor correspondente: fernanda.ramos@edu.emescam.br

Resumo

Introdução: A obesidade é considerada o distúrbio nutricional mais importante nos países desenvolvidos, traduzindo em números, aproximadamente 10% da população nestes países e mais de um terço da população norte americana é afetada por essa doença. Sob esse viés, tem-se que a obesidade é um grave problema de saúde pública, desse modo faz-se necessário que tenhamos um Sistema Único de Saúde (SUS) fortalecido, políticas públicas baseadas em evidência científica à promoção da saúde, assim como a criação de ambientes saudáveis propícios à prática de atividade física e a segurança alimentar e nutricional da população, conforme estabelecido no artigo 196 da Constituição Federal. **Objetivo:** Realizar uma revisão da literatura com base em materiais bibliográficos sobre o tema controle da obesidade no Brasil, e como contribuir para ampliar o conhecimento dos leitores sobre essa temática específica. **Método:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, elaborada a partir das seguintes etapas: seleção da amostra; análise das informações contidas nos resumos dos artigos; foram escolhidos os artigos que abordavam de maneira relevante a temática proposta. Para a escolha dos artigos foi realizada uma busca em bases de dados eletrônicas Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Scientific Electronic Library Online (SciELO) Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) e National Library of Medicine (PubMed). **Conclusão:** Observou-se a importância do controle da obesidade no Brasil e a compreensão de seus desafios e perspectivas. Nesse contexto, faz-se necessário a inclusão de políticas públicas visando solucionar tal problemática, e de estratégias de saúde como a promoção de saúde através de programas de educação nutricional e a disponibilidade de alimentos saudáveis em escolas e locais de trabalho. Para o sucesso na gestão da obesidade, requer-se uma abordagem coordenada que envolva governo, os profissionais de saúde e a sociedade como um todo.

Palavras-chave: obesidade, política pública, exercício físico, estilo de vida saudável.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

Dada a sua prevalência crescente, a obesidade pode ser considerada o distúrbio nutricional mais importante nos países desenvolvidos, afetando 10% da população nestes países e mais de um terço da população norte americana. A obesidade é uma epidemia global, ocorrendo tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento. O aumento da incidência está espalhado por quase todas as raças e sexos, afetando principalmente pessoas entre 25 e 44 anos (Francischi et al., 2000).

Para conter o avanço da obesidade no Brasil, reconhecer os riscos da obesidade para a saúde não é o suficiente. Faz-se necessário que tenhamos um Sistema Único de Saúde (SUS) fortalecido, políticas públicas baseadas em evidência científicas e livres de conflitos de interesses econômicos alheios a promoção da saúde, assim como a criação de ambientes saudáveis propícios à prática de atividade física e a segurança alimentar e nutricional da população (Rezende, 2020). No Brasil, tanto a alimentação como a saúde, são direitos constitucionais que devem ser asseguradas por meio de políticas públicas (Bartolini et al., 2021).

Conforme estabelecido no artigo 196 da Constituição Federal, “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988).

Entretanto, ao analisar o cenário brasileiro atual, percebe-se que ainda existem desafios para a efetivação da referida lei, visto que a questão da obesidade no país ainda é um problema que necessita ser discutido. Nesse contexto, objetivo do estudo é realizar uma revisão da literatura sobre o controle da obesidade no Brasil contribuiria significativamente para ampliar o conhecimento dos leitores sobre essa temática específica.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MÉTODO

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, o qual, adota uma abordagem ampla, com o objetivo de compreender sobre o controle da obesidade no Brasil: perspectivas sobre as políticas de enfrentamento e suas consequências na saúde pública de forma teórica ou contextual. Foi realizada busca nas bases de dados eletrônicas Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Scientific Electronic Library Online (SciELO) Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) e National Library of Medicine (PubMed). Os estudos encontrados passaram por uma avaliação criteriosa, considerando sua pertinência para o propósito desta revisão. A seleção dos artigos seguiu uma metodologia específica: inicialmente, procedeu-se à leitura dos títulos, e em seguida, foram analisados os resumos. Foram escolhidos os artigos que abordavam de maneira relevante a temática proposta. A pesquisa foi realizada nos meses de novembro e dezembro de 2023.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A obesidade é um problema de saúde pública global. As taxas de obesidade triplicaram desde 1980, de acordo com o relatório da Organização Mundial de Saúde de 2016. A prevalência da obesidade e do excesso de peso entre os jovens também aumentou de 16% em 1980 para 23% em 2013 (Cunha, 2022).

A obesidade é uma doença crônica e recorrente associada a múltiplas complicações, que agrava outras doenças agudas e crônicas e reduz a expectativa de vida. Embora a obesidade seja altamente estigmatizada e considerada por muitos como uma “escolha de estilo de vida” que pode ser facilmente tratada através de mudanças comportamentais, a obesidade está associada a taxas notavelmente elevadas de fracasso do tratamento e a um curso progressivo ao longo da vida (Halpern et al., 2022).

Em diversos países o aumento da prevalência de obesidade também pode ser atribuído a um maior consumo de alimentos não saudáveis, constituindo uma categoria de alimentação chamada fast-food (Ferreira; Szwarcwald; Damascena, 2019).



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O consumo de produtos alimentícios industrializados assume uma relevância que transcende a mera nutrição. Esses produtos estão repletos de apelo emocional, associados a sonhos projetados e recompensas. Nesse contexto, seu consumo torna-se quase inevitável e desempenha um papel substancial em saciar uma fome mental. Isso envolve, ao longo desse processo, valores culturais, sociais, afetivos, emocionais e comportamentais. Portanto, a compreensão da obesidade não se limita apenas aos hábitos alimentares inadequados e ao descontrole na ingestão de alimentos. Ela é resultado de conflitos sociais contraditórios e das dinâmicas de poder que prevalecem em nossa sociedade capitalista (Scherer, 2015).

De acordo com Cunha (2022) a redução do peso melhora muito os fatores de risco relacionados à obesidade, os benefícios incluem: diminuir a pressão arterial, reduzir a incidência de diabetes, melhorar o perfil lipídico, diminuir a resistência à insulina, melhora na função endotelial e reduzir a concentração da proteína C-reativa.

A prática regular de exercícios físicos está associada ao ganho de saúde, melhora na qualidade de vida e aumento da expectativa de vida. Além dos benefícios mencionados, a prática física também contribui para o controle do peso, melhora do perfil lipídico, redução da pressão arterial, auxílio no tratamento e prevenção da diabetes mellitus, diminuição da inflamação (expressa pela proteína C-reativa). O exercício também tem impacto no estilo de vida, reduzindo a probabilidade de tabagismo, aliviando o estresse e a fome (Cunha, 2022).

CONCLUSÃO

O controle da obesidade envolve uma abordagem diversificada que inclui políticas públicas para solucionar este problema de saúde global. Algumas estratégias podem ser adotadas para enfrentar tal problema tais como: a implementação de programas de educação nutricional para promover hábitos alimentares saudáveis, a criação de espaços públicos seguros para exercícios físicos, incentivo ao fornecimento de opções alimentares saudáveis em escolas, locais de trabalho e comunidades, além de promover a acessibilidade e a disponibilidade de alimentos frescos e nutritivos.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O objetivo destas ações públicas é criar um ambiente que facilite escolhas saudáveis, reduza os fatores de risco relacionados com a obesidade e promova um estilo de vida mais ativo. O sucesso na gestão da obesidade requer muitas vezes uma abordagem coordenada que envolva o governo, o setor privado, os profissionais de saúde e a sociedade como um todo.

REFERÊNCIA

BORTOLINI, Gisele Ane et al. Evolução das ações de nutrição na atenção primária à saúde nos 20 anos da Política Nacional de Alimentação e Nutrição do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, p. e00152620, 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. 200 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 de junho de 2023.

CUNHA, Claudio Leinig Pereira da (Ed.). A Influência da Obesidade e da Atividade Física no Risco Cardiovascular. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v. 119, n. 2, p. 244-245, 2022.

FERREIRA, Arthur Pate de Souza; SZWARC WALDI, Célia Landmann; DAMACENAI, Giseli Nogueira. Prevalência e fatores associados da obesidade na população brasileira: estudo com dados aferidos da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Revista brasileira de epidemiologia*, v. 22, 2019.

FRANCISCHI, Rachel Pamfílio Prado de, et al. Obesidade: Atualização Sobre Sua Sobre Sua Etiologia, Morbidade e Tratamento. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 13, n. 1, p. 17-28, 2000.

HALPERN, B., et al. Proposta de classificação da obesidade baseada no histórico de peso: documento oficial da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabolismo (SBEM) e da Sociedade Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (ABESO). *Archives Endocrinology Metabolism*. v. 66, n. 2, p. 139-151, 2022.

REZENDE, Leandro Fórnias Machado de. UNIFESP, 2020. Políticas Públicas visando a Prevenção da Obesidade. Disponível em: Políticas Públicas visando a Prevenção da Obesidade (unifesp.br). Acesso em: 16 jun. 2023.

SCHERER, Patricia Teresinha. O peso dos determinantes sociais da saúde na vida dos sujeitos bariátricos: desafios para o SUS. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Andreia Mendes dos Santos, 2015. 198p. Dissertação (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul, 2015.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

35- PROCESSO HISTÓRICO E POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADOS AOS CUIDADOS PALIATIVOS NO BRASIL: REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA

HISTORICAL PROCESS AND PUBLIC POLICIES RELATED TO PALLIATIVE CARE IN BRAZIL: NARRATIVE LITERATURE REVIEW

Luísa Pedrada de Sousa Bambini¹, Roberta Ribeiro Batista Barbosa¹

¹Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil

Autor correspondente: luisapedrada@gmail.com

Resumo

Introdução: Cuidado Paliativo é um conceito focalizado na melhoria da qualidade de vida para pacientes e familiares diante de doenças ameaçadoras à vida. Seus princípios incluem alívio de sintomas, afirmação da vida, consideração da morte como parte natural, integração de aspectos psicológicos e espirituais, suporte ativo ao paciente até a morte, apoio aos familiares e abordagem multiprofissional. No Brasil, a implementação desse conceito deve estar alinhada às políticas de saúde nacionais, fundamentadas em princípios constitucionais como universalidade e igualdade. **Objetivo:** Analisar as raízes históricas que delinearão a evolução dos cuidados paliativos no Brasil, investigando marcos regulatórios e estratégias governamentais implementadas ao longo do tempo. Além disso, busca-se compreender como tais políticas impactam na prática e a oferta de cuidados paliativos, considerando aspectos como acessibilidade, equidade e qualidade dos serviços prestados. **Resultados:** Foram identificados um total de 22 artigos na Biblioteca Virtual em Saúde. Os resultados revelaram que, apesar da Resolução MS n. 41/2018, estabelecer diretrizes para a organização desses cuidados no Sistema Único de Saúde (SUS), há lacunas na abordagem do tema. A resolução, embora considere a transição demográfica e mudanças epidemiológicas, ainda não configura uma política de saúde pública integral, carecendo de diretrizes mais claras. **Conclusão:** A análise da literatura indicou que, mesmo com menções superficiais nos serviços de saúde do SUS, os cuidados paliativos necessitam de uma abordagem mais abrangente e específica para assegurar a efetiva implementação das políticas públicas no campo.

Palavras-chave: cuidados paliativos, políticas públicas, Brasil.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

A discussão sobre Cuidados Paliativos no Brasil teve início de forma incipiente nos anos 70, mas somente na década de 90 foi formalmente organizada, com o professor Marco Túlio de Assis Figueiredo liderando a criação dos primeiros cursos dedicados a essa área na Universidade Federal de São Paulo (Boaventura et al., 2019). No entanto, a prática desses cuidados ainda não está plenamente consolidada, enfrentando desafios de implementação e organização nos diferentes níveis de complexidade do sistema de saúde. Para superar esses obstáculos, políticas têm sido implementadas com o intuito de estruturar e organizar as estratégias de Cuidados Paliativos no Brasil (Mendes; Vasconcelos; Santos, 2018).

Apesar de a discussão sobre Cuidados Paliativos no Brasil ter começado nos anos 70, foi apenas na década de 90 que a implementação dessa prática foi mais sistematizada, com o professor Marco Túlio de Assis Figueiredo liderando a criação dos primeiros cursos especializados na Universidade Federal de São Paulo. Contudo, a plena consolidação desses cuidados enfrenta desafios significativos de organização e implementação nos diferentes níveis de complexidade do sistema de saúde. Para enfrentar esses obstáculos, políticas específicas foram adotadas com o objetivo de estruturar e organizar as estratégias de Cuidados Paliativos no Brasil, conforme apontado em estudos recentes (Boaventura et al., 2019; Mendes; Vasconcelos; Santos, 2018).

A delimitação do tema desta pesquisa se fundamenta na transformação dos sistemas de saúde, historicamente orientados para a dimensão curativa da medicina. Tradicionalmente, o foco esteve na abordagem curativa durante o processo de adoecimento. A pesquisa busca contribuir para a evolução dessa perspectiva, explorando o processo histórico e as políticas públicas associadas aos Cuidados Paliativos no Brasil. Ao destacar a importância de adotar medidas que assegurem o conforto do paciente desde o diagnóstico até o desfecho terminal, promovendo uma abordagem mais humanizada e eficaz, beneficiando diretamente a sociedade e a comunidade científica envolvida na área da saúde (Schaefer, 2020).



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O objetivo desta revisão de literatura foi analisar as origens históricas que moldaram a progressão dos cuidados paliativos no Brasil, examinando marcos regulatórios e estratégias governamentais ao longo do tempo. A pesquisa também visa descrever o impacto dessas políticas na prática, disponibilidade dos cuidados paliativos, critérios como acessibilidade, equidade e qualidade dos serviços oferecidos.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de trabalhos publicados em periódicos da área da saúde. A escolha dessa metodologia justifica-se pelo seu potencial em aprofundar a compreensão da temática em estudo, especialmente diante da natureza aberta do problema, que não parte de uma questão específica bem definida.

As pesquisas bibliográficas foram realizadas no período compreendido entre outubro e novembro de 2023, utilizando a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), que é coordenada pelo Centro Latino-americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde BIREME. Adicionalmente, foram consultadas, sites governamentais, diretrizes, manuais e livros relacionados à temática em questão. A exploração de fontes de conhecimento científico em saúde foi efetuada por meio dos Descritores de Ciências em Saúde (DeCS), empregando a seguinte combinação de descritores: ("Cuidados Paliativos" AND "Políticas Públicas" AND Brasil), utilizando o operador booleano "AND" e aplicando aspas nos termos compostos.

Os critérios de inclusão foram estabelecidos, abrangendo publicações nacionais relacionadas ao tema de estudo, sem restrição temporal, e com textos completos disponíveis em português. Para garantir a pertinência, foram excluídas publicações que não contribuíam significativamente para a temática ou que não estavam acessíveis online. Esta abordagem metodológica visa fornecer uma visão abrangente e contextualizada do processo histórico e das políticas públicas relacionadas aos cuidados paliativos no Brasil.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RESULTADOS

Foram identificados um total de 22 artigos nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde. Inicialmente, os estudos foram submetidos a uma avaliação por meio da análise dos títulos, com exclusão de pesquisas não pertinentes aos objetivos da dissertação. Em seguida, a leitura dos resumos foi realizada, selecionando os estudos que não atendiam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos. Por fim, a leitura na íntegra permitiu a escolha das pesquisas alinhadas aos objetivos desta investigação, integrando assim a amostra final desta revisão.

Foram selecionados os estudos que atendiam aos requisitos necessários para alcançar os objetivos da pesquisa. Após essa análise, restaram um total de 12 estudos que corroboraram para a construção da pesquisa, sendo complementados com material encontrado em sites governamentais, livros, diretrizes e manuais.

DISCUSSÃO

O estudo sobre Cuidados Paliativos destaca a abordagem que incorpora a sustentação da vida por meio de medidas convencionais e, simultaneamente, prioriza o que é ética e medicamente justificável, em detrimento do simplesmente medicamente possível. Este enfoque, descrito por Schaefer (2020), reforça a premissa de que os Cuidados Paliativos não implicam em abandonar o paciente, mas buscam proporcionar conforto desde o diagnóstico até o desfecho terminal, com foco exclusivo na qualidade do final de vida.

A Resolução MS n. 41/2018, aprovada pela Comissão Intergestores Tripartite do Ministério da Saúde, responde à transição demográfica decorrente do envelhecimento populacional e à modificação epidemiológica das causas de mortalidade. Ao estabelecer diretrizes para a organização dos cuidados paliativos no Sistema Único de Saúde (SUS) em todos os níveis de atendimento à saúde, conforme disposto no artigo 5º, a resolução representa um marco relevante (Brasil, 2018). É notável que o SUS já aborde superficialmente os Cuidados Paliativos, mas carece de ser formalizado como uma política pública



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

de saúde, com diretrizes e valores específicos, como apontado por Saito e Zoboli (2015) e Schaefer (2020).

Historicamente, os sistemas de saúde foram estruturados para atender predominantemente à dimensão curativa da medicina, centrando-se no processo de adoecimento com uma visão e objetivos curativos singulares. Contudo, diante das alterações demográficas e epidemiológicas, a dimensão paliativa emerge, destacando a necessidade de cuidados ao longo de todo o curso da doença. Esta mudança de paradigma, enfatizada pelo controle de sintomas e pela priorização da autonomia do paciente e seus familiares, conforme estabelecido no artigo 2º, parágrafo único, da Resolução MS n. 41/2018, inclui também a proteção social (Schaefer, 2020). Essa evolução na concepção dos cuidados de saúde sugere a importância de revisar e fortalecer as políticas públicas voltadas para os Cuidados Paliativos.

Esse estudo se limita pelo déficit de publicações relacionados a temática proposta. Se faz necessário a obrigatoriedade de os cuidados paliativos serem compreendidos como garantia de direitos já previstos na Política de Humanização da Atenção e da Gestão (Brasil, 2009), na Política Nacional de Humanização (PNH) do SUS Brasil, 2013) e no Programa Nacional de Assistência à Dor e Cuidados Paliativos (Brasil, 2002), tratados não apenas como programas nacionais, mas também como parte da política sanitária brasileira.

CONCLUSÃO

O modelo assistencial ou de atenção implica a necessidade de revisão em diversos aspectos, tais como os espaços, a organização da gestão e das tecnologias, as relações multiprofissionais. Através disso, é possível reconhecer os cuidados paliativos como um campo importante da atenção à saúde, determinando seu planejamento e sua integração aos sistemas públicos com políticas setoriais específicas. A efetivação desses cuidados em todos os níveis da atenção à saúde no Sistema Único de Saúde brasileiro e das diretrizes estabelecidas na Resolução MS n. 41/2018 deve ser uma prioridade (Castilho; Silva; Pinto, 2021; Freitas et al., 2022; Schaefer, 2020).



REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, J. R. et al. Participação e controle social no contexto político dos cuidados paliativos no Brasil: uma reflexão teórica. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, v. 9, 24 dez. 2019.

BRASIL. Portaria no 19, de 03 de janeiro de 2002 Dispõe sobre a estrutura em relação as atribuições do Ministério de Estado da Saúde, 2002. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0019_03_01_2002.htm>. Acesso em: 21 nov. 2023

_____. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS Brasília-DF, 2013. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2023

CASTILHO, R. K.; SILVA, V. C. S. DA; PINTO, C. DA S. Manual de Cuidados Paliativos. 3. ed. [s.l.] Associação Brasileira de Cuidados Paliativos (ANCP), 2021. v. 3

FREITAS, R. DE et al. Barreiras para o encaminhamento para o cuidado paliativo exclusivo: a percepção do oncologista. *Saúde em Debate*, v. 46, n. 133, p. 331–345, abr. 2022.

MENDES, E. C.; VASCONCELOS, L. C. F.; SANTOS, A. P. M. B. Cuidados paliativos no Brasil-discutindo o conceito. *Cadernos de Saúde*, v. 10, n. 2, p. 55–64, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, v. Documento Base, n. 4o ed, 2013.

SCHAEFER, F. A importância da implantação dos cuidados paliativos no Sistema Único de Saúde. *Revista de Direito Sanitário*, v. 20, n. 3, p. 26–50, 2020.

STEVENS, E.; JACKSON, S.; MILLIGAN, S. Palliative nursing: Across the spectrum of care. [s.l.] John Wiley & Sons, 2009.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

36- CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE QUE ATUAM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE SOBRE ATENDIMENTO HUMANIZADO

KNOWLEDGE OF HEALTH PROFESSIONALS WHO WORK IN PRIMARY HEALTH CARE ABOUT HUMANIZED CARE

Daniela Marques Freire¹, Danielle Grillo Pacheco Lyra¹, Beatriz de Barros Souza¹

¹ Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória, ES, Brasil

Autor correspondente: daniela.freire@edu.emescam.br

Resumo

Introdução: Através da Política Nacional de Humanização (PNH) busca-se promover mudanças nas práticas de atenção e gestão no SUS buscando uma abordagem mais humanizada e integral no atendimento à população. **Objetivo:** Analisar o que a literatura em saúde aponta sobre o conhecimento de profissionais de saúde da APS em relação ao atendimento humanizado. **Método:** Revisão bibliográfica a fim de responder ao questionamento: Como a literatura da área da saúde aborda o conhecimento dos profissionais de saúde da APS sobre atendimento humanizado? A busca foi realizada nas bases de dados LILACS e Scielo em setembro e outubro de 2023. Foram selecionados artigos publicados na literatura nacional, que retratam a temática, nos últimos 5 anos. **Resultados:** quarenta estudos compuseram a amostra. Revelaram que a maioria dos profissionais de saúde da Atenção Primária em Saúde (APS) apresentava um conhecimento limitado ou desconhecia as orientações da Política Nacional de Humanização. **Conclusão:** Faz-se necessária a educação permanente dos profissionais de saúde da APS para implementar a humanização no cuidado.

Palavras-chave: atendimento humanizado, atenção primária em saúde, humanização.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

É fundamental ressaltar que as lutas em prol dos direitos fundamentais possuem uma importância crucial, especialmente quando se trata do direito à saúde, cuja efetivação requer uma série de outros direitos. A Constituição brasileira estabeleceu um modelo para o sistema de saúde, mas é necessário adotar outras medidas que modifiquem a rotina das organizações e do trabalho na área da saúde. Entre essas medidas, destaca-se a formulação de políticas públicas (Brasil, 2008).

O Sistema Único de Saúde (SUS) representa uma conquista significativa, no entanto, ainda enfrenta diversos desafios em seu percurso. Através da Política Nacional de Humanização (PNH) busca-se promover mudanças nas práticas de atenção e gestão no SUS, uma vez que ela é parte de um esforço para transformar a cultura e as práticas no campo da saúde, buscando uma abordagem mais humanizada e integral no atendimento à população (Brasil, 1990; Brasil, 2004).

Neste quesito, a atenção primária em saúde (APS) é fundamental para promover, manter, reabilitar, proteger e prevenir danos à saúde dos usuários. Nesse contexto, é crucial que o cuidado seja baseado em princípios humanos, valorizando o indivíduo e estabelecendo vínculos solidários de cuidado e respeito. A assistência humanizada na APS é essencial. No entanto, um dos principais desafios pode estar relacionado à falta de conhecimento dos profissionais de saúde sobre o atendimento humanizado (Ferreira et al., 2022; Natal et al., 2022).

Diante do exposto, o objetivo do estudo foi analisar o que a literatura em saúde aponta sobre o conhecimento de profissionais de saúde da APS em relação ao atendimento humanizado.

MÉTODO

O estudo está caracterizado como uma pesquisa de revisão bibliográfica desenvolvida a partir de estudos já publicados e para sua construção foram realizadas buscas em bases de dados, Lilacs e Scielo. O procedimento de



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

pesquisa foi adaptado para cada base de dados, seguindo os operadores booleanos e os filtros disponíveis, sendo utilizados os descritores em português “Humanização da Assistência” AND “Atenção primária à saúde” selecionados na base DeCS.

Levando em consideração a relevância para a temática, seguiram-se os seguintes critérios de exclusão: publicação acima de cinco anos, áreas de conhecimento que não sejam da saúde, outros idiomas que não sejam português, artigos de revisão que não incluam os profissionais de saúde na temática. Como critérios de inclusão foram selecionadas publicações de até cinco anos, área da saúde, em língua portuguesa, artigos de revisão que incluam profissionais de saúde na temática. As informações coletadas foram extraídas de artigos de revisão publicados entre os anos de 2019 e 2023.

RESULTADOS

Após utilizar os descritores “Humanização da assistência” e “Atenção primária à saúde” juntamente com o operador booleano “AND” foram obtidos 566 artigos na base de dados Lilacs. Desse total, 479 foram excluídos pois não atendiam ao critério de publicação dentro de 5 anos. Ao selecionar os artigos somente em português, obtivemos 76 publicações. Ao limitar a busca pelos assuntos principais “Atenção Primária à Saúde”, “Humanização da Assistência”, “Acolhimento”, “Sistema Único de Saúde”, “Saúde Pública”, “Assistência Integral à Saúde” foram selecionados 37 trabalhos.

Na base de dados Scielo, após utilizar os descritores e o operador booleano acima citados, obtivemos 32 trabalhos. Após filtrar a pesquisa para artigos com até 5 anos de publicação, foram selecionados 5 trabalhos. Com a seleção de artigos somente em português, não foram excluídos nenhum. Em seguida, utilizamos o critério exclusão por área temática da saúde, ato que também não excluiu nenhum trabalho.

Ao final, foram obtidos 42 artigos. Entre estes, foram excluídos um pelo fato de ser um e-book e o outro por estar duplicado, resultando então em 40 publicações utilizadas para construção do trabalho.



DISCUSSÃO

Com base neste estudo, a maioria dos profissionais de saúde da APS apresentava um conhecimento limitado ou desconhecia as orientações da Política Nacional de Humanização e a visão abrangente do acolhimento, o que levou a processos de trabalho incompatíveis com essa política, resultando em diversos obstáculos que a equipe precisa enfrentar, sendo necessário reestruturar os procedimentos de trabalho das equipes levando em conta as diretrizes relacionadas ao acolhimento (Gusmão et al., 2021; Salci et al., 2020).

Entretanto, os profissionais de saúde da Atenção Primária em Saúde (APS) reconhecem a importância da humanização como base fundamental para a assistência ao usuário. Eles enfatizaram que a falta de assistência humanizada pode impactar negativamente o vínculo entre profissionais e pacientes. Nesse sentido, é crucial que a equipe esteja engajada nas práticas de humanização no atendimento, mas para isso faz-necessário que os profissionais sejam mais qualificados sobre a humanização na assistência e que os profissionais sejam incentivados pelos gestores de saúde, a fim de se sentirem motivados a fornecer cuidados empáticos e humanizados, com impactos diretos na qualidade do cuidado oferecido aos usuários do sistema de saúde. A equipe multidisciplinar precisa ser qualificada, ter profissionalismo, criar vínculos e ter empatia na assistência à saúde, para que possa oferecer um cuidado humanizado de forma eficaz, utilizando algumas ferramentas para promover a humanização no cuidado como acolhimento, escuta ativa, comunicação clara, educação em saúde, trabalho em equipe, resolutividade, dentre outras (Lopes et al., 2019; Moraes e Silva, 2020; Natal et al., 2022; Rodrigues e Nascimento, 2019; Silva et al. 2020).

É importante ressaltar que este estudo teve limitações, pois se concentrou apenas nos profissionais de saúde da APS e em sua compreensão sobre a humanização na assistência à saúde. Portanto, é necessário realizar novos estudos que analisem também a opinião dos pacientes sobre a humanização nos atendimentos de saúde, tanto na APS como em outras áreas.



CONCLUSÃO

A literatura pesquisa da mostra que o conhecimento dos profissionais de saúde da APS sobre atendimento humanizado é escasso tanto em relação ao acolhimento quanto às diretrizes da PNH. Os processos de trabalho baseados no modelo hegemônico de saúde, centrado na doença e na medicalização, muitas vezes prevalecem sobre a visão integral do ser humano e suas necessidades. Isso acaba por limitar a atuação dos profissionais, que se voltam para a resolução imediata dos problemas, negligenciando a escuta e o cuidado individualizado.

Os profissionais compreendem a importância do acolhimento como prática transformadora dos atendimentos mais humanizados e salientam sua relevância para criação de vínculo profissional-paciente. No entanto, os trabalhos destacam a educação permanente profissional como necessidade para implementação de práticas de acolhimento nos atendimentos. Além disso, é fundamental reforçar a importância de abordar esse tema no ensino técnico, graduação e pós-graduação, a fim de fortalecer e sensibilizar os profissionais de saúde sobre a necessidade da prática da humanização na assistência à saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 2008. BRASIL. Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 20 set. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. HUMANIZASUS: Política Nacional de Humanização. Brasília, 2004.

FERREIRA, Émile Ramalho; ARAÚJO, Fernanda Gabriela Lima; GOMES, Maria Luiza Souto; SAMPAIO, Suellen Maria de Medeiros; SOUZA, Alysso Kennedy Pereira de; SOUSA, Daniela Heitzmann Amaral Valentin de; ARRUDA, Isabela Tatiana Sales de. A humanização do atendimento na atenção primária à saúde. *Brazilian Journal of Health Review*, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1680–1693, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/43190>. Acesso em: 20 nov. 2023.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GUSMÃO, Ricardo Otávio Maia; CASIMIRO, Flabiane Carvalho Cordeiro; WINTERS, Joanara Rozane da Fontoura; MACIEL, Reginalda; LUIZ, Dayane Clock; SILVA JUNIOR, Renê Ferreira da. Acolhimento na atenção primária à saúde na percepção da equipe multiprofissional. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, Rio de Janeiro, Brasil, v. 13, p. 1590–1595, 2021. Disponível em: <https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/10533>. Acesso em: 26 nov. 2023.

LOPES, Maria Tereza Soares Rezende, LABEGALINI, Célia Maria Gomes; SILVA, Maria Elisabeth Kleba da e BALDISSERA, Vanessa Denardi Antoniassi. Educação permanente e humanização na transformação das práticas na atenção básica. *Reme: Rev. Enferm*, Belo Horizonte, v. 23, e-1161, 2019. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-27622019000100208&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 nov. 2023.

MORAES, Antonia Nathalia Duarte de; SILVA, Geórgia Sibebe Nogueira da. Travestis e o cuidado humanizado em saúde. *Rev. abordagem gestalt.*, Goiânia, v. 26, n. 2, p. 175-187, ago. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672020000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 nov. 2023.

NATAL, Heloisa Furlan Montana Galvão, REIS, Gislene Aparecida Xavier dos; FESTA, Cristiano Alves e BARTMANOVIC, Maria Heloisa Vicente. Humanização nos serviços de saúde: perspectivas de profissionais atuantes na atenção primária à saúde. *Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR*. Umuarama. v. 26, n. 3, p. 1033-1043, set./dez. 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1414340>. Acesso em: 20 nov. 2023.

RODRIGUES, Jéssica Santos Fonsêca; NASCIMENTO, Rita de Cássia de Sousa. Acolhimento na atenção básica: uma revisão da literatura. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1140349>. Acesso em: 26 nov. 2023.

SALCI, Maria Aparecida; PAIANO, Marcelle; RADOVANOVIC, Cremilde Aparecida Trindade; PIRES, Grazielle Adrieli Rodrigues; MEIRELLES, Betina Hörner Schindwein; SILVA, Denise Maria Guerreiro Vieira da. Insuficiências na aplicabilidade das políticas direcionadas ao diabetes mellitus e a humanização na atenção primária. *Ciênc. cuid. saúde*, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1120013>. Acesso em: 26 nov. 2023.

SILVA, Priscilla Maria de Castro, Costa, N. F. da, Barros, D. R. R. E., Júnior, J. A. da S., Silva, J. R. L. da, Brito, T. da S. Saúde mental na atenção básica: possibilidades e fragilidades do acolhimento. *Revista Cuidarte* v. 10, n. 1, jan.-



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

abr. 2020. <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/08/1043564/617-texto-del-articulo-5841-2-10-20181227.pdf>



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**37- A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO DO PACIENTE
SUBMETIDO A INTERNAÇÃO INTENSIVA PÓS ALTA HOSPITALAR**

***THE IMPORTANCE OF MONITORING PATIENTS UNDERGOING INTENSIVE
ADMISSION AFTER HOSPITAL DISCHARGE***

Anne Lara Ribet Kill,¹ Marcelo Haase da Silva¹, Maria Eduarda Mendes da
Silva¹, Letícia Guimarães Peyneau Camilo¹.

¹Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), Vitória, ES, Brasil.

Autor correspondente: anne.kill@edu.emescam.br

Resumo

Introdução: O processo de internação em UTI, é responsável por desencadear problemáticas capazes de reverberar até mesmo 1 ano após alta hospitalar dos indivíduos, nesse sentido surge a necessidade de acompanhar a condição socioeconômica, clínica e avaliar a funcionalidade de pacientes um ano após alta hospitalar e assim fomentar a criação de políticas que contemplem esse grupo populacional de maneira mais abrangente e efetiva. **Métodos:** O estudo trata-se de uma abordagem observacional transversal quantitativa, que analisou 87 prontuários previamente coletados, por meio de ligação telefônica, de pacientes após 1 ano de sua alta, avaliando sua condição socioeconômica e funcionalidade atual. **Resultado:** Os dados sugerem uma amostra majoritariamente idosa, de baixa escolaridade e condição econômica, que manteve o hábito de tabagismo e possui mais de duas comorbidades associadas. **Conclusão:** Evidencia-se a necessidade do acompanhamento efetivo dessa população com a finalidade de fomentar estudos sobre a temática e o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas.

Palavras-chave: política pública, acompanhamento, alta hospitalar.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

O processo de hospitalização ao qual pacientes criticamente enfermos são expostos, é caracterizado pela presença de procedimentos invasivos e de alta complexidade, como a ventilação mecânica (VM) e intubação orotraqueal (IOT) em conjunto com uma demanda maior de medicamentos de alta gravidade clínica (BARBOSA et al., 2021). Porém, esses fatores, apesar de promoverem sobrevida após alta da UTI, acarretam complicações importantes a longo prazo, o que impacta grandemente na funcionalidade e qualidade de vida do paciente (CARVALHO, 2022).

Visto o impacto gerado, é necessário que a integralidade do cuidado perpassa por todos os níveis de atenção à saúde, principalmente no momento da alta hospitalar, onde o processo de cuidado não deve ser interrompido, ao contrário, deve se relacionar com a atenção secundária e primária e ter como objetivo o cuidado de forma contínua e longitudinal, propiciando desse modo, uma melhor qualidade de vida, além da diminuição de recidivas hospitalares e agravo de prognóstico dos indivíduos (BARBOSA, 2020).

Diante do exposto, surge a necessidade de acompanhar a condição socioeconômica, clínica e avaliar a funcionalidade de pacientes um ano após alta hospitalar e assim fomentar a criação de políticas que contemplem esse grupo populacional de maneira mais abrangente e efetiva.

MÉTODO

Trata-se de um estudo Observacional Transversal de abordagem quantitativa. A presente pesquisa, está sendo realizada a partir da análise de 87 prontuários, previamente coletados, do estudo primário: Avaliação da Funcionalidade dos Pacientes da UTI adulta de um Hospital Filantrópico de Vitória - ES.

Dando seguimento ao estudo, entrevistas através de ligações telefônicas no período de agosto a outubro de 2023 foram realizadas, onde através de um questionário próprio, os entrevistadores avaliaram condições socioeconômicas, clínicas e o nível de funcionalidade através da escala de Medida de



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Independência Funcional (MIF), em que os itens da escala podem ser classificados em graus dependência que variam de 1 a 7, sendo que a pontuação mínima da escala, 18 pontos, significa dependência completa e a pontuação máxima, 104 a 126, refere-se a uma independência completa do indivíduo.

Vale ressaltar, que foram excluídos do presente estudo aqueles indivíduos que não foram contatados após 3 tentativas de ligação, os que vieram a óbito e os que não terminaram de responder aos questionamentos ou se recusaram a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

RESULTADO

Dos 87 elegíveis para a pesquisa, 12 vieram a óbito, 53 não atenderam a ligação telefônica ou não completaram a entrevista, totalizando em uma amostra de 22 indivíduos.

Em relação ao perfil sociodemográfico e econômico destes, a amostra possui uma média de idade de 61,3 anos, mais da metade pertence ao sexo feminino (72,7%), autodeclarados pardos (68,1%) e relata possuir companheiro (54,5%), quase a metade possui escolaridade de nível fundamental (40,9%) e mais da metade recebe de 1 a 2 salários-mínimos (81,2%). (Tabela 1)

Na avaliação do perfil clínico dos pacientes, parte da amostra (36,3%) optou por não informar quanto a existência de hábitos tabágicos e etilistas, e dos que informaram 36,3% declaram possuir hábito tabagista e 31,9% etilista, além de possuírem mais de uma comorbidade associada ao seu quadro clínico atual (45,4%). (Tabela 2).

Acerca da variável desfecho, obteve-se que a grande maioria da amostra não apresentou um declínio significativo em relação a funcionalidade, correspondendo a 86,3%. Entretanto, uma parcela de 13,7% da população afirmou necessitar de auxílio para realizar atividades de cunho cotidiano em grande parte de suas tarefas evidenciando uma dependência modificada. (Tabela 3).



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DISCUSSÃO

Para Jalilian, 2019, é necessário modificar o modelo de cuidado prestado ao paciente crítico no pós alta da UTI, para assim, aumentar o envolvimento dos sobreviventes com os cuidados referentes à sua saúde, conscientizando sobre a importância da mudança de hábitos, além de acompanhar os sinais de piora de clínica, intervindo precocemente de modo a evitar recidivas hospitalares. Em concordância, o presente estudo encontrou que a grande maioria da amostra ainda permaneceu com o hábito de tabagismo e a presença de mais de duas comorbidades associadas, o que evidencia a importância do cuidado longitudinal e envolvimento dos usuários no seu processo saúde doença, afim de evitar novas complicações clínicas relacionadas ao seu estado de saúde.

Apesar dos resultados do presente estudo não evidenciarem uma significativa redução de funcionalidade nos pacientes avaliados pós alta hospitalar, Vesz, 2018, afirma que a fraqueza muscular adquirida na UTI reverbera em acentuado declínio na qualidade de vida dos indivíduos, o que impacta diretamente na sua saúde geral e social com níveis reduzidos de funcionalidade mesmo após um ano de alta hospitalar. Nesse sentido, a realização de estudos que acompanhem e analisem a condição atual desse grupo populacional, é primordial ao desenvolvimento de políticas públicas e melhorias do quadro de saúde a longo prazo destes indivíduos.

CONCLUSÃO

Conclui-se, após a dificuldade enfrentada na realização do presente estudo em busca de literatura voltada a temática, a necessidade da realização de maiores pesquisas que fomentem a importância do acompanhamento posterior a alta hospitalar e que elucidem a necessidade de políticas públicas que contemplem essa população oferecendo um cuidado longitudinal e eficaz ao público referido.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, I.E.B. et al. Segurança do paciente: principais eventos adversos na Unidade Terapia Intensiva. Revista Eletrônica Acervo Saúde. v.13. n.2. p.1-9, 2021.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

BARBOSA, S. Longitudinalidade do cuidado ao paciente no pós-alta hospitalar. Ciências Biológicas e da Saúde. 2020.

CARVALHO, L.L.M. et al. Perfil funcional do paciente pós alta da Unidade de Terapia Intensiva. Research, Society and Development. v. 11, n. 12, 2022.

JALILIAN, L; CANNESSON, M; KAMDAR, N. Clínicas de recuperação pós-UTI na era da saúde digital e da telessaúde. Cuidado Crítico Med. v.47, n.9, p. 796-797, 2019.

VESZ, P.S. et al. Impacto da ventilação mecânica na qualidade de vida e no estado funcional após a alta da UTI: um estudo transversal. Revista de Associação Médica Brasileira. v. 64. n. 1. p. 47-53, 2018.



38- RINDO CONTRA ESTERIÓTIPO E CONQUISTANDO DIREITOS: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA PALHAÇARIA NO BRASIL

LAUGHING AGAINST STEREOTYPES AND CLAIMING RIGHTS: WOMEN'S INVOLVEMENT IN CLOWNING IN BRAZIL

Norrayne Nascimento Lyrio Pereira¹, Tassiane Cristina Morais¹.

¹ Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), Vitória, ES, Brasil.

Autor correspondente: norrayne.pereira@edu.emescam.br

Resumo

Introdução: A participação feminina na palhaçaria iniciou a partir dos anos 1980, onde elas começaram a representar palhaças, para os circenses tradicionais; a mulher não podia ser palhaço, fato que ilustra os desafios dos estereótipos históricos e as conquistas de expressão de liberdade das mulheres em todos os espaços. Pesquisas sobre a temática são essenciais para conscientizar a população sobre a importância da inserção da mulher nos espaços dominados por homens, porque a mulher pode ser o que ela quiser, inclusive palhaça. **Objetivo:** Discorrer sobre a participação feminina na palhaçaria no Brasil. **MÉTODO:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura científica. **Resultado e discussão:** A segunda revolução industrial acarretou impactos positivos para as mulheres em relação ao trabalho. A década de 80 representou um marco na luta das mulheres por esses espaços artísticos e civis. Posteriormente, em 1990 foi criado o grupo de palhaçaria feminina “As Marias da Graça”, elas organizaram, o primeiro festival internacional de comicidade feminina realizado no Brasil, intitulado “Esse Monte de Mulher Palhaça” em 2005. **Conclusão:** Percebemos que a participação feminina ao longo dos anos vem ganhando visibilidade. A palhaçaria para as mulheres representam uma expressão audaciosa da liberdade para conquistar todos os espaços, celebrando a diversidade e ressignificando o papel da mulher de forma alegre e empoderadora.

Palavras-chave: inserção, feminina, palhaçaria.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

Para entendermos a participação feminina na palhaçaria no Brasil precisamos discorrer sobre os fenômenos que antecederam essa conquista. Por isso, iremos abordar a segunda revolução industrial e seu impacto nas relações de trabalho, incluindo a inserção da mulher no mercado de trabalho, feminismo, a inserção da feminina na palhaçaria no Brasil e sua luta por espaço de atuação.

Começaremos por entender a segunda revolução industrial, um período de muitas conquistas e evolução tecnológica. Corresponde ao início da década de 1870 a 1914 que trouxe um avanço no desenvolvimento humano e na força produtiva com o aperfeiçoamento de técnicas, o surgimento de máquinas e a introdução de novos meios de produção. A Segunda Guerra Mundial, obrigou muitos homens a deixarem suas famílias, conseqüentemente abrindo campo para a inserção feminina no mercado de trabalho (Rodrigues, 2015).

Nessa época as mulheres passaram a trabalhar nas indústrias, com essa organização houve conscientização sobre direitos e a luta pela diminuição das desigualdades de gênero, buscando cada vez mais sua independência da figura masculina (Méndez, 2011). No Brasil até 1980, o cenário artístico brasileiro não aceitava mulheres, seja como atrizes ou público, ela era taxada como um ser ingênuo e frágil, portanto, não poderia participar de algo subversivo como a arte. Essa participação iniciou a partir dos anos 1980, onde começaram a representar palhaças com vestimentas femininas, apesar de mulheres trabalharem em espaços culturais nessa época, para os circenses tradicionais, a mulher não podia ser palhaço, o termo palhaça não era reconhecido (Leite, 2015).

Tendo em vista a evolução que o feminismo trouxe para as relações sociais com a inserção da mulher no trabalho, contribuindo para o pensar em igualdade de gênero, trazendo conquistas, como, o direito ao trabalho, a arte e a palhaçaria. Portanto, o objetivo deste estudo foi discorrer sobre a participação feminina na palhaçaria no Brasil.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MÉTODO

Trata-se de uma revisão narrativa que tem como objetivo mapear o conhecimento produzido em determinada área, sem critérios sistemáticos de busca, retenção de artigos e extração de informações. Foi realizada uma busca na literatura científica com os descritores "Inserção" and "Feminina" and "Palhaçaria", após a leitura do título, resumo e texto completo, selecionamos estudos, dissertações de mestrado e artigos científicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A segunda revolução industrial acarretou impactos positivos para as mulheres em relação ao trabalho, no Brasil a industrialização começou no segundo semestre do século XIX com a chegada de fábricas têxteis e de alimentos. As trabalhadoras possuíam carga horária extensa de trabalho chegando a 18 horas em seis dias por semana, sem direito a salário-mínimo, férias e hora extra. As mulheres eram mais comuns nas fábricas de tecidos, sendo consideradas por seus patrões como “dóceis”, essa narrativa era sustentada, pois nesse período a organização sindical feminina ainda não era ostensiva e as tentativas de greve eram frustradas (Rodrigues, 2015).

Nesse mesmo período as mulheres começaram a se conscientizar sobre seus direitos, elas observavam que realizavam o mesmo trabalho que os homens e ganhavam menos. Enquanto os homens estavam unindo-se em prol de melhorias das condições de trabalho, elas viam-se reféns de condições precárias. Com isso, o pensamento de igualdade de gênero tornou-se pauta para elas, nessa época surgiram as primeiras teorias sobre o feminismo que reforça exatamente o discurso de que a mulher é igual ao homem, portanto, precisa ter os mesmos direitos garantidos (Teixeira, 2009).

Mas a luta das mulheres continuou e se fortaleceu durante os anos seguintes, elas não tinham direitos básicos, como direito ao voto, ao ensino primário, secundário, superior, não podiam frequentar teatros, circos, seja como público ou atrizes (Leite, 2015). Mas a década de 80 representou um marco na luta das mulheres por esses espaços artísticos e civis, década em que foram garantidas pela Constituição Federal Brasileira com os mesmos direitos que os



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

homens (Brasil, 1988). No campo das artes, a inauguração de escolas circenses no Brasil contribuiu para a inserção feminina na palhaçaria.

As primeiras aparições de mulheres palhaças aconteceu com as representações “fora de lona”, ou seja, em escolas circenses. Elas começaram por representar papéis específicos, como, soubrettes que é a representação cômica da criada, caipiras que é a representação de mulheres do interior dos estados brasileiros e caricatas que eram as personagens com maquiagens e falas exageradas, que preparavam o público para receber o palhaço. Com o avançar do tempo o circo tradicional foi perdendo espaço e as mulheres ganhando mais visibilidade na atuação como palhaças (Santos, 2014; Leite, 2015).

A evolução da mulher na palhaçaria Brasileira enfrentou muitas dificuldades e preconceitos, mas culminou em diversos grupos conhecidos de palhaçaria feminina, como, o grupo carioca “As Marias da Graça” fundado no início da década de 90, inaugurando um dos primeiros grupos de palhaçaria da América Latina com o elenco totalmente feminino, elas também organizaram, com apoio do SESC, o primeiro festival internacional de comicidade feminina realizado no Brasil, intitulado Esse Monte de Mulher Palhaça em 2005. Também fundaram em 2003 a Associação de Mulheres Palhaças As Marias da Graça, que foi no mesmo ano premiada pelo Global Fund for Women e pelo IV Concurso de Empreendimentos Exitosos Liderados por Mulheres (Santos, 2014).

CONCLUSÃO

As mulheres enfrentaram uma longa trajetória de luta e superação para conquistarem direitos humanos básicos. Percebemos que a participação feminina na palhaçaria foi mais expressiva, transformando a palhaçaria em um campo de expressão igualitária. Essa jornada não apenas ressalta a importância da persistência na busca por direitos básicos, mas também destaca como a palhaçaria em sua forma artística, pode ser um espelho das conquistas femininas na sociedade, promovendo inclusão, riso, e acima de tudo reconhecimento merecido.



REFERÊNCIAS

LEITE D. A. Aspectos do processo de abertura à participação feminina na palhaçaria brasileira: especificidades da produção carioca nas décadas 1980 e 1990. UFMG, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/EBAC-ABFMX2/1/disserta__o_371_29.10.2015__aspectos_do_processo_de_abertura_a__participa__o__feminina__amanda_dias_leite.pdf. Acesso em: 08 de dezembro de 2023.

MÉNDEZ P. N. Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. Revista Mulher e Trabalho, v.6, 2006. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/mulheretrabalho/article/download/2712/3035>. Acesso em: 08 de dezembro de 2023.

RODRIGUES P. J., MILANI, D. R. C., CASTRO, L. L. O. O TRABALHO FEMININO DURANTE A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL. UNESP, 2015. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiisemanadamulher11189/o-trabalho-feminino_paulo-jorge-rodriques.pdf. Acesso em: 08 de dezembro de 2023.

SANTOS M. S. Mulheres Palhaças: percursos históricos da palhaçaria feminina no Brasil. UNESP, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/34348a0e-4a61-4363-a9fc-bbd1faa6c76c/content>. Acesso em: 08 de dezembro de 2023.

TEIXEIRA M. C. As Mulheres no Mundo do Trabalho: Ação das Mulheres, no Setor Fabril, para a Ocupação e Democratização dos Espaços Público e Privado. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 25, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/ZrB5pJb4fw7pdGfdQJ7Y43G/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 de dezembro de 2023.



39- SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL: UM OLHAR PARA AS IMPLICAÇÕES PARA A CRIANÇA

PARENTAL ALIENATION SYNDROME: EXAMINING IMPLICATIONS FOR THE CHILD

Adriely Azevedo Silva¹, Tassiane Cristina Morais¹

¹Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, Vitória- ES.

Autor correspondente: driely_azevedoes@hotmail.com

Resumo

Introdução: O fenômeno intrincado e multifacetado conhecido como Síndrome de Alienação Parental (SAP) tem atraído atenção e exploração significativas nos domínios do direito da família e da psicologia. A SAP surge no contexto de disputas de custódia, em que um dos pais emprega várias táticas para manipular a criança para que alimente animosidade ou rejeite o outro progenitor. **Objetivo:** Este estudo tem como objetivo oferecer um exame abrangente das ramificações físicas, emocionais, psicológicas e sociais vivenciadas por crianças que foram submetidas à alienação parental. **Método:** Foi realizado um estudo bibliográfico, do tipo revisão integrativa da literatura, realizado em 2023, a busca abrange um período de dez anos, utilizando a base de dados do Scielo. Foram incluídos, três artigos científicos. **Resultados:** Os comportamentos adversos associados à SAP podem causar danos duradouros ao bem-estar emocional e psicológico da criança, dando origem a sentimentos de ansiedade, depressão e perplexidade. Além disso, pode exercer efeitos a longo prazo no desenvolvimento cognitivo da criança, nos resultados acadêmicos e nas perspectivas futuras, tanto na esfera pessoal como profissional. **Conclusão:** Em suma, a criança vítima de alienação parental experimenta consequências substanciais nos níveis físico, emocional, psicológico e social. É crucial levar em conta as emoções prejudiciais exibidas pelos pais alienadores, a tensão e a angústia infligidas às relações escolares devido à Síndrome de Alienação Parental (SAP) e a importância da assistência psicológica durante os processos judiciais de família ao abordar a SAP.

Palavras-chave: alienação social, criança, impacto psicossocial.



INTRODUÇÃO

A Síndrome de Alienação Parental (SAP) é um fenômeno complexo que envolve um dos pais exercendo pressão sobre uma criança ou adolescente para que rejeite ou demonstre aversão ao outro genitor em um conflito de guarda parental. Esta pressão pode assumir diversas formas e tem consequências significativas para as crianças e adolescentes envolvidos. Eles enfrentam lealdades dilaceradas, forçados a tomar partido em conflitos adultos que vão além da sua compreensão, levando à tensão emocional, ansiedade e depressão (Bernardes et al., 2023).

A SAP pode ter consequências a longo prazo no desenvolvimento cognitivo, no desempenho acadêmico e nas perspectivas profissionais, criando um ciclo de desvantagens que se estende para além da infância. As lealdades divididas e as mensagens contraditórias recebidas dos pais podem levar a uma profunda confusão sobre quem eles são e o que sentem, tornando difícil estabelecer relacionamentos saudáveis e duradouros no futuro (Deeke; Muner, 2021).

Os sinais de alienação parental não são imediatamente visíveis, tornando o diagnóstico e a intervenção ainda mais desafiadores. Compreender a natureza e as consequências deste fenômeno é fundamental para proteger o bem-estar e o desenvolvimento saudável destes jovens. A intervenção adequada e o apoio contínuo podem ser cruciais para o bem-estar emocional e psicológico das crianças e adolescentes afetados, ajudando-os a superar os desafios impostos pela SAP (Bernardes et al., 2023).

Proteger esses jovens de um ambiente de manipulação e conflito é uma demonstração de responsabilidade coletiva em assegurar que cada criança tenha a oportunidade de crescer em um ambiente seguro, saudável e equilibrado. Esta pesquisa se justifica, pois, a compreensão aprofundada da SAP e de suas implicações psicológicas é fundamental para informar políticas e práticas que visem mitigar seus efeitos prejudiciais.

Além disso, a SAP não é um fenômeno restrito a um grupo específico de famílias ou a determinadas configurações de custódia. Essa amplitude de



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

aplicação destaca a importância de se aprofundar na compreensão da SAP, uma vez que suas implicações transcendem os limites de qualquer grupo demográfico específico. Desta forma, o objetivo que se propõe é descrever as implicações físicas, emocionais, psicológicas e sociais para a criança vítima de alienação parental.

MÉTODO

A metodologia aqui utilizada é um estudo bibliográfico realizado em 2023, com recorte temporal de 10 anos. A base de dados escolhida foi a Scientific Electronic Library Online (SciELO). Para a coleta de dados foram utilizados os seguintes descritores: (alienação social) AND (criança) OR (Impacto Psicossocial) / (social alienation) AND (child) OR (Psychosocial Impact). Os estudos selecionados foram da língua portuguesa e/ou inglesa, com acesso on-line gratuito ao texto completo. Como critérios de exclusão, não serão selecionadas literaturas os quais não tenham acesso completo e gratuito, que não respondam à questão norteadora desta pesquisa e artigos duplicados nas bases de dados.

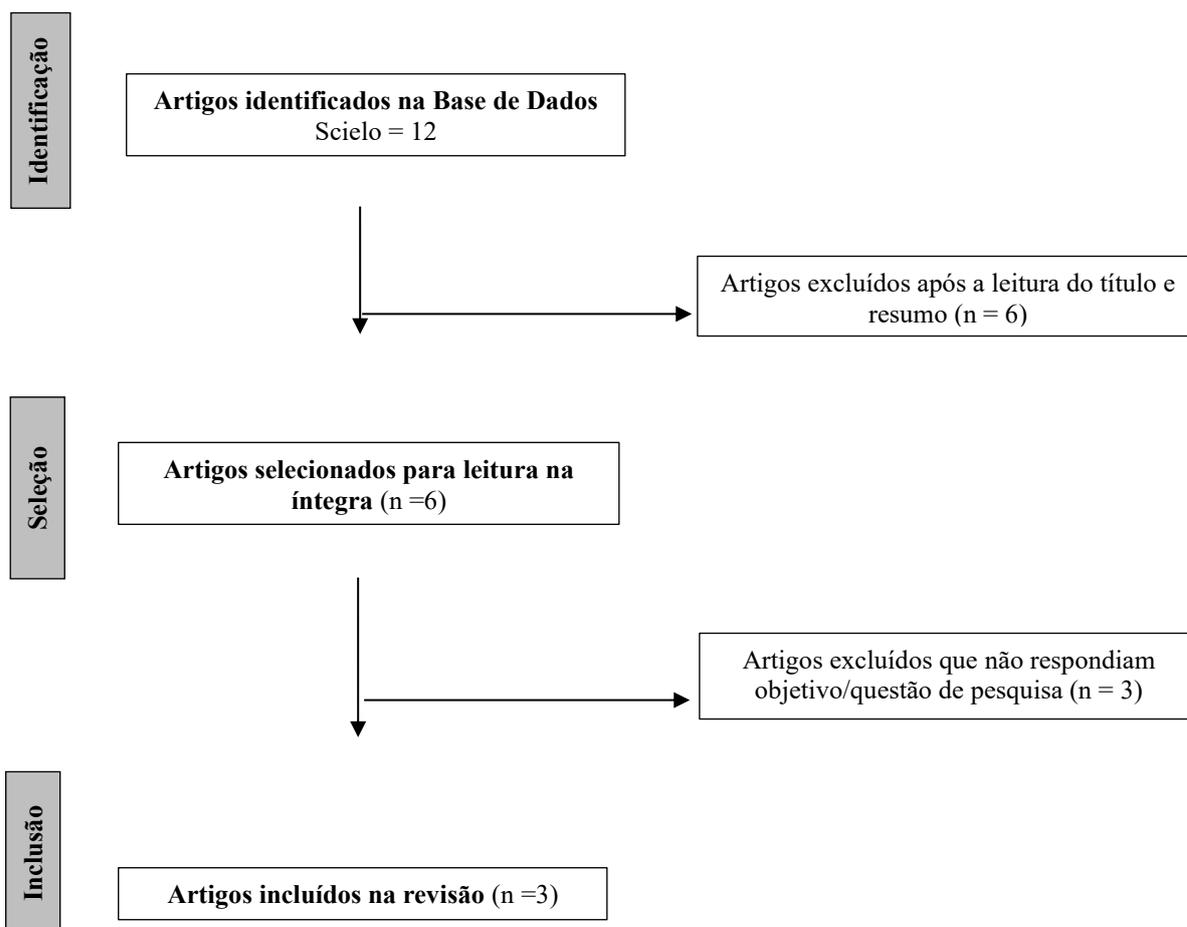


I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RESULTADOS

Os resultados encontrados na base de dados SciELO foi de 3 artigos, através do método de seleção apresentado no fluxograma.

Fluxograma – Resultados encontrados



Fonte: Scielo, 2023

DISCUSSÃO

Amplas investigações sobre as manifestações concretas da Síndrome de Alienação Parental (SAP) têm sido realizadas por meio de análises históricas e hermenêuticas. O renomado psiquiatra Richard Alan Gardner é responsável por cunhar o termo em 1985. Gardner delineou vários indicadores que apontam para



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

a presença de alienação parental, como dificuldades de contato, deterioração das relações pós-divórcio, fabricação de alegações de abuso e uma atitude baseada no medo. resposta. Esta resposta de medo leva a criança a alinhar-se com um dos pais por apreensão em relação aos conflitos parentais, temendo assim a separação.

O estudo de Garcia, Cardoso e Modesti (2020) constatou que os pais alienadores tendem a apresentar traços de personalidade e sentimentos específicos, como raiva, frustração e ressentimento em relação ao outro genitor. Estas emoções negativas podem ser expressas através de várias formas de pressão sobre a criança para rejeitar o outro progenitor, tais como difamação, manipulação emocional e restrição de acesso. Esta constatação é relevante para o nosso objetivo de investigação, uma vez que ajuda a explicar algumas das implicações emocionais e psicológicas para a criança vítima de SAP.

A manipulação emocional, como sentir-se culpada ou brincar com as emoções da criança, pode fazer com que ela se sinta ansiosa e em conflito. E restringir o acesso, ou impedir que a criança passe tempo com o outro progenitor, pode levar a sentimentos de isolamento e abandono.

Jesus e Cotta (2016), discutem o papel do psicólogo no enfrentamento da alienação parental nas relações escolares. O estudo destaca a importância da intervenção precoce, pois o desempenho acadêmico e as relações sociais da criança podem sofrer com o estresse e a ansiedade causados pela alienação parental. Isto destaca as implicações sociais para a criança vítima de SAP.

Esses comportamentos negativos podem ter efeitos duradouros no bem-estar emocional e psicológico da criança, levando a sentimentos de ansiedade, depressão e confusão. Também pode ter consequências a longo prazo no desenvolvimento cognitivo da criança, no desempenho acadêmico e nas perspectivas profissionais e sociais futuras.

Telles et al. (2015) trazem a importância de uma compreensão profunda da dinâmica da SAP e das necessidades específicas da criança vítima no desenvolvimento de estratégias de intervenção eficazes. Esse achado é



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

relevante para o objetivo da nossa pesquisa, pois enfatiza a necessidade de apoio psicológico à criança vítima de SAP.

Comparando com a literatura existente, os resultados do estudo são consistentes com pesquisas anteriores sobre as implicações negativas da alienação parental no desenvolvimento emocional, psicológico e social das crianças. Contudo, o nosso foco na descrição das implicações específicas para a criança vítima de SAP contribui para a literatura existente, fornecendo uma visão abrangente dos efeitos na vida da criança.

Como limitação é a quantidade de literatura encontrada. Pesquisas futuras poderiam expandir nossas descobertas, incluindo mais estudos e examinando as implicações da SAP em maior escala. Além disso, pesquisas futuras poderiam explorar estratégias de intervenção eficazes para abordar a SAP e apoiar a criança vítima.

CONCLUSÃO

Concluindo, a alienação parental tem implicações físicas, emocionais, psicológicas e sociais significativas para a criança vítima. As emoções negativas exibidas pelos pais alienadores, o estresse e a ansiedade causados pela SAP nas relações escolares e a importância do apoio psicológico em processos judiciais de família são fatores importantes a serem considerados ao abordar a SAP. Mais pesquisas são necessárias para desenvolver estratégias de intervenção eficazes e fornecer apoio à criança vítima.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Alessandra Arantes Neves et al. Resenha do artigo intitulado “Síndrome de alienação parental-uma breve exploração conceitual sob o olhar da psicologia”. *Revista Processus Multidisciplinar*, v. 4, n. 8, p. 19-23, 2023.

DEEKE, Camila Brilhante; MUNER, Luana Comito. A Síndrome da Alienação Parental e as consequências psicológicas nos filhos. *Revista Cathedral*, v. 3, n. 1, p. 79-90, 2021.

GARCIA, Carem Cristina Herrera; CARDOSO, Nioiasde Oliveira; MODESTI, Simone Regina Sandri. Os sentimentos e os traços de personalidade de pais alienadores: uma revisão integrativa. *Psicol. caribe, Barranquilla*, v. 2, pág. 88-110, agosto de 2020.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

JESUS, Jéssica Alves de; COTTA, Manuela Gomes Lopes. Alienação parental e relações escolares: a atuação do psicólogo. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 20, p. 285-290, 2016.

TELLES, Lisieux de Borba et al. O psiquiatra forense frente às demandas dos tribunais de família. *rev.fac.med. Bogotá*, v. 3, pág. 511-516, julho de 2015.



**40- A RELAÇÃO ENTRE O USO DAS TELAS E O DESEMPENHO
ACADÊMICO DE ESTUDANTES**

***ASSOCIATION BETWEEN SCREEN MEDIA USE AND ACADEMIC
PERFORMANCE IN STUDENTS***

Bianca Suaid Soares¹, Giovanna Passamani Simões Silva¹, Joana Degasperi Diniz¹, Luísa Pirola Santos¹, Manuela Bastos Marchesi¹, Caroline Feitosa Dibai de Castro¹

¹Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM. Vitória-ES. Brasil.

Autor correspondente: biancasoaresnv@gmail.com

Resumo

A popularização do uso de telefones celulares, aliada ao advento da Internet, tornou o uso excessivo de telas uma problemática cada vez maior, uma vez que essa prática gera diversos impactos, entre eles o declínio do desempenho acadêmico de estudantes. Sendo assim, essa revisão tem o objetivo de investigar a correlação existente entre o uso de aparelhos celulares por estudantes e o desempenho acadêmico. Trata-se de uma revisão sistemática realizada em dezembro de 2023 a partir de estudos publicados no PubMed realizados em humanos, nos últimos cinco anos, em inglês e português e com texto completo disponível. A pesquisa foi realizada a partir do cruzamento dos descritores "Cell Phone Use", "Academic Performance" e "Students", com exclusão por título e resumo, sendo encontrado um "n" de quatro artigos, aos quais somou-se outros três estudos pertinentes ao tema, obtendo um "n" final de sete referências teóricas. Ao avaliar o impacto do uso da tecnologia no desempenho acadêmico, foi analisado que estudantes que fazem o uso de computadores não obtiveram melhor desempenho do teste de Pisa e que, na verdade, tais estudantes tendem a ter pontuações médias relativamente mais baixas que os demais. Ademais, o aumento das horas de uso do celular foi proporcionalmente relacionado a um pior desempenho acadêmico. Assim, pode-se inferir que o uso de aparelhos celulares causa prejuízos ao desempenho acadêmico dos estudantes, resultando em danos cognitivos, dificuldade no aprendizado, na memória e na atenção.

Palavras-chave: uso do telefone celular, instituições acadêmicas, estudantes, desempenho acadêmico, professores escolares.



INTRODUÇÃO

O surgimento e a proliferação dos telefones celulares trouxeram grande impacto na comunicação humana, principalmente aliado ao advento da Internet, o que pode ser demonstrado pela forma como esses objetos se tornaram indispensáveis no âmbito pessoal e laboral (Pan et al., 2023).

Segundo uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022, p. 11), “entre os anos de 2019 e 2021, houve crescimento do percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal em todos os grupos etários, com destaque para aqueles com idade entre 10 e 13 anos (4,7 p.p.)”, nos quais esse valor passou de 46,7% para 51,4%. Já o uso da Internet prevaleceu na faixa etária entre 25 e 29 anos, sendo observado em 95,0% desse grupo. O mesmo estudo mostrou que estudantes utilizam a internet com o principal intuito de assistir a programas, filmes e séries, seguido pelo uso para chamadas de voz ou vídeo e troca de mensagens de texto, voz ou imagem.

Apesar das inúmeras vantagens da utilização da tecnologia, particularmente de telefones celulares, seu uso excessivo, que gera comumente uma relação de dependência, tem sido atrelado ao declínio do desempenho acadêmico de estudantes (Jeong et al., 2023). Isso pode ser associado a fatores como distúrbios de memória e redução da atenção, valendo destacar o impacto negativo do uso de aparelhos emissores de luz durante a noite nesses domínios cognitivos (Jeong et al., 2023; Ragupathi et al., 2020). Além disso, a utilização de telemóveis em demasia pode ser correlacionada à baixa atividade física, uma vez que fatores como sexo feminino, baixo nível socioeconômico, baixo desempenho acadêmico e elevado tempo sentado podem ser associados ao uso problemático de telefones celulares e, também, afetam de forma negativa, direta e indiretamente, a saúde física (Jeong et al., 2023).

Dessa maneira, percebe-se a problemática crescente do uso excessivo de telas na saúde física e mental dos estudantes. Diante da relevância social do tema, há uma necessidade de revisão das literaturas mais recentes disponíveis acerca dessa temática. Portanto, esse artigo tem o objetivo de investigar a



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

correlação existente entre o uso de aparelhos celulares por estudantes e o desempenho acadêmico.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão bibliográfica expositiva e analítica acerca da associação do uso de telas pelos estudantes e o desempenho acadêmico. Assim, foram realizadas consultas à base de dados PubMed (US National Library of Medicine), em dezembro de 2023. A busca foi realizada por meio do cruzamento dos descritores "Cell Phone Use", "Academic Performance" e "Students", todos definidos pelo Medical Subject Headings (MeSH) e pelo Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Desse modo, considerou-se somente os estudos realizados em humanos, em português ou inglês, com texto completo disponível e que foram publicados nos últimos cinco anos, resultando em cinco artigos, dos quais, quatro foram selecionados após a análise de título e resumo. Além disso, três referências adicionais pertinentes ao tema foram acrescentadas, culminando em um total de sete artigos de interesse.

RESULTADOS

De acordo com um estudo realizado por Felisoni e Godoi (2018), com 43 universitários da Instituição Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, cada 100 minutos, em média, de uso diário do telefone celular refletiu em uma redução de 6,3 pontos na posição do aluno no ranking de desempenho da instituição, em uma escala de 0 a 100. Ademais, ao considerar esse período de uso apenas no horário da aula, o efeito no recuo do ranking dobra. Os gráficos abaixo mostram a relação inversamente proporcional entre o desempenho do aluno e o uso do celular durante as aulas (Gráfico 1)



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

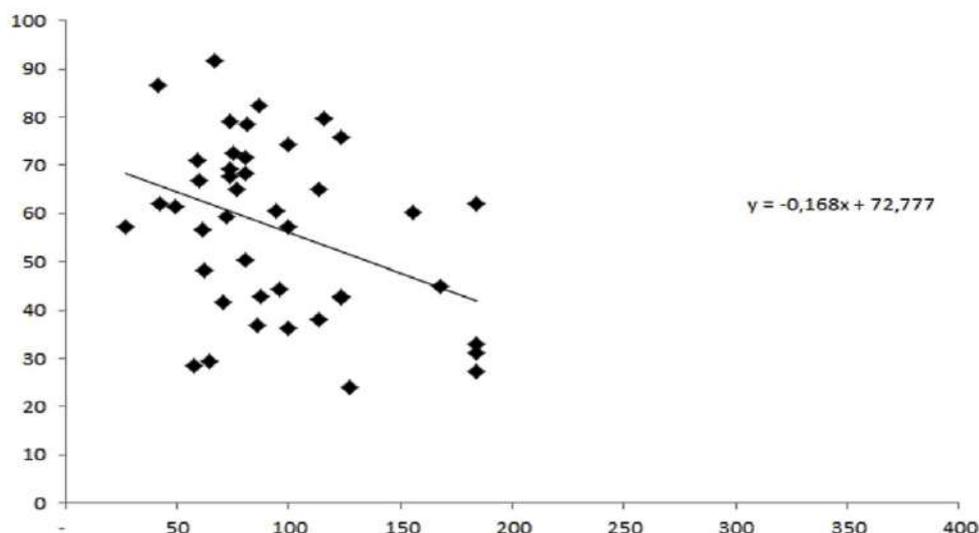


Gráfico 1: Média de uso do celular por dia nas aulas x posição no ranking. **Fonte:** Felisoni; Godoi (2018)

Segundo o estudo coorte de Liu et al (2020, p. 7), "Houve uma relação dose-resposta entre uso prolongado do celular de ≥ 1 hora/dia durante a semana e ≥ 2 horas/dia nos finais de semana e baixo desempenho acadêmico", de modo que a prevalência de mau desempenho acadêmico auto-relatado aumentou significativamente e as pontuações nos testes de desempenho diminuíram significativamente. O gráfico 2 abaixo demonstra esse importante aumento na taxa de prevalência de baixo desempenho acadêmico no geral e nas disciplinas de chinês, matemática e inglês, devido ao maior tempo de uso do telefone celular em horas por dia.

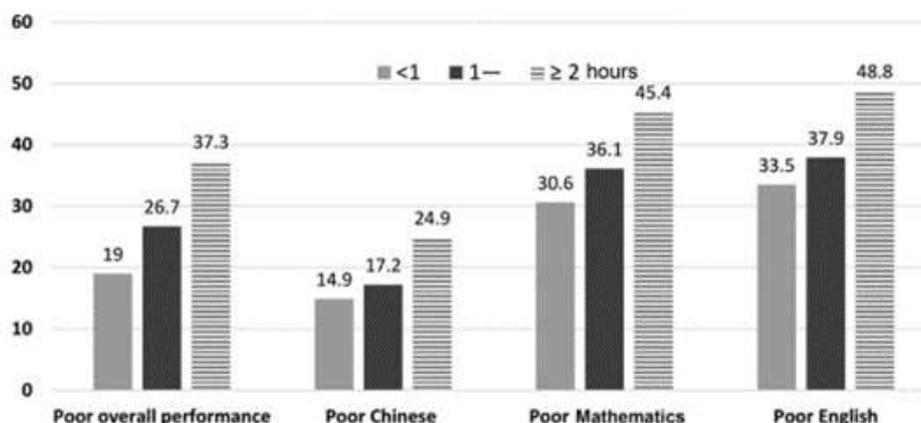


Gráfico 2. Baixo desempenho acadêmico devido ao uso do celular durante a semana. **Fonte:** Liu et al. (2020)



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DISCUSSÃO

Após a análise dos dados supracitados, pode-se observar que a digitalização do ensino não tem mostrado grandes impactos positivos entre os estudantes. Juntamente com a ausência de dados que aprovem a melhora do desempenho com o uso de telas, os dados estatísticos mais atuais atestam, na verdade, a grande relação do aumento do número de horas em uso de telefone móvel com o declínio do desempenho acadêmico.

Vale destacar, que o excesso do uso de telas impele efeitos negativos nos âmbitos social, físico e mental dos estudantes, sendo a saúde uma das facetas afetadas com multicomplexidade da digitalização do ensino. Tal fato se torna ainda mais preocupante ao se estabelecer uma conexão desses dados com o número de jovens usuários de celulares e com o objetivo deste uso que, em sua grande maioria, serve à fins recreativos e de entretenimento.

Apesar de muito relevantes, foram encontrados poucos artigos recentes disponíveis nas bases de dados científicos que associam o uso de aparelhos celulares e o desempenho acadêmico dos estudantes para que tenham sido feitas maiores análises. Tal fato pode gerar um viés devido à quantidade limitada de artigos encontrados.

Nesse sentido, vê-se a necessidade da realização de maiores estudos sobre essa temática, uma vez que o uso de celulares tem se tornado cada vez mais presente na sociedade.

CONCLUSÃO

O uso de aparelhos celulares causa prejuízos ao desempenho acadêmico dos estudantes, causando danos cognitivos, dificuldade no aprendizado, na memória e na atenção. Além disso, esses aparelhos causam alterações na qualidade do sono que também comprometem o desempenho acadêmico dos estudantes.

Nesse sentido, fica evidente a necessidade de novos estudos sobre o assunto com o foco na população brasileira acerca do uso de aparelhos celulares e o desempenho acadêmico dos estudantes, bem como o desenvolvimento de



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

novas normas para seu uso no ambiente acadêmico. Além disso, é importante o acompanhamento e orientação dos acadêmicos brasileiros acerca dessa temática, com o desenvolvimento de técnicas de autocontrole e concentração pouco difundidas na atualidade.

REFERÊNCIAS

FELISONI, Daniel Darghan; GODOI, Alexandra Strommer. Cell phone usage and academic performance: An experiment. *Computers & Education*, v. 117, p. 175-187, 2018. DOI: 10.1016/j.compedu.2017.10.006

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2021. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022. ISBN 978-85-240-4543-1

JEONG, Ahnhyun et al. Association between Problematic Smartphone Use and Physical Activity among Adolescents: A Path Analysis Based on the 2020 Korea Youth Risk Behavior Web-Based Survey. *Korean Journal of Family Medicine*, v. 44, n. 5, p. 268-273, 2023. DOI: 10.4082/kjfm.22.0154

LIU, Xianchen et al. Prolonged Mobile Phone Use Is Associated with Poor Academic Performance in Adolescents. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, 2020. DOI: 10.1089/cyber.2019.0591

PAN, Weigang et al. Self-control mediates the relationship between time perspective and mobile phone addiction in Chinese college students. *PeerJ*, v. 11, 22023. DOI: 10.7717/peerj.16467

RAGUPATHI, Darnisha et al. Relations of Bedtime Mobile Phone Use to Cognitive Functioning, Academic Performance, and Sleep Quality in Undergraduate Students. *Int J Environ Res Public Health*, v. 17, n. 19, p. 7131, 2020. DOI: 10.3390/ijerph17197131



41- REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS DISCURSIVAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

REFLECTIONS ON DISCURSIVE PRACTICES: AN EXPERIENCE REPORT

Sabrina Alaide Amorim Alves¹, Italla Maria Pinheiro Bezerra², Raimundo Augusto Martins Torres¹

¹Programa de Pós-Graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde, Universidade Estadual do Ceará (UECE). Fortaleza, CE, Brasil

²Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), Vitória, Brasil

Autor correspondente: sabrina1995amorim@gmail.com

Resumo

Introdução: Práticas discursivas no campo da pesquisa qualitativa apresenta-se como uma ferramenta que permite o favorecimento ao alcance da compreensão acerca das refrações sociais de uma coletividade. **Objetivo:** Relatar reflexões sobre práticas discursivas no campo da pesquisa qualitativa. **Método:** relato de experiência sobre discurso de práticas narrativas em pesquisas qualitativas, oriundo de estudos e debates pertinentes à disciplina de Pesquisas e Análises Discursivas em Tecnologias Digitais para o Web-Cuidado de Enfermagem e Saúde do Programa de Pós-Graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde, nível Doutorado, da Universidade Estadual do Ceará. **Resultados:** Foram tecidas reflexões sobre aprofundamento de discursos como forma de estabelecer uma rede de diálogos, que permita a valorização de valores, culturas e saber, como forma de fomentar práticas no campo da saúde coletiva. **Conclusão:** Os discursos permitem o aprofundamento e melhor compreensão e visibilidade do problema em saúde, além de contribuir com subsídios para que tomada de decisão.

Palavras-chave: práticas discursivas, análise de discurso, tomada de decisão.



INTRODUÇÃO

Percebe-se na investigação qualitativa a amplitude e aprofundamento do conhecimento acerca de um determinado fenômeno, e possibilidade de novos saberes oriundo de discursos produzidos das percepções dos indivíduos. Tais discursos, mostram-se impreterível quanto a buscar compreender os significados atribuídos pelos sujeitos no que se refere a suas experiências e vivências (VIEIRA, 2021).

A análise de narrativas em pesquisas qualitativas, caracterizam por desvendar o sentido oculto em mensagens e discursos simbólicos ou polissêmicos, permitindo aproximação quanto aos significados produzidos das narrativas dos interlocutores. De modo, produzir respostas de problemas de uma coletividade, abrindo possibilidades de práticas de cuidado clínico ancorada nos pressupostos da promoção da saúde (BATISTELLA, 2020).

Neste aspecto, a análise de discursos permite refletir sobre as dimensões sociais que a pesquisa qualitativa oferece, compreendendo o contexto cultural de grupos através de um universo vocabular que expressa as concepções de mundo dos sujeitos. Tais, práticas discursivas tornam-se centrais para a construção de significado na interação social, compreendendo como os participantes de uma determinada comunidade, grupo ou contexto atribuem sentido às suas experiências e se comunicam uns com os outros, contribuindo para uma compreensão mais profunda da dinâmica social.

Diante do exposto, o estudo teve como objetivo relatar reflexões sobre práticas discursivas no campo da pesquisa qualitativa.

MÉTODO

Trata-se de um relato de experiência, sobre discurso de práticas narrativas em pesquisas qualitativas, oriundo de estudos e debates pertinentes à disciplina de Pesquisas e Análises Discursivas em Tecnologias Digitais para o Web-Cuidado de Enfermagem e Saúde do Programa de Pós-Graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde, nível Doutorado, da Universidade Estadual do Ceará. A disciplina foi desenvolvida entre agosto e outubro de 2022,



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

de forma dialógica sobre temas emergentes sobre produção de discursos voltados para a prática de cuidados clínicos na enfermagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência vivenciada na disciplina Pesquisas e Análises Discursivas em Tecnologias Digitais para o Web-Cuidado de Enfermagem e Saúde, ofertada pelo Programa de Pós-graduação em Cuidados Clínico em Enfermagem e Saúde, no processo de doutoramento, instigou reflexões sobre aprofundamento de discursos como forma de estabelecer uma rede de diálogos, que permita a valorização de valores, culturas e saber.

Tais discursões possibilitaram reflexões acerca do objetivo de estudo a ser desenvolvido no doutorado, na qual observo a necessidade de análise de discursos produzidos por adolescentes no contexto escolar sobre violências de gênero.

A proposta do objeto de tese propõe-se elaborar um instrumento para avaliar os níveis para vulnerabilidades individuais e sociais de adolescentes para violência de gênero, permitindo a compreensão aspectos multidimensionais quanto ao contexto saúde e seus diversos fatores que influenciam na consolidação do processo saúde-doença, voltados para a compreensão da saúde e a explicação de seus determinantes sociais.

As leituras e discursões em aprofundamento sobre os aspectos da produção dos discursos do filósofo Michel Foucault, na qual discorre que os discursos podem se configurar como uma relação de saber e poder, que ao longo da história das civilizações observou-se dificuldades empregadas nas análises produzidas, pelo fato dessas práticas de significado de poderes que permearam e moldaram os discursos da sociedade (FOUCAULT, 1979).

Assim, compreende-se a necessidade de produção de práticas em saúde para a população adolescentes como forma de superação de uma assistência fragmentada e biologistas, que busque por meio da educação em saúde a reorganização do cuidado clínico em saúde, possibilitando trocas de experiências e reflexões, a fim de construir conhecimentos e hábitos de saúde e



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ações promotoras de saúde. Revelando-se uma ferramenta para efetivação dos pressupostos da promoção da saúde, que se constitui em uma construção construída coletivamente no encontro, envolvendo os diversos setores, saberes e sujeitos, valorizando as escolhas dos usuários como afirmações de autonomia.

Para Michel Foucault os discursos devem ser compreendidos como mecanismos de emancipação, que assegura novos caminhos metodológicos, possibilitando acessar novas camadas. Nesse contexto, o discurso apresenta-se como suporte para valorização dos sujeitos, como prática social para se tornar um exercício coletivo, enquanto estratégia de poder coletivo (FOUCAULT, 1979).

Assim, os discursos traduzem as lutas disseminadas pelo tecido social, como forma de entender as relações e como funcionam as sociedades. Nesse prisma, ao buscar compreender os discursos de adolescentes desvela-se refletir sobre a funcionalidade e aplicabilidade de práticas de saúde voltadas para essa população.

Acredita-se que o adolescente seja um grupo populacional vulnerável enquanto práticas de cuidado que afetam diretamente seu processo saúde-doença, mesmo existindo uma política específica a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Adolescentes (PROSAD) a atenção dispensada a este grupo ainda parece estar fragmentada, implicando fortes evidências de práticas voltadas para o assistencialismo, que se opõem às concepções promotoras de saúde (BRASIL, 1996).

Nesse contexto, desvela a necessidade de compreensão dos principais paradigmas que explicam o processo saúde-doença. De modo, a inferir que o conceito de saúde deve partir da concepção de que se configura como uma produção social da interação entre sujeitos que disputam por introduzir seus interesses e necessidades, mediadas pelos contextos sociopolíticos (BUSS, 2020).

Essas reflexões alinham-se as discussões embasadas no livro “Identidade cultural na Pós-modernidade”, do sociólogo Stuart Hall, que traz análise sobre as questões da identidade cultural na chamada modernidade, buscando



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

responder alguns questionamentos sobre a identidade e quais suas consequências (HALL, 2005).

A identidade para o autor supracitado, é compreendida como fruto de uma relação complexa do mundo moderno do indivíduo, que na sua interação socialmente com a pluralidades cultural, pode sofrer modificações de identidade. O aprofundamento sobre os discursos dos adolescentes quanto a sua compreensão de saúde, e identidade permite a construção de ferramentas que possam desvendar tais discursos, como forma de superar o modelo de assistência fragmentado (HALL, 2005).

Essa relação entre o interior e exterior pode iniciar o processo de fragmentação da construção da identidade do adolescente, na medida em que se defronta com várias identidades culturais. A identidade nesse contexto, torna-se uma festa móvel, em decorrência aos processos contínuos da formação e transformações das relações sociais e culturais.

Dessa forma, práticas promotoras de saúde favorecem discussões e reflexões acerca de temas voltados para a relação saúde e meio ambiente como forma de empoderar esse público quanto à necessidade de mudanças de atitudes, e do desenvolvimento de práticas em saúde voltadas para ações promotoras de saúde.

CONCLUSÃO

O objetivo do estudo foi relatar reflexões sobre práticas discursivas no campo da pesquisa qualitativa, observou que os discursos permitem o aprofundamento e melhor compreensão e visibilidade do problema, além de contribuir com subsídios para que tomada de decisão em saúde, no âmbito de cuidados clínicos em enfermagem, com vistas a promover o desenvolvimento de estratégias promotoras de saúde de acordo com as necessidades individuais e coletivas de saúde. Destarte, que cursar a disciplina permitiu melhor entendimento do caminho que a discente pretende percorrer, desde a delimitação do objeto de estudo até a proposição de sentidos que possa subsidiar práticas de cuidados clínico em enfermagem para o adolescente.



REFERÊNCIAS

BATISTELLA, C. E. C. A noção de discurso na pesquisa em saúde coletiva: de recurso metodológico à abordagem teórica. *Trabalho, Educação e Saúde* [online]. 2020, v. 18, n. 2 [Acessado 23 Janeiro 2024], e0026697. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00266>>. Epub 08 Jun 2020. ISSN 1981-7746. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00266>.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria executiva. Coordenação da saúde da criança e do adolescente. Programa saúde do adolescente. Bases programáticas. 2ª ed. Brasília: MS, 1996.

BUSS, P. M.; HARTZ, Z. M. A.; PINTO, L. F.; ROCHA, C. M. F. Promoção da saúde e qualidade de vida: uma perspectiva histórica ao longo dos últimos 40 anos (1980-2020). *Cien Saude Colet* 2020; 25(12):4723-4735.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10a ed. Rio de Janeiro: dp&a; 2005.

VIEIRA, C. M. de A. .; ALVES, S. A. A. .; LOPES, M. do S. V. .; TEIXEIRA, M. M. de S. Abordagem qualitativa como suporte para a elaboração de materiais educativos. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, [S. l.], v. 34, 2021. DOI: 10.5020/18061230.2021.13430. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/13430>. Acesso em: 23 jan. 2024.



42- HORTAS URBANAS COMUNITÁRIAS E A PARTICIPAÇÃO POPULAR PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA-ES

COMMUNITY URBAN GARDENS AND POPULAR PARTICIPATION FOR LOCAL DEVELOPMENT: REPORT OF AN EXPERIENCE IN THE MUNICIPALITY OF VITÓRIA-ES

Henriqueta Tereza do Sacramento¹, Geneilcimar dos Santos Ferreira², Caroline Rodrigues Thomes², Fabiana Gohring Xavier², Marluce Mechelli de Siqueira²

¹Secretaria Municipal de Saúde de Vitória -SEMUS/PMV

²Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Autor correspondente: htsacramento1982@gmail.com.

Resumo

Introdução: A participação popular através de pesquisa online e reuniões a gestão municipal realizou em 2014 e, incluiu a implantação de hortas urbanas comunitárias no Plano Plurianual (2014-2017), no eixo segurança alimentar e nutricional e indicando a Secretaria municipal de saúde Secretaria Municipal de Saúde para coordenação, buscando-se a comunidade e espaços para implantação das hortas através da metodologia participativa. **Metodologia:** As hortas urbanas comunitárias foram desenvolvidas de forma intersectorial com a coordenação de técnicos da equipe de promoção da saúde e práticas integrativas e complementares da Secretaria Municipal de Saúde. Realizou-se reuniões com a comunidade para implantação das hortas e foi oferecido o curso Horta da Saúde para formação dos guardiões, através de práticas participativas e emancipatórias. **Resultados:** Implantou-se 08 hortas urbanas comunitárias. Realizou-se 4 Seminários Municipais sobre agricultura urbana e alimentos orgânicos anualmente com envolvimento e participação de docentes e discentes da rede de ensino. A abrangência do projeto foi tão promissora que resultou na institucionalização do programa horta comunitária, Lei nº 9144/2017, visando incentivar as famílias visando a promoção da saúde e bem-estar social. Criou-se a Rede Urbana de Agroecologia, comprovando que a iniciativa da gestão municipal em convocar a comunidade no planejamento municipal gerou bons frutos. **CONCLUSÃO:** A busca da sustentabilidade, da qualidade de vida, da saúde e do bem-estar a partir de intervenções no ambiente e valorização do capital social, em uma sociedade urbana e globalizada deve ser sempre inserida nos planos municipais para garantia e manutenção das hortas urbanas comunitárias.

Palavras-chave: agroecologia, hortas urbanas comunitárias, política pública, plano plurianual.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

O Plano Plurianual (PPA) foi instituído pela Constituição Federal de 1988, no artigo 165, inciso I e § 1º (BRASIL, 1988). É um instrumento destinado a organizar e viabilizar a ação pública. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de quatro anos e os caminhos trilhados para viabilizar, em conjunto das diretrizes, os objetivos e as metas previstas.

Com a participação popular por meio de pesquisa online e reuniões a gestão municipal realizou em 2014, uma etapa pública compartilhada onde participaram representantes dos Conselhos Popular do município de Vitória, Municipal de Habitação de Interesse Social, Municipal do Plano Diretor Urbano e Recursal, onde cada um pode apresentar sugestões de uma agenda de melhorias para Vitória. Paralelo às reuniões com as lideranças, toda a população pode participar com propostas para a gestão por meio da internet. Todas as principais demandas apresentadas pelos representantes das comunidades, conselheiros e os moradores de Vitória foram classificadas por área e serviram como pré-requisito para a etapa final do Planejamento Estratégico e do Plano Plurianual (PPA) onde foram feitas a seleção e a priorização dos projetos de acordo com os critérios estabelecidos.

O PPA é o instrumento legal de planejamento de maior alcance temporal no estabelecimento das prioridades e no direcionamento das ações do governo. Estabelece para a administração pública, em geral de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas que orientação a aplicação dos recursos, que podem ser públicos ou privado, neste caso quando decorrentes de parcerias, para um período equivalente ao do mandato do chefe do Poder Executivo, deslocado em um exercício financeiro. A Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) com base na lei municipal nº 7684, de junho de 2009, coordena a Política municipal de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos, que instituiu o conceito Jardins terapêuticos como espaço de trocas de saberes para incentivo ao cultivo, preparo e uso plantas medicinais e alimentícias em espaços públicos. Esta



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

política tem articulação e interface com políticas públicas da Secretaria de educação, meio ambiente e assistência social.

Conseqüentemente desenvolve-se ações com a participação popular que culmina no PPA (2014-2017) com a decisão de implantar hortas urbanas comunitárias, e no PPA (2018-2021), com a ampliação do número de hortas urbanas comunitárias e inclui-se os jardins terapêuticos na meta social nº.5 (Vitória,2018). Pretendeu-se relatar e refletir a experiência do desenvolvimento do Programa Hortas Urbanas Comunitárias no município de Vitória e sua interface com os Objetivos do Desenvolvimento sustentável (ODS).

METODOLOGIA

O Programa Hortas Urbanas Comunitárias foi desenvolvido de forma intersetorial na ao encontro das diretrizes das políticas nacionais de educação popular em saúde e promoção da saúde e objetivos do desenvolvimento sustentável, com a coordenação de técnicos da equipe de promoção da saúde e Práticas Integrativas e Complementares da SEMUS. Após sermos designados para coordenação do Projeto, em 2015, iniciou-se com a realização de reuniões com técnicos das Secretarias de assistência social, meio ambiente, educação para alinhamento e elaboração do planejamento das atividades.

Buscou-se terrenos e indicados por associações de moradores, bem como realizou-se reuniões com os gestores das unidades de saúde e agentes comunitarios de saúde da Região de São Pedro, considerando os indicadores e determinantes sociais visando sensibilizá-los para envolvimento e empoderamento. Realizou-se reuniões com a comunidade para implantação das hortas, quais sejam: definição do espaço, reunião para construção coletiva do projeto local, curso Horta da Saúde para formação dos grupos de guardiões das hortas orientando o planejamento da implantação, alinhamento técnico e embasamento teórico-prático da agroecologia. Para implantação das hortas foram realizadas reuniões periódicas intersetoriais com técnicos das Secretarias municipais de educação, meio ambiente e assistência social; levantamento dos valores para aquisição de insumos e materiais de jardinagem, visitas técnicas



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

aos locais indicados pela comunidade, de diversos bairros da cidade, diretores de escolas municipais e gestores.

A implantação do projeto foi aprovada pelo Comitê de Políticas Sociais e iniciou-se as reuniões territoriais com gestores dos equipamentos sociais e lideranças comunitárias. Realizou-se Rodas de conversa e oficinas para mobilização de conhecimentos, articulando teoria e prática, em uma proposta metodológica que promova a reflexão e o compartilhamento de saberes, estimule as exposições dialogadas e discussão de experiências, tendo como eixo norteador o conteúdo técnico.

Através de práticas participativas e emancipatórias (BRASIL, 2013) que visam o empoderamento e pertencimento das comunidades e promovam a educação socioambiental; inserindo as temáticas, na formação dos grupos de guardiões das hortas. Temas das atividades educativas: ODS e a importância da participação da sociedade; alinhamento técnico e embasamento teórico-prático sobre agroecologia, tais como a importância da horta para qualidade de vida dos moradores; escolha e definição das plantas; orientação sobre cultivo das plantas, preparo de mudas e controle de pragas por métodos naturais; realização de oficinas sobre preparo de receitas tradicionais visando orientação do uso racional das plantas medicinais e alimentícias; sobre cultivo, cuidados com pragas e doenças das plantas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Implantou-se 08 hortas urbanas comunitárias nos seguintes espaços: Parque Municipal Manoel Cabral; Centro da cidade; Romão; Igreja São Pedro; Igreja do Bairro do Quadro; Escola Municipal Adelvani Sysesmundo Ferreira de Azevedo; Parque Municipal Pedra da Cebola; Parque Municipal de Maruípe. Formou-se 80 guardiões das hortas.

Realizou-se 4 Seminários Municipais sobre agricultura urbana e alimentos orgânicos anualmente (2016 a 2019) com envolvimento e participação de docentes e discentes da rede de ensino fundamental, médio e superior de diversas faculdades do estado, resultando na elaboração de projetos de pesquisa, ensino e extensão. Entrevistas foram conduzidas em emissoras de



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

televisão e jornais locais, contando com a participação dos guardiões. Além disso, foram criadas páginas no Instagram para divulgar as hortas. Para manter os espaços coletivos, a Prefeitura Municipal de Vitória, por meio da SEMUS, adquire materiais e insumos para assegurar a continuidade dos projetos. No ano de 2019, foi investido um total de R\$ 17.799,00, provenientes do Fundo do PROCON, destinados a 9 jardins terapêuticos/hortas, resultando em um valor médio de R\$ 1.977,66 por projeto.

Já em 2022, o investimento aumentou para R\$ 27.446,20, contemplando 18 jardins terapêuticos/hortas, com um valor médio de R\$ 1.524,79 por projeto. A abrangência do projeto foi tão promissora que resultou na institucionalização do programa horta comunitária, Lei nº 9144/2017, visando incentivar as famílias a trabalharem a qualidade da alimentação e consumo de hortaliças e legumes frescos visando a promoção da saúde e bem-estar social. Em 2017, a Horta quintal da cidade, foi visitada pela representante da FAO-ONU que veio à Vitória participar de um Seminário municipal sobre alimentação escolar.

Diversos guardiões dos projetos das hortas implantadas na cidade de Vitória a partir da iniciativa da gestão municipal, criaram a Rede Urbana de Agroecologia (RUCA), comprovando que a iniciativa da gestão municipal em inserir a comunidade na elaboração do planejamento municipal para desenvolvimento de hortas urbanas comunitárias, o método participativo emancipatório que utilizamos para a mobilização, incentivou a sociedade para a criação da RUCA em 2021, e na Carta aberta por políticas públicas para agroecologia urbana no Espírito Santo (2021) reivindicou à gestão municipal que mantivesse no Plano Plurianual (2023-2025) a manutenção das hortas urbanas comunitárias enquanto Política Pública para melhoria da qualidade de vida da população, porém na busca que realizamos não foi encontrado no PPA do município de Vitória (2022-2025) esta ação ou meta.

CONCLUSÃO

Fortalecer a agroecologia urbana significa contribuir com quase todos os 17 ODS estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). A busca da sustentabilidade, da qualidade de vida, da saúde e do bem-estar a partir de



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

intervenções no ambiente e valorização do capital social, em uma sociedade urbana e globalizada foi afetada durante a pandemia da COVID-19, pois embora tenha-se implantado diversas hortas não tiveram continuidade devido a necessidade de afastamento, o que levou a desarticulação dos moradores. Embora tenha sido construída uma Carta aberta encaminhada aos gestores municipais provavelmente a população que se mobilizava para a hortas urbanas comunitárias não participou ativamente da construção do PPA, demonstrando que houve poucos esforços para fortalecimento da intersetorialidade e do diálogo com os técnicos que coordenaram o programa no período de 2015 a 2021.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

BRASIL. Política Nacional de Educação Popular em Saúde. Brasília, 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html.

BRASIL. Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As Nações Unidas no Brasil. Disponível em: https://www.gbcbrazil.org.br/como-as-construcoes-sustentaveis-contribuem-para-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/?gclid=CjwKCAiAmsurBhBvEiwA6e-WPKcWim6YS5rkX8sgGRDcl6HZJ2QloZ_SldcqucwNaAiUDpRZ2BZu4BoC9nAQA_vD_BwE.

RUCA. Carta aberta por políticas. Disponível em: <https://www.instagram.com/ruca.agroecologia>.

VITÓRIA. Câmara municipal de Vitória-ES. Plano plurianual, 2017. Disponível em: <https://www.cmv.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/74/plano-plurianual-ppa>.

VITÓRIA. Lei nº 9236, de 27/12/2017. Dispões sobre o Plano Plurianual - PPA para o período de 2018/2021. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/es/v/vitoria/lei-ordinaria/2017/924/9236/lei-ordinaria-n-9236-2017-dispoes-sobre-o-plano-plurianual-ppa-para-o-periodo-de-2018-2021>.

VITÓRIA. Prefeitura Municipal de Vitória-ES. Programas-TransparenciaWeb.com.br. Disponível em: www.vitoria.es.gov.br.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

43- SÍFILIS EM GESTANTES E A ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

SYPHILIS IN PREGNANT WOMEN AND PRENATAL CARE IN PRIMARY HEALTH CARE

Ana Paula de Araújo Machado¹, José Lucas Souza Ramos^{1,2}, Italla Maria Pinheiro Bezerra^{1,2}

¹Laboratório de Escrita Científica da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória.

²Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória.

Autor correspondente: anapaula.araujom@outlook.com

Resumo

Introdução: A sífilis é uma doença sexualmente transmissível, atualmente é um dos grandes problemas de saúde pública no Brasil, em especial quando se trata de saúde materno infantil.

Objetivo: Analisar a assistência prestada durante o pré-natal na atenção primária à saúde para mulheres com sífilis. **Método:** Trata-se de uma revisão de literatura desenvolvida por meio de uma pesquisa sistemática realizada na biblioteca Virtual de Saúde. **Resultado:** Os resultados revelam falhas durante a assistência prestada pelos profissionais da atenção primária à saúde nos casos de sífilis na gestação. Tais como, orientações insuficientes, início tardio de pré-natal, falha no diagnóstico e/ou diagnóstico tardio, não realização de testagem e o tratamento inadequado da mulher e parceiro. **Conclusão:** Nota-se a necessidade de desenvolver estratégias para capacitar os profissionais que atuam na atenção básica em busca de melhorias no atendimento e ações capazes de oferecer conhecimento para a redução dos danos e diminuição dos números de casos.

Palavras-chave: sífilis, gravidez, atenção primária à saúde, pré-natal.



INTRODUÇÃO

Atualmente um dos grandes problemas para a saúde pública no Brasil é a sífilis, doença causada pela bactéria *Treponema pallidum*, transmitida predominantemente por via sexual, entretanto, a transmissão vertical pode ocorrer durante a gestação quando a mulher não é tratada ou quando o tratamento foi inadequado (BRASIL, 2021; BRASIL, 2022).

A transmissão da sífilis ocorre na maioria das vezes no estágio inicial da doença na sífilis primária e secundária e esse número maior de transmissão é devido os treponemas encontrados nas lesões mais comuns nesses estágios. Na transmissão vertical ocorre uma taxa de 80% intraútero, além dos casos que ocorrem durante o parto vaginal, caso a mãe apresente alguma lesão (PEELING et al., 2017)

Para diagnóstico nos casos de sífilis é importante realizar uma correlação entre dados clínicos, resultados laboratoriais, histórico de exposição e realização de testes diagnósticos que ao considerar a sensibilidade é recomendado que inicie a investigação com teste treponêmico, seguidos do não treponêmico (BRASIL, 2022).

No tratamento da sífilis, a medicação de escolha é a Benzilpenicilina benzatina, considerada a única com eficácia confirmada para tratamento durante a gestação. Sendo assim, qualquer outro medicamento utilizado pela mulher durante a gestação, é considerado tratamento inadequado (BRASIL, 2022).

A sífilis é considerada uma doença crônica curável, com potencial enorme para trazer grandes problemas para a saúde materno-fetal, o seu tratamento evita a evolução da forma mais grave que pode chegar a acometer diferentes órgãos e sistemas do corpo humano. Em gestantes, pode ter consequências graves, como aborto, prematuridade e natimortalidade. Por este motivo, é importante conhecer sobre a doença, devendo os profissionais de saúde estarem aptos para os diagnósticos e as orientações de controle e tratamento (BRASIL, 2019; BRASIL, 2022).



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As consultas de pré-natal são essenciais para garantir as mulheres uma assistência qualificada e humanizada, para isso é importante que os profissionais trabalhem em busca de criar um relacionamento de confiança e vínculo. Além disso, é necessário que os profissionais realizem o acompanhamento e o tratamento dos parceiros, realizem busca ativa, construam fluxos de notificação e que os serviços capacitem seus profissionais para o manejo adequado dos casos (VASCONCELOS et al., 2016; BARBOSA, GOMES, DIAS, 2011; SOARES et al., 2020).

Dessa forma, o estudo tem como objetivo geral analisar a assistência prestada durante o pré-natal na atenção primária à saúde para mulheres com diagnóstico de sífilis.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão de literatura desenvolvida por meio de uma pesquisa sistemática realizada na biblioteca Virtual de Saúde (BVS), utilizando como critérios de seleção dos artigos que fizeram parte desse estudo: textos completos, publicados nos últimos dez anos (2014-2024), no idioma português, que discutiam sobre a temática abordada nessa pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados revelam que é possível encontrar algumas falhas durante a assistência prestada pelos profissionais dos serviços de atenção primária à saúde (APS) para as pacientes com sífilis na gestação. Tais como, orientações insuficientes, início tardio de pré-natal, falha no diagnóstico e/ou diagnóstico tardio, não realização de testagem de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e o tratamento inadequado da mulher e seu parceiro.

Entre os estudos avaliados por Rosa et al., (2020), apenas um revelou o manejo adequado da sífilis, pois os outros revelaram que os serviços apresentam realização de diagnóstico tardio e o tratamento tardio ou inadequado pela gestante e seu parceiro. Assim, como nos resultados dessa pesquisa, os desafios citados foram encontrados em outro estudo, indicando a dificuldade em captar gestante no início da gestação, realizar tratamento adequado, incluindo o



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

do parceiro, a descontinuidade de acompanhamento e a ausência de ações de saúde (DOMINGUES, LEAL, 2016).

Ao avaliar o histórico gestacional das mães entre os 3,407 casos de sífilis congênita, um total de 73,6% fez o acompanhamento de pré-natal, entretanto, apenas 31,7% tiveram o diagnóstico confirmado ainda nesse período, ou seja, a maior parte das mulheres só descobriram o diagnóstico de sífilis no momento que houve o aborto, parto ou até mesmo após o nascimento (MORAES, CORREIA, MACHADO, 2022).

Em Belo Horizonte o estudo revelou que entre as gestantes com sífilis, 51,6% teve o início do pré-natal após o primeiro trimestre e que a média de consultas foi de 7,1. A realização do *Venereal Disease Research Laboratory* (VDRL) também foi tardio para 56,6% das gestantes (NONATO, MELO, GUIMARÃES, 2015).

Em concordância com esses achados, quando se trata do histórico obstétricos de parturientes positivas para sífilis na gestação, grande parte delas realizaram acima de seis consultas, entretanto, o teste rápido não foi realizado no primeiro atendimento e apesar das realizações das consultas o acesso aos exames preconizados durante o período de pré-natal aconteceu de forma tardia (FELIX et al., 2022; BECK, SOUZA, 2018).

Em um estudo realizado com 93 equipes da atenção básica, apenas duas dessas não realizam o teste rápido como rotina no pré-natal. Entre os motivos estão a falta de testes disponíveis, a falta de estrutura nas unidades de saúde e a falta de capacitação dos profissionais para realizarem os testes (ARAÚJO, SOUZA, 2020).

As dificuldades para a realização dos testes foram evidenciadas por Paula et al., (2022), revelando que dos 20.286 locais de serviços em diferentes regiões do Brasil, um total de 47,7% não tinha disponibilidades de teste suficientes para a realização de diagnósticos, apresentando condições inadequadas para diagnosticar e tratar gestantes com sífilis.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Já no estudo de Figueiredo et al., (2020), entre os serviços de saúde dos municípios brasileiros grande parte realiza testes rápidos para sífilis. Ainda foi possível observar que entre as equipes dos municípios que apresentaram maior incidência de sífilis na gestação, também apresentam maior número de testes e tratamento realizados. Dessa forma, quanto as taxas de detecção de sífilis em gestante estarem apresentando um aumento considerável ao longo dos anos, avalia-se o afeito da cobertura de testes rápidos para sífilis na atenção primária. (RONCALLI et al., 2021).

Em outros municípios avaliados, cerca de 59% apresentou um total de casos de sífilis congênita inferior ao total de casos de sífilis gestacional. Esses representam as equipes com maior percentual de realização de teste rápidos e utilização de penicilina. Portanto, reforça-se a ideia de que o aumento na capacidade de detecção dos casos de sífilis pode ser um dos fatores que justificam o aumento no número de casos de sífilis adquirida, gestacional e congênita (FIGUEIREDO et al., 2020).

Outra dificuldade encontrada, refere-se ao tratamento inadequado das gestantes e seus parceiros, aumentando os riscos para a mulher e seu bebê, além de diminuir as chances de acabar com a cadeia de transmissão da doença. Algumas equipes realizam a prescrição e administração da penicilina, já outros enfrentam problemas na prescrição, o que revela que ainda existem algumas deficiências dentro dos serviços, em especial durante o acompanhamento de pré-natal (ARAÚJO E SOUZA, 2020). E apesar da administração da penicilina ser realizada em uma parte considerável de equipes de saúde, os serviços espalhados pelo Brasil ainda apresentam limitações quanto ao tratamento para sífilis, o que reduz diretamente no acesso ao tratamento e na cadeia de transmissão da doença (FIGUEIREDO et al., 2020).

Um estudo revelou que o tratamento com penicilina foi realizado em 71,4% das gestantes, entretanto, apenas 19% dos parceiros foram tratados com pelo menos uma dose da medicação (NONATO, MELO, GUIMARÃES, 2015). Mas, é importante evidenciar que apesar do tratamento do parceiro está acontecendo de modo inadequado, este fato ocorre não só pelos erros de



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

prescrição dos profissionais, mas também pela baixa adesão e aceitação desses parceiros na utilização da medicação, ocasionando novas infecções (LUCENA et al., 2021; BECK, SOUZA, 2018).

Corroborando com os achados do estudo de Moraes, Correia e Machado (2022), observou sobre o tratamento inadequado durante a gestação, onde a cada dez mulheres, nove não foram tratadas ou foram tratadas de modo inadequada, sendo que apenas 1,6% das mães receberam o tratamento adequado e em relação ao tratamento dos parceiros, 67,2% não recebeu o tratamento.

Assim, fica evidente que a oferta de tratamento adequado realizado pelos serviços da APS gera impactos nos números de casos de transmissão vertical e por este motivo, precisa ser ampliado. O que reforça a necessidade de desenvolver habilidades na comunicação, ações de vigilância em saúde e qualificação das condutas profissionais, em busca de ampliar o diagnóstico e garantir qualidade de tratamento para as gestantes e seus parceiros (FIGUEIREDO et al., 2020).

Outro fato evidenciado, foi a subnotificação, onde cerca de 55,2% dos casos de gestantes com sífilis não foram notificadas, o que dificulta conhecer realidade do serviço (NONATO, MELO, GUIMARÃES, 2015). Para Beck e Souza (2018), a falta de notificação ou a realização incorreta está relacionado as dificuldades dos profissionais na hora de preencher as fichas e isso revela o quanto falta aos profissionais que atuam no atendimento de gestante, se empoderar do conhecimento, incorporando todos eles nas suas necessidades de trabalho, em busca de diminuir os erros (FELIX et al., 2022).

Em busca de garantir a qualidade da assistência é necessário oferecer as gestantes conhecimento sobre a doença. As informações oferecidas no pré-natal são fundamentais para auxiliar na compreensão e na colaboração dos cuidados. O conhecimento acerca da doença, dos seus riscos e a importância do tratamento são fundamentais, no estudo realizado acerca das informações recebidas, foi possível identificar que mesmo realizando o acompanhamento, muitas mulheres não receberam orientações suficientes em relação a sífilis.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Faltando orientações sobre as possíveis complicações e agravos para a saúde da mãe, recém-nascido e parceiro, além disso, as informações sobre os métodos de diagnósticos e tratamento adequado também foram insuficientes (GOMES et al., 2021).

Entretanto, as condições sociais e as vulnerabilidades como baixa escolaridade, dificuldades no acesso aos serviços em que as pacientes estão inseridas podem influenciar no acesso e na qualidade da assistência recebida, pois se tornam obstáculos para o entendimento das orientações recebidas (FELIX et al., 2022; FELIPE et al., 2019).

Algumas gestantes possuem ciência básica sobre a doença e os cuidados na gestação, sobre o preservativo, testes e medicações, porém, algumas evidenciaram que as informações foram obtidas via cartazes, anúncios de televisão ou nas palestras educativas nas escolas. Assim, é possível sugerir que existem falhas na assistência prestadas quanto as orientações realizadas pelos profissionais de saúde (GOMES et al., 2021).

E por se tratar de um problema de saúde persistente a sífilis precisa ser encarada de forma importante na assistência pré-natal, de modo que seja realizado medidas que englobem a ampliação do diagnóstico, o tratamento precoce e a organização de fluxos assistências. Portanto, as equipes que realizam as condutas adequadas de orientação, realização de testes e a tratamento adequado, aumenta a oportunidade de garantir melhores resultados (MACEDO et al; FIGUEIREDO et al., 2020).

Nesse contexto, é possível considerar que a ocorrência de sífilis congênita está relacionada as falhas que ocorrem durante o pré-natal, como o início tardio, o baixo número de consultas realizadas pelas gestantes, a falta de testes realizados durante a gravidez, além do histórico individual, do perfil socioeconômico e a aceitação da gravidez. Por este motivo é fundamental que ocorra a captação e a adesão em tempo oportuno dessas pacientes, possibilitando uma assistência de qualidade, onde a gestante vai receber informações cruciais para a prevenção e proteção da sua saúde e do seu filho (NONATO, MELO, GUIMARÃES, 2015).



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Diante disso, existe há necessidade de implementação de novas ações que sejam capazes de reduzir a cadeia de transmissão da sífilis, sugerindo reestruturação do modelo de atenção dos serviços e a capacitação de profissionais para o atendimento adequado, revelando a importância do pré-natal de qualidade no combate aos casos de sífilis gestacional (ROSA ET AL., 2020). Assim, faz-se necessário a mudança no modelo de atenção à saúde de mulheres com sífilis e a assistência oferecida, em busca de reforçar as ações de prevenção e promoção da saúde com o objetivo de garantir melhor qualidade de atendimento e diminuição dos índices de sífilis gestacional.

CONCLUSÃO

Os resultados encontrados nesse estudo revelam a necessidade de desenvolver estratégias que busquem capacitar os profissionais que atuam na atenção básica em busca de melhorias no atendimento oferecido para as gestantes com sífilis e ações capazes de oferecer conhecimento para auxiliar na redução dos danos causados pela doença e na diminuição dos números de casos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Túlio César Vieira de; SOUZA, Marize Barros de. Adesão das equipes aos testes rápidos no pré-natal e administração da penicilina benzatina na atenção primária. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 54, p. e03645, 2020.

BARBOSA, Thiago Luis Andrade; GOMES, Ludmila Mourão Xavier; DIAS, Orlene Veloso. O pré-natal realizado pelo enfermeiro: a satisfação das gestantes. *Cogitare Enfermagem*, v. 16, n. 1, p. 29-35, 2011.]

BECK, Elisiane Quatrin; SOUZA, Martha Helena Teixeira. Práticas de enfermagem acerca do controle da sífilis congênita. *Revista de Pesquisa: Cuidado é fundamental online*, v. 10, n. 2, p. 19-24, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico- Secretaria de Vigilância em Saúde - Ministério da Saúde. 2022.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Prevenção da Transmissão Vertical de HIV, Sífilis e Hepatites Virais. Brasília: Ministério da Saúde; 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Manual técnico para o diagnóstico da sífilis. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021.

DOMINGUES, Rosa Maria Soares Madeira; LEAL, Maria do Carmo. Incidência de sífilis congênita e fatores associados à transmissão vertical da sífilis: dados do estudo Nascer no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 32, p. e00082415, 2016.

FELIPE, Cristiane Nascimento et al. Puérperas de sífilis congênita de uma maternidade de Cabo Frio-RJ: levantamento do perfil epidemiológico. *Nursing (São Paulo)*, v. 22, n. 255, p. 3105-3110, 2019.

FELIX, Vanessa Curitiba et al. Ambiente externo da mulher e sífilis congênita à luz da Teoria da Conservação de Levine. *Revista Enfermagem UERJ*, v. 30, n. 1, p. 64047, 2022.

FIGUEIREDO, Daniela Cristina Moreira Marculino de et al. Relação entre oferta de diagnóstico e tratamento da sífilis na atenção básica sobre a incidência de sífilis gestacional e congênita. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, p. e00074519, 2020.

GOMES, Natália da Silva et al. " Só sei que é uma doença": conhecimento de gestantes sobre sífilis. *Rev. bras. promoç. saúde*, p. 1-10, 2021.

LUCENA, Kátia Nobre Cedrim et al. O panorama epidemiológico da sífilis congênita em uma capital do nordeste: estratégias para a eliminação. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, v. 13, p. 730-736, 2021.

MACÊDO, Vilma Costa de et al. Sífilis na gestação: barreiras na assistência pré-natal para o controle da transmissão vertical. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 28, p. 518-528, 2020.

MORAES, Bruno Quintela Souza de; CORREIA, Daniel Martins; MACHADO, Michael Ferreira. Desafios da sífilis congênita na atenção primária à saúde em Alagoas, Brasil, 2009-2018. *Revista de la Universidad Industrial de Santander. Salud*, v. 54, 2022.

NONATO, Solange Maria; MELO, Ana Paula Souto; GUIMARÃES, Mark Drew Crosland. Sífilis na gestação e fatores associados à sífilis congênita em Belo Horizonte-MG, 2010-2013. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 24, p. 681-694, 2015.

PAULA, Mariane Andreza de et al. Diagnóstico e tratamento da sífilis em gestantes nos serviços de Atenção Básica. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, p. 3331-3340, 2022.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PEELING, R. W. et al. Benzaken. AS Syphilis. Nature Reviews Disease Primers, v. 3, p. 17073, 2017.

RONCALLI, Angelo Giuseppe et al. Efeito da cobertura de testes rápidos para sífilis na atenção primária sobre a sífilis na gravidez no Brasil. Revista de Saúde Pública, v. 55, p. 94, 2021.

ROSA, Renata Fernandes do Nascimento et al. O manejo da sífilis gestacional no pré-natal. Rev. Enferm. UFPE on line, p. [1-7], 2020.

SOARES, Karllian Kerlen Simonelli et al. Análise espacial da sífilis em gestantes e sífilis congênita no estado do Espírito Santo, 2011-2018. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 29, p. e2018193, 2020.

VASCONCELOS, Maristela Inês Osawa et al. Sífilis na gestação: estratégias e desafios dos enfermeiros da atenção básica para o tratamento simultâneo do casal. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, v. 29, p. 85-92, 2016.



44- DESAFIOS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE GINECOLÓGICA DAS MULHERES QUILOMBOLAS

CHALLENGES IN PROMOTING GYNECOLOGICAL HEALTH OF QUILOMBOLA WOMEN

Juliana Chaves Cunha¹, Fabiana Rosa Neves Smiderle¹, Alan Patricio da Silva¹

¹Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória.

Autor correspondente: juliana.ccunha@edu.emescam.br

Resumo

O presente estudo trata sobre a saúde ginecológica das mulheres quilombolas, destacando as desigualdades raciais e sociais presentes no acesso aos serviços de saúde no Brasil. Enquanto a Estratégia Saúde da Família (ESF) tem sido um marco na promoção da saúde sexual e reprodutiva das mulheres, enfatizando o planejamento reprodutivo e a autonomia feminina, as mulheres quilombolas enfrentam desafios consideráveis de acesso aos serviços de saúde, compreendendo que a realidade da saúde dessas mulheres é marcada por obstáculos, incluindo acesso limitado a serviços básicos de saúde ginecológica, como consultas e exames preventivos, devido às barreiras geográficas e ao racismo institucional. Diante desses desafios, políticas públicas inclusivas e sensíveis à diversidade cultural se tornam essenciais para garantir o direito à saúde dessas mulheres e promover a equidade no acesso aos serviços de saúde. A metodologia deste estudo baseou-se em uma revisão bibliográfica qualitativa, que buscou examinar as condições de saúde das mulheres quilombolas, especialmente no contexto da saúde ginecológica, contribuindo assim para uma reflexão aprofundada sobre essa temática e seu impacto na promoção da saúde integral.

Palavras-chave: mulheres quilombolas, saúde ginecológica, desigualdades sociais.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

A saúde ginecológica da mulher quilombola é uma área de grande importância devido às desigualdades raciais e sociais que permeiam o acesso aos serviços de saúde e o cuidado adequado no Brasil. A Estratégia Saúde da Família (ESF) tem se destacado como uma referência para a saúde sexual e reprodutiva das mulheres, priorizando o planejamento reprodutivo e sua autonomia. Nesse sentido, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) foi criada em 2004 para apoiar o cuidado feminino, incluindo questões de gênero, raça e diversidade (BRASIL, 2004). No entanto, as barreiras de acesso, o racismo institucional e as condições geográficas das comunidades quilombolas representam desafios significativos para a promoção da saúde ginecológica dessas mulheres.

O termo "quilombo" remonta um importante contexto histórico brasileiro, representando espaços de resistência e autonomia construídos por comunidades formadas por pessoas negras que fugiam da escravidão. Estes locais não apenas abrigavam os fugitivos, mas também se tornavam centros de preservação cultural e resistência política contra a opressão. Segundo consta no Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas, elaborado pelo programa Brasil Quilombola no ano de 2013, o conceito de "quilombo" pode ser definido como:

São grupos étnico-raciais segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (Brasil, 2013, p. 08)

As mulheres quilombolas desempenham um papel central nesse contexto, pois, ao longo da história, foram fundamentais na manutenção das tradições, no cuidado com a família e na transmissão dos conhecimentos ancestrais. Elas enfrentaram e continuam enfrentando desafios específicos relacionados à saúde, ao acesso a serviços básicos e luta contra o racismo e a discriminação de gênero. Assim, o termo "mulher quilombola" não apenas descreve uma identidade étnica e cultural, mas também carrega consigo as experiências



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

históricas e as lutas por reconhecimento, igualdade e justiça social. Lopes (2005, p.09) afirma:

No Brasil, não foi, e nem tem sido fácil, a luta para viabilizar as questões de saúde da população negra. As crenças e as atitudes sobre os negros têm sido traduzidas em políticas e arranjos sociais que limitam as oportunidades e a expectativa de vida. Isso porque, em sendo o racismo um fenômeno ideológico, sua dinâmica é revitalizada e mantida com a evolução das sociedades, das conjunturas históricas e dos interesses dos grupos, fazendo do racismo o fabricante e o multiplicador das vulnerabilidades a que estão submetidas a população negra. (Lopes, 2005, p. 09)

A realidade da saúde da mulher quilombola é marcada por uma série de desafios e obstáculos que refletem as desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira. Apesar dos avanços na política de saúde e na promoção da igualdade racial, as mulheres residentes em quilombos ainda enfrentam desafios significativos no acesso aos serviços básicos de saúde, tais como cuidados ginecológicos adequados.

Acerca desse pensamento,

As mulheres negras têm menos acesso à educação, possuem status social e econômico mais baixos, encontram-se sob as piores condições de vida e de moradia e, no que se refere à saúde reprodutiva, têm menos acessos aos métodos contraceptivos e apresentam maiores chances de engravidar ainda que não o desejem. Não é por coincidência que elas estejam em maior número nas regiões mais pobres e que tenham maiores problemas na gravidez, parto, puerpério e morte materna. (Cordeiro, 2006, p.90)

Nesse sentido, torna-se possível compreender que as condições geográficas das comunidades quilombolas, muitas vezes localizadas em áreas rurais remotas e de difícil acesso, tornam ainda mais complexo o acesso a esses serviços. Além disso, o racismo institucional e as barreiras socioeconômicas contribuem para a exclusão e marginalização dessas mulheres no sistema de saúde, impactando negativamente sua saúde física, mental e reprodutiva. Nesse contexto, torna-se essencial a implementação de políticas públicas efetivas e



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

inclusivas, que considerem as especificidades culturais e as necessidades das mulheres quilombolas, visando garantir o seu direito à saúde e promover um acesso integral a estes serviços.

No que diz respeito ao cuidado ginecológico, o processo para essa camada vulnerável da sociedade pode ser bastante desafiador. Devido às condições geográficas das comunidades quilombolas, muitas vezes localizadas em áreas remotas e de difícil acesso, o acesso a serviços de saúde, como consultas ginecológicas e exames preventivos, pode ser limitado.

Além disso, o racismo institucional pode levar a uma falta de acolhimento e respeito por parte dos profissionais de saúde, o que pode gerar desconforto e desconfiança por parte dessas mulheres em relação aos serviços de saúde.

Como resultado, muitas mulheres quilombolas acabam recorrendo a práticas de cuidado informal, como remédios caseiros e conhecimentos tradicionais transmitidos de geração em geração.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho se fundamenta na abordagem de revisão bibliográfica, conforme proposto por Lakatos e Marconi (2003), que enfatiza que este método nos possibilita entrar em contato direto com o conhecimento produzido sobre o tema, examinando-o sob diferentes óticas e enfoques. Assim, buscamos não apenas repetir ou copiar o que já foi dito, mas contribuir para uma reflexão aprofundada sobre a saúde ginecológica das mulheres quilombolas e seu papel na promoção de saúde integral em nosso país.

Este estudo baseou-se em uma revisão bibliográfica que buscou analisar as condições de saúde das mulheres quilombolas, com foco na saúde ginecológica. Foram selecionados artigos que abordassem a temática da saúde ginecológica das mulheres afrodescendentes, com ênfase nas comunidades quilombolas. A análise dos artigos foi realizada de forma qualitativa, considerando os principais aspectos relacionados à saúde ginecológica.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RESULTADOS

Os resultados da revisão bibliográfica destacam as dificuldades enfrentadas pelas mulheres quilombolas no acesso aos serviços de saúde ginecológica. As condições geográficas das comunidades, muitas vezes localizadas em áreas de difícil acesso, dificultam a realização de consultas e exames ginecológicos de rotina, assim como o acesso à saúde no geral. Além disso, o racismo institucional e a falta de políticas públicas adequadas a esses povos tradicionais contribuem para a vulnerabilidade dessas mulheres em relação à saúde ginecológica.

Embora essas práticas possam ser valiosas em alguns casos, elas não substituem a necessidade de cuidados médicos regulares e preventivos. Portanto, é fundamental que haja políticas e programas de saúde que levem em consideração as especificidades culturais e as necessidades das mulheres dessa realidade, garantindo o acesso igualitário a serviços de saúde ginecológica de qualidade, com respeito à sua autonomia e dignidade.

CONCLUSÃO

Diante das dificuldades enfrentadas pelas mulheres quilombolas no acesso à saúde ginecológica, é necessário o desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas e inclusivas. A ESF pode desempenhar um papel fundamental nesse processo, promovendo ações de conscientização, prevenção e cuidado voltadas especificamente para as mulheres desta realidade. Além disso, é fundamental o envolvimento da comunidade quilombola na elaboração e implementação de políticas de saúde que atendam às suas necessidades específicas de seu povo. A promoção da saúde ginecológica das mulheres quilombolas é essencial para garantir seus direitos reprodutivos e sua qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Luís Eduardo.; WERNECK, Jurema.; LOPES, Fernanda. (orgs.) Saúde da população negra /2. ed. ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. Brasília, DF: 2012.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes. 82 p.: Il. – Série C. Projetos, Programas e Relatórios. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2024.

BRASIL. Comissão Pró-Índio. Terras Quilombolas Balanço 2011. São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.cpisp.org.br/terras/html/download_baixar.aspx?Arquivo=AF_cartilha_21x21_v1_2011112515532.pdf. Acesso: 15 fev. 2024.

BRASIL. Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas, 2013.

BRASIL. Programa Brasil Quilombola, 2004. Disponível: <http://www.seppir.gov.br/.arquivos/pbq.pdf>. Acesso: 16 fev. de 2024.

CORDEIRO, Andréia. Saúde da População negra: Um espaço de ausências. PADÊ: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos. Vol.1, n.1 Brasília, 2006.

FERNANDES, Saulo Luders. SANTOS, Alessandro de Oliveira dos. Itinerários terapêuticos de mulheres quilombolas de Alagoas, Brasil. Interfaces Brasil/Canadá. Florianópolis/Pelotas/São Paulo, v. 16, n. 2, 2016.

FREITAS, Daniel Antunes. Et al. Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura. In: Rev. CEFAC. Montes Claros – MG, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, Fernanda. Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil. In. Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade. Brasília: FUNASA, 2005. p. 09.



**45- PROJETO JARDIM DA SAÚDE DO TERRITÓRIO DO FORTE SÃO JOÃO:
PROMOVENDO SAÚDE COM AS PLANTAS MEDICINAIS**

**PROJECT OF FORTE SÃO JOÃO TERRITORY: PROMOTING HEALTH WITH
MEDICINAL PLANTS**

Adriana Geraldina Vicente da Silva¹, Maria Marina Pasoline Laurs¹, Leticia
Bruns¹, Ozonildo Oliveira Abreu¹, Bianca Martins Alves¹

¹Prefeitura Municipal de Vitória, Secretaria Municipal de Saúde/Unidade de Saúde Forte São João

Autor correspondente: agvsilva@vitoria.es.gov.br; biancaamalves@gmail.com

Resumo

Introdução: Fundamentado nas diretrizes da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) e da Política nacional de Práticas integrativas e complementares (PNPIC), em 2014 o Projeto Jardim da Saúde na Unidade de Saúde da Família Forte São João – Vitória-ES (região de conflitos e violência) surge a partir da elevada demanda de usuários com queixa de insônia, ansiedade, estresse, que afetam a qualidade de vida, gerando uma grande demanda por medicação “controlada”. **Objetivo:** Proporcionar um espaço de troca e experiências sobre vida saudável, benefícios das plantas medicinais e alimentos orgânicos para a saúde; resgatar a autoestima e o saber tradicional do uso de chás e xaropes; estimular o cultivo em pequenos espaços; incentivar a utilização de tratamentos naturais para reduzir a medicalização. **Método:** Rodas de Conversa e oficinas periódicas alusivas ao calendário de datas comemorativas e à situação epidemiológica do território (dengue, outubro rosa); ação de educação ambiental com crianças. A sustentabilidade ocorre com a coleta de água do ar-condicionado para irrigação das plantas e vasilhas de uso comum para o plantio. **Resultados:** Observou-se melhora na autoestima, qualidade do sono, redução do estresse, empoderamento, adoção de hábitos saudáveis, resgate da cultura local, promovendo a educação ambiental e aumento do consumo de chás e xaropes pela comunidade, cultivados em seus próprios jardins. **Conclusão:** Observou-se nas narrativas que o uso de chás e xaropes auxiliou na melhora da saúde. A distribuição de mudas de plantas incentivou o cultivo e criação de jardins, impactando a família e comunidade.

Palavras-chave: plantas medicinais, promoção saúde, sustentabilidade, cultura popular.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

A Promoção de Saúde na Atenção Primária em Saúde (APS) visa desenvolver ações que refletem sobre o processo saúde-doença motivando formas mais amplas de intervenção sobre os condicionantes e determinantes sociais de saúde, de forma Intersetorial e com participação popular, favorecendo escolhas saudáveis por parte dos indivíduos e coletividades no território onde vivem e trabalham (Brasil, 2010).

Temos como base institucional as diretrizes da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), da Política nacional de Práticas integrativas e complementares (PNPIC) e Política Municipal de Plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos (2009) que há 21 anos definiu o conceito jardim terapêutico, como espaço de trocas de saberes e respeito ao conhecimento tradicional das plantas medicinais (Brasil, 2006).

O Projeto Jardim da Saúde na Unidade de Saúde da Família Forte São João, no município de Vitória-ES, localizada numa região de conflitos e violência nasceu em 2014 a partir de reflexões de equipe de saúde (psicóloga e assistente social) sobre os fatores determinantes e condicionantes em saúde, com elevada procura dos usuários por atendimentos, com queixa de insônia, ansiedade, estresse e outros males que afetam diretamente a qualidade de vida dessas pessoas e das outras que as cercam, gerando uma grande demanda por medicação “controlada. Assim o objetivo é proporcionar um espaço de troca entre os usuários e profissionais sobre vida saudável e experiências sobre os benefícios das plantas medicinais e alimentos orgânicos para a saúde, resgatar a autoestima e o saber tradicional do uso de chás que auxiliam no cuidado de sintomas como insônia, ansiedade, agitação, estresse; estimular o cultivo em pequenos espaços (hortas urbanas); incentivar a utilização de tratamentos naturais para reduzir a medicalização.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MÉTODO

Em 2015 iniciamos com a mobilização interna e capacitação dos profissionais com a assessoria de uma médica homeopata e Referência Técnica em Práticas Integrativas e Complementares, (PICs) da Secretaria Municipal da Saúde. No planejamento e execução das ações, envolvemos os profissionais do Serviço Social, psicologia, farmácia, odontologia, médica homeopata e engenheiro agrônomo do Programa de Fitoterapia.

Identificou-se áreas disponíveis na Unidade de Saúde e definiu-se uma área na frente da Unidade de Saúde. Visando a sustentabilidade do projeto (iniciado em tempos de racionamento de água) coleta-se água do ar-condicionado para usar na irrigação das plantas e vasilhas de uso comum (caixa de leite, galão de amaciante de roupa) para servir de regador e vasos para plantio numa parceria com a comunidade, mudas do viveiro de plantas medicinais da PMV e doações de terceiros.

O trabalho com a comunidade é realizado por meio de Rodas de conversa e oficinas temáticas periódicas alusivas ao calendário de datas comemorativas e a situação epidemiológica do território, como por exemplo: dia internacional da mulher realiza-se oficinas sobre as plantas que auxiliam no alívio do stress, cólicas menstruais, TPM, menopausa; dia das mães, plantas e alimentos que proporcionam beleza, redução de inchaço das pernas já que o território possui geografia elevada; outubro rosa, plantas que auxiliam no aumento da imunidade e melhora do sono, e oficina de xaropes e chás nos meses antecedentes ao inverno, repelente como forma de prevenção contra a dengue, *zika* e *chikungunya*, sal de ervas aromáticas para redução do uso de temperos industrializados.

Realiza-se divulgação das oficinas com o Dia do Chá, onde se oferece chá feito com plantas do Jardim da Saúde e entrega-se convite para próxima oficina e também há divulgação nas redes sociais da comunidade local. Nas



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

oficinas também se distribuí mudas de plantas medicinais cultivadas no Jardim da Unidade de Saúde.

Outra prática que realizada é o atendimento da auriculoterapia, com agendamento prévio.

No ano de 2020, as atividades foram suspensas devido a pandemia do COVID-19. Em 2021, ainda com a restrição da epidemia, não foram realizadas as oficinas, mas houve a divulgando os benefícios das plantas medicinais através de painel temático fixado na recepção da Unidade de Saúde e com o Dia do Chá uma vez por semana, distribuímos mudas para usuários poderem fazer chás e xaropes.

RESULTADOS

Conforme a Política Nacional da Práticas Integrativas- PNPIC do Sistema Único de Saúde (SUS) e estudos têm demonstrado que as práticas integrativas e suas abordagens, contribuem para a ampliação da corresponsabilidade dos indivíduos pela saúde, contribuindo assim para o aumento do exercício da cidadania. A implantação ou implementação da PNPIC no SUS, possibilita acesso a serviços antes restritos a prática de cunho privado.

Durante as rodas e oficinas foram constatados por meio de narrativas e acompanhamento da equipe de saúde mudanças de atitudes, uma melhora na autoestima, na qualidade do sono, redução do estresse, motivação para sair de casa, empoderamento, adoção de hábitos saudáveis que replicam na família e na comunidade. Há relatos de moradores já terem seu próprio jardim e estarem utilizando de suas plantas para fazerem os seus próprios chás e xaropes.

Na auriculoterapia, temos os relatos de melhora no sono, ansiedade, alívio de dores e no vício em tabaco.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CONCLUSÃO

Dentre os avanços observa-se o resgate da cultura local e aumento do consumo de chá e xaropes pela comunidade, ampliação do cuidado da população e apropriação do Jardim da Saúde pois passaram a auxiliar na manutenção com mais solidariedade, sendo mais proativos. Percebeu-se também nas narrativas que sentem falta das atividades de educação popular em saúde com as plantas medicinais no período de pandemia e que continuam utilizando as receitas com as plantas medicinais e replicando a ideia no bairro onde moram. Os resultados com a auriculoterapia, são pacientes mais dispostos com melhora na sua qualidade de vida, menos tensão, dores, melhora do sono, redução da ansiedade.

Quando realizamos oficina/grupos não estamos trabalhando somente a saúde física e biológica, mas também a saúde mental, a interação social do indivíduo, o fortalecimento e o sentimento de pertencimento a uma comunidade, a um grupo, resgate das histórias de infância e cultura popular local e trabalhando a educação ambiental.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. 3ª ed. Brasília, 2010.

Coutinho, M.N. Agricultura Urbana: Análise e Reflexão Sobre os Marcos Legais e Normativos do Município de Belo Horizonte [monografia]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; 2007.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

TESSER CD, BARROS, NF. Medicalização social e medicina alternativa e complementar - pluralização terapêutica do Sistema Único de Saúde. Rev Saúde Pública 42(5):914-920, 2008.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

46- PRINCIPAIS FATORES DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E SUA RELAÇÃO COM A VULNERABILIDADE SOCIAL

MAIN FACTORS OF FOOD INSECURITY AND THEIR RELATIONSHIP WITH SOCIAL VULNERABILITY

Júlia Mayse Soares Gonçalves^{1,2}, Beatriz Pralon Casteloghe Coutinho^{1,2}, Bruna Santos Bayer^{1,2}, Felipe dos Santos Ramiro da Silva^{1,2}, Julia Matias de Alcântara^{1,2}, Lizandra Argona Pereira^{1,2}, Fabiana Rosa Neves Smiderle³.

¹ Discente do Curso de Graduação em Enfermagem da Escola Superior de Ciência da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM. Vitória/ES. Brasil.

² Laboratório de Escrita Científica da EMESCAM - LABESC.

³ Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da Escola Superior de Ciência da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM. Vitória/ES. Brasil.

Correspondência para: juliamayse7@gmail.com

Resumo

Introdução: Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) desenvolvidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) possui intuito de promover um pacto global e desenvolver uma população mais sustentável, onde um desses objetivos visa a segurança alimentar, tornando imprescindível a ideia de promoção de hábitos saudáveis. **Objetivo:** Analisar os principais fatores da insegurança alimentar e sua relação com a vulnerabilidade social. **Método:** Trata-se de uma revisão integrativa realizada em uma busca na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Para a busca utilizou-se os descritores baseados no Decs, e assim montou a estratégia de busca: Segurança Alimentar AND Objetivos do Desenvolvimento Sustentável AND Agenda 2030. Os critérios de inclusão definidos para a presente revisão foram: Artigos com texto completo, e idioma português e inglês, disponíveis nos últimos 5 anos. Deste modo, teses, mestrados e dissertações foram excluídos nesse estudo. **Resultados:** Foram encontrados 31 estudos na BVS. No processo de inclusão, sendo eles textos completos, com idioma português e inglês e publicações nos últimos 10 anos, restaram 72 artigos, onde, posteriormente, após leitura de título foram selecionados 10 artigos para leitura criteriosa e completa. Após a leitura, 7 compuseram a escrita final. **Conclusão:** Observou-se a necessidade de políticas públicas para preservar o direito à uma alimentação saudável, visando combater a insegurança alimentar e promover uma alimentação adequada para toda a população.

Palavras-Chave: Segurança Alimentar. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Agenda 2030.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) correspondem a uma agenda desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o intuito de promover um pacto global sobre a temática e desenvolver mundialmente a sociedade de forma sustentável, este plano de ação envolve e tem apoio de 193 países-membros.

Entretanto, um destes objetivos é a ODS 2 que visa “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”, se tornando imprescindível a ideia de promover hábitos saudáveis, uma dieta sustentável com alimentos de boa qualidade proporcionados pela agricultura, evitando os problemas de desnutrição a nível mundial, esse linear de metas segue conforme a agenda até 2030.

A Organização das Nações Unidas elabora indicadores sobre a situação de cada objetivo da ODS, que analisa a proximidade ou a distância de se chegar à meta final. Para aperfeiçoar esses indicadores é preciso um envolvimento multinacional de grande escala, com a ajuda de programas e políticas públicas para acabar com a fome. Uma dessas composições mostra claramente como o Brasil se situa diante dessa problemática de fome e insegurança alimentar. Segundo o relatório, 70,3 milhões de pessoas estavam em 2022 em estado de insegurança alimentar moderada, que é quando possuem dificuldade para se alimentar. O levantamento também aponta que 21,1 milhões de pessoas no país estavam em 2022 em insegurança alimentar grave, caracterizado por estado de fome (Brasil, 2023).

É pertinente que esse estudo expandido contribua de forma positiva para a comunidade científica que revela seu valor significativo sobre uma abordagem holística e territorial que visa acabar com a pobreza e a fome de todos os indivíduos. Analisando os dados e as razões pelos quais se tem um acesso restrito a uma nutrição de qualidade, este trabalho auxiliou no entendimento sobre políticas públicas, implementação de novas estratégias para reduzir a



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

pobreza e proporcionar o acesso a uma alimentação saudável, rica em nutrientes de boa procedência, dispondo-se para melhorar a qualidade de vida da sociedade no âmbito mundial

Desse modo, o objetivo principal deste estudo é analisar os principais fatores da insegurança alimentar e sua relação com a vulnerabilidade social.

MÉTODO

Trata-se de revisão integrativa elaborada a partir das seguintes etapas: estabelecimento da hipótese e objetivos da revisão; seleção da amostra através do estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão de artigos; definição das informações a serem extraídas dos artigos selecionados; análise dos resultados; discussão e apresentação dos resultados e a apresentação da revisão.

Para nortear a revisão, formulou-se o seguinte questionamento: Quais os principais fatores da insegurança alimentar no Brasil e a sua relação com a vulnerabilidade social?

Para seleção dos artigos foi realizada uma busca na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Para a busca utilizou-se os descritores baseados no Decs, e assim montou a estratégia de busca: Segurança Alimentar AND Objetivos do Desenvolvimento Sustentável AND Agenda 2030. Os critérios de inclusão definidos para a presente revisão foram: Artigos com texto completo, e idioma português e inglês, disponíveis nos últimos 5 anos. Deste modo, teses, mestrados e dissertações foram excluídos nesse estudo.

RESULTADOS

Inicialmente, foram encontrados 31 estudos na BVS. No processo de inclusão, sendo eles textos completos, com idioma português e inglês e publicações nos últimos 10 anos, restaram 72 artigos, onde, posteriormente,



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

após leitura de título foram selecionados 10 artigos para leitura criteriosa e completa. Após a leitura, 7 compuseram a escrita final.

Quadro 1 - Descrição dos principais estudos encontrados com seus respectivos anos de publicação.

Autores, ano de publicação	Título	Tipo de Estudo	Objetivo	Principais fatores da insegurança alimentar:
Olumide Arigbede, Oluwaseun Kilanko, Oluwatomilola Joy Arigbede e Olayemi Mateus 2023	Fome, segurança alimentar e soberania: necessidade de abordagens de saúde pública baseadas em evidências para cumprir os objetivos de desenvolvimento sustentável	Não identificado	Analisar a necessidade de abordagens de saúde pública baseadas em evidências para cumprir os objetivos de desenvolvimento sustentável	Grau de escolaridade das populações vulneráveis; <ul style="list-style-type: none">• Carência de programas de educação e segurança alimentar;• Desenvolvimento de um sistema de vigilância alimentar fiável;• Reforço dos sistemas sociopolíticos;• Disponibilidade e acessibilidade de produtos frescos;
Maria Fernanda Petrolí Frutuoso, Cássio Vinícius Afonso Viana, Rosilda Mendes, Paulo Santos de Almeida, Nina Wallerstein, Marco Akerman	Direito humano à alimentação adequada e objetivos do desenvolvimento sustentável: interferências coletivas com crianças em periferias vulnerabilizadas	Estudo qualitativo	Analisar as relações entre o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que emergem de ações dialógicas com crianças e adolescentes em periferias urbanas vulnerabilizadas de São Vicente, São Paulo	Não acesso à alimentação; local de residência em periferias.

DISCUSSÃO

Nessa revisão integrativa buscou-se os principais estudos que contemplam os principais fatores da insegurança alimentar e sua relação com a vulnerabilidade social.



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Conforme o Ministério da Saúde do Brasil, 2023, a alimentação e nutrição da população são direitos para uma promoção e proteção da saúde, bem como o desenvolvimento e a qualidade de vida.

Com isso, de acordo com o relatório de Situação da Segurança Alimentar e Nutricional do ano de 2022, aproximadamente 29,3% da população mundial se encontrava em insegurança alimentar moderada ou grave em 2021. Ao analisarmos os níveis mais graves da insegurança, os números são alarmantes, correspondendo a 924 milhões de pessoas (Unicef, 2022).

A insegurança alimentar pode ser mensurada internacionalmente pela escala *The Food Insecurity Experience Scale (FIES-SM)*, composta por oito perguntas que dizem sobre o acesso da população à alimentação adequada (FAO, 2018). Em contraponto, no Brasil adota-se a Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar - Ebia, que na análise dos dados classifica os domicílios entrevistados em quatro categorias: Segurança alimentar, Insegurança alimentar leve, Insegurança alimentar moderada, Insegurança alimentar grave (Brasil, 2023).

Além disso, o nível socioeconômico da população tem grande influência na segurança alimentar, pois quase 3,1 bilhões de pessoas não podiam pagar por uma alimentação saudável em 2021, correspondendo a um aumento de 112 milhões quando comparado com o relatório de 2019. Ademais, a desigualdade de gênero sofreu um aumento, pois 31,9% das mulheres tinham insegurança alimentar em vista de 27,6% dos homens (Unicef, 2022).

Por fim, políticas públicas são necessárias para a preservação do direito à uma alimentação saudável da população. No Brasil, a partir da lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, envolvendo o governo e a sociedade civil em programas como: acesso à água, programa de aquisição de alimentos, distribuição de alimentos e ações de apoio a educação alimentar e nutricional (Brasil, 2023).



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CONCLUSÃO

Em suma, a análise dos dados e informações apresentadas destaca a importância crucial da alimentação e nutrição para a promoção da saúde, o desenvolvimento e a qualidade de vida da população, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde.

Os números alarmantes revelados pelo Relatório de Situação da Segurança Alimentar e Nutricional de 2022 apontam para um cenário global preocupante, com aproximadamente 29,3% da população mundial enfrentando insegurança alimentar moderada ou grave em 2021.

Sendo assim, ressalta-se a necessidade premente de políticas públicas para preservar o direito à uma alimentação saudável. Essas iniciativas visam combater a insegurança alimentar e promover uma alimentação adequada para toda a população.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Saúde. (2023). Fome no Brasil piorou nos últimos três anos, mostra relatório da FAO.

Brasil. Ministério da Saúde. (2023). Insegurança Alimentar e Nutricional.

Brasil. Ministério da Saúde. (2023). Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

FAO. (2018). Escala de Experiência em Insegurança Alimentar (FIES).

Grosso, G., Mateo, A., Rangelov, N., Buzeti, T., & Birt, C. (2020). Nutrition in the context of the Sustainable Development Goals. *European Journal of Public Health*, 30(Supplement_1), i19–i23. <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckaa034>

UNICEF. (2021). Relatório da ONU: Números globais de fome subiram para cerca de 828 milhões em 2021.